

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História

Hugo Alexandre de Lemos Bellucco

**Ciências sociais e pensamento político: o grupo da USP e a
frente democrática a partir dos semanários *Opinião e
Movimento* (1972-1981).**

**Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade
Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor.**

Orientador: Professor Dr. Marcelo Badaró Mattos.

Niterói, Fevereiro de 2015

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História

Hugo Alexandre de Lemos Bellucco

**Ciências sociais e pensamento político: o grupo da USP e a
frente democrática a partir dos semanários *Opinião e
Movimento* (1972-1981).**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B449 Bellucco, Hugo Alexandre de Lemos.

Ciências sociais e pensamento político : o grupo da USP e a frente democrática a partir dos semanários Opinião e Movimento (1972-1981) / Hugo Alexandre de Lemos Bellucco. – 2015.

281 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 264-280.

1. Sociologia da ciência. 2. Imprensa alternativa. 3. Ditadura militar. 4. Democracia. 5. Brasil; política e governo, 1964-1985. I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 079.81

Banca Examinadora:

Professor Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF-orientador)

Professor Dr. Dênis de Moraes(UFF)

Professora Dra. Virgínia Fontes(UFF)

Professor Dr. Roberto Leher(UFRJ)

Professor Dr. Marco Antonio Perruso(UFRRJ)

Agradecimentos

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

Ao professor Marcelo Badaró Mattos, orientador atento e perspicaz, cujo apoio e acompanhamento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Virgínia Fontes e Marco Perruso, pelas valiosas críticas e sugestões no exame de qualificação.

À professora Vilma Arêas, cujo apoio logístico proporcionou uma temporada de contatos imprevistos e intensas descobertas em São Paulo.

A Raimundo Pereira, Bernardo Kucinski, Rodrigo Naves, Francisco de Oliveira e José Arthur Giannotti, que me receberam gentilmente enquanto estive na capital paulista para consultas e esclarecimentos.

A Mônica Araújo, pela transcrição dos depoimentos.

Ao longo desta jornada, participei de dois espaços de construção coletiva onde o estudo sistemático, a análise do presente e a crítica social caminharam juntos: o grupo Mundos do Trabalho, coordenado pelo orientador desta pesquisa, e o grupo de estudos sobre Estado e capitalismo coordenado por Virgínia Fontes. Nesses dois espaços, a convivência com outros pesquisadores matizou em cores vivas o tom muitas vezes cinzento de certas etapas de um doutorado. Aos integrantes desses dois grupos, agradeço pela camaradagem, pelas animadas discussões e pelo crescimento intelectual que a leitura coletiva proporciona.

Aos alunos da disciplina “Imprensa e Hegemonia”, conferida no curso de graduação em História na UFF durante o primeiro semestre de 2013. Em junho daquele ano, nossas leituras do farto material proporcionado pela conjuntura imediata foram parte memorável da história vivida.

Aos velhos e novos amigos e interlocutores que, muitas vezes, ajudaram sem saber.

À família: Zulma Lemos, pelo apoio de sempre, em todas as circunstâncias; Guto Bellucco, irmão parceiro; Bernardo, sobrinho, amigo, pelo exemplo de seu modo inteligente de levar a vida.

À memória viva de Angelo Bellucco.

A Isabela Zyro, alegria da vida.

Resumo

Este trabalho dedica-se a investigar o pensamento político desenvolvido por um grupo de cientistas sociais originários da Universidade de São Paulo (USP) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) nos anos 1970, a partir do material publicado por esses intelectuais nos semanários *Opinião* (1972-1977) e *Movimento* (1975-1981). Sua atuação nos órgãos da assim chamada “imprensa alternativa” é colocada em diálogo com outras publicações do período que podem ser incluídas no conjunto de suportes editoriais que conferiu então um sentido político oposicionista à reflexão sociológica. Essa produção foi uma das principais formas de interlocução social da sociologia acadêmica na década de 1970. Recupera-se, nesse sentido, os marcos políticos fundamentais que levaram à ascendência de determinados membros do Cebrap e da USP como intelectuais públicos e dos jornais *Movimento* e *Opinião* como veículos impressos da frente oposicionista. Na tentativa de articular coletivamente a trajetória desses autores e desses periódicos na década de 1970, a leitura do material publicado nos jornais e revistas de oposição dialoga com sua obra sociológica e fundamenta a reflexão em torno dos distintos papéis atribuídos às ciências sociais na conjuntura de crise política do regime ditatorial e nas diferentes posições presentes em suas abordagens em torno da “questão democrática”.

Abstract

This work is dedicated to investigate the political thought developed by a group of social scientists from the University of São Paulo (USP) and the Brazilian Center of Analysis and Planning (CEBRAP) in the 1970s, using as sources the texts published by those intellectuals in the weekly newspapers *Opinião* (1972-1977) and *Movimento* (1975-1981). The action of these intellectuals in the newspapers of the so-called "alternative press" is placed in dialogue with other published texts of the period which may be included in the set of publications that provides an opposition political sense to the sociological reflection. The purpose of this research is to characterize that production as one of the main forms of social dialogue of academic sociology in the 1970s. Is recovered, in this sense, the fundamental political marks that lead to the ascendancy of the CEBRAP and USP members as public intellectuals and the newspapers *Movimento* and *Opinião* as printed parties of opposition front. In an attempt to articulate the collective trajectories of these authors and newspapers in the 1970s, the thematic series organized from the reading of this material dialogues with their sociological work and underlie the reflection on the role attributed to the social scientists in the political crisis situation of the Brazilian dictatorship and in the debate on the "democratic issue".

Sumário

Apresentação.....	08
Capítulo 1 Intelectuais, imprensa e política: problemas de definição e perspectiva.....	17
1.1 Os jornais como intelectuais coletivos.....	19
1.2 Os intelectuais como categoria social e a “autonomia relativa” do campo científico.....	24
Capítulo 2 O contexto da imprensa alternativa e as ciências sociais.....	34
2.1 Universidade: contrarreforma e resistência cultural na década de 1970.....	35
2.2 Imprensa alternativa: inovação jornalística e oposição política.....	47
Capítulo 3 A “sociologia paulista” da universidade à imprensa alternativa.....	74
3.1 Trajetórias da sociologia na USP e as origens intelectuais do Cebrap.....	74
3.2 <i>Opinião</i> e a crise do “milagre”.....	107
3.3 <i>Movimento</i> e o avanço da frente democrática.....	132
Capítulo 4 As Ciências Sociais na conjuntura: uma sociologia reflexiva.....	150
4.1 Sociologia crítica e revolução social.....	161
4.2 Os “intelectuais” contra o Estado autoritário.....	176
4.3 Participação e autonomia	183
4.4 Entre a política e a sociedade civil.....	189
Capítulo 5 A questão democrática.....	196
5.1 Autonomia e democracia.....	209
5.2 Estado burocrático-autoritário, sociedade civil e democratização.....	220
5.3 Dominação burguesa, ditadura e democracia.....	228
5.4 Democracia e revolução.....	236
5.5 Consenso democrático e posições dissonantes.....	249
Considerações Finais.....	257
Referências.....	264

Apresentação

A década de 1970 foi marcada pelo surgimento de diversas publicações em que os cientistas sociais procuraram ampliar o alcance de sua atuação e o raio de seus interlocutores. Revistas como *Cadernos de Opinião*, *Debate e Crítica*, *Argumento* e semanários como *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e *Em Tempo* constituíram espaços editoriais indispensáveis para que essa tentativa se efetivasse. Por meio desses jornais e revistas, alguns sociólogos não somente direcionaram parte significativa de seus esforços para o debate político da conjuntura imediata, mas efetuaram esse vínculo juntamente com a reflexão sobre o papel social de intelectuais e cientistas na sociedade brasileira. A ênfase nessa dimensão reflexiva da prática sociológica integrava as tentativas de reação ao contexto de repressão seletiva nos espaços universitários e sustentava a iniciativa de mobilizar o conhecimento cientificamente acumulado para interpretar os processos sociais que levaram àquela experiência política adversa. Essas preocupações se referem ao mesmo contexto de fechamento institucional, da mobilização intensa de uma fração do público universitário e do crescimento das atividades acadêmicas e gráfico-editoriais. Nessas circunstâncias, os jornais “alternativos” e as revistas de ciências sociais acima mencionadas ajudaram a circunscrever um espaço de difusão, debate e informação do conjunto da pauta intelectual da frente oposicionista.

Este trabalho dedica-se a uma formação específica dentro das variadas correntes de autores integradas às iniciativas editoriais de oposição naquele momento. Trata-se de um núcleo de colaboradores da área das ciências sociais cuja trajetória liga-se à Universidade de São Paulo e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), possuindo como eixo central a sua intervenção nos dois maiores jornais políticos da imprensa oposicionista, *Opinião* e *Movimento*. A trajetória desses semanários cobre o período de 1972 a 1981, que também corresponde ao auge do Cebap, como instituição voltada para o contato com públicos extra-acadêmicos, e ao momento de sua constituição como uma das principais referências da pesquisa sociológica no Brasil. A história intelectual do Cebap tem vínculos muito próximos com a trajetória disciplinar da disciplina na USP e com o trabalho anterior de Florestan Fernandes naquela universidade. Florestan não participou do Cebap, e sua presença nos órgãos em questão

foi mais discreta do que a de outros membros daquele centro, como Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira. Embora ocupasse uma posição minoritária, naquele contexto, o autor de *Brasil em compasso de espera* também escreveu artigos importantes na chamada “imprensa alternativa” e nas revistas de sociologia pública da década de 1970. Também publicou profusamente, ao longo de toda a sua trajetória, para outros jornais e revistas de grande circulação, como, por exemplo, no *Estado de São Paulo* desde a década de 1940 e na *Folha de São Paulo*, no final da década de 1970 e nos anos 1980.¹ Fernandes ocupa um lugar importante na discussão política das ciências sociais no âmbito da formação e da produção dos membros do Cebrap, onde as posições em torno da democracia e da ação das classes sociais também não eram completamente homogêneas. Fundado em 1976, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) representa uma diferenciação do Cebrap e uma circunstância específica da trajetória de Francisco Weffort² e de seu principal interlocutor, José Álvaro Moisés, em que a proximidade com o movimento operário passa a ter um significado mais incisivo a partir da reivindicação do tema da autonomia e da proximidade com a experiência operária. Florestan Fernandes, Moisés e Weffort, de formas diferentes, dialogam em suas trajetórias e em seus temas de estudo naquele momento com o sentido histórico que tomou o Cebrap como centro de articulação do debate sobre o capitalismo brasileiro e como continuador das reflexões inauguradas no âmbito da Cadeira de Sociologia I da

¹ A participação de Florestan Fernandes na imprensa durante o período da ditadura torna-se mais constante nos três últimos anos da década de 1970, tanto nos jornais identificados à “imprensa alternativa” como no *Folhetim* e na seção *Tendências e Debates* da *Folha de São Paulo*, onde escreveu uma série de artigos entre 1978 e 1982. Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando Partido, Formando Opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992, p. 70. Para um estudo da forma como Florestan Fernandes aliou o sentido engajado de seu projeto sociológico com a intervenção jornalística ao longo de sua trajetória, ver OLIVEIRA, Marcos Marques de. *O articulista Florestan: ciência e política como base de uma pedagogia socialista*. Tese de Doutorado em Educação – UFF, Niterói, 2006. Para uma visão abrangente e multidisciplinar das diferentes questões que perpassam a trajetória de Florestan Fernandes como sociólogo e militante, ver D’INCAO, Maria Angela (org.) *O Saber Militante: Ensaio Sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/UNESP, 1987.

² Para a trajetória acadêmica e intelectual de Weffort articulada ao sentido político de suas concepções sobre o papel das ciências sociais na sociedade brasileira, ver ARAÚJO, Ana Paula Moreira de. *Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória*. Dissertação (mestrado em Sociologia), UNESP, Araraquara, 2012.

Universidade de São Paulo.

Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Paul Singer, José Arthur Giannotti, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés foram os principais nomes ligados à USP que, até o início dos anos 1980, encarnaram o esforço de constituição de um campo disciplinar que ampliasse sua influência para além dos espaços acadêmicos. Com o estabelecimento progressivo de temas legítimos, instâncias de consagração, diferenciações internas e vínculos partidários, o debate desses autores sobre as estratégias da oposição para a conquista da democracia e suas diferentes versões dialogava com os diagnósticos feitos em alguns ensaios de interpretação histórica conhecidos, onde as críticas do populismo, do nacionalismo, do marxismo e do desenvolvimentismo faziam parte de um balanço sobre a crise de 1964 e sobre o regime vigente, com implicações diretas para o plano do debate sobre a ação política.

Os estudos do populismo elaborados por autores como Octavio Ianni³ e Francisco Weffort nos anos 1960, as reflexões de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira sobre o caráter da revolução burguesa brasileira, assim como suas análises do capitalismo dependente e a caracterização do “estado burocrático-autoritário” de Fernando Henrique Cardoso, já traziam reflexões mais ou menos explícitas em torno de estratégias de ação política. Tais estudos caracterizam-se por uma agenda de pesquisas que corresponde, na trajetória coletiva desses autores, ao papel decisivo do desenvolvimento industrial e capitalista no Brasil, do caráter de classe do Estado e da ascendência subordinada da classe operária na arena política. Esses elementos já estavam entre as preocupações do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho em 1961 e do grupo de estudos d’*O capital* em 1958, tomados aqui como antecedentes do Cebrap, ligados à Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da USP.

A assim chamada “imprensa alternativa”, na qual os semanários *Opinião* e *Movimento* se destacam, politicamente, como as iniciativas mais importantes, contempla um período muito específico do percurso dos autores mencionados, que corresponde justamente à circunstância da ascendência do Cebrap como principal referência pública da sociologia. A trajetória desses dois jornais corresponde ao momento de publicação e circulação da maioria dos principais ensaios de interpretação dos membros daquele

³ Embora possua um reconhecimento destacado no campo acadêmico em questão, Octavio Ianni tem uma participação bastante marginal e muito mais discreta do que a de Florestan Fernandes e dos demais membros do Cebrap nos semanários políticos “alternativos” da década de 1970.

centro sobre a realidade brasileira, simultâneos ao auge de sua consagração profissional e à produção de diversos artigos publicados em revistas que ocupavam uma outra faixa de reflexão, mais acadêmica, mas igualmente voltada para a reflexão política sobre o presente: *Debate e Crítica*, *Argumento*, *Ensaio de Opinião* e *Revista de Cultura Contemporânea* correspondem a um espaço editorial mais restrito, que escapa à classificação corrente da chamada “imprensa alternativa” dos anos 1970, mas cumpriram função semelhante, já que também possuíam, em seus propósitos editoriais, uma abordagem da conjuntura política associada à tentativa de contato dos sociólogos com o público não especializado. Além disso, realizaram o percurso inverso, trazendo para dentro do debate acadêmico uma série de temas e um determinado estilo de intervenção sociológica em torno da conjuntura.

Os jornais e revistas mencionados acima aglutinaram diferentes sujeitos políticos e tendências interpretativas sobre a realidade brasileira. Em suas páginas, os cientistas sociais ligados originalmente ao grupo da cátedra de Sociologia I da USP e ao Cebrap canalizaram para o debate das oposições questões suscitadas em sua agenda acadêmica de pesquisas, que, por sua vez, foi consolidada a partir de uma forte preocupação com a política e a reforma social. Entre as muitas maneiras com que se tentou imprimir essa função socialmente ativa às ciências sociais, a colaboração para aqueles órgãos se particulariza pelo apelo direto dos fatos mais cotidianos e passageiros da conjuntura. Esses textos “menores” resultam, assim, numa série histórica que indica o pensamento político em movimento e o enraizamento histórico dos problemas levantados pela obra daqueles intelectuais. Associados à leitura de suas produções contemporâneas de maior fôlego, as séries de textos para os periódicos ampliam a dimensão de seu projeto intelectual.

A hipótese de trabalho fundada na articulação entre o trabalho teórico e o pensamento político presente nos escritos e na trajetória desses autores refere-se à tentativa de identificar as diferentes soluções conferidas à questão democrática e à questão da responsabilidade social dos intelectuais. Essa articulação entre reflexão teórica, trajetórias intelectuais e pensamento político traduz-se em projetos sociais e posições de classe, realizando-se em determinado contexto histórico que não se resume à sociologia profissional e à Universidade, embora, nos textos analisados, atribua-se a essas duas instâncias uma importância central para a democratização do país.

No capítulo primeiro, introduz-se brevemente a problemática do pensamento de

Gramsci sobre os intelectuais, o jornalismo e a política, ao lado de uma apresentação sintética das implicações da visão de Pierre Bourdieu sobre o “campo científico”, para o estudo das relações entre as ciências sociais e a história política. Não se trata de formular um quadro teórico à parte, ou de classificar rigidamente os autores estudados nas conhecidas categorias desses dois pensadores em torno dos intelectuais, do jornalismo e do campo científico, mas de conferir alguma precisão às definições conceituais implícitas no trabalho em torno do sentido político da ação e do pensamento dos sociólogos em questão.

No Capítulo 2, busca-se situar a emergência da chamada “imprensa alternativa” frente ao quadro da modernização conservadora na universidade e da resistência cultural sob a ditadura. A relativização de algumas interpretações da historiografia sobre o termo consagrado para designar aquele movimento jornalístico também deve contribuir para a contextualização dos jornais e revistas abordados, em relação a outros órgãos impressos. A formação da “imprensa alternativa” como centro intelectual é relacionada, então, à circunstância de repressão e resistência na universidade e aos sentidos políticos conferidos ao periodismo e à ação dos intelectuais, durante a década de 1970.

O terceiro capítulo é dedicado à trajetória intelectual coletiva de alguns dos personagens oriundos da USP e à sua participação no projeto editorial dos semanários *Opinião* e *Movimento*. Na primeira parte desse capítulo, procura-se indicar os problemas fundamentais que perpassam um conjunto de autores ligados à Cátedra de Sociologia I da Universidade de São Paulo, ao *Centro de Sociologia da Indústria e do Trabalho* e ao grupo de estudos de *O Capital*. Esses personagens e as questões suscitadas naquelas três instâncias em momentos anteriores a 1964 teriam, na década de 1970, uma influência relevante na pauta do Cebrap e dos textos desses autores nos periódicos, cuja relação com a “frente democrática” implicaria na autoidentificação daqueles intelectuais como “intelectuais orgânicos da oposição”.⁴ As experiências relacionadas do Cebrap e do jornal *Opinião* são contextualizadas em relação ao projeto de uma sociologia de intervenção construído anteriormente por aqueles intelectuais e aos laços construídos entre o grupo de acadêmicos e o empresário Fernando Gasparian.

⁴ A expressão foi utilizada por Fernando Henrique Cardoso em CARDOSO, Fernando Henrique. “O Autoritarismo e a Democratização Necessária”. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 18.

Na última parte dessa seção, a pauta do jornal *Movimento* é relacionada à continuidade do diálogo do grupo oriundo da USP com a frente ampla pela democracia, cujo crescimento na segunda metade da década corresponde à emergência de um campo oposicionista ampliado, à mudança do papel do MDB e à ascensão de uma série de iniciativas populares de protesto e auto-organização.

No quarto capítulo, o debate realizado na década de 1970 sobre o papel dos intelectuais e cientistas refere-se à dimensão autorreflexiva do projeto intelectual daqueles autores. Em diversas intervenções, a discussão sobre as condições sociais de exercício da sociologia é um problema fundamental. Observa-se que a atribuição de um sentido social constitutivo ao conhecimento é central para a afirmação de sua legitimidade como fator atuante da vida política, ao mesmo tempo em que se buscava atualizar o sentido da sociologia como forma de intervenção na realidade. A presença marcante dos debates sobre temas como a chamada “responsabilidade dos intelectuais”, “intelectuais e política”, “ciência e poder”, as críticas à tecnocracia e à burocracia, assim como a importância conferida a entidades como a SBPC e a outras instâncias, trazem a marca reflexiva em torno do sentido da ação dos intelectuais em sociedade. Conforma-se assim um determinado estilo de intervenção estreitamente ligado ao esforço de autodefinição dos papéis sociais da ciência e das formas de inserção do cientista social nas lutas sociais.

No quinto capítulo, a análise dos diagnósticos feitos pelos autores em questão sobre o processo de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil deve ser colocada em contraponto com o seu diagnóstico do regime de 1964 e com suas posições em torno da democracia na segunda metade da década de 1970. A ligação entre a análise do capitalismo brasileiro e as definições da estrutura política de dominação resultante demarcam as linhas de semelhança e, principalmente, as diferenças entre o pensamento político desses autores, intensificadas ao longo dos últimos anos daquela década. As posições em torno da democracia e suas diferentes definições para Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, José Álvaro Moisés e Francisco Weffort são interpretadas de acordo com as diferentes respostas que esses autores elaboraram para as perspectivas abertas com o vislumbre da crise do sistema político. Na década de 1970, a chamada “questão democrática” constitui o vértice do processo de sua conversão em importantes referências intelectuais das oposições. Observa-se, então, o estabelecimento de clivagens conceituais importantes, exemplarmente situadas na

polarização dos significados atribuídos à ditadura e à democracia por Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, refletindo-se na relação das diferentes escolhas políticas e partidárias desses autores com suas interpretações divergentes sobre o processo de “abertura” em curso. Francisco Weffort, por sua vez, representa, junto a José Álvaro Moisés, do Cedec e da *Revista de Cultura Contemporânea*, mais uma perspectiva de projeto democrático, fundado no horizonte da questão da autonomia dos movimentos de base e da democracia operária e sindical, na aposta na expansão dos movimentos sociais urbanos e locais associados à promoção da “sociedade civil”. Essa perspectiva estava fortemente relacionada a uma certa leitura de Gramsci e a uma revisão crítica em relação à perspectiva socialista e marxista, adotada com mais ênfase nos escritos de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. Cardoso, Weffort, Moisés, Oliveira e Fernandes demarcam posições em torno de certos problemas na conjuntura que revelam as diferenciações no interior de um campo de discussões comum.

As diferentes concepções de democracia veiculadas então e a sua crescente valorização no debate acompanham diagnósticos sobre a conjuntura da “distensão” e são contemporâneos à participação cada vez mais intensa de seus autores em projetos políticos e partidários. O debate sobre a democracia remete a uma nova situação política, característica da segunda metade da década de 1970, que também configura a última fase dos jornais “alternativos”. Finalmente, note-se que a “questão democrática”, sintetiza a evolução do vínculo entre a reflexão das ciências sociais e a vida política ao longo da década, intensificado no momento em que ingressavam diretamente na vida partidária. Esse envolvimento, porém, já anuncia um outro nível de articulação desses intelectuais com a política, aprofundado a partir dos anos 1980.

A reflexão sobre os vínculos estabelecidos na década de 1970 entre o debate interno ao campo das ciências sociais e a conjuntura política passa, conforme já foi sugerido acima, pela trajetória de alguns órgãos de imprensa criados naquela década e situados na oposição ao regime implantado em 1964. Trata-se, portanto, de articular as condições sociais da emergência e do desenvolvimento da assim chamada “imprensa alternativa” e a trajetória comum e singular de um determinado grupo de intelectuais que ali atuaram. Este trabalho dedica-se a um universo específico dentro dos variados centros e movimentos que, na década de 1970, fizeram de daqueles jornais e revistas uma oportunidade de aproximarem sistematicamente as suas reflexões sobre o capitalismo brasileiro da intervenção na conjuntura. A partir de uma sondagem inicial

dos dois maiores jornais “alternativos” organicamente ligados a grupos oposicionistas, notou-se que os cientistas sociais cumpriram um papel dos mais relevantes em suas pautas e em seu projeto editorial. Os autores oriundos da USP e do Cebrap, principalmente, destacam-se entre os colaboradores que realizaram esse trânsito no âmbito daqueles semanários. Esse fato não passou despercebido a alguns estudiosos da época,⁵ que já apontaram esse vínculo, mas não se debruçaram sobre aquela produção, que permanece relativamente obscura nos estudos sobre o período.

Assim, tanto naqueles periódicos ligados à “imprensa alternativa” quanto em revistas como *Argumento*, *Debate e Crítica* e *Revista de Cultura Contemporânea*, é possível identificar uma rede de iniciativas editoriais por onde circularam reflexões diretamente vinculadas ao debate acadêmico, mas que possuíam um viés fortemente conjuntural. A própria concepção sobre as funções dos cientistas sociais ganhava um sentido histórico, ao definir-se em relação aos acontecimentos sociais de sua época e às condições em que se moviam politicamente as classes sociais.

A discussão sobre o papel social dos cientistas sociais nas sociedades capitalistas periféricas envolveu a reflexão sobre as condições em que a produção sociológica traduz-se num determinado posicionamento em relação aos conflitos sociais. Seja a partir da ideia de planejamento e da participação nas agências do Estado estrito, seja em sua associação organizada aos movimentos populares, o problema do cientista como sujeito das transformações sociais foi um tema visceralmente importante no desenvolvimento do campo disciplinar da sociologia. Assim, a discussão em torno do desenvolvimento nacional e a importância atribuída à ciência e à educação para a construção da democracia no país passam pela reflexão em torno do sentido construtivo da ação dos intelectuais. De forma central e absorvente, essa questão está presente em toda a obra de Florestan Fernandes e foi expressa também na produção acadêmica e jornalística de seus assistentes e discípulos, dialogando com sua participação em campanhas públicas, assessorias, filiações partidárias e projetos políticos. Dessa forma, identifica-se uma via dupla traçada entre a intervenção na conjuntura e a reflexão teórica. No período aqui estudado, esse intercâmbio refere-se a um espaço de debates em torno de temas e problemas como “democratização”, “dependência”, “autoritarismo”, “tecnocracia”, “autonomia” e “sociedade civil”. A ascensão dessas

⁵ Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.

noções no debate político ocorre por meio de iniciativas editoriais que reforçam o sentido teórico-prático e reflexivo dessa produção, ao mesmo tempo em que indicam as diferentes posições no interior daquela formação cultural.

Capítulo 1

Intelectuais, imprensa e política: problemas de definição e perspectiva

No conjunto dos estudos sobre os intelectuais como categoria historicamente determinada, o tema da imprensa e do jornalismo ocupa um espaço importante. A relevância de jornais e revistas para a consolidação e a difusão de visões de mundo, ideologias, interesses materiais, modos de vida e projetos de sociedade é comprovada tanto em textos teóricos sobre o seu caráter partidário como em pesquisas em torno de experiências políticas específicas. No conjunto dos esforços de superação da história política tradicional, o problema da imprensa também envolve a ampliação dos termos com que algumas práticas sociais ligadas à dimensão da “cultura” se relacionam com a política, de modo que um balanço completo dessa discussão exigiria enfrentar o pensamento de diferentes autores que estabeleceram coordenadas para o estudo do modo como os circuitos comunicativos e a produção cultural são partes integrantes dos conflitos materiais e da luta de classes na história contemporânea.⁶

Na historiografia, os temas da imprensa, da política e da cultura são relacionados a partir de diferentes perspectivas, e há uma significativa área de estudos na sociologia histórica voltada para o estudo dos intelectuais em que o periodismo é um tema central como fonte ou objeto de análise. O tema da imprensa também aparece constantemente nas tentativas de circunscrever à reflexão sobre o lugar da circulação das ideias na reprodução da vida social e na construção social do conhecimento. Observa-se, nesse sentido, o intercâmbio de conceitos entre disciplinas como a sociologia do conhecimento, a história social, a teoria da comunicação e a crítica literária para o estudo de diferentes experiências editoriais relacionadas a movimentos sociais,

⁶ Na crítica simultânea do determinismo histórico e do idealismo na discussão sobre o problema das determinações e da cultura – onde se observa a nítida influência das explorações de Gramsci –, Raymond Williams e Thompson representam, entre outros, uma tradição crítica vigorosa. Para essa discussão, ver WILIAMS, Raymond, *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Especificamente sobre os meios de comunicação e sua localização simultânea nas esferas da política, da cultura e da economia, ver o texto “Os meios de comunicação como meios de produção”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011. A título de exemplo, entre as diversas reflexões e polêmicas teóricas de Thompson sobre o problema da determinação e das “superestruturas”, ver: “Sobre classe e falsa consciência” e “Folclore, antropologia e história social”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

tendências filosóficas, propostas estéticas, ideologias políticas e associações de classe.

A tentativa de situar o jornalismo como elemento da política incide na formação e na reprodução molecular das “vontades coletivas”, vistas como “concepção integral do mundo” e “consciência operosa da necessidade histórica”,⁷ conforme a definição de Antonio Gramsci ao tratar dos órgãos impressos como “intelectuais coletivos”, organizadores e construtores da coesão das classes e das frações de classe. Na definição do objeto e na formulação das hipóteses a serem trabalhadas ao longo do texto em torno da “imprensa alternativa” como expressão partidária da frente oposicionista, do pensamento político de determinados intelectuais acadêmicos e dos espaços de interseção entre debate teórico e projetos políticos, as posições de Gramsci forneceram algumas sugestões importantes. Além disso, a obra desse pensador tornar-se-ia referência central para diferentes correntes da vida política e universitária brasileira na década de 1970, como veremos mais à frente.

Nas páginas a seguir, apresentam-se algumas questões levantadas pelas obras de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu em indicações de caráter teórico-metodológico sobre o campo científico,⁸ o jornalismo e os intelectuais. Não está entre os objetivos das linhas a seguir abarcar o universo da reflexão teórica sobre esses dois assuntos⁹, que se complementam na abordagem da interseção permanente da reflexão sociológica com as disputas em torno de noções estratégicas que perpassam tanto a política quanto a ciência. Lembre-se, nesse sentido, das tentativas de Michel Burawoy e de Rui Braga no desenvolvimento da ideia de uma “sociologia pública”,¹⁰ cuja definição teórica se estabelece, em grande parte, no diálogo entre a sociologia de Bourdieu e o pensamento

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 246.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

⁹ Uma boa resenha dos usos da categoria de intelectual relacionada às concepções de Estado e sociedade civil em diferentes tendências da historiografia brasileira pode ser conferida em MENDONÇA, Sonia Regina de. “Intelectuais e Estado na Historiografia Brasileira”. In: COELHO, Eurelino & PENELU, Larissa. *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2012. Para um panorama amplo e diversificado sobre a categoria dos intelectuais na época contemporânea, ver MORAES, Dênis (org.) *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁰ BRAGA, Ruy e Burawoy, Michael (orgs.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

de Gramsci, com a identificação retrospectiva de alguns sociólogos brasileiros nessa categoria. Essa definição analítica e programática aproxima-se das tentativas de superar o fosso entre o processamento das agendas de pesquisa e a participação dos cientistas nos conflitos sociais, intrínsecas no pensamento de Gramsci e central na obra tardia de Bourdieu, autor que representa, por sua vez, um dos esforços autorreflexivos mais significativos voltado para as condições sociais do exercício da ciência. Por isso, na busca de uma contextualização dos jornais da chamada “imprensa alternativa” e de uma interpretação histórica do sentido político atribuído às ciências sociais na década de 1970, determinados ângulos de visão sugeridos por aqueles dois autores apresentaram-se como balizas teóricas importantes.

1.1 Os jornais como intelectuais coletivos

Ao difundir e produzir um certo universo temático, uma linguagem particular e um arco de opiniões circunscrito, jornais e revistas realizam um enquadramento das posições existentes na comunidade em que circulam. Cumprem, assim, um papel indispensável no processo de socialização de determinadas concepções de mundo, na coesão de classes e de frações de classe e na eficácia do papel formador e educativo da comunicação impressa. Os periódicos confirmam ainda seu papel partidário ao submeterem os conflitos sociais a um processo constante de interpretação seletiva que define os termos em que se apresentam não só os fatos legítimos a serem considerados, mas também as noções e os significados a partir dos quais devem ser abordados, justificados, questionados ou apaziguados.

Frente ao enquadramento seletivo da realidade pelas corporações dominantes na indústria das comunicações, também há que se considerar a parte de negociação, pressões sociais, dissidências e questionamentos, intrínsecos a toda relação de poder e dominação.¹¹ No percurso de desenvolvimento do jornalismo impresso contemporâneo, a expressão desses conflitos é constantemente dificultada pelo poder de difusão dos grandes grupos empresariais num contexto de propriedade altamente concentrada e monopolizada, que determina uma pauta estreita e realiza com eficácia aquilo que Gramsci diz ser um dos atributos fundamentais dos jornais como partidos e dos intelectuais como persuasores: consolidar sentidos comuns, dar coesão aos grupos sociais,

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 27.

“universalizar” pontos de vista particulares, ativar consentimentos.

Mesmo ao reconhecer o caráter partidário de todos os órgãos impressos, é preciso diferenciar entre os que se apresentam como neutros, imparciais, assumindo a ideologia da objetividade jornalística, daqueles que possuem uma linha editorial empenhada explicitamente na defesa de um programa político ou de um determinado projeto de classe. Embora muitos dos jornais e revistas que se incluem no primeiro tipo façam a defesa genérica da “liberdade” e da “diversidade”, nem sempre encontramos, em sua linha editorial, vínculos sociais explicitamente declarados. Essa representação acima das classes é fundamental para a eficácia ideológica e política do modelo de imprensa hegemônico, com toda a ambiguidade que esse modelo assume, historicamente, em relação às ideias de “liberdade de imprensa” e de “opinião pública”. Nesse sentido, um dos traços das tentativas de criar uma forma alternativa a essa configuração na imprensa seria justamente a afirmação de seu caráter assumidamente parcial e partidário. As diferenças ultrapassam o conflito entre versões e se referem à relação entre as formas de enquadramento da realidade e ação das classes sociais¹².

Além dos recursos formais e ideológicos que contribuem para sua eficácia política, a indústria moderna do jornalismo impresso é um negócio altamente lucrativo que implica a especialização hierárquica das funções, a divisão rígida do trabalho e a competição por mercados. Jornais e revistas, em suma, são organismos político-financeiros. Ao considerarmos essa natureza empresarial-capitalista da grande maioria dos órgãos de imprensa, estes são duplamente situados como organismos econômicos e

¹² Ao analisar a emergência da comunicação alternativa em redes digitais, Dênis de Moraes inclui os veículos de mídia alternativos, em geral, entre os aparelhos privados de hegemonia, na tentativa de definir os contornos de uma “comunicação contra-hegemônica” voltada para a crítica social. O autor lista quatro pontos sensíveis sobre os quais incide esse projeto: “1) na relação com os leitores, que devem ser interativas, estimulando leituras e reações de oposição aos produtos da mídia; 2) nas formas de apresentação visual dos conteúdos; 3) nos métodos de gestão e nas formas de financiamento; e, sobretudo, 4) na interpretação dos fatos sociais, assumindo o pensamento crítico como pressuposto para uma veiculação que tenha como eixo a contestação do *status quo*”. MORAES, Dênis de. “Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica”. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.) *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008. p.46. Do mesmo autor, consultar também, para a relação entre comunicação e hegemonia na obra de Gramsci, MORAES, Dênis de. “Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci”. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan-jun.2010.

aparelhos de hegemonia. Sem perder de vista sua inserção no circuito do lucro e das mercadorias, é preciso associar esse caráter aos projetos políticos encampados pelas diferentes frações de uma mesma classe social. Essa posição corresponde ao lugar do discurso no espectro das posições conjunturais, à forma de produção e difusão ideológica, à circunstância de leitura dos jornais e às relações com a miríade de associações existentes na sociedade civil. Por sua vez, os leitores não constituem entes passivos ou externos ao discurso dos emissores.¹³ Sua experiência também é fundamental para compreender o sentido histórico deste ou daquele periódico, a densidade de sua presença nos projetos sociais em disputa numa determinada época. Dessa forma, o tema da imprensa envolve uma reflexão sobre as interlocuções sociais dos periódicos como elemento da história política.

Em sua extensa atuação nos jornais *L'Ordine Nuovo* e *L'Unitá* nas décadas de 1910 e 1920, Antonio Gramsci teve como uma de suas preocupações apontar o poder político dos jornais. Registrou, com ardor militante, o sentido estratégico da imprensa monopolizada pela burguesia para a dominação dos trabalhadores: “Os jornais do capitalismo teriam feito vibrar todas as cordas dos sentimentos pequeno-burgueses; e são esses jornais que asseguram a existência do capitalismo, o consenso e a força física dos pequeno-burgueses e dos imbecis.”¹⁴ A experiência de Gramsci nos jornais comunistas e operários no início da década de 1920 foi um momento alto da união entre reflexão e ação política na cultura socialista do século XX. Certamente deve-se a essa fase de sua trajetória a importância posterior do jornalismo como problema prático e teórico de seus escritos do cárcere, onde encontramos diversas indicações de estudos sobre a imprensa, ao lado de alguns ensaios de tipologia de jornais e pontos programáticos para uma publicação periódica voltada para a construção de uma vontade coletiva nacional-popular.

A centralidade conferida por Gramsci a essas práticas “superestruturais”

¹³ Mikhail Bakhtin observa que a produção dos signos “reflete e refrata” a realidade social em transformação. Sua tentativa de encontrar uma resposta tanto ao “materialismo mecanicista ingênuo” quanto a uma “visão psicologista da cultura” para o problema das relações entre linguagem, cultura e sociedade leva-o a definir a consciência como um fato histórico: “A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 35).

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos (1921-1926)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 2 v., pp. 116-117.

corresponde ao diagnóstico da complexidade das manifestações contemporâneas da dominação capitalista nas sociedades “ocidentais”, caracterizadas pela diversidade de trincheiras e frentes da luta de classes. Nos “cadernos miscelâneos” sobre o jornalismo, Gramsci sugere um ambicioso programa de estudo em torno da “vida cultural” que ilustra essa posição tática e teórica:

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito ou explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais.¹⁵

A metáfora da “frente teórica ou ideológica” para designar o setor editorial como sua parte mais dinâmica corresponde, justamente, a seu objetivo de relacionar jornalismo, cultura e dominação política. A imprensa, continua Gramsci, “é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica”, ao lado de “tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública”, como igrejas, arquitetura, clubes e todo o “complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante”.¹⁶

O jornalismo, para Gramsci, é um dispositivo de dominação importante das classes dominantes e um elemento central de sua visão ampliada do Estado e da hegemonia. Nessa abordagem, o Estado possui as características básicas identificadas na obra de Marx e Lênin, ou seja, é um instrumento de coerção e de domínio classista, mas esse caráter adquire, em suas afirmações, uma elasticidade maior nas sociedades ocidentais contemporâneas, onde se reforça a importância dos aparelhos privados de hegemonia. Por isso, a ênfase de Gramsci no fato de que o poder social das classes dominantes é uma síntese coordenada de força e consentimento. O conflito é uma dimensão intrínseca à hegemonia e ao consenso. A própria noção de cultura se define como um processo de imposições, resistências, cooptação, negociações e o domínio político requer a associação dos instrumentos coercitivos ao esforço de universalização

¹⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 78.

¹⁶ *idem*

ideológica do ponto de vista dominante. Por mais estável material e ideologicamente, essa universalização é um processo sempre incompleto de construção cotidiana. A conservação e a reprodução do núcleo do poder econômico e a “condensação” política das relações sociais de exploração interagem de forma permanente com uma rede de organismos privados de construção de consensos que estabelecem meios de influência e participação na gestão do poder estatal. As relações entre as classes sociais consolidam-se por meio de conflitos de projetos em torno da condução da economia e da organização política, junto com reprodução e a criação de convicções, hábitos e valores.

Outra dimensão básica da teoria de Gramsci sobre o consenso e a hegemonia é o seu caráter relacional, o equilíbrio instável dentro de um determinado “bloco histórico”, expressão que justamente contempla a aglomeração da cultura com a política e a complexa configuração das classes e frações de classe, em cada circunstância histórica nacional. O interesse de Gramsci pela problemática dos intelectuais liga-se então a sua noção integral do Estado e da política, bem como à relevância do problema do consenso e da cultura para o exercício da hegemonia, tanto na teoria social como nas estratégias dos movimentos sociais. É preciso considerar que esse autor visava questões estratégicas e ao mesmo tempo empreendia um debate teórico vigoroso com a ciência política de seu tempo. Assim, dentro de sua vasta reflexão sobre o Estado, as classes sociais, a cultura e a política, dedicamo-nos a conferir mais de perto sua concepção integrada a respeito dos intelectuais e do jornalismo.

Gramsci busca um conceito de jornalismo que é, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre as formas de escrever a história de um partido. Segundo sua definição, a existência dos órgãos de imprensa como partidos corresponde não só ao caráter político do jornalismo, mas ao processo histórico de constituição das classes e frações de classe como sujeitos coletivos pela ação política direta e pela irradiação de suas visões de mundo. Assim: “Essa função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também ‘partidos’ ou ‘frações de partido’ ou ‘função de determinado partido’¹⁷.

Tal função assumida pelos jornais é correlata à ação dos intelectuais, que, em

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1989, p.23.

diferentes espaços – jornais, academias, clubes, sindicatos, escolas, igrejas –, participam da elaboração, da organização e da difusão de projetos e identidades sociais. As notas de Gramsci sobre o jornalismo e sua tentativa de formular o conceito de “jornalismo integral” fazem parte dessa preocupação mais geral em torno das atividades culturais e da ação dos intelectuais em sentido amplo. O jornalismo integral, cujo “programa” Gramsci tenta formular, seria aquele voltado não só para a satisfação das necessidades de seu público, mas dedicado a “criar e desenvolver essas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área”.¹⁸ Tal esforço de elaboração teórica sobre o jornalismo é situado, então, dentro de sua preocupação com os intelectuais como categoria coletiva. Por isso, sua análise dos vários tipos de periódicos volta-se não só para o conteúdo veiculado nos jornais, mas também para o seu diálogo com as visões de mundo forjadas na experiência cotidiana dos diferentes grupos sociais, bem como à sua função reprodutiva ou transformadora na cultura nacional.

1.2 Os intelectuais como categoria social e a autonomia relativa do campo científico

A conhecida divisão gramsciana dos intelectuais entre “tradicionais” e “orgânicos” deve ser entendida como a atribuição de papéis sociais nas lutas moleculares que se desenrolam em diversas associações da sociedade civil, muitas das quais atravessam o próprio aparelho estatal. Exclui-se a possibilidade de derivar esses papéis políticos de modo automático e direto da localização na estrutura econômica, pois a questão dos conflitos entre grupos da mesma classe assume uma importância decisiva para a dinâmica das transformações históricas e para as oportunidades de revolução social. Nesse ponto, é importante esclarecer que não há como separar o pensamento de Gramsci sobre os intelectuais da importância dos movimentos da conjuntura em sua filosofia política, conferindo, ao mesmo tempo, historicidade à categoria de “intelectual”. Esse sentido teórico-prático, ao qual ainda voltaremos, não deve ser perdido de vista, sob o risco de subtraí-lo do esforço teórico fundamental que move os *Cadernos do cárcere*. Embora suas infinitas apropriações contemporâneas como teórico da sociedade civil e da cultura possam ocultar essa dimensão, ela constitui o nervo do seu pensamento sobre os intelectuais, que contém uma teoria da

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. “Jornalismo”. In: Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 161.

transformação histórica intimamente associada a uma reflexão original sobre a política no século XX. Assim, vista em sua dimensão de análise e projeto social,¹⁹ a reflexão de Gramsci sobre o jornalismo e os intelectuais possibilita uma iluminação recíproca dessas categorias, de seu papel estratégico para o exercício das “funções subalternas da hegemonia” e de sua historicidade. Como “funcionários do consenso”, os estratos intelectuais situam-se nas diversas relações de poder que os grupos e classes sociais estabelecem entre si.

Em sua reflexão sobre os intelectuais, Gramsci tinha alguns alvos e referenciais históricos básicos que importa recuperar, mesmo que sumariamente. Em primeiro lugar, a realidade atroz do fascismo e do nazismo, regimes de força construídos com base no consentimento de parte dos intelectuais europeus. A ascensão do nazi-fascismo expressava a crise do liberalismo no entreguerras e colocava exigências novas para a esquerda comunista na Europa, que atuava em condições diferentes daquelas em que Lênin, Trotski e outros pensadores revolucionários agiram em 1917. Frente a essa constatação, expressa na conhecida expressão sobre a sociedade civil “primitiva e gelatinosa” das sociedades de tipo “oriental”, em contraposição às milhares de “trincheiras” e “fortalezas” que constituem a ampliação do Estado, Gramsci coloca a exigência de explorar essas frentes no terreno nacional, que o leva a investigar o papel dos intelectuais em diferentes formações nacionais e a concluir, para o caso italiano, pela predominância do tipo de intelectual tradicional “cosmopolita” que atuou como casta separada (em contraste com o caso francês do século XVIII), impedindo a realização de uma vontade nacional-popular, apropriada pelo fascismo. A figura do intelectual tradicional, o modelo “ecumênico”, é um intelectual orgânico das classes sociais em declínio, enquanto o técnico e o especialista são figuras em ascensão na sociedade de classes marcada pela ampliação das funções de Estado na administração da economia nacional e no controle da vida comum.²⁰ Essas figuras – o técnico, o administrador, o ideólogo, o sábio – encontram-se muitas vezes misturadas nos mesmos

¹⁹ A expressão de Josep Fontana refere-se ao sentido prospectivo de toda interpretação histórica. FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

²⁰ A crítica de Gramsci a Mosca e Pareto dirige-se à confusão feita por esses autores entre classe política, elite e grupo social dominante. Gramsci lembra que a “classe política” não é mais que a “categoria intelectual do grupo dominante”. Ver parágrafo 24 dos “Cadernos miscelâneos” no volume sobre os intelectuais (GRAMSCI, 2000, p. 163).

agentes e cumprem funções políticas variadas. Outro dado importante para entender as motivações polêmicas das concepções de Gramsci sobre os intelectuais é a sua preocupação em realizar uma crítica ao idealismo. Quando Gramsci se refere ao espírito de casta das categorias intelectuais desde o fortalecimento do poder central até o absolutismo, com o “monopólio das estruturas por parte dos eclesiásticos”, temos um exemplo elucidativo de sua crítica do modelo do intelectual tradicional:

Dado que essas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. Essa autopoção não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político (toda filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com essa posição assumida pelo conjunto social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão dessa utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes”, autônomos, dotados de características próprias etc.)²¹

O contraste dessa posição de Gramsci sobre os intelectuais com as teorias das elites e com as concepções de autores como Max Weber e Karl Mannheim²² refere-se, sobretudo, às linhas de identidade e separação entre engajamento cultural e engajamento político ou entre ciência e ideologia. Se a ênfase do autor italiano é nas funções sociais que definem historicamente a ação dos intelectuais e suas posições de classe, o modelo de Weber-Mannheim é o da *intelligentsia*, que realiza o desligamento dos próprios vínculos com as classes fundamentais em disputa na sociedade, mas que, por isso mesmo, adquire importância política como camada dinâmica, “compreensiva”, capaz de se colocar como produtora da síntese dos interesses e, assim, cumprir um papel reformador na vida social. A visão de Mannheim é sensivelmente diversa da tentativa de Gramsci de situar de forma crítica o grupo dos intelectuais como quadro social atuante da luta de classes e como agente partidário. A classificação weberiana da política e da ciência como, respectivamente, ação racional com relação a fins e ação racional com

²¹ GRAMSCI, 2000, p. 17.

²² Cf. MANNHEIM, Karl. “O problema da intelligentsia”. In: *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2008; WEBER, *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1991. Uma boa introdução ao problema pode ser encontrada em LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1999.

relação a princípios está na base da concepção de Mannheim, cuja sociologia também foi influente para autores brasileiros como Florestan Fernandes. Fernandes problematizou esse programa de “autonomia científica” com uma leitura materialista da história brasileira e a ênfase na importância da universidade e dos cientistas sociais para o planejamento racional e a modernização autônoma da sociedade.²³

O debate crítico de Gramsci com as concepções idealistas e tecnicistas da ciência e dos cientistas foi informado pela circunstância do crescimento das funções do Estado, da burocracia, das grandes empresas, da educação de massas e da imprensa, pela “ocidentalização”, enfim, da sociedade e pelo crescimento correspondente da camada dos técnicos e ideólogos. Na abordagem de Gramsci, esse processo corresponde à visão dos intelectuais a contrapelo de seu “espírito de corpo”, na sociedade marcada pela divisão entre trabalho manual e trabalho espiritual. Por isso, a desconfiança crítica em relação à independência atribuída tradicionalmente aos intelectuais e à sua definição baseada no que é intrínseco a essa função social, desconfiança que é um atributo da filosofia da práxis: “Filosofia do ato (práxis, desenvolvimento), mas não do ato “puro”, e sim, do ato “impuro”, real no sentido mais mundano e profano da palavra”²⁴.

A reflexão de Pierre Bourdieu sobre a cultura e o poder simbólico estabelece algumas questões que são complementares ao pensamento de Gramsci para o estudo da imprensa, dos intelectuais e do campo científico. Seus pressupostos são, em grande medida, diferentes daqueles que inspiraram o autor dos *Cadernos do cárcere*. Porém, como determinados autores já apontaram, há pontos convergentes entre elementos do conceito de hegemonia e a investigação de Bourdieu em torno da violência simbólica e das disputas de poder que atravessam o “campo científico” ou o “campo intelectual”.²⁵

O conceito de *campo* elaborado pelo sociólogo francês supõe uma crítica à oposição entre fatores “internos” e “externos” na interpretação das produções simbólicas.²⁶ Bourdieu diz buscar uma alternativa ao antagonismo entre as abordagens

²³ Voltarei a essa questão em Florestan Fernandes no terceiro e no quinto capítulos.

²⁴ GRAMSCI, Antonio. *Introdução ao estudo da filosofia- Cadernos do cárcere – volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 209.

²⁵ Cf. BRAGA, Ruy. “O pêndulo de Marx”. In: BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004; “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática: 1983, p. 122-155.

“internalistas”, que tomam o estudo dos textos fechados em si mesmos como a única condição para o estudo da arte, da filosofia, da ciência etc., e a postura contrária, que busca nas determinações do contexto socioeconômico todos os significados das produções literárias ou científicas. Para fugir a essas duas alternativas, Bourdieu busca contemplar um “universo intermediário”, cuja autonomia parcial ou relativa é sublinhada pelo autor. Um “campo” teria, entre outras propriedades específicas, a capacidade de “refração” das pressões de forças externas. Assim, por exemplo, a afirmação constante de autonomia pela ciência, pelo jornalismo ou pela arte ocorre por meio de um “contrato tácito” a respeito dos termos legítimos com que ocorrem os embates internos aos campos. Mas essa autonomia não é estática, pois é sempre posta em questão pelas pressões “externas”, forçando a construção de novos equilíbrios, alianças, rupturas, transgressões e deslocamentos internos, no trabalho constante de tradução que, por sua vez, configura os termos das disputas em cada área específica. Esse processo encerra relações de forças e processos de dominação que perpassam toda a ordem social e política. Essas ligações são indiretas porque são “mediadas pela estrutura dos campos”, ou seja, se manifestam conforme as posições dos produtores nas “relações de produção e circulação dos bens simbólicos”.²⁷ Depreende-se dessa propriedade reativa a necessidade, postulada por Bourdieu, de uma “autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural”²⁸ e da incorporação dos fatores ligados ao *status* e às distinções simbólicas. Nesse ponto, observa-se a influência manifesta das reflexões de Max Weber em torno do processo histórico de autonomização das esferas valorativas do direito, da estética e da ciência na modernidade. Entretanto, esse influxo weberiano no pensamento de Bourdieu é complexificado pela importância conferida pelo autor de *Coisas ditas* às relações de dominação e poder que atravessam e relativizam a existência autônoma dos critérios internos de legitimidade e a racionalidade intrínseca de cada campo.

No artigo intitulado “Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe”,²⁹

²⁷ BOURDIEU, Pierre. “O mercado de bens simbólicos”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 159.

²⁸ Idem. “Condição de Classe e Posição de Classe”, p. 14. Nesse texto, Bourdieu estabelece um diálogo com Max Weber sobre o problema da emergência de diferentes esferas valorativas e da autonomia relativa da cultura, para explorar as relações entre situação de classe e grupos de *status* no estudo das produções simbólicas.

²⁹ BOURDIEU, op.cit, pp. 183-203.

encontramos uma orientação metodológica que diz respeito precisamente às relações entre o “campo intelectual”, o “campo do poder” e a condição de classe dos agentes sociais. O tema básico de Bourdieu é a divisão presente na história literária entre os defensores da “arte pela arte”, da “arte burguesa” e da “arte social”, mas as suas observações em torno dessas posições iluminam um aspecto comum à abordagem de outros campos intelectuais. Importa destacar a importância conferida por Bourdieu às posições de classe, que é uma forma de subtrair-se ao “erro do curto-circuito” mencionado pelo autor no texto comentado anteriormente. A referência a essa distinção corresponde à tentativa, descrita acima, de tomar as posições dos agentes no interior de um determinado campo, não só de acordo com a sua localização no “espaço social global” – sua condição de classe –, mas em relação a sua localização nas estruturas internas do campo, as suas “propriedades de posição” no espaço da “economia antieconômica” que define a “distribuição do capital científico”: instâncias de consagração e reconhecimento, temas e objetos de pesquisa “legítimos”, estratégias de exclusão, subversão etc. Assim, por exemplo, a distinção entre “DOMINANTES-dominados” e “dominantes-DOMINADOS”³⁰ corresponde ao duplo vínculo dos agentes do campo em relação à configuração interna desse campo em sua autonomia relativa e, simultaneamente, a sua situação no espaço social global.

De acordo com sua tentativa mais ambiciosa de construir uma teoria da ação que superasse as oposições entre sujeito e estrutura ou entre indivíduo e sociedade, Bourdieu propõe então uma operação metodológica para o estudo das produções culturais que possa articular o sentido interno das obras ao contexto político-social em que se dá sua produção e circulação. Assim, para o estudo de uma trajetória intelectual, do pensamento político de um autor ou de uma família de autores, Bourdieu postula a investigação das condições de produção e do sistema de disposições culturais no âmbito dos quais uma obra ou um conjunto de obras é dada a ler, para escapar à oposição entre objetivismo e subjetivismo. Os circuitos sociais dentro dos quais determinadas obras e conceitos circulam e são apropriados pelos leitores são um elemento indispensável para o seu estudo. Assim, para a abordagem de um autor ou de um conjunto de textos situados na série temporal, o sociólogo propõe um procedimento preliminar:

Antes, é preciso situar o *corpus* assim constituído no interior do campo ideológico

³⁰ Idem, p. 193.

de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição desse *corpus* nesse campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu. Em outros termos, é necessário determinar previamente as funções de que se reveste esse *corpus* no sistema das relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual, que, por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder.³¹

Nos termos de Pierre Bourdieu, os intelectuais constituem uma categoria mais circunscrita e mais coesa do que na concepção gramsciana: para o sociólogo, eles são simplesmente uma “fração dominada da classe dominante”,³² o que corresponde à sua ênfase na academia, na ciência e na literatura para circunscrever um “campo intelectual”. Michel Burawoy³³ tenta estabelecer as principais diferenças e sugerir algumas aproximações entre Gramsci e Bourdieu, notando que a própria posição em que cada um deles escreveu sua obra é um elemento básico para entender suas concepções distintas sobre os intelectuais. O sociólogo polonês destaca o fato de que, enquanto Bourdieu refletia a partir de uma posição ascendente na hierarquia universitária francesa, Gramsci escreveu suas reflexões como um militante comunista excluído do convívio social e profissional, um prisioneiro político do fascismo italiano. Assim, se Gramsci esteve diretamente voltado para a questão prático-teórica da construção do “intelectual coletivo” da classe trabalhadora, Bourdieu prioriza os conflitos no interior do campo científico e a construção de sua autonomia como questões centrais. Burawoy lembra que a figura gramsciana do “intelectual orgânico” fora rejeitada por Bourdieu, enquanto as ideias deste último sobre os intelectuais universais e a autonomia do campo como condição para o desmascaramento da dominação simbólica comportaria um limite, ainda que o autor francês tenha uma abordagem desmistificadora da ciência. Esse limite residiria no fato de que esse processo de autonomização constatado e defendido por Bourdieu é também uma das formas com que se universalizam e mascaram as diferenças de classe e a seletividade do acesso aos patrimônios e bens culturais.

O programa de autonomia científica traçado por Bourdieu é apresentado por

³¹ Idem, p. 186.

³² Cf. BOURDIEU, Pierre. “Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*, op.cit., p. 192.

³³ BURAWOY, Michael. “Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu”. In: *O marxismo encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010.

Burawoy como, entre outras coisas, uma “extensão da economia política marxista para dentro do campo da cultura”.³⁴ Essa é uma chave de leitura para o sentido geral da crítica incorporada por Burawoy sobre a autonomia da cultura em Bourdieu. Burawoy lembra também que, diferentes em muitos aspectos, as obras de Gramsci e Bourdieu se encontram na importância das relações de poder e domínio para a interpretação das produções culturais e simbólicas. Esse debate comum entre os dois autores é então investigado por Burawoy por meio do confronto já mencionado entre as noções de intelectual de cada um, que envolvem também a exploração dos conceitos de hegemonia e de *habitus*, apontando “teorias divergentes da dominação”.³⁵

Definido como “sistema de disposições socialmente constituídas”, o *habitus* é “estruturado” e “estruturante”, uma vez que os agentes do campo não só interiorizam as estruturas objetivas, mas as exteriorizam de diferentes maneiras, o que confere uma “dimensão produtiva” ao conceito. Burawoy observa que essa dimensão criadora e ativa do *habitus* se acentua principalmente nos momentos de crise social e institucional. Com toda sua inacessibilidade cognitiva aos dominados, o *habitus* socialmente dominante seria uma força estática e uma forma de consentimento, manifesto na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e também na mistura de “ódio”, “inveja” e “admiração” que, na lembrança de Gramsci, muitos dos camponeses iletrados nutrem pelos intelectuais tradicionais. Desse modo, a questão do senso comum e do *habitus* como formas dinâmicas e contraditórias de consciência social envolve a ampliação crítica do âmbito da relação da cultura com o poder e a mudança social.

Burawoy também reconhece a complementaridade entre a hegemonia e a violência simbólica, afirmando que faltaria a esta última categoria a dimensão ativa do consentimento dos dominados à dominação. Já na teoria de Gramsci, Burawoy aponta uma insuficiência: “A noção gramsciana de hegemonia não reconhece a mistificação da exploração sobre a qual se funda o consentimento à dominação”.³⁶ Em Bourdieu, Burawoy destaca a perspicácia em desvendar a profundidade e a perenidade da dominação, enquanto Gramsci é valorizado como um teórico da mudança social. Observa-se nesse texto de Burawoy uma visão restrita sobre a hegemonia em Gramsci. O sociólogo acentua o consentimento ativo e consciente da classe dominada à ideologia

³⁴ Idem, p. 107.

³⁵ Idem, p. 65.

³⁶ Idem, p. 102.

dominante, mas não considera o aspecto da coerção e o sentido fracionado e desigual das ideologias e das concepções de mundo, que conferem o sentido prático, instável e nem sempre consciente das práticas hegemônicas no pensamento dos *Cadernos do Cárcere*. Mesmo assim, Burawoy sublinha a separação entre trabalho manual e trabalho espiritual como elemento histórico persistente da legitimação dos intelectuais tradicionais como voz universal. Essa crítica dupla é também uma tentativa de síntese que sustenta a proposta do campo disciplinar de uma “sociologia pública” – dividida em tradicional e orgânica –, que não se refere somente à sociologia universitária, mas é fortemente ancorada na defesa de um “espírito sociológico” e da “fibra moral da sociologia”³⁷ contra as pressões do mercado, contra sua paralisação prática e crítica no processo de absorção pela política e pelo estado e contra a normatização das carreiras científicas.

No artigo “História e teoria política”, Sonia Mendonça e Virginia Fontes³⁸ também propõem uma leitura associada dos legados teóricos de Gramsci e Bourdieu, em intervenção mais direcionada ao diálogo da historiografia, particularmente da história política, com a teoria social. Nesse artigo, as autoras apontam na chamada “nova história política” um uso indiscriminado da categoria de “cultura política”, onde apontam generalizações sobre a dimensão política da cultura e a dimensão simbólica da política³⁹. Segundo as autoras, se a história política como especialidade da disciplina histórica é um desenvolvimento legítimo e necessário, os aportes da “cultura política” – que proliferam atualmente –, segmentam o fenômeno político, notadamente em relação às suas formas de relação com a estrutura de classes, mas também no que se refere ao estudo dos fundamentos simbólicos do exercício da dominação. Assim:

Uma história política envolve definir os contornos do que se chama “política”,

³⁷ Idem, ibidem, p. 19.

³⁸ MENDONÇA, Sonia e FONTES, Virgínia. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, pp. 55-72.

³⁹ Uma crítica sistemática a esse uso da categoria de “cultura política” nas tendências revisionistas da historiografia brasileira pode ser conferida em MATTOS, Marcelo Badaró. “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”. In: MELO, Demian Bezerra de (org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. pp.67-99

envolve identificar formas culturais, midiáticas, linguísticas, ideológicas e representacionais sob as quais os agentes significam suas existências; envolve ainda as inúmeras interações sociais nas quais estão imersos os seres históricos (economia, família, instituições etc). Todavia, nenhum desses traços pode ser isolado e analisado de forma estanque em si mesmo, como se nada devesse ao conjunto social no qual se afirma, adquire e produz sentido.⁴⁰

Note-se que a categoria de “cultura política”, o principal alvo do artigo citado, precisamente é uma das noções-chave em boa parte dos estudos sobre a “imprensa alternativa”, a “nova esquerda” e os “novos movimentos sociais” na década de 1970, onde se observa, ao lado da proliferação de “culturas políticas”, um predomínio da visão consensual de “sociedade civil” e também da categoria de “intelectuais”.⁴¹ Nesse sentido, observa-se uma correspondência entre a atribuição de uma centralidade à dimensão simbólica e a separação entre Estado e sociedade civil. Essa divisão, sedimentada em parte da “nova história política”, realiza uma expansão do campo da política a ponto de perderem-se de vista as mediações que possibilitam o estudo relacionado dessas dimensões. Cessa a necessidade de estabelecer as formas de articulação entre fenômenos sociais distintos, levando a um determinismo difuso que muitas vezes se traduz em indiferença à teoria. Ao superestimar o caráter político da produção cultural, a proliferação das “culturas políticas” tende a elidir a dominação entre as classes sociais e as relações de conflito nos consensos socialmente construídos. O ponto de vista das autoras sobre o conjunto da nova história política é, portanto, crítico. Destaca-se a sua proposição de uma abordagem histórica da política contemporânea dedicada à reflexão sobre o caráter do Estado, ao papel político dos intelectuais e às condições de exercício da política na sociedade capitalista. Por isso, a importância conferida ao pensamento de Gramsci para a superação da dualidade entre Estado e sociedade civil e para a formulação de uma alternativa analítica à “cultura

⁴⁰ FONTES, Virgínia & MENDONÇA, Sonia. *História e teoria política*, op.cit, p. 60.

⁴¹ Esses problemas são perceptíveis na mais importante referência sobre a imprensa alternativa e também em conhecidos estudos recentes sobre o engajamento dos intelectuais nas décadas de 1960 e 1970. Ver, por exemplo: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003; NASCIMENTO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

política”. A atenção das autoras aos conceitos de campo, violência simbólica e habitus em diálogo com o aparato conceitual de Gramsci também se refere ao nexos entre a reprodução e a transformação das estruturas sociais e a ação simbólica e prática dos intelectuais.

Na discussão sobre as formas de diálogo e comunicação entre as ciências sociais e os debates políticos na década de 1970, destacam-se alguns espaços onde, concretamente, ocorreu a interação entre o debate teórico e a discussão sobre democracia no interior da frente política oposicionista. Essa interação se refere à emergência de aparelhos de oposição à ditadura, à posição dominante de um determinado grupo de intelectuais no campo científico e ao debate sobre o papel da universidade e dos cientistas na transformação do país. São essas as dimensões fundamentais para o estudo da “imprensa alternativa” e da sociologia política que se configuram então como sujeitos políticos da oposição. Junto a essa presença, destaca-se um público crítico que tornou possível, como produtor e leitor, o sucesso de iniciativas como *Opinião* e outros. Nesse sentido, a situação da universidade brasileira sob a ditadura é um elemento chave para entender o ambiente da emergência da “imprensa alternativa” e o percurso cruzado das teorias sociológicas nas esferas da política e do jornalismo.

Capítulo 2

O contexto da imprensa alternativa e as ciências sociais

2.1 Universidade, contrarreforma e resistência cultural na década de 1970.

Entre 1968 e 1974, o número de estudantes de Ciências Humanas matriculados no Ensino Superior praticamente triplicou. A tabela reproduzida abaixo demonstra o crescimento exponencial ocorrido nesse período:

Taxas de Crescimento da População Estudantil

Período	População estudantil universitária	Estudantes de Ciências Humanas	Estudantes de Ciências Sociais
1964-68	124%	204%	192%
1968-74	237%	369%	70%
1974-80	47%	100%	46%
1980-91	14%	25%	-3%

Fonte: VIANNA, Luis Werneck, CARVALHO, Maria Alice Rezende, MELO, Manuel Palácios Cunha. “Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em Ciências Sociais”, *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, 1994, p. 408. Tabela feita pelos autores a partir de dados estatísticos do MEC.

A ampliação das vagas para as universidades após 1968 correspondia de modo seletivo a reivindicações do movimento estudantil e universitário, que remontam à atuação da UNE e às campanhas em defesa da educação pública, desde os anos 1950, mas a formulação das políticas educacionais de Estado pela ditadura empresarial-militar procurava, sobretudo, ajustar a educação superior às necessidades geradas por um determinado modelo de desenvolvimento do capitalismo, pela diversificação da economia, sua racionalização, seu planejamento e sua administração. Por exemplo, por meio da assistência técnica estrangeira concretizada nos chamados “acordos MEC/USAid” (1966), firmara-se a assistência de técnicos norte-americanos ao MEC,

estabelecidos com a intenção declarada de incrementar o rendimento e a eficiência do sistema universitário brasileiro, cuja reestruturação deveria atender um mercado de trabalho cada vez mais monopolizado e diferenciado. Na esfera das orientações oficiais em relação à universidade, destacam-se, além dos acordos acima mencionados, o chamado plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1967/68). O primeiro foi um estudo realizado pelo técnico americano Rudolph Atcon, a convite do MEC, do qual resultou o documento intitulado *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*,⁴² em grande parte incorporado pelo projeto de reforma universitária de 1968. Entre as propostas desse plano presentes na proposta final do grupo de trabalho que estruturou o projeto da reforma de 1968, estavam a ênfase nos critérios de eficiência e produtividade e a criação verticalizada do Conselho de Reitores. O relatório Meira Mattos foi resultado dos trabalhos da comissão instaurada em 1967 com o propósito de fornecer subsídios para o MEC em relação às reivindicações pela reforma universitária. Esse relatório concluía, entre outras coisas, pelo fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina, pela necessidade de ampliação das vagas e pela ênfase nos aspectos técnicos e administrativos. Para Luiz Antonio Cunha, tal política possui um sentido social preciso:

Essa modernização visava, ademais, criar condições racionais (melhor diria tayloristas) para o atendimento da crescente demanda de ensino superior pelos jovens das camadas médias, a qual se expandia acionada pelo processo de monopolização, induzido, por sua vez, pela política econômica.⁴³

O projeto de universidade das reformas do pós-1964 se enquadra, de acordo com essa caracterização, na tendência de expansão das camadas médias e na integração de novos setores sociais à ordem urbano-industrial. Essa integração ocorreu sob a tutela da aliança empresarial-militar vitoriosa em 1964 e acompanhou a política econômica do milagre econômico, sob a liderança de intelectuais como Roberto Campos (ministro do Planejamento, ao qual sucedeu João Paulo dos Reis Velloso) e Otávio de Gouveia Bulhões (ministro da Coordenação Econômica), economistas ligados à escola de

⁴² ATCON, Rudolph. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

⁴³ CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 317.

Chicago e ao complexo IPES/IBAD.⁴⁴ Levada a cabo já durante o governo Castelo Branco, tal orientação político-econômica assentava-se no princípio do “desenvolvimento com segurança” e exacerbava tanto as condições para a concentração e a acumulação de capitais como a repressão político-ideológica. Sob a égide da abertura da economia ao capital estrangeiro, sob a forte ascendência do Estado de segurança nacional, o modelo de desenvolvimento dependia do sufocamento das demandas por distribuição de riqueza e democracia social. Por isso a orientação do “desenvolvimento com segurança” incidiu seletivamente sobre a vida universitária, onde se aglutinavam muitos dos intelectuais críticos do regime e a insubordinação do movimento estudantil, vistos como elementos de subversão da ordem.

Em sua síntese sobre as mudanças na Universidade sob a ditadura, Roberto Leher⁴⁵ aponta uma série de dispositivos que atuaram no sentido da submissão da universidade à modernização conservadora que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo brasileiro monopolista e dependente. O autor lembra que o conjunto de mudanças ocorridas na universidade brasileira naquela circunstância não pode ser definido exclusivamente a partir dos critérios técnicos e racionais ou endógenos, o que terminaria por levar à suposição de que o estímulo à ciência, por si só, teria representado a garantia de um espaço de liberdade, democratização social e/ou de independência intelectual. Ao contrário, Leher lembra que as políticas científicas para a universidade estiveram fortemente sintonizadas com as orientações dos órgãos ligados à inteligência contrarrevolucionária, já radiografados no estudo clássico de René Dreyfuss⁴⁶, com a forte participação de agentes internos à vida universitária. O conjunto dessas políticas tiveram como alguns de seus resultados mais significativos a restrição do pensamento crítico e da autonomia acadêmica, além da priorização do ensino como instrumento para a formação de “capital humano”. Na trilha das análises de Florestan Fernandes sobre esse processo de contrarreforma nos quadros do capitalismo

⁴⁴ Um exemplo desse estilo de pensamento pode ser encontrado em CAMPOS, Roberto de Oliveira; SIMONSEN, Mario Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

⁴⁵ LEHER, Roberto. “Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente”. In: IASI, Mauro Luis e COUTINHO, Eduardo Granja. *Ecoss do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014. p.131-151.

⁴⁶ DERYFUUS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

dependente⁴⁷, Leher se refere a um conjunto de medidas que ultrapassam as leis e decretos oficiais específicas que regulamentaram a reforma. Além da ofensiva repressiva direta, o processo de reestruturação do ensino superior é um dos índices representativos de um conjunto de mudanças sociais ocorridas naquele período de aprofundamento das intervenções estatais no sentido de dirigir estrategicamente a educação, a ciência e a cultura para o aprofundamento de relações sociais capitalistas no país. As facilidades concedidas pelo MEC para a ampliação da rede privada e as intervenções verticais na gestão da universidade pública, ferindo a autonomia universitária e, por conseguinte, a autonomia do próprio campo científico, implicavam a reorientação de trajetórias e instituições, principalmente naquelas faculdades onde o debate político e a oposição ao regime fossem mais presentes e abertas. A articulação de instituições como o BNDE aos órgãos de fomento e programas de tecnologia, a ação do Ministério do Planejamento para a criação de um sistema nacional de ensino e pesquisa e a vinculação do CNPQ, como fundação de direito privado, à Secretaria de Planejamento(SEPLAN), também fazem parte do processo de incremento das políticas estatais voltadas para Ciência e Tecnologia no aprofundamento da contrarreforma.

O debate sobre a destinação social do conhecimento produzido na universidade, sobre sua democratização interna e sobre a ampliação do acesso já estavam presentes, por exemplo, nas reivindicações dos seminários organizados pela UNE no início dos

⁴⁷ Os nove ensaios de Florestan Fernandes reunidos no livro *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1975) constituem uma radiografia das orientações sociais anti-democráticas que envolveram a modernização pelo alto da universidade. Esse livro também traz o essencial do pensamento de Florestan, a partir de 1965, sobre a relação entre universidade, democratização social e desenvolvimento. Roberto Leher analisa os textos de Florestan Fernandes sobre as discussões em torno das reformas educacionais de 1961 e demonstra que o sociólogo já se diferenciava então da concepção liberal reformadora de seus interlocutores na Campanha em Defesa da Escola Pública, com fortes críticas ao encaminhamento dado à questão durante o governo Jango. Conforme demonstra na segunda seção do artigo, essas críticas seriam aguçadas posteriormente, com o desenvolvimento, em textos contemporâneos à contrarreforma de 1968, de um pensamento sobre a questão educacional no quadro mais amplo de sua análise sobre a constituição do capitalismo dependente no Brasil. LEHER Roberto. “Florestan Fernandes e a defesa da educação pública”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.23, n.121, p.1157-1173, out-dez.2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 15/09/2014.

anos 1960,⁴⁸ mas as políticas governamentais do regime para a educação superior transfiguraram essas demandas e representaram o direcionamento da universidade brasileira no rumo de sua modernização por meio de critérios quantitativos e dispositivos ditatoriais. Em 1965, por exemplo, a Lei Suplicy retirava oficialmente a UNE da cena política, da discussão e da deliberação sobre as mudanças na universidade, atrelando a representação estudantil diretamente ao MEC e impondo, no lugar daquela entidade, os DCE e DA. Essa medida provocou forte reação dos estudantes e uma intensa adesão ao movimento pela sua revogação, e mesmo assim a UNE continuaria atuando com grande representatividade. A repressão à UNE se estabelece como procedimento fundamental à direção que as reformas dos governos Costa e Silva e Médici, aprofundadas depois por Geisel, pretendiam conferir à universidade.

A publicação do *Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* e do decreto-lei n. 5.540/68, relativo à sua implantação, anunciava a reestruturação administrativa da Universidade e dispunha de medidas como a extinção das comissões paritárias, o fortalecimento do Conselho de Reitores (Crub) em detrimento dos Conselhos Universitários, o enfraquecimento das representações estudantis e docentes e a “departamentalização” das ciências humanas, ao mesmo tempo em que pôs fim ao sistema de cátedras e ampliou a oferta de vagas. O processo de mudanças no sistema universitário que culminaria com a reforma ocorre em paralelo ao aprofundamento da diferenciação social e da modernização capitalista no Brasil, marcada pela concentração da riqueza, pela internacionalização da economia, pela superexploração do trabalho e pelo crescimento de uma classe média urbana no momento de ascensão daquele ciclo de desenvolvimento, entre 1968 e 1974.

A escalada repressiva após o AI-5 não seria imposta sem resistências, observando-se uma intensa mobilização e uma significativa coesão política de uma parte dos intelectuais acadêmicos e estudantes em torno de espaços como a SBPC e revistas de oposição como a *Civilização Brasileira*, entre muitas outras. A defesa da autonomia da prática científica e dos critérios internos de validação foi, então, uma das formas com que muitos intelectuais procuraram se defender das pressões políticas e do controle externo do pensamento científico. Os espaços da pesquisa e da docência

⁴⁸ Sobre o papel político da UNE até 1968 e as posições dessa entidade em relação à reformulação da universidade sob a ditadura, ver FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

constituíram, muitas vezes, lugares de oposição à conversão da ciência em simples instrumento de Estados e empresas. Trata-se, ao mesmo tempo, de um debate interno ao campo acadêmico e aos intelectuais, que se refletia na produção de textos a respeito do seu papel na sociedade, presente tanto nas revistas e jornais “alternativos” como nas publicações coletivas semiacadêmicas, como *Debate e Crítica*, *Argumento* e *Ensaio de Opinião*.

Embora a extensão das vagas no ensino superior representasse, em alguma medida, uma resposta a campanhas e movimentos de estudantes, professores e intelectuais, foi diluída sua afirmação do papel da universidade pública na democratização das relações sociais no país. Esse processo de rebaixamento da função social da universidade foi simultâneo à sua modernização sob a ditadura, que também favoreceu a ampliação do ensino privado. Marilena Chaui lembra que a ênfase do governo militar no aspecto quantitativo associava-se a uma visão tecnocrática da educação superior, que distorcia, por outro lado, a dimensão socializante presente nos movimentos pela reforma universitária anteriores ao AI-5.⁴⁹ Florestan Fernandes, embora reconheça aspectos positivos nas propostas do Grupo de Trabalho da reforma de 1968, tomou aquela “reforma universitária consentida” como “manifestação de tutela política”,⁵⁰ processo que se ratificou nas emendas e “correções” feitas por decretos-leis do Executivo. Essa direção politicamente conservadora do processo apontada por autores como Fernandes, Chaui, Cunha, Leher e Fávero expõe, na reforma universitária do final dos anos 1960, seu desempenho político como parte de um projeto nacional sob os critérios da tecnocracia e da modernização. Nesse processo, a criminalização da UNE e a prisão de seus membros foram acontecimentos exemplares: um dos principais sujeitos e impulsionadores da discussão sobre o papel da Universidade nas transformações necessárias ao país via-se alheado do processo, justamente no momento em que a universidade sofria algumas de suas mudanças estruturais mais significativas. Naquele momento, também aumentou o número de faculdades particulares e implantou-se um sistema de pós-graduações na área das ciências sociais. A institucionalização de um sistema nacional de pós-graduação e

⁴⁹ CHAUI, Marilena. “USP 94: a terceira fundação”, *Estudos Avançados*, v. 8 n. 22, São Paulo, set-dez 1994.

⁵⁰ FERNANDES, Florestan. “Os dilemas da reforma universitária consentida”, *Debate e Crítica*, n. 2, São Paulo, jan-jun 1974.

pesquisa foi orientada, principalmente, para as ciências exatas, mas se estenderia a todas as demais.⁵¹ Nessa ampliação do acesso à universidade, já foi apontado um componente político de abrandamento dos conflitos entre o regime e frações da classe média em ascensão social pela via da formação superior. Como lembra Maria de Lourdes Couvre:

A reforma do ensino superior, que mais promoveu o fenômeno da “democratização do ensino” e “resolveu” a moratória das vagas para a universidade, cooptou, com isso, em partes, as chamadas classes médias, ou auxiliares, quanto à sua busca de ascensão social, cuja via passou a ser a universidade.⁵²

Outros autores, como Bernardo Sorj e Daniel Pécaut,⁵³ enxergam nesse mesmo processo uma outra consequência, por assim dizer oposta, mas não inconciliável com a dimensão da cooptação. Para esses autores, o processo de politização dos intelectuais e o aumento de sua audiência foi contraditoriamente acentuado pelas interferências político-ideológicas e pela política de expansão universitária. Na interpretação de Sorj, coincidente nesse ponto e em alguns outros com a de Pécaut, o aumento do público para as publicações oposicionistas, a transformação da universidade em local de resistência e trincheira para a reorganização da oposição e a elevação dos especialistas das ciências sociais a atores políticos, na década de 1970, foram, em grande parte, desdobramentos da modernização da universidade, quando as “classes médias intelectuais e modernizantes procuravam vozes que expressassem os sentimentos reprimidos e censurados, num contexto de alta densidade, mobilização e coesão ideológica”.⁵⁴ Essa seria uma das origens, cujas nuances comentaremos mais à frente, do “partido intelectual”, cuja formação Pécaut situa na década de 1970, e do “conjunturalismo intelectual”, que teria imposto os limites da produção teórica dos membros do Cebrap

⁵¹ ABRANCHES, Sergio Henrique. “As ciências sociais e o Estado – comentário sobre a política científica e tecnológica e a institucionalização da ciência social no Brasil”. Rio de Janeiro: BIB, Anpocs, n. 13, 1982.

⁵² COUVRE, Maria de Lourdes M. *A fala dos homens. Análise do pensamento tecnocrático (1964-81)*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 227.

⁵³ SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

⁵⁴ SORJ, op.cit., p. 88.

na mesma época, segundo Sorj. Por ora, é importante sublinhar que essa inferência corre o risco de sugerir que os momentos de politização da vida cultural e acadêmica da década de 1970 não passaram de um resultado reativo ou, ainda, de um desdobramento conjuntural do momento de exceção.

A política de expansão, coerção e controle configuram as ambiguidades do processo de crescimento do público universitário e das ações de Estado para a educação superior naquela época, que atenderam seletivamente parte da dimensão quantitativa das reivindicações estudantis e dos movimentos pela reforma universitária, mas anularam o processo de construção da “universidade crítica”, conforme expressão corrente da época. Processos como o das ocupações e expurgos da UNB, em 1964, e da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1965, no Rio de Janeiro⁵⁵, exacerbavam o conflito que colocava, de um lado, uma fração do público universitário, entre professores e estudantes, e, de outro, apoiadores e interventores da ordem institucional implantada em 1964. Cortar o acúmulo de pensamento político progressista, projetos de revolução social e espaços de mobilização dentro da universidade era uma questão de segurança do modelo, o que veio a ser praticado de forma mais incisiva e sistemática com o AI-5, conhecido como o “golpe dentro do golpe”, que inaugurou seu ciclo repressivo mais violento.

O contraste entre o esvaziamento político oficial da vida acadêmica e a mobilização de uma parte dos intelectuais e estudantes ocorria com mais vigor na grande área das ciências humanas. O cerceamento de pesquisadores, estudantes e professores vistos como contrários aos “interesses nacionais”, de acordo com a doutrina de segurança nacional praticada nos marcos do anticomunismo, foi também uma forma de procurar barrar a formação de estudantes e profissionais que viessem a possuir uma visão das ciências sociais e dos cientistas como sujeitos da transformação da ordem desigual do país. Nessa mesma circunstância, ocorre a implementação das matérias de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica como itens obrigatórios, respectivamente, do ensino superior e da educação básica.

As mudanças na vida universitária após a reforma de 1968-1969 cumpriram um

⁵⁵ Sobre o embate de estudantes e professores contra os agentes da repressão na Faculdade Nacional de Filosofia, desmembrada em 1968 e integrada à UFRJ, ver GAMA, Ludmila. *O Historiador e o Agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (1965-1969)*. Dissertação de Mestrado (História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

duplo papel: ao mesmo tempo em que foram uma resposta conservadora às pressões dos movimentos estudantis e intelectuais, serviram a uma ideologia de desenvolvimento econômico que destinava ao ensino superior a função de formar elites de profissionais liberais e pesquisadores qualificados tecnologicamente, capazes de conferir ao país a estrutura técnico-científica necessária ao crescimento da indústria e à ampliação das funções de Estado. Para estabelecer essa versão tecnocrática do ensino superior, foram realizadas operações de banimento e perseguição a cientistas e professores consagrados nas suas respectivas áreas de atuação. Para ficarmos no âmbito da USP, essa operação envolveu a aposentadoria compulsória da historiadora Emília Viotti da Costa, do filósofo José Arthur Giannotti, do sociólogo Florestan Fernandes, do físico Mario Schengberg, do arquiteto Sergio Ferro e de muitos outros. Tais operações, baseadas no AI-5 e no decreto-lei 477/1969, traduziam-se também na infiltração de agentes no interior das salas de aula, na denúncia anônima e na adesão de funcionários, professores e reitores às práticas policiais que habitam a crônica da repressão na universidade àquela época.⁵⁶ Esses episódios corriam em paralelo à valorização ideológica do nacionalismo, da “cultura brasileira” e de seu conhecimento como condição para o desenvolvimento, pelo próprio governo autoritário, com o aproveitamento de diplomados em Ciências Sociais em órgãos de planificação e instituições públicas como BNH, IBGE e BNDE e empresas estatais com EMBRAER, PETROBRÁS e outras. Com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, a questão do desenvolvimento científico e tecnológico torna-se um elemento central dentro da agenda governamental voltada para a universidade.

No âmbito da Universidade de São Paulo, a ação repressiva direta fora mais incisiva na chamada “Maria Antonia”, sede da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Esse espaço representava um dos mais importantes meios de debate interdisciplinar e divulgação da teoria marxista nos meios acadêmicos brasileiros. Entre os professores daquele núcleo afetados diretamente estavam os já citados Florestan Fernandes e José Arthur Giannotti, além de Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Antonio Candido, Paul Singer e Fernando Henrique Cardoso. A exclusão acadêmica desses pesquisadores foi um processo entre outros de aposentadorias e expurgos em outras universidades e áreas da produção cultural. Tratava-se, no caso desses intelectuais, de integrantes de uma das tradições universitárias das ciências sociais mais influentes do

⁵⁶ Cf. *O livro negro da USP: controle ideológico na universidade*. São Paulo: Adusp, 1978.

país e pesquisadores que já tinham produzido relevantes interpretações do Brasil a partir de um diálogo interdisciplinar com a obra de Marx. Alguns deles viriam a adquirir um reconhecimento no seio das oposições, que os alçaria, mais tarde, ao *status* de tradutores e formuladores dos grupos sociais insatisfeitos. Voltaremos a esses autores, suas trajetórias intelectuais e intervenções teórico-políticas ao longo deste estudo.

Em síntese, as universidades brasileiras na passagem para a década de 1970 foram marcadas por tendências de expansão quantitativa e controle ideológico, em harmonia com o trio desenvolvimento capitalista-concentração de renda-repressão que marcou aquela época. As políticas estatais para a educação superior atenderam a necessidades do modelo de crescimento colocado em prática pelo regime, que também procurou impedir a reflexão crítica sobre as mudanças sociais recentes do país. A coerção direta, desde 1964, estava presente nas ações do Estado para os sindicatos, associações estudantis, centros universitários e movimentos políticos organizados, mas é no pós-1968 que a universidade pública, em geral, enfrenta a maior onda de vigilância e controle.

Modernização conservadora, coerção e resistência são elementos centrais para o entendimento da vida cultural não só na universidade, mas em todas as áreas de produção cultural, na virada para a década de 1970, e é nos meandros dessas três tendências que se institucionalizam alguns dos principais centros de pesquisa das ciências sociais no Brasil e se desenvolve a mais extraordinária movimentação político-editorial oposicionista da história brasileira recente.

O breve quadro esboçado até agora sobre a situação da universidade na virada para a década de 1970 é um dos panos de fundo da discussão sobre o caráter político do debate das ciências sociais e da sua participação destacada nos periódicos das oposições a partir de 1972. A combinação de crescimento quantitativo do público universitário com a tentativa de controle ideológico nos espaços acadêmicos também é importante para compreender a emergência de revistas acadêmicas extrauniversitárias, e seus projetos editoriais, como a *Argumento* e a *Debate e Crítica*. Ela também é um dos fatores centrais na conjuntura da gênese do Cebrap, em 1969, que arregimentou alguns dos principais quadros das ciências sociais da USP atingidos pela repressão e cumpriu um importante papel na aproximação entre o debate acadêmico e a frente oposicionista da década de 1970.

O projeto educacional do regime não se implantou sem resistências e

contrapressões. A expansão da universidade sob o autoritarismo favorecia a especialização, a fragmentação e o isolamento social e político, mas os movimentos de reorganização política dos intelectuais e editores proporcionava espaço para um tipo de atuação coletiva, um estilo de reflexão e uma forma de produção que são características do ensaio curto e do artigo, voltados para aspectos da conjuntura, mas fortemente ancorados numa experiência de pesquisa universitária e amparada em debate sólido com a teoria social. A apresentação do número inaugural da revista *Debate e Crítica*, de 1973, expressa de forma contundente esse tipo de proposta:

Sente-se, hoje, que é universal a necessidade de restabelecer os vínculos dos cientistas sociais com o resto da comunidade intelectual e, principalmente, com o público leigo e com os setores marginalizados da sociedade. Depois de um longo e intenso processo de “cientifização”, o conhecimento produzido pelas ciências sociais acabou perdendo contato com as realidades da vida, o que adulterou ou anulou as identificações que o articulavam ao sentido histórico dos movimentos sociais.⁵⁷

Possivelmente escrita por Florestan Fernandes,⁵⁸ essa apresentação de *Debate e Crítica* é um momento rico, assim como o próprio órgão que o veiculava, de uma tentativa que se apresentava de forma intensa na década de 1970: a importância da intervenção dos cientistas sociais nos debates sobre a conjuntura. Além da necessidade de agir contra o cerceamento da vida política e cultural, trata-se da recuperação dos laços sociais e políticos do cientista social, como decorrência de uma postura frente à prática científica. O problema é expresso, no texto em questão, pela via das “polarizações” (procedimento metodológico típico de outros textos de Florestan) dos papéis sociais cumpridos coletivamente por esse grupo:

Criar e difundir uma imagem do cientista social que responda, ao mesmo tempo, à

⁵⁷ “Apresentação” (sem autoria), *Debate e Crítica*, n. 1, São Paulo, jul-dez. 1973.

⁵⁸ Essa suposição deriva do problema levantado em torno da valorização da cientificidade e do “controle racional da realidade” como necessidade que deveria acompanhar a conquista de espaços de intervenção intelectual para os cientistas sociais na sociedade brasileira. Trata-se de um problema presente em outros textos de Florestan e corresponde a uma das temáticas centrais de sua trajetória intelectual, ao lado da questão da revolução burguesa e do papel das classes sociais no capitalismo dependente.

polarização restrita dos papéis intelectuais do cientista social (como produtor de um conhecimento especializado) e à sua polarização mais ampla (na qual esse mesmo conhecimento aparece como força histórico-social e, portanto, como fator de conservação ou de transformação de uma ordem social existente), é nosso alvo perene e maior.⁵⁹

Em outra revista, de 1974, que tinha em seu conselho diversos nomes em comum com *Debate e Crítica*, o mesmo problema é colocado pelo viés da reivindicação da independência e da liberdade de pensamento, numa definição intelectual de mais abrangência que a anterior, uma revista exclusivamente de ciências sociais. No primeiro número de *Argumento* – “Revista Mensal de Cultura” – a postura que anima o projeto da revista é a de criar um espaço para a reflexão cultural independente:

Os obstáculos que eventualmente encontramos e os estímulos que recebermos serão igualmente indicativos da utilidade de nossa função. Muito intelectual brasileiro foi *arrancado de seu mundo* e é preciso que encontre um terreno onde possa novamente se enraizar. A limitação de nosso campo poderá ainda ser restringida, mas sempre haverá um papel a ser cumprido pelo intelectual que resolva sair da perplexidade e se recuse a cair no desespero (grifo nosso).⁶⁰

Nas definições editoriais dessas duas revistas, nas quais estavam presentes os principais nomes que circulavam nos conselhos editoriais e nas páginas de *Opinião*, *Ensaio de Opinião* e *Cadernos de Opinião*, observa-se um movimento complementar que associou a afirmação da autonomia intelectual com a necessidade de atuação política e editorial. Ressalta-se textualmente a afirmação de um “campo” a ser defendido. Tal defesa é um traço marcante daquela circunstância: o *expert*, cuja representação social é bastante ligada, de forma ambígua, à figura do intelectual socialmente sem vínculos, voltava-se, em nome da autonomia, para o intercâmbio entre as discussões do campo científico e a conjuntura política, especialmente nas ciências sociais. Assim, a defesa da autonomia das práticas científicas ligava-se à necessidade de se ligar aos movimentos coletivos que ultrapassavam e atravessavam esse campo.

Antes de comentar mais de perto a atuação desses intelectuais nos periódicos de

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ “Apresentação” (sem autoria), *Argumento*, n. 1, Rio de Janeiro, 1974.

oposição ao regime, matéria dos próximos capítulos, impõe-se uma reflexão sobre a gênese, o desenvolvimento e a natureza daquilo que se convencionou denominar a “imprensa alternativa”. A crítica a esse conceito fechado serve à definição de um espaço editorial-jornalístico que perpassa o grupo de periódicos consagrados como “alternativos”, mas não se resume a ele. Além disso, a noção de “imprensa alternativa” tende a sugerir uma oposição absoluta à imprensa comercial-burguesa e uma uniformidade que não existem. Feita essa ressalva, note-se ainda que tal noção abrange determinadas iniciativas jornalísticas e editoriais, mas exclui outras, o que traz algumas imprecisões na delimitação do problema.

2.2 A imprensa alternativa: inovação jornalística e oposição política.

A multiplicação de jornais e revistas de oposição entre o final da década de 1960 e início de 1980 ficou consagrada pelo nome familiar e amplamente divulgado de “imprensa alternativa”. Embora a experiência jornalística a que esse rótulo se refere tenha sido pouco investigada pela historiografia, esse desinteresse vem diminuindo e acompanhou, nos anos 2000, o aumento das publicações, teses, coletâneas e artigos sobre a trajetória dos periódicos pertencentes ao conjunto impreciso que tem servido para designar um determinado segmento do jornalismo impresso no Brasil, concentrado basicamente na década de 1970. Apesar da grande diversidade, é possível falar de um movimento intelectual, de um circuito de leitores, autores e jornais que interagiram entre si, criticaram uns aos outros, circularam entre os jornais e revistas e reconheceram uma oposição comum tanto à forma hegemônica de imprensa como à ditadura empresarial-militar.

Dos primeiros debates feitos nas páginas da própria “imprensa alternativa” até as leituras atuais sobre o papel histórico desses periódicos, já é possível delinear um campo de debates. Grande parte das interpretações se relacionam de forma bem próxima com a memória de seus protagonistas, o que traz a essa produção um caráter menos analítico e predominantemente testemunhal e apologético, em que o relato da experiência dos autores se sobrepõe à análise da história dos jornais.

As primeiras referências em torno da existência de um movimento jornalístico “independente” no período da ditadura datam do final da década de década de 1960, quando Millôr Fernandes já realiza uma crítica ácida à ideia de uma definição dos

jornais oposicionistas a partir da reivindicação da “independência”⁶¹. Quanto ao epíteto “alternativo”, segundo Bernardo Kucinski, este foi cunhado pelo *ombudsman* Alberto Dines no *Jornal dos Jornais*, em sua coluna de crítica jornalística no *JB*.⁶² A designação mais jocosa de “imprensa nanica” também foi bastante utilizada, e foi cunhada no *Pasquim* em 1975 pelo escritor, jornalista e ativista João Antônio, alguns meses antes do artigo de Dines. Para João Antônio, os “nanicos” foram os únicos que cumpriram o verdadeiro papel da imprensa, demonstrando o “poder que o jornalismo tem quando conduzido à condição de imprensa – indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate”.⁶³

Tomando o AI-5 como referência, a história da imprensa “nanica” ou “alternativa” costuma ser dividida em duas fases: a primeira, anterior ao AI-5, entre 1964 e 1968, marcada por algumas experiências efêmeras, mas importantes, entre as quais se destacam, de um lado, o precursor do *Pasquim* liderado por Millôr Fernandes, *Pif-Paf*, e, por outro, os jornais da esquerda estudantil ligada a militantes de grupos e partidos da esquerda revolucionária como o PCB, a POLOP, o PC do B e a AP, entre os quais se destacam títulos como *A Voz Operária*, *Amanhã* e *O Sol*. Este último, semanal, começou como suplemento do *Jornal dos Sports*, sustentado por dois núcleos: jornalistas e artistas do Rio de Janeiro como Reynaldo Jardim, Zivaldo (que já editava o *Cartum JS*) e Henfil, e por militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), cuja proposta de organização para a luta armada incluía a utilização do jornal como núcleo de arregimentação para a guerrilha. *Amanhã* foi um órgão nascido no seio do movimento estudantil, como jornal do grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, controlado pela tentativa de frente capitaneada pela POLOP, pela AP e pelos grupos estudantis do PC e da Ala Vermelha, dissidência do PC do B. A direção jornalística de *Amanhã* era de Raimundo Pereira. Esse jornal é o precursor da proposta de jornalismo de frente, encarnada posteriormente em *Movimento*, *Opinião* e *Em Tempo*. Foi nesse jornal que Raimundo Pereira conheceu e se aproximou de alguns membros da Ação Popular com quem viria a trabalhar em *Veja*, *Realidade*, *Opinião* e *Movimento*⁶⁴.

⁶¹ FERNANDES, Millôr. “Independência, é? Vocês me matam de rir”, *Pasquim*, n. 1, Jun./99.

⁶² DINES, Alberto. “Sumário de 1975, Índice para 1976”, *Folha de S.Paulo*, 04/01/1976.

⁶³ ANTÔNIO, João. “Aviso aos nanicos”, *Pasquim*, n. 318, ago. 1975.

⁶⁴ Cf. entrevista de Raimundo Pereira no DVD que acompanha o livro de Carlos Azevêdo sobre

A segunda fase é o período pós AI-5, quando surgem os grandes alternativos e se pode falar, substancialmente, de uma tendência ou de um movimento. Em seu conjunto, jornais como *Pasquim*, *Movimento*, *Versus*, *Extra* e *Opinião* foram verdadeiro fenômeno cultural e político, cuja importância para uma faixa diversificada de intelectuais de diferentes extrações, posicionados tanto na condição de leitores como no papel de autores, é inegável. Nesse período se estabelece um denso circuito de comunicação entre militantes, jornalistas e cientistas sociais por meio de uma série de jornais. Registram-se também alguns “enclaves” oposicionistas no interior da grande imprensa, bem como expurgos e experiências de autocensura. O exemplo mais contundente desse processo conflituoso no interior da grande imprensa fora a experiência única de *Realidade*, publicada pela editora Abril.⁶⁵ De 1964 até 1968, essa revista semanal representou um exemplo de alta voltagem do encontro da modernização capitalista na imprensa escrita com a tradição de um jornalismo crítico e romântico que dava continuidade à linha das grandes reportagens de *O Cruzeiro* e ao mesmo tempo apresentava uma visão crítica do processo político e social, proporcionado por uma geração de jornalistas e fotógrafos que introduziu as técnicas do chamado “*new journalism*” de Gay Talese e Truman Capote no Brasil. Inspirada também na tradição da crônica brasileira de autores como Lima Barreto para compor flagrantes inusitados da cena urbana brasileira, a equipe de jornalistas de *Realidade* estabeleceu naquela revista uma ampliação dos limites da reportagem que seria, também, uma marca dos “alternativos” da década de 1970. De fato, *Realidade* é uma referência fundamental na trajetória de muitas lideranças dos jornais alternativos da década de 1970, e assim foi lembrada por alguns deles em depoimentos posteriores.⁶⁶ Nessa revista, marcaram época a qualidade gráfica e a profundidade das reportagens de autores como Mylton

Movimento. In: AZEVÊDO, Carlos. *Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

⁶⁵ Sobre a história da revista nos quadros do jornalismo brasileiro, ver FARO, José Salvador. *Realidade, 1966 – 1969: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. ECA/USP, 1996, 2 v. (mimeo). Segundo esse autor, após o A-I 5, *Realidade* deixa de representar uma experiência inovadora no âmbito da imprensa brasileira, devido a censuras internas e externas e à demissão de grande parte de seus repórteres e fotógrafos.

⁶⁶ Ver, por exemplo, o depoimento de João Antônio no seminário organizado pela RioArte em 1987. As falas desse seminário foram reunidas no volume *Imprensa alternativa e literatura: os anos de resistência*. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da RioArte, 1987.

Severiano, Narciso Kalili, Paulo Patarra, Sergio de Souza, João Antônio, Roberto Freire, Hamilton Vaz, Plínio Marcos, além da excelência dos ensaios fotográficos de profissionais como Walter Firmo, George Love e Claudia Andujar. Esse órgão concentra em sua história algumas das contradições fundamentais da vida cultural da época, como a circulação de motivos contraculturais nos veículos de ponta da indústria da informação e a integração contraditória de grupos identificados à esquerda política a um veículo da cultura de massa. Publicada por uma grande editora, *Realidade* foi um espaço onde, até 1969, articularam-se projetos ligados à tentativa de escapar ao conteúdo e à linguagem empobrecidos dos textos para a grande imprensa. Sua posição relevante no processo político-cultural brasileiro, refletindo em suas reportagens o clima de mobilização dos anos 1960, produziu, durante o curto período de 1966 a 1969, um conjunto de expressões inovadoras no âmbito do jornalismo. As inovações formais dessa revista e a equipe de jornalistas que realizaram esse projeto participaram de várias iniciativas editoriais alternativas da década de 1970. Raimundo Pereira, futuro editor de *Movimento* e *Opinião*, fez parte da equipe dessa revista, onde trabalhou como repórter e entrou em contato com alguns membros da AP que trabalhavam na redação e seriam levados por ele para *Opinião*, como Carlos Azevedo e Duarte Pereira.⁶⁷

A demissão coletiva da equipe da fase áurea de *Realidade* ocorre em 1968, quando o projeto de *Veja* nos quadros da editora Abril já começava a se tornar prioridade. Paralelamente à intensificação da repressão generalizada durante o segundo ciclo de fechamento do regime, após 1968, as redações de revistas como *Realidade* passaram por um processo de rearticulação capitaneado pelo alinhamento do grupo Abril à ditadura, que, por sua vez, passava a atacar, com mais ímpeto, os núcleos opositores na imprensa em jornais como *Última Hora* e *Correio da Manhã*. *Realidade* ainda sobreviveria até 1974, mas o momento “revolucionário” da revista passara, e naquele ano crítico seus principais ex-integrantes já se aventuravam nos embates diretos contra a ditadura em publicações como *EX-*, *Extra*, *Opinião* e *Mais Um*. Parte deles permanece atuante até hoje, na revista *Caros Amigos*, que reuniu vários ex-membros da lendária equipe de *Realidade* e pretende ser uma continuadora da *old generation* da imprensa alternativa da década de 1970, mas enfrenta desafios e problemas conjunturais diversos. Após a sua demissão de *Realidade*, Raimundo Pereira ainda trabalhou em

⁶⁷ Cf. entrevista de Raimundo Pereira no DVD que acompanha AZEVÊDO, Carlos. *Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

Veja, junto a Bernardo Kucinski e Mino Carta, onde produziram uma série de reportagens sobre a tortura no Brasil⁶⁸ que levou à intervenção dos Civita, donos da revista, no sentido de excluir a equipe responsável e passar a uma linha mais “isenta” e colaborativa com o regime.

Nos primeiros anos da década de 1970, também verificam-se o apogeu e a crise do milagre econômico, o recrudescimento do estado policial e da censura e o início da “distensão” tutelada pelo governo Geisel, apoiada, mesmo que de forma crítica, por alguns editores como Mino Carta, Élio Gaspari e Ruy Mesquita, embora inicialmente vista com reservas pela maior parte da grande imprensa.⁶⁹ O assassinato do jornalista Vladimir Herzog no DOI-Codi, em 1975, precipitou a quebra da complacência entre uma fração dos jornalistas e empresários no que se refere ao projeto de abertura do governo, ao qual ainda opunham resistências, internamente, os setores da chamada “linha-dura”, representada pelo ministro Silvío Frota, afastado do governo em 1977. Os atentados a bomba na redação de *Opinião* e à sede do Cebrap em 1976, assim como a continuidade da censura, são exemplos da persistência da ideologia de segurança nacional e do anticomunismo, embora já se vislumbrasse a crise de sua base de apoio e o aumento expressivo das manifestações de oposição.

O resfriamento da censura era um dos compromissos formalmente assumidos por Geisel e Golbery do Couto e Silva, que persuadiram diretamente os donos dos grandes órgãos de comunicação ao apoio ao projeto de abertura controlada pelo governo. Como lembra Alfredo Stepan,⁷⁰ *Jornal do Brasil, Veja, Isto É e O Estado de S.Paulo* apoiaram o projeto de distensão de Geisel. Episódios como a morte de Herzog, o assassinato, no ano seguinte e também no DOI-Codi, do operário Manoel Filho e o pacote de Abril de 1977 expunham as muitas idas e vindas da abertura de Geisel e, ainda, o controle ditatorial do poder político pelo Executivo ao longo de todo o processo da “distensão”. Por sua vez, a grande imprensa realizava alguns expurgos estratégicos no interior de suas fileiras, que corriam em paralelo ao seu apoio à abertura e ao

⁶⁸ As matérias de capa sobre a prática da tortura no Brasil foram publicadas em duas edições de *Veja* sob os títulos “O presidente não admite torturas” (edição 65, 03/02/1969) e “Torturas” (edição 66, 10/02/1969).

⁶⁹ Conforme DUARTE, C. R. “Imprensa e democratização no Brasil”. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 2, Rio de Janeiro, 1983, pp.181-195.

⁷⁰ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

abrandamento da censura na maioria dos grandes jornais e revistas.

Como lembra Kucinski, em 1977 as tendências da oposição liberal no interior das grandes redações já estavam seriamente restringidas:

No final desse período de lutas intestinais, estavam afastados alguns dos principais quadros dirigentes da grande imprensa: Alberto Dines, do *Jornal do Brasil*, Mino Carta, da *Veja*, e Cláudio Abramo, da *Folha de S.Paulo*. É a crise generalizada de relações no interior da grande imprensa.⁷¹

Bernardo Kucinski é autor do principal estudo de referência sobre a assim denominada “imprensa alternativa”. Foi também personagem importante e ativo de três importantes periódicos: *Em Tempo*, *Opinião* e *Movimento*. Sua obra cobre uma grande variedade de experiências e baseia-se tanto em documentação pessoal como cartas, comunicados internos e entrevistas. O livro traz diversas revelações factuais e já gerou alguma polêmica, inclusive quanto ao uso e à interpretação dos depoimentos.⁷² Inegável, no entanto, que se trata de um estudo de fôlego de alguém que não só participou intensamente daquela história, como também se dedicou a fazer o levantamento mais completo da trajetória daquele grupo de jornais. Pela dimensão do estudo e pela posição de seu autor na experiência que analisa, o livro de Kucinski ocupa um lugar duplo, que transparece em todo o seu texto, um misto de interpretação histórica e testemunho pessoal, com certa ênfase nas limitações internas da proposta “alternativa” e no caráter “utópico” que animava os jornais, que aparecem como fatores centrais na explicação de seu ocaso. Sua interpretação do que levou às principais crises internas nos jornais alternativos foi o conflito entre os “jornalistas” e “revolucionários”, em visão algo esquemática que alguns textos mais recentes vêm questionando. Uma passagem, especialmente, é emblemática de sua visão sobre o processo:

Assim, impulsos libertários, de natureza intelectual-jornalística, combinados numa nova matriz de relações baseada na auto-organização, na autonomia do trabalhador intelectual e numa ética em que os métodos determinavam os fins, acabavam sendo

⁷¹ KUCINSKI, Bernardo, 2003, op.cit, p. 100.

⁷² Conforme entrevista de Raimundo Pereira à equipe do Núcleo Piratininga de Comunicação. Disponível em: http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2297&topico=Entrevistas. Acesso em: 10/2012.

negados pelo falseamento das relações pessoais inerentes ao modelo leninista, no qual os fins justificam os meios.⁷³

Na tese de Kucinski, os atores sociais fundamentais para o desenvolvimento da “imprensa alternativa” foram estes: jornalistas insatisfeitos com o padrão complacente e as limitações de linguagem e opinião na grande imprensa, militantes de organizações de esquerda em busca de espaço de atuação nas condições políticas desfavoráveis dos anos 1970, intelectuais universitários banidos da academia pela sua identificação com o marxismo e/ou o socialismo. Esses três grupos, de acordo com Kucinski, formariam o núcleo fundamental da assim chamada “aventura alternativa”, da qual exclui as iniciativas sindicais e diretamente partidárias. Essa exclusão foi deliberada, segundo o autor, de acordo com o critério do “aporte jornalístico”. Quando indagado sobre a exclusão dos jornais sindicais e operários, Kucinski relatou:

Tive que demarcar, como eu era jornalista, eu parti do critério do jornalismo, do jornalismo alternativo. O trabalho de edição, o trabalho de impressão, o trabalho de distribuição, do ponto de vista do aporte jornalístico, e também do ponto de vista do critério jornalístico. Então, embora *Opinião*, *Movimento* e outros fossem apoiados por articulações políticas, o critério era basicamente jornalístico. Agora, você pega um jornal de partido, o critério é partidário. Não precisa fazer reportagem, não precisa explicar os fatos. Por isso, quando ocorre a Anistia e surgem os jornais partidários, eu considero que acabou o ciclo.⁷⁴

A partir dessa visão que procura distinguir dois tipos de práticas que, historicamente, se confundem, e preocupado em demonstrar as razões para a emergência dos diversos jornais alternativos, Kucinski destaca em seu monumental estudo fatores como a importância dos periódicos para o estabelecimento de uma consciência coletiva da existência da censura, da emergência de um debate público sobre o modelo de desenvolvimento e da reorganização dos grupos de esquerda após o esfacelamento da luta armada. Dessa forma, o jornalismo de oposição da década de 1970 seria uma espécie de opção comum para diferentes estratos intelectuais que, a partir de seu campo específico de atuação e engajamento, construíram aquele fenômeno

⁷³ KUCINSKI, Bernardo, op.cit, p. 29.

⁷⁴ Depoimento de Bernardo Kucinski a mim concedido em 23/11/2012.

da história política e cultural recente do Brasil. Esses são os traços mais gerais da tese consagrada de Kucinski. Ele sugere que a imprensa alternativa seria “a última manifestação da Utopia no Brasil” e que o fim desse ciclo de jornais não se deu somente devido às dificuldades com a repressão e com a censura, mas também devido à crise de um determinado “modelo ético-político”, que se refere ao marxismo-leninismo e ao “espírito anticapitalista” que norteava a produção dos jornais alternativos. Para Kucinski, o ocaso dos alternativos também se explica pelo sectarismo e pelo papel desagregador de uma determinada concepção sobre a disputa de espaços por determinados grupos e agremiações de esquerda. Esse seria o caso da aliança AP-PC do B, que teria prejudicado a “autonomia jornalística” de *Movimento* e *Opinião*, enfraquecido seu conteúdo e isolado seu discurso.

Entretanto, mesmo uma leitura superficial das páginas de *Opinião* e *Movimento* mostra que, ao lado das interpretações que seguiam a linha do PC do B e da AP apoiada por Raimundo Pereira e Duarte Pereira, principalmente na seção *Ensaio Populares*, encontravam-se, na pauta e nos conselhos editoriais e de redação desses jornais, vertentes muito diferenciadas. Como lembra Juliana Sartori, *Movimento* foi um “jornal-partido”, na acepção de Gramsci, e um jornal literalmente partido, cujas divisões internas revelavam a dificuldade da proposta frentista.

Ainda de acordo com Kucinski, o sucesso editorial de alguns periódicos alternativos na primeira fase de sua periodização (1969-77) deve-se à sua constituição como “canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas perseguidos e seu público”⁷⁵ e como espaço de reorganização das esquerdas revolucionárias nas condições específicas da década de 1970. A radicalização do discurso de *Movimento* representaria uma tentativa num campo de luta mais avançado, dentro dos jornais “frentistas”. Assim, de acordo com Kucinski:

Em *Movimento*, torna-se explícito e demarcado o programa político da frente ampla, que em *Opinião* aparecia de modo difuso. Redefine-se o objetivo editorial para atingir os setores mais populares, em contraposição aos objetivos quase que estritamente intelectuais de *Opinião*.⁷⁶

⁷⁵ Idem, p. 259.

⁷⁶ Ibidem, p. 288.

Além desses dois jornais, que foram, sem dúvida, as experiências politicamente mais significativas, diversas outras iniciativas editoriais desse período enfrentaram as limitações de informação e de trabalho nos grandes jornais e revistas, na tentativa de mostrar versões críticas da realidade socioeconômica brasileira. Essa motivação de denúncia e registro da realidade social já aparecia na pauta ou na origem de muitos jornais e revistas surgidos na década anterior, como o já mencionado jornal *Amanhã* (1967), uma parte da imprensa sindical e comunista, como *Voz Operária e Libertação*,⁷⁷ e, numa perspectiva mais humorística (carioca e carnavalesca), *O Pasquim* (1969).

A posição dos jornais “alternativos” coloca-se contra a “dicotomia entre trabalho cultural e expressão política” referida por Renato Ortiz⁷⁸ ao analisar a reorganização da ideologia “nacional-popular” em bases empresariais, ligada a um processo mais amplo de desenvolvimento do mercado de bens simbólicos observado a partir dos anos 1950, mas cujo ápice se dá na década de 1970. Segundo Ortiz:

Nesse sentido o advento da imprensa comercial, que substitui em grande parte a imprensa política dos anos anteriores, financiada pela publicidade e voltada para o mercado, marca a emergência de uma etapa que tende a se definir como um processo de despolitização.⁷⁹

Os jornais e revistas “alternativos” foram, entre outros espaços, testemunhos, produtos e agentes críticos desse processo, constituindo-se como pontos de aglutinação para diferentes grupos, que associaram a produção cultural a alguma forma de atuação política. O surgimento e expansão dos “alternativos” também se explicam, assim, pelo processo de ampliação e consolidação do mercado de bens culturais, com o estabelecimento de um circuito de produtores e agentes editoriais. Trata-se de uma integração entre a produção cultural e a política característica da década de 1960, quando se tentara esboçar, nas palavras de Walnice Nogueira Galvão, um “ensaio geral de socialização da cultura”,⁸⁰ no momento de reestruturação da indústria cultural no

⁷⁷ Cf. GIANNOTTI, Vito. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988; FREDERICO, Celso. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁷⁸ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 151.

⁸⁰ GALVÃO, Walnice Nogueira. “As falas, os silêncios”. In: *Desconversa (ensaios críticos)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998, p. 45.

Brasil. Naquele ambiente, o aumento da atividade editorial coincide com a expansão de um mercado de leitores identificados à discussão em torno do projeto nacional-popular, como lembra Rodrigo Czajka: “Ocorrera, pois, uma intensificação da produção cultural em todos os níveis, que favorecia a relação entre produtores comerciais de esquerda e as organizações comerciais e de difusão cultural – estas, em expansão comercial antes nunca vista”.⁸¹

Essa mudança na esfera da produção de bens simbólicos e as iniciativas de editores como Ênio Silveira à frente da importante *Revista da Civilização Brasileira* e de Fernando Gasparian à frente da *Paz e Terra* colaboraram na projeção de muitos intelectuais oriundos da academia no espaço dos debates políticos. Na metade da década de 1970, essa presença se acentua, acompanhada agora de órgãos semanais que ajudaram a aglutinar as elites intelectuais oposicionistas em uma frente comum. Entre os jornais geralmente incluídos entre a “imprensa alternativa”, as trajetórias de *Opinião* e *Movimento* testemunham, de forma especialmente incisiva, essa integração complexa entre a dimensão da política, os intelectuais acadêmicos e a imprensa.

“Imprensa alternativa” é um termo datado das décadas de 1960 e 1970 e possui uma relação direta com a rearticulação do debate das esquerdas brasileiras sob a ditadura. Embora a experiência a que se refere essa expressão tenha diversos precedentes e herdeiros na história brasileira, a noção consagrada traz a marca desses dois decênios. Desde os pasquins liberais, jornais abolicionistas e órgãos operários dos séculos XIX e XX, diversos grupos dedicados ao questionamento da ordem política e cultural sempre criaram e continuam criando seus partidos impressos. Portanto, não há como estabelecer uma definição estável da imprensa alternativa brasileira na longa duração. Podemos, no entanto, admitir a existência de um ciclo de jornais cujos produtores, conteúdos e consumidores formaram um movimento político-cultural e uma tradição, localizada entre 1964 e o final da década de 1970. Os marcos desse ciclo podem ser estabelecidos com o surgimento de *PIF-PAF* de Millôr Fernandes, ainda em 1964, e o ocaso de *Movimento*, cujo fechamento, em 1981, representa o final de um processo que, embora tenha deixado continuadores, não possuiria mais a mesma importância política e cultural do período anterior.

Na historiografia, “imprensa alternativa” serviu até hoje para identificar a

⁸¹ CZAJKA, Rodrigo. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil*. Tese de doutorado. Unicamp, 2009, p. 233.

imprensa de oposição ao regime militar, mas também são incluídos nessa categoria iniciativas que se dirigiam exclusivamente para questões de caráter comportamental e artístico, como *Bondinho* e *Flor do Mal*, ou ainda determinados órgãos voltados para questões de gênero e etnia, como *Lampião de Esquina*, *Brasil Mulher* e *Tiçãõ*. Da mesma forma, alguns jornais oposicionistas não entram nessa categorização, como aqueles ligados à imprensa clandestina e os órgãos do movimento sindical. Por último, lembre-se também da existência de experiências alternativas de jornalismo no interior da grande imprensa, como na fase áurea da revista *Realidade*, no suplemento cultural do *JB* durante as décadas de 1950 e 1960, na coluna Geleia Geral do jornal *Última Hora* e no Folhetim da Folha de São Paulo, este último sob a liderança de Cláudio Abramo. Resulta assim uma grande indefinição no que se refere aos contornos dessa experiência, cuja denominação consagrada esconde uma intrincada variedade de experiências, motivações, pautas e agentes. Uma definição mais precisa é necessária para situar o contexto da imprensa brasileira naquele momento, o que envolve o desenvolvimento acelerado do jornalismo de grande empresa, ao qual os órgãos enquadrados na imprensa alternativa se opunham. A modernização dos parques gráficos e a divisão do trabalho cada vez mais rígida na elaboração das reportagens e notícias, junto com a construção de uma estrutura de propriedade monopolizada, refletia-se no cotidiano de muitos jornalistas, editores e fotógrafos, cuja inconformidade com o regime aliava-se à insatisfação com as condições de trabalho. A autocensura e a padronização da opinião e da linguagem foram outros elementos para que as personagens mais inquietas das redações se lançassem a tentativas mais radicais, do ponto de vista do exercício da linguagem e da opinião.

Para Flávio Aguiar, a imprensa alternativa que floresceu na década de 1970 foi uma “continuidade na descontinuidade” em relação a diferentes experiências de contestação na história da imprensa brasileira:

Na história brasileira, os periódicos alternativos seriam jornais que se oporiam ou se desviariam das tendências hegemônicas da imprensa convencional, que esta pretende tornar hegemônicas no país. Com isso, não pretendemos fechar o conceito em uma definição unívoca, mas, ao contrário, abri-lo, mostrando seu dinamismo e seus aspectos também contraditórios.⁸²

⁸² AGUIAR, Flávio. “Imprensa alternativa: *Opinião, Movimento e Em Tempo*”. In: MARTINS, Ana Luiza

A definição proposta por Aguiar possui a vantagem de ressaltar o sentido relacional do adjetivo, o qual serviu para caracterizar uma faixa da produção jornalística daquela época que tentava se situar num espaço criativo e político norteado por outra relação com a atividade intelectual na imprensa, seja no que diz respeito à linguagem, aos temas, às relações de trabalho, ou no que se refere à propriedade e à produção do jornal. Como espaço para mais de uma geração, o conjunto dos “alternativos” marcou não somente a trajetória dos homens de imprensa que iniciaram e lideraram aquele movimento, mas pessoas e grupos de diferentes procedências e áreas de atuação, grande parte delas ligada à universidade. O próprio Flávio Aguiar já deixou outros testemunhos escritos, que são também análises, onde destaca a importância dos jornais para a circulação de temas, autores e problemas comuns à crítica literária, ao debate político e à sociologia universitária, como a retomada da discussão sobre o nacional-popular na literatura e nas artes e os contrastes abissais subjacentes ao chamado “modelo de desenvolvimento” brasileiro. Em outra ocasião, o crítico literário e ex-editor de cultura de *Movimento* e *Em Tempo* definiria a “imprensa alternativa” a partir dos elementos técnicos e dos fatores sociais que possibilitaram a sua emergência. Na indústria da comunicação impressa, inovações técnicas como a impressão em *offset* e o *fax* permitiam rapidez e barateamento dos custos na produção de jornais e revistas. Esse elemento tecnológico alia-se aos fatores de ordem política que incidiam sobre o trabalho na universidade e nas redações para a genealogia do movimento da “imprensa alternativa”.

A disponibilidade de um determinado público esclarecido nos grandes centros urbanos é outro fator central para explicar a existência de periódicos como *Opinião* e *Movimento*: desde que foram criadas as primeiras universidades brasileiras, nos anos 1960 começa-se a notar “a presença de uma grande massa de estudantes e de egressos das universidades”.⁸³ Essa presença de “recursos humanos insatisfeitos e disponíveis” favoreceu a multiplicação de jornais que ofereciam um conjunto de temas e enfoques inéditos na imprensa da época. Esses dois aspectos – produtores culturais insatisfeitos com as condições de trabalho e público potencial de leitores em busca de novas informações e opiniões – são destacados como fatores determinantes para a emergência

e DE LUCCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 233-249.

⁸³ AGUIAR, Flávioop.cit, p. 237.

do movimento da “imprensa alternativa”. Flávio Aguiar foi um dos responsáveis pela seção de cultura de *Opinião* até 1975 e editor de *Movimento* em 1976 e 1977. Para ele, esses jornais representavam uma “mistura volátil”,⁸⁴ uma aliança datada, entre grupos com diferentes graus de envolvimento político e motivações também diferenciadas para participarem dessas iniciativas editoriais. Esse caráter de frente ampla explica a diversidade de perfis entre os seus colaboradores. Já no que se refere aos fatores relativos aos produtores e ao público leitor de tais experiências, Aguiar destaca justamente a presença de uma massa crítica de sujeitos coletivos inconformados com as suas condições de atuação nas redações e nas universidades, além de uma faixa de leitores ávidos por notícias e interpretações da realidade que escapassem ao padrão complacente da grande imprensa. A “imprensa alternativa” da década de 1970 cresce nesse espaço:

A conjugação desses fatores – massas de produtores insatisfeitos com as suas condições de trabalho, meios técnicos em transformação, massa de leitores em potencial insatisfeitos com o que liam – foi o caldo de cultura favorável para a proliferação da imprensa alternativa.⁸⁵

Raimundo Pereira se aproxima da contextualização proposta por Aguiar, mas o ex-editor de *Movimento* afirma ser a imprensa alternativa da década de 1970 a “expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendendo interesses nacionais e populares”, concluindo com isso que seu papel foi opor-se não só à forma política da ditadura, mas também à “monopolização da economia e à sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais”.⁸⁶ Nessa concepção, a imprensa alternativa adquire consistência histórica por meio do destaque de uma marca política específica e representa interesses de determinados grupos e classes sociais. Em outra tentativa, mais datada, Sonia Virginia Moreira diz que a imprensa alternativa compreende todos os “jornais e revistas que nasceram nos últimos vinte anos [décadas

⁸⁴ AGUIAR, Flávio. *A palavra no purgatório: literatura e cultura nos anos 70*. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 12.

⁸⁵ AGUIAR, Flávio. “Imprensa alternativa: *Opinião, Movimento e Em Tempo*”. In: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 237.

⁸⁶ PEREIRA, Raimundo. “Vive a imprensa alternativa! Viva a imprensa alternativa!”. In: FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

de 1960 e 1970], e não estavam ligados, via cordão umbilical, à chamada grande imprensa ou à imprensa oficial”.⁸⁷ Essa definição direta e abrangente, feita no início da década de 1980, inclui não só os jornais ligados à oposição política, mas diversas iniciativas setoriais na imprensa das décadas de 1960 e 1970, como a imprensa sindical.⁸⁸ Alguns desses órgãos conquistaram uma credibilidade notável como espaço de debate cuja diferença residia na possibilidade de uma intervenção livre da “objetividade” imposta nas grandes agências produtoras de consenso. Essa aspiração resulta em séries de textos, ensaios, reportagens, artigos, resenhas e polêmicas marcados pelo propósito de participar da construção de alternativas políticas à ditadura e pelo desejo de criar uma experiência original na imprensa brasileira.⁸⁹

Como já foi lembrado, os dois principais intérpretes do movimento da imprensa alternativa, Bernardo Kucinski e Flávio Aguiar, participaram ativamente da construção de *Opinião e Movimento*. Por isso, em seus textos, transparece um caráter testemunhal de quem viveu por dentro a história desses jornais, ao lado da tentativa de situar os condicionamentos políticos e sociais de sua emergência. Pode-se dizer que o trabalho de Kucinski, originalmente uma tese de doutorado, tem como principais características a narrativa factual da trajetória dos jornais e a sua relação conflituosa com a “cultura política” das esquerdas nos anos 1960 e 1970, enquanto os artigos de Flávio Aguiar situam os periódicos a partir da existência das mudanças sociais e culturais que levaram uma parcela da sociedade civil a se identificar com a imprensa oposicionista.

⁸⁷ MOREIRA, Sonia Virginia. *O poder da imprensa alternativa pós-64: histórico e desdobramentos*. Rio de Janeiro: Antologia Prêmio Torquato Neto, RioArte, 1985, p. 17.

⁸⁸ *Opinião e Movimento*, nesse sentido, fariam parte de um grupo específico dentro da imprensa alternativa, mais próximo do estilo de *Versus*, *Política* e outros. Os jornais de inspiração contracultural, como *Flor do Mal*, *Navilouca* e *Bondinho*, os feministas, como *Brasil Mulher*, os representantes dos homossexuais, como *Lampião de Esquina*, e porta-vozes do movimento negro, como *Tição*, atestam a diversidade interna da “imprensa alternativa” e solicitariam uma visão de conjunto que leve em conta a particularidade de cada um, em suas diversas ligações com os grupos e demandas específicas que representaram. Para uma visão sintética da diversidade interna aos jornais incluídos no conjunto dos “alternativos”, ver CHINEN, Rivaldo. *Imprensa alternativa, jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

⁸⁹ Ao questionar a ideia circundante de notícia, os colaboradores da imprensa alternativa afirmavam-na como uma tentativa de superar as restrições de linguagem e temas então existentes. Esse problema foi tema de uma rica discussão em *Opinião*. LIMA, Luiz Costa. “Jornalismo cultural e imprensa nanica”, *Opinião*, s.n., 02/08/1977. BRITO, Ronaldo, “A imagem da imprensa”, *Opinião*, s.n., 09/08/1977.

Em artigo mais recente,⁹⁰ Kucinski retoma a “aventura alternativa” e faz uma distinção entre os jornais “existenciais” e “políticos”, incluindo *Opinião* e *Movimento* entre os últimos. Segundo Kucinski, jornais alternativos políticos “tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 1950, ou no marxismo vulgarizado nos meios estudantis nos anos 1960”:

Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceber os perigos crescentes do endividamento externo do país, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens de nosso cenário, como os “boias-frias”, e em suas páginas eram protagonistas os movimentos populares de reivindicação e de protesto; discutiam ainda as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura.⁹¹

Essa caracterização consagrada nos dois trabalhos de Bernardo Kucinski indica o lugar que a experiência ocupa na principal referência contemporânea sobre o conjunto da imprensa alternativa. Essa avaliação situa os jornais no seu tempo, mas tende a elidir, em abordagem esquemática, a riqueza do material disponível nos jornais. Assim, a ligação dos “alternativos” com o marxismo e o socialismo, por exemplo, foi sublinhada por Kucinski, mas esse autor não chega a penetrar nesse problema por meio dos textos publicados naqueles jornais. A investigação dos aspectos que envolvem a fatura, por assim dizer, da imprensa alternativa não foi o propósito de Kucinski, cuja atenção se deteve principalmente na tentativa de compreender as razões do desenvolvimento e do ocaso de um determinado círculo de publicações. Sua interpretação para o ciclo dos jornais alternativos baseia-se na ideia de que a natureza desse grupo de jornais de oposição – o próprio “fenômeno” alternativo – deve-se à expectativa, presente em diversos grupos atuantes no período da ditadura, de constituir-se como vanguarda da mudança política por meio da luta pela hegemonia cultural. A existência da imprensa alternativa e seu refluxo na década de 1980 são vistos por Kucinski como fenômenos resultantes das expectativas e das condições de atuação da esquerda no contexto

⁹⁰ KUCINSKI, Bernardo. “A aventura alternativa”. In: *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp.177-198.

⁹¹ Idem, p. 184.

autoritário, do esgotamento daquele “modelo ético-político” (utópico e anticapitalista) e do suposto reestabelecimento da liberdade de organização e de imprensa, após a redemocratização.

Maria Paula Nascimento situa os jornais alternativos como exemplos dos temas e motivações da “nova esquerda”, que alguns desses jornais representariam. O objetivo dessa autora⁹² é procurar os sinais de ruptura com os marcos da esquerda tradicional dentro do amplo espectro de sujeitos políticos associados à resistência contra a ditadura. Essa “esquerda alternativa” teria nos jornais assim denominados o seu espaço de formulação política, reflexão e debate. A autora sublinha que a “imprensa alternativa” é uma fonte potencial para o estudo dessa “nova esquerda”, chamando a atenção para a necessidade de compreender a renovação das posições políticas nos anos 1970 a partir das visões de mundo, ideologias e modelos teóricos presentes naqueles jornais. Para exemplificar as aspirações dessa suposta esquerda emergente, a autora privilegia os jornais *Em Tempo* e *Versus*, além da imprensa feminista e dos jornais vinculados ao movimento negro, exemplificando com seus textos a “utopia fragmentada” da década de 1970. As principais características dessa revisão geral dos paradigmas da esquerda, que a autora identifica na década de 1970, seriam a valorização das identidades locais, da diversidade e da cultura, onde a “crise das ideias de totalidade” é a chave interpretativa. A escolha de Nascimento em insistir nas categorias de totalidade e fragmentação para entender a emergência da “nova esquerda” no Brasil resulta em oposição típica da “dialética invertida”,⁹³ que, na expressão de Emilia Viotti, marcariam a partir da década de 1970 a desqualificação das referências à visão da totalidade e, conseqüentemente, das perspectivas de transformação social sistêmica.

Tanto o trabalho de Kucinski como o de Nascimento falam da imprensa alternativa a partir de sua importância para a reorganização das esquerdas na década de 1970. Mas, enquanto Kucinski enfatiza a sua constituição como “instrumento de resistência ou de uma revolução supostamente em marcha”,⁹⁴ Nascimento interpreta o conjunto daqueles jornais a partir de uma visão que destaca os elementos de ruptura

⁹² NASCIMENTO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁹³ COSTA, Emilia Viotti da. “A dialética invertida”. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27. São Paulo: Anpuh, Marco Zero, 1994.

⁹⁴ KUCINSKI, Bernardo, op.cit., p. XVI.

com as aspirações dos grupos marxista-leninistas da década de 1960, definida como um “confronto entre a universalidade e a fragmentação”.⁹⁵ Ambos os estudos, porém, incorrem em esquematização semelhante, enquadrando aquela experiência em modelos preconcebidos sobre a esquerda e as oposições na década de 1970, sem realizarem uma sondagem mais voltada para a leitura crítica dos textos dos jornais e revistas.

O problema da censura é a principal preocupação de uma série de livros que falam dos jornais relacionando-os ao marco da ação repressiva do Estado.⁹⁶ Apresentando informações sobre os fatos político-institucionais vinculados à censura, situam dessa forma os periódicos e suas lacunas. Dentre esses estudos, destaca-se o esforço de Maria Aparecida de Aquino,⁹⁷ que pretende fazer uma caracterização do projeto de *Movimento* para entender a lógica da repressão através das posições assumidas pelo jornal, em comparação com a censura ao *Estado de S. Paulo*. A tese de Aquino é a de que as propostas editoriais de *Movimento*, caracterizado pelo trinômio “democracia-nacionalismo-interesses populares”, desencadearam uma escalada repressiva mais severa que nos órgãos da “imprensa liberal”. Aquino fez um levantamento temático das matérias censuradas de *Movimento* e *O Estado de S. Paulo*, relacionando de forma quantitativa os principais assuntos desses jornais que foram alvo da censura. Destaca-se, para este estudo, entre os vários temas levantados pela autora em *Movimento*, o da crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, que é um problema dos mais frequentes entre os textos assinados por cientistas sociais não só de *Movimento*, mas também de *Opinião*.⁹⁸ A discussão sobre esse modelo é um dos pontos cruciais do pensamento social naquele momento, e sua reavaliação da trajetória do capitalismo no Brasil. Trata-se, além disso, de uma dimensão central das críticas ao “milagre brasileiro”, cuja crise ajuda a explicar a emergência de uma oposição renovada, em meados dos anos 1970, que teve nas páginas de *Opinião* e *Movimento* um

⁹⁵ NASCIMENTO, Maria Paula, op.cit., p. 98.

⁹⁶ MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980. MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião x censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

⁹⁷ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S.Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

⁹⁸ Cf. FURTADO, Celso. “Concentração de renda e desenvolvimento”, *Opinião*, n. 59, 21/12/1973, p. 9. OLIVEIRA, Francisco de. “A face oculta do desemprego”, *Opinião*, n. 83, 10/06/1974, p. 12. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Uma definição oficial do modelo”, *Movimento*, n. 52, 28/06/1976, p. 8.

importante veículo.

Sartori⁹⁹ dedica-se ao estudo de *Movimento* a partir dos debates internos do jornal, utilizando fontes reunidas no fundo do jornal *Movimento*, pertencente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Trata-se de atas de assembleia, relatórios internos e correspondências lidas por Sartori com a intenção de caracterizar esse jornal como um “espaço de sociabilidade”. O recorte temático de seu estudo é a “forma como o semanário atuou no combate à ditadura”, ou seja, sua identificação como veículo da oposição. Para isso, Sartori propõe olhar o jornal “para além do que suas páginas retratavam, buscando recuperar aquilo que não foi dito nelas”, no movimento de “sair das páginas e ir aos jornalistas”.¹⁰⁰ Esse procedimento, adotado pela autora para caracterizar a organização interna do jornal e a atuação cotidiana de diferentes grupos de esquerda na redação, permite a composição de um quadro que aprofunda e relativiza as afirmações genéricas de Bernardo Kucinski sobre o aparelhamento daquele periódico, principalmente pela Ação Popular e pelo PC do B. O estudo de Sartori se define como uma contribuição para a diversidade das referências de esquerda presentes em *Movimento*, centrada, por um lado, na sua atuação nas assembleias e nas instâncias decisórias do jornal. Sartori destaca o espaço dedicado na editoria de *Movimento* aos movimentos de base da segunda metade da década de 1970. Esse destaque pretendia cumprir o programa estratégico de atuar como porta-voz da oposição ao autoritarismo a partir de um viés popular. Dessa forma, *Movimento* pretendia estabelecer vínculos orgânicos com movimentos díspares, como o Movimento Contra o Custo de Vida e o Novo Sindicalismo, no esforço de integrá-los à “estratégia do jornal para o combate à ditadura”.¹⁰¹ Trata-se do primeiro estudo que utilizou de forma sistemática o fundo do jornal *Movimento*, que constitui a mais importante reunião de documentos desse periódico, doado por seu idealizador à USP em meados da década de 1990 e repassado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo no início dos anos 2000.

Seja em estudos monográficos, ensaios memorialísticos ou narrativas abrangentes sobre o seu papel na resistência ao autoritarismo, os jornais “alternativos” vêm se fortalecendo como um tema de vivo interesse para quem se dedica à década de

⁹⁹ SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal “partido”: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)*. Dissertação de mestrado. UFCS, 2006.

¹⁰⁰ Idem, p. 56.

¹⁰¹ Ibidem, p. 60.

1970. Os comentários e análises existentes se referem, sobretudo, aos atritos dos jornais com a censura, à sua relação com a reorganização da esquerda na década de 1970 e à cobertura jornalística dos movimentos populares na sua estratégia de combate à ditadura. Mas a história da imprensa alternativa ainda carece de estudos dedicados àquilo que existe de mais importante naquela experiência: a leitura crítica de suas páginas. Ainda não há esforços significativos no sentido de mergulhar nos “alternativos” a partir da análise daquilo que existe de substantivo para a compreensão daquela experiência: as páginas dos próprios jornais.¹⁰²

A discussão sobre o “engajamento” político dos artistas e intelectuais caracteriza grande parte das análises e polêmicas em torno da produção musical, cinematográfica, teatral e literária das décadas de 1960 e 1970. Trata-se de um dos principais pontos de discussão em estudos de diferentes matizes em torno da época. Esse problema das relações entre cultura e política é uma questão sensível daquele momento e constitui um traço distintivo, pela intensidade com que esse vínculo foi estabelecido então, tanto no que se refere às trajetórias dos “intelectuais”, como no que diz respeito às implicações políticas das produções artísticas e também científicas. A chamada “ida ao povo” dos artistas, militantes e acadêmicos é até mesmo um lugar comum sobre a época e já levou à sugestão, ainda no calor da hora e com certa dose de exagero, de que se vivia uma “hegemonia cultural” da esquerda nos anos 1960.¹⁰³ Essa expressão busca sublinhar uma tendência dos anos 1960 e 1970, que perpassa experiências tão diversificadas quanto o CPC, o teatro de Arena, os congressos da SBPC, o Cinema Novo, a música de protesto, o Teatro do Oprimido, a “imprensa alternativa” e muitos outros. Trata-se, em suma, da importância conferida à revolução social nas atividades culturais, naquele momento de inovação e invenção radicais no que se refere à pesquisa, à reflexão

¹⁰² Importa notar que a divulgação dos textos da imprensa alternativa já começou a ser feita por meio de coletâneas de autores específicos na área dos estudos literários e de volumes dedicados aos jornais. Conferir: AGUIAR, Flávio. *A palavra no purgatório*, op.cit.; BRITO, Antonio Carlos (Cacaso). *Não quero prosa*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Campinas: Editora da Unicamp, 1997 (organização de Vilma Arêas); BRITO, Ronaldo. *A experiência crítica*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2005 (organização de Sueli Lima). AUGUSTO, Sérgio e JAGUAR (orgs.) *Pasquim –antologia* (2 v.), Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. FILHO, Omar F. de Barros. *Versus: páginas da utopia: uma seleção de reportagens, ensaios e artigos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

¹⁰³ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969”. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

estética, à produção musical, à literatura, às ciências sociais, à política e ao jornalismo.

Se essa ênfase na questão do engajamento dos “intelectuais” – estudantes, artistas, cientistas, jornalistas e escritores – é praticamente um estereótipo dos anos 1960 e 1970, a caracterização de iniciativas editoriais contra-hegemônicas nesse quadro leva necessariamente à reflexão sobre o espaço ocupado por eles nesse campo cultural “engajado” do período, cuja diversidade é gritante. Da mesma forma, também é preciso situar essa fermentação política em referências de mais longa duração que compreendem a formação dos protagonistas da imprensa de oposição da década de 1970.

A geração de jornalistas, militantes, críticos, escritores e cientistas sociais que protagonizaram as principais iniciativas editoriais oposicionistas dos anos 1970 formara-se em diálogo direto com uma série de referências políticas e intelectuais que remetem aos anos 1950. Essa época corresponde, de acordo com a divisão estabelecida por Eric Hobsbawm nas partes II e III de *A era dos extremos*,¹⁰⁴ à primeira fase da desagregação da “Era de Ouro” do capitalismo mundial na segunda metade do século XX, dividida pelo autor em duas fases: 1945-1973 e 1974-1991. Nesse meio século, Hobsbawm identifica uma “revolução social” em parte significativa do planeta, sintetizada de forma esquemática nos seguintes fatores: crescimento industrial e urbanização, drástica diminuição do campesinato e das formas de vida tradicionais ligadas à agricultura, explosão demográfica, educação de massas, expansão e crise dos movimentos políticos da classe operária, revolução dos costumes (contracultura, feminismo, política de identidades). Esses fatores relacionados à expansão planetária do capitalismo no século XX configuram, para o autor, uma sociabilidade em transformação com efeitos universais, quando os países da periferia do sistema e suas tentativas de afirmação nacional e independência econômica e política assumem uma importância geopolítica decisiva, como áreas de influência cultural e política no quadro da Guerra Fria ou como potenciais focos revolucionários. As propostas identificadas à oposição que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 refletem criticamente as diferentes influências e leituras dos fatos políticos mencionados acima, que afetariam os esquemas interpretativos e as estratégias de grupos comunistas e socialistas dos países “subdesenvolvidos” na década de 1970. O período marcado pela crise econômica mundial, a partir de 1972, é também o momento conhecido pela dispersão dos grupos

¹⁰⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

revolucionários armados e pela ascendência de um forte debate em torno da renovação das estratégias para a transformação social, quando as revisões do marxismo passam a contar com estudos de caso que ajudavam a aprofundar elementos imprevistos das manifestações da luta de classes no Brasil.

Na formação intelectual das frações de classe média mobilizadas contra a ditadura – que formaria o grosso dos leitores das revistas e jornais oposicionistas –, encontram-se diferentes experiências e referências políticas que remetem àquele contexto, às revisões no interior do movimento comunista que se seguiram aos processos de Krushev, à Guerra Fria, ao debate sobre o nacional-populismo e o legado do Iseb,¹⁰⁵ do PCB e da Cepal, à questão do desenvolvimento nacional, ao impacto da Revolução Cubana e a tantas outras referências localizadas inicialmente na década de 1950, mas que marcariam profundamente, com intensidade variada, o conjunto da “pauta” das gerações que se encontravam na oposição no pós-64 e durante a década de 1970. As gerações de intelectuais que fizeram a “imprensa alternativa” daquele período formaram-se na década de 1950 e protagonizaram, nos anos 1960 e 1970, um movimento de críticas, deslocamentos e ramificações em relação às interpretações dominantes sobre temas clássicos da esquerda durante as duas décadas precedentes, entre as quais a questão do sindicalismo populista, a teoria da dependência e a crítica ao dualismo se situam como alguns dos marcos bibliográficos mais conhecidos. Todos esses temas eram correntes nas páginas da imprensa alternativa e ocuparam um lugar central na pauta de jornais como *Opinião*, *Movimento* e outros.

Dois elementos mencionados até aqui devem ser marcados para uma leitura adequada da presença dos cientistas sociais na configuração do movimento da imprensa “nânica” ou “alternativa”: 1) a situação da universidade frente à circunstância política e ao projeto de modernização do regime; 2) a trajetória coletiva dos veículos oposicionistas e as motivações, profissionais e políticas, para a criação daqueles jornais e revistas nas décadas de 1960 e 1970.

A depender do estilo e da motivação de cada publicação, esses temas assumem

¹⁰⁵ As origens do Iseb remontam ao chamado “Grupo de Itatiaia” e à revista *Cadernos de Nosso Tempo*, do início dos anos 1950. Formado, entre outros, por Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe e Candido Mendes, esse grupo fundaria em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), que depois se transformaria no Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e terminaria também por agregar intelectuais de extração comunista como Nelson Werneck Sodré.

uma ênfase e uma posição determinadas, mas cabe afirmar a existência de um movimento jornalístico com esse sentido histórico comum. Em registro mais restrito, algumas revistas de ciências sociais também integraram essa movimentação editorial.

A imprensa alternativa tomada como prática social que envolvia determinados sujeitos históricos assume pelo menos quatro ênfases: alternativa de *trabalho*, *modo de produção* alternativo, *forma* alternativa, *projeto político* alternativo. Na bibliografia sobre o tema, o acento varia principalmente no primeiro e no último aspecto, mas a definição transita naqueles quatro eixos. A partir dessa caracterização de um universo de debates envolvendo a política, a ciência e o periodismo, a imprensa “alternativa” da década de 1970 pode ser analisada formalmente como uma formação cultural, para usar a tipologia formulada por Raymond Williams no estudo das “relações sociais da produção cultural”.¹⁰⁶ Segundo Williams, uma formação pode ser contextualizada a partir de duas dimensões formais: quanto a sua *organização interna* e às suas *relações externas*. A partir desses critérios, Williams classifica as formações culturais em três tipos: “especializadas”, “alternativas” e “contestadoras”. A “imprensa alternativa” brasileira dos anos 1970 estaria entre as duas últimas, por representar uma “oferta de facilidades alternativas para a produção, exposição ou publicação de determinados tipos de obras, quando se acredita que as instituições existentes as excluem ou tendem a excluí-las”. Ao mesmo tempo, trata-se de formações “alçadas à contestação ativa das instituições estabelecidas ou, de maneira mais geral, às condições dentro das quais estas existem”. Importa lembrar que essa classificação tem um caráter intercambiável, sublinhado pelo autor ao chamar a atenção para as sobreposições, em uma mesma formação, de diferentes tipos de relações com o meio exterior e formas de organização interna. Ela serve como distinção operacional na tentativa de Williams definir uma sociologia da cultura como uma “sociologia histórica”:

O que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as *práticas sociais* e as relações culturais que produzem não só uma “cultura” ou “uma ideologia”, mas, coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidade e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e

¹⁰⁶ WILLIAMS, Raymond. “Formações”. In: *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, pp. 57-87.

mudanças reais (grifo meu).¹⁰⁷

Essa ressalva é importante para a investigação do espaço social dentro do qual se move a produção daqueles periódicos, na medida em que combinam o “contexto externo” e o que o autor chama de “organização interna”. Trata-se de evitar uma leitura fechada nos jornais ou de tomá-los simplesmente como reflexos da estrutura socioeconômica ou do contexto político. De acordo com essa orientação, Williams destaca ainda um outro problema importante, mas “intrinsecamente difícil”, no estudo das formações culturais: os processos de “diferenciação interna” e a constituição das frações, que determinam a relação das classes sociais com a cultura. Para Williams, essa noção trabalhada por Antonio Gramsci reflete a complexidade assumida pela luta de classes no mundo contemporâneo.¹⁰⁸ O processo de “recuo” das barreiras econômicas e naturais descrito por Gramsci como traço das sociedades capitalistas contemporâneas corresponde a uma relativa autonomização analítica da política e da cultura. Williams recupera essa importância conferida por Gramsci às diferenciações culturais e ideológicas no interior das classes sociais para definir as formações e movimentos culturais. Conforme diz o autor de *Cultura e Sociedade*:

Devemos lembrar, de início, que uma classe social de modo algum é sempre culturalmente monolítica. Quanto a esse e a outros aspectos, determinados grupos dentro de uma classe podem ter filiações culturais, às vezes religiosas, alternativas (recebidas ou desenvolvidas), que não são características da classe como um todo. E, ainda, em qualquer classe tradicional, há processos de diferenciação interna, frequentemente por tipos de trabalho. A partir de todas essas situações, podem existir bases alternativas para variações na produção cultural. Adicionalmente, há uma base para variações nas relações em mudança entre determinada classe e

¹⁰⁷ WILLIAMS, Raymond, op.cit., p. 29. Quanto à organização interna, as formações são divididas por Williams em outras três classificações, frequentemente sobrepostas: as formações “baseadas na participação formal de associados”, em alguma “manifestação pública coletiva” ou aquelas onde se verifica uma “associação consciente ou identificação grupal” (p. 68).

¹⁰⁸ Em outro texto de sua autoria, Williams recorre a distinções e superposições entre o “alternativo”, o “opositor”, o “residual” e o “emergente” para ampliar a reflexão sobre a questão da hegemonia e do sentido político das produções culturais. Cf. WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

outras¹⁰⁹.

A “imprensa alternativa” pode ser encarada como uma formação cultural constituída por grupos de diferentes gerações que construíram através dela um determinado partido oposicionista. Trata-se de um movimento formado por trabalhadores intelectuais de filiações institucionais e ideológicas distintas, que representou conjuntamente uma tendência cultural contestadora cujo cerne inicial era formado principalmente pelo núcleo engajado e dissidente oriundo da pequena e da média burguesias. Imprensa alternativa, imprensa independente, imprensa nanica, imprensa democrática, imprensa popular, imprensa marginal: a variação dos rótulos mal esconde a grande imprecisão da categoria consagrada, considerada como um movimento editorial constituído no próprio percurso de alguns jornais situados na década de 1970 e reforçada em análises retrospectivas feitas a partir da década de 1980. É uma experiência relativamente fragmentada, mas mesmo assim alguns daqueles jornais revelam uma identidade comum reconhecida pelos contemporâneos e conferida pela posição contestadora no que se refere ao contexto político e ao modo dominante de fazer jornalismo.

Para exemplificar esse sentido histórico, político e cultural da “imprensa alternativa” nos quadros da década de 1970, remetemos em seguida a alguns breves testemunhos que revelam a importância do espaço do jornalismo para intelectuais de diferentes procedências. Esses testemunhos demonstram a relevância da experiência de certos jornais para uma faixa diversa de sujeitos que, em comum, tinham o desejo de exercerem alguma influência significativa e renovadora no circuito comunicativo de sua época. A imprensa constituía um dos principais instrumentos com que, nesse momento específico, esse sentido político da produção cultural tomou forma.

Torquato Neto era o autor da coluna “Geleia Geral” no jornal *Última Hora*, um enclave fundamental para a circulação dos nomes do movimento tropicalista e para a discussão sobre música brasileira nos anos 1960. Seria também um dos idealizadores da experiência fugaz de *Navilouca*, a mais experimental iniciativa jornalística daquele período. Numa carta a Hélio Oiticica, o poeta e compositor manifestava, em 1968, sua percepção do espaço da imprensa naquela circunstância: “Aqui no Brasil, agora e de

¹⁰⁹ WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. op.cit., p. 74.

repente, essas transas de jornais assumiram uma importância estratégica das mais fantásticas e eu acredito que todos nós, de qualquer jeito metidos na transa, devemos arriscar”.¹¹⁰ Os anos posteriores parecem confirmar o chamado do poeta e agitador, que não viveria para assistir à multiplicação dos nanicos na década seguinte. O testemunho de Torquato ressalta a dimensão “estratégica” do espaço do jornal e da comunicação impressa, uma percepção comum a muitos produtores de cultura da época, que também viram no espaço dos jornais uma forma de atuação e de formação. Por exemplo, ao narrar sua experiência nos jornais *Movimento* e *Em Tempo*, Maria Rita Kehl testemunha a dimensão que aquela experiência para sua trajetória:

Foi muito formadora para mim a época dos jornais alternativos, dos tabloides, foi o único lugar em que eu pude ser contratada numa redação, porque eles já estavam totalmente irregulares mesmo, então eles contratavam gente que era de movimentos. Foram três anos, de 75 a 78 no máximo, mas foi muito marcante, muito formador, porque foi o período em que eu pude alargar esse horizonte de uma faculdade de Psicologia, numa formação um pouco medíocre numa época em que estava todo mundo com medo, mesmo porque eu nunca entrei para a luta armada nem nada. Mas as coisas que me acontecem hoje eu devo muito a esse período.¹¹¹

Tal importância intelectual dos jornais alternativos também é atestada por personagens de outras gerações e procedências, como Florestan Fernandes, que lembraria em coletânea de artigos publicados em 1980:

Os pequenos jornais da “imprensa alternativa” (ou nanica) e os jornalistas rebeldes avançaram a ponto de serem o meio necessário – e por vezes único – da frente mais avançada de contestação e de luta. O “compacto crítico” era, de fato, um trabalho de cooperação, que tirava o intelectual do isolamento e delimitava as fronteiras da história viva.¹¹²

¹¹⁰ NETO, Torquato. *Torquatália*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p. 256.

¹¹¹Entrevista a *Caros Amigos*, 16/05/1996. Disponível em: http://www.boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-133-8&veiculo=Caros%20Amigos.

¹¹² FERNANDES, Florestan. In: *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

Paul Singer também lembra da relevância de *Opinião* para a sua trajetória na década de 1970. Em prefácio de 1975 ao livro *Milagre brasileiro: causas e consequências*, dedicado “aos jornalistas de *Opinião* e *Movimento*, pelo seu paciente heroísmo, pela sua inabalável dignidade”, lembrava Singer:

Uma boa parte do trabalho de análise que aqui se apresenta foi provocada por aqueles que fizeram de *Opinião* um jornalismo de alto gabarito. Não fossem as constantes indagações e desafios que partiram deles e não teria me dado ao trabalho de pôr no papel e tentar comprovar as ideias que tinha na cabeça.¹¹³

Paul Singer foi um dos acadêmicos do Cebrap que colaboraram em *Opinião*. Sua ênfase na importância desse jornal para a sistematização escrita das reflexões que vinha realizando sobre a economia brasileira, publicadas no livro de 1975, refletia a intenção desse jornal de produzir “um diálogo fecundo, dos intelectuais entre si e deles com o país”,¹¹⁴ como afirmaria o número de despedida desse jornal, em 1977. Nesse número, as matérias liberadas pela censura prévia seriam substituídas por um longo editorial, uma matéria sobre “Os rumos do MDB” e o artigo “Para que serve o intelectual?”, de Roland Barthes. Junto ao editorial, uma nota do Conselho de Colaboradores¹¹⁵ falava do empenho em “prestigiar a inteligência brasileira”, assumido ao longo de sua trajetória, e afirmava:

Assim procedendo, permitimos a toda uma geração de jovens cientistas sociais quebrar seu isolamento; a toda uma geração de novos jornalistas, romper a barreira do anonimato a que fatalmente estariam condenados em outras publicações; a toda uma geração de brasileiros, recusar o entorpecente da alienação.

¹¹³ SINGER, Paul. *A crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 6.

¹¹⁴ “Fim de uma etapa”, *Opinião*, n. 230, 01/04/1977, p. 2.

¹¹⁵ O conselho de colaboradores de *Opinião* é apresentado como uma “reunião de intelectuais de diferentes horizontes políticos”. A nota é assinada por Antonio Callado, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Celso Furtado, Millôr Fernandes, Paulo Emílio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira.

Esse editorial lembrava ainda a mudança das condições de trabalho, com a política de controle e vigilância consagrada no AI-5, os expurgos de professores universitários, a tentativa de silenciamento das atividades de oposição e o controle da produção cultural e científica. O texto citado não só reflete o sentido original do projeto de *Opinião* no panorama da imprensa brasileira de então, mas também indica a importância da perspectiva das ciências sociais em sua pauta. Nesse sentido, *Opinião* foi um elemento fundamental para estreitar as relações entre o grupo heterogêneo de intelectuais ligados, majoritariamente, ao Departamento de Sociologia da USP e ao Cebrap, onde o debate sobre o problema da modernização e do desenvolvimento capitalista no Brasil se incorporou à política oposicionista.

É preciso assinalar que os jornais *Opinião* e *Movimento* contaram com muitos autores e correntes distantes da tradição sociológica da USP. Este trabalho, portanto, realiza um recorte específico dentro da variada pauta encontrada nas páginas desses jornais e da “imprensa alternativa” em geral. O rastreamento dos textos de um grupo específico de autores nesse jornais refere-se à tentativa de perceber a forma com que as questões levantadas no interior de uma determinada formação intelectual - as ciências sociais na USP e no CEBRAP – aparecem como problemas políticos, no conjunto de periódico oposicionistas da década de 1970 cujas expressões mais emblemáticas foram os dois casos aqui destacados.

Capítulo 3

A “sociologia paulista” da universidade à imprensa alternativa

3.1: Trajetórias da Sociologia na USP e as origens intelectuais do Cebrap.

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento foi uma experiência institucional cujo raio de atuação durante a década de 1970 ultrapassou as condições da sociologia universitária e acadêmica. Criado em 1969 (logo após as aposentadorias compulsórias do decreto 477), com apoio da fundação Ford, não só possibilitou a projeção de alguns de seus membros (em sua maioria, professores da USP) a posições públicas relevantes, como também constituiu um suporte coletivo para a elaboração de um determinado conjunto de discussões e diagnósticos importantes sobre o capitalismo brasileiro, caracterizando-se pela interseção permanente entre o debate teórico e a intervenção na conjuntura política.

Um dos atributos fundamentais que existem em comum entre alguns jornais da imprensa alternativa e o grupo de sociólogos da USP e do Cebrap como núcleo central de colaboradores de alguns desses jornais foi o papel de difusores de determinadas categorias e interpretações que passaram a fazer parte de um determinado “senso comum das oposições”.¹¹⁶ Sua atuação como organizadores de um determinado discurso oposicionista indica que desempenharam um papel de mediadores entre a academia e a política, possibilitado pela existência de um movimento editorial por meio do qual ocorreu sua consagração como tradutores legitimados do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de suas consequências, para os leitores dos jornais alternativos e das revistas de sociologia da década de 1970. Portanto, a compreensão desses intelectuais acadêmicos como agentes políticos e de suas ideias como forças atuantes da conjuntura também envolve uma avaliação dos meios onde circularam seus textos, o que nos levou ao contexto dos jornais e revistas que realizaram concretamente esse trânsito.

Para circunscrever a participação dos cientistas sociais nos periódicos oposicionistas, é preciso recuar alguns anos, quando a maior parte dos intelectuais que

¹¹⁶ LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Caderno AEL*, Campinas, n. 14/15, 2001, p. 35-53.

ali escreveram compartilhou experiências que antecedem a origem do Cebrap, e considerar fatores que ultrapassam o contexto imediato de sua fundação, perfazendo uma trajetória coletiva anterior. Nesse sentido, a genealogia histórica do Cebrap remete à trajetória da disciplina sociológica na Universidade de São Paulo, à experiência do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) e ao grupo de estudos de *O capital*.

A fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934 constitui um marco fundamental da profissionalização e da especialização da disciplina sociológica no Brasil. A criação dessa universidade resultou da aposta feita por membros das elites liberais daquele estado, com destaque para Julio de Mesquita Filho, do *Estado de São Paulo*, na formação de quadros técnicos e políticos qualificados, no momento de consolidação da supremacia econômica de São Paulo durante a década de 1920 e após a derrota política de 1932. O viés modernizador do projeto encaixava-se na ambição de implicar a universidade no modelo de liberalismo reformador representado por Fernando Azevêdo, Roque Spencer Maciel de Barros e o grupo da chamada “Comunhão Paulista”, formada por membros das elites cafeeiras e industriais ligadas ao Partido Republicano Paulista (PRP) e ao Partido Democrático (PD), cujas ideias em torno da criação da universidade tiveram como principal órgão de divulgação *O Estado de São Paulo*¹¹⁷.

Luiz Carlos Jackson, ao situar as motivações para a criação da Faculdade de Sociologia da USP e também da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), sublinha a dimensão política estratégica no empreendimento: “Imaginavam os mentores das duas escolas que as elites nelas formadas constituiriam quadros políticos e técnicos envolvidos na retomada da hegemonia política do país por São Paulo”.¹¹⁸ Esse aspecto político regional envolvido na criação da USP e da ELSP era orientado, também, pelo objetivo acadêmico de consolidar padrões profissionais e científicos de ensino e pesquisa, como requisito de uma missão civilizatória influenciada por modelos franceses.

Os professores das primeiras turmas de Sociologia da USP eram estrangeiros de

¹¹⁷ Cf. CARDOSO, Irene. *A Universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da universidade de São Paulo*. São Paulo: Editores Associados/Cortez, 1982.

¹¹⁸ JACSKSON, Luiz Carlos. “Gerações pioneiras na sociologia paulista”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1.

diferentes nacionalidades, entre os quais destacam-se os integrantes das missões francesas que trouxeram, entre outros, Roger Bastide, Paul Arbousse e Claude Lévi-Strauss, diretores das Cadeiras de Sociologia I e II antes de Fernando Azevêdo e Florestan Fernandes, que se tornaram catedráticos, respectivamente, em 1943 e 1954. Além de diversos franceses, destacam-se, na crônica da USP e nas memórias e depoimentos dos pioneiros, os alemães Herbert Baldus e Emilio Willems e o norte-americano Donald Pierson, pelos quais se familiarizaram com os métodos empíricos da sociologia funcionalista norte-americana, principalmente a Escola Sociológica de Chicago e, sob o comando desses intelectuais, foram introduzidos ao estudo sistemático de Weber e Durkheim.

Fernandes, Candido e outros intelectuais de sua geração dedicaram-se, nos anos 1940 e 1950, a monografias e estudos de caso cujo modelo de investigação científico confere à pesquisa empírica e à etnografia um importante papel nas tentativas de “fazer a sociologia entrar na fase da pesquisa direta da realidade presente”¹¹⁹. Inserem-se nesse esforço os chamados “estudos de comunidade”,¹²⁰ monografias que participaram da tentativa de realizar um painel empírico da modernização da sociedade brasileira a partir de estudos de caso sobre as mudanças ocorridas no seio de comunidades tradicionais no decorrer de sua inserção na modernidade urbano-industrial. Com a forte presença da etnografia, da psicologia social e do viés antropológico, essas iniciativas ainda dialogavam criticamente com as grandes sínteses explicativas do Brasil das décadas de 1920 e 1930 e, principalmente, com a reflexão modernista sobre a originalidade da formação histórica do país, mas também traziam um viés científico, empírico e profissionalizante que já não se enquadrava no ensaísmo característico do pensamento social dos anos 1920.

A história institucional das cátedras I e II de Sociologia já foi amplamente registrada, e não faremos aqui a descrição das influências e caminhos desviantes, obras e tendências que percorrem as trajetórias de autores como Gioconda Mussolini, Gilda de

¹¹⁹ CANDIDO, Antonio. “A Sociologia no Brasil” (verbete), *Enciclopédia Delta-Larrouse*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1959, reproduzido em *Tempo Social-revista de sociologia da Usp*, v. 18, n.1, p. 287.

¹²⁰ Uma boa apresentação do desenvolvimento dessa linha de estudos pode ser encontrada em IANNI, Octavio. “Estudos de Comunidade e Conhecimento Científico”. In: *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Mello e Souza, Rui Galvão de Andrada Coelho, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Juarez Brandão Lopes e muitos outros, ou ainda dos vasos comunicantes entre a Escola Livre de Sociologia e Política e as primeiras gerações de sociólogos brasileiros integrados à USP.¹²¹ Também não há aqui a pretensão de abarcar toda a trajetória teórica de um autor como Florestan Fernandes, cujos estudos iniciais sobre a função da guerra entre os Tupinambá definem um esforço construtivo de diálogo da realidade brasileira com a teoria social clássica, de apropriação crítica do funcionalismo para a elaboração metodológica aplicada a objetos definidos localmente e da fixação de parâmetros científicos para a reconstrução de sistemas sociais. A exposição a seguir dedica-se a um quadro do conjunto de questões que passam pela forma com que Fernandes (que assumiu a cátedra I em 1954, ocupada por Bastide desde 1937, e ali permaneceu até sua aposentadoria em 1969) e seus assistentes dialogaram com o problema do desenvolvimento urbano industrial e capitalista no Brasil, a partir de uma posição formada em estreita conexão com o processo de consolidação de uma determinada agenda de pesquisas formulada por esse grupo no âmbito da USP.

A evolução da linha de estudos afro-brasileiros realizados na USP a partir de Roger Bastide culmina com a participação do seu grupo de assistentes no projeto patrocinado pela Unesco em 1951, uma ampla pesquisa sobre a questão racial no Brasil.¹²² A seção dessa pesquisa coletiva dedicada ao Sul e ao Sudeste contou com equipes de pesquisadores de diferentes instituições, como, por exemplo, Guerreiro Ramos, ligado ao Iseb e ao Teatro Experimental do Negro de São Paulo. O trabalho feito a partir da USP foi publicado no livro de Bastide em coautoria com Florestan

¹²¹ Para uma reconstrução das carreiras acadêmicas, contrastes e afinidades entre as duas cadeiras de Sociologia na USP, ver PULICI, Carolina. *Entre Sociólogos: versões conflitivas da condição de sociólogo na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: EDUSP, 1970.

¹²² Esse projeto da Unesco desenvolveu-se pela iniciativa do antropólogo francês Alfred Métraux, que indicara o professor da Elsp e também antropólogo Donald Pierson. Pierson passou a coordenação dos trabalhos a Roger Bastide, então catedrático da cadeira de Sociologia I. A equipe de pesquisa coordenada por Bastide e Fernandes era formada por Oracy Nogueira, Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e outros professores da USP e da Elsp. O ensaio de Fernandes e Bastide sobre o tema foi publicado no livro *Branços e negros em São Paulo*, de 1958 (a primeira edição trazia também os relatórios de Oracy Nogueira sobre o tema no município de Itapetininga e os estudos de psicologia social das outras duas autoras mencionadas, publicados junto com o ensaio em 1955). Um dos desdobramentos desse projeto na USP foi o livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que realizaram suas teses de mestrado sobre o tema sob orientação de Florestan Fernandes.

Fernandes, chamado *Branços e negros em São Paulo*. Inaugurava-se um programa temático em torno da questão do negro na sociedade de classes que definiu as primeiras pesquisas de fôlego de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, assistentes mais jovens de Florestan Fernandes. A conexão entre a análise do comportamento social de classe e a identificação racial era o tema central das pesquisas desenvolvidas por esse grupo, no âmbito da cátedra onde Fernandes sucedeu a Roger Bastide. No caso de Octavio Ianni, a dedicação ao estudo das questões étnicas e raciais aparece ainda em suas obras *As metamorfoses do escravo* (1962) e *Raças e classes sociais no Brasil* (1966), onde os antagonismos entre a escravidão e a ordem das mercadorias balizam as reflexões sobre temas como: escravidão e capitalismo; a percepção da identidade negra na sociedade de classes; a questão do preconceito; e as ideologias em torno da questão racial do branco, do mulato e do negro. Fernando Henrique Cardoso também desenvolveria outro estudo sobre a questão da escravidão, da situação do negro e do capitalismo no Brasil, em sua obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), que ainda voltaremos a comentar ao abordarmos o contexto do grupo de estudos sobre Marx do qual Cardoso foi uma das figuras destacadas.

Para Luiz Werneck Vianna, o estudo da institucionalização acadêmica da sociologia na USP envolve a discussão sobre o desenvolvimento de uma “ciência da sociedade civil”,¹²³ característico de um momento de diversificação social e de desagregação progressiva dos laços sociais tradicionais baseados na dependência pessoal, na ordem patrimonial, no escravismo e na dependência do Estado. Nesse contexto, o debate sobre a formação social brasileira feito no âmbito da cátedra I de Sociologia da USP inscreve-se na tentativa de inserir os grupos sociais subalternos na ordem urbano-industrial, com a expectativa de uma “revolução dos interesses” que os levaria ao estatuto de cidadãos conscientes de sua posição na sociedade de classes. Essa projeção estaria na base das pesquisas de doutorado de Ianni e Cardoso, bem como nas críticas ao populismo feitas nos anos 1960 por Ianni e Weffort. Para Vianna, trata-se de um conjunto de questões que, guardadas as suas diferenciações internas, correspondem à tentativa do grupo inicialmente liderado por Florestan Fernandes de:

¹²³ VIANNA, Luis Werneck. “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa”. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, pp. 195-236.

[...] iluminar a via de passagem do indivíduo fragmentário, isolado e dependente para a estrutura e o comportamento de classe social – a classe significando um novo momento, superior, de articulação orgânica e de identidade autônoma dos seres emergentes com o processo de industrialização.

Antonio Candido, que representa, ao lado de Fernandes, uma das trajetórias mais conhecidas e influentes dentro das primeiras gerações de alunos de Sociologia formados na Faculdade de Sociologia da USP, também afirma uma correspondência entre as universidades fundadas após 1930 e o processo de “rotinização” das aspirações modernizantes da década de 1920, sem desconsiderar a permanência de seu caráter socialmente minoritário:

Esboçou-se então um sistema onde as partes deveriam funcionar em vista do todo, com atenuação das hierarquias e ampliação dos grupos de elite com formação superior. Houve assim uma espécie de “democratização” dentro dos setores privilegiados, com ascensão dos seus estratos menos favorecidos. Sem contar que algumas faculdades de Filosofia e Economia (estas, mais recentes) efetuaram uma relativa radicalização das atitudes e concepções, devido à difusão das ciências sociais e humanas, que levaram o espírito crítico a domínios onde reinavam a tradição e o dogmatismo.¹²⁴

Por outro lado, Antonio Candido também se refere à preocupação em construir um padrão de trabalho científico que levou inicialmente a um distanciamento relativo dos problemas políticos imediatos. Essa postura correspondia à tentativa de conferir legitimidade à sociologia como ciência, mas também era oriunda do modelo francês e do ambiente elitista do meio universitário em que se formaram.¹²⁵ O sociólogo e crítico literário lembra também que tal postura relativamente neutra não era absoluta e não

¹²⁴ CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 30 e a cultura”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1986, p. 184.

¹²⁵ “Pode-se definir mais ou menos esse espírito dizendo que ele se construiu a partir da concepção ‘positiva’ da universidade francesa, com a sua forte componente idealista. Segundo ela, o saber é uma atividade que se justifica a si mesma, embora tenha como alvo a aplicação. Mas esta não cabe aos que o produzem e traduzem, e sim a instâncias meio indefinidas que permanecem entre parênteses”. CANDIDO, Antonio. “O mundo coberto de moços”. In: SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos (org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 35.

permaneceu imutável, observando-se o incremento dos esforços em integrar a reflexão científica e universitária às lutas sociais do momento, principalmente a partir do projeto UNESCO e especialmente a partir do final dos anos 1950, com a do socialismo e com a já mencionada Campanha de Defesa da Escola Pública liderada por Fernando Azevêdo e encampada com entusiasmo por Florestan Fernandes¹²⁶. Essa convivência do cientista com o intelectual engajado nas causas políticas e sociais foi mencionada por Florestan como uma tentativa de superpor as duas personas: “Eu gostaria de ser ao mesmo tempo um cientista social engajado com a universidade e com o socialismo”.¹²⁷

Segundo Carolina Pulici,¹²⁸ o contraste entre as cátedras I e II de Sociologia na USP refere-se a concepções discordantes sobre o papel da sociologia e seu ofício. Enquanto na tradição desenvolvida por Florestan Fernandes a sociologia aplicada, a ênfase na pesquisa empírica sistemática e a participação social seriam fatores de primeira importância, na cátedra II observaríamos, além da importância permanente do viés antropológico e das questões estéticas e culturais, uma concepção mais desinteressada e flutuante da prática científica, mais próxima da influência humanista e francófila. Essa classificação é feita pela estudiosa para fins tipológicos, demarcando uma tendência, mas, observa-se que esses contrastes referem-se a problemas em comum que passam por ênfases diferentes, nas trajetórias intelectuais dos membros das duas cátedras. O fato mais marcante dessa diferença reside, conforme afirma Pulicci, na

¹²⁶ “Graças a essa campanha mobilizei as vantagens da condição de sociólogo militante para observar, analisar e interpretar o meio ambiente. Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais, aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. As debilidades das correntes radical-democráticas; as deficiências do movimento socialista; a violência e o obscurantismo da reação conservadora; a neutralização do Executivo e do Legislativo por interesses interesses particularistas regionais ou de classe e setoriais, todos fundamentalmente egoístas e antinacionais; uma persistente ‘reação sociopática à mudança social’, que submetia todas as inovações de significado político ao mais cruel e cego controle de classe. Pela primeira vez em minha vida era provocado a definir a consciência burguesa em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista”. FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

¹²⁷ FERNANDES, Florestan. *A condição do sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 77.

¹²⁸ PULICCI, Carolina. *Entre Sociólogos...* op. cit.

fixação programática de uma agenda de pesquisas por Florestan Fernandes, que estabelece junto a seus assistentes um esforço de diferenciação e de definição de um campo, junto a um desejo deliberado de participação na reforma social. Se esse desejo está presente também em alguns outros intelectuais originalmente mais ligados à cátedra de Sociologia II, como Fernando Azevêdo, o próprio Antonio Candido e Azis Simão, ele é assumido somente por Florestan como um projeto sociológico integral.

Por dentro das diferenças, ao longo dos anos 1940 e 1950 desenvolve-se na USP uma agenda de pesquisas reformista voltada para a intervenção na modernização do país e para a tentativa de tornar a pesquisa sociológica uma força social atuante. Nesse sentido, como afirma Sergio Miceli,¹²⁹ essa marca do sociólogo como reformador social contradizia as intenções originais da burguesia local que fundara aquela universidade como espaço de autorreprodução de seus quadros dirigentes. Essa disjuntiva é relacionada por Miceli a uma colisão “entre o projeto iluminista das elites locais com a irresistível profissionalização de setores médios em ascensão social”.¹³⁰ Conforme testemunho de Florestan Fernandes, essa recusa à cooptação pelas elites políticas de São Paulo sustentava-se, então, num argumento cientificista:

Postos diante das expectativas conservadoras dos “donos do poder”, eu e meus companheiros de geração não procuramos nos incorporar às elites culturais do país: apegamo-nos a um radicalismo científico que servisse, ao mesmo tempo, como um escudo protetor e um recurso de autoafirmação. Portanto não cerramos fileiras com o “liberalismo esclarecido”, que via na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou da Escola Livre de Sociologia e Política um mecanismo de renovação do poder dos estratos dirigentes das classes dominantes, empenhados na defesa da hegemonia paulista. Procuramos legitimar uma área própria de autonomia intelectual e o fizemos em nome da “ciência” e da “solução racional dos problemas sociais”.¹³¹

De acordo com Miceli e Vianna, observa-se na trajetória de figuras como Florestan Fernandes, Antonio Candido e outros um sentido de dissidência cultural em

¹²⁹ MICELI, Sergio. “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: _____. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989, v. I.

¹³⁰ Idem, pp. 84-85.

¹³¹ FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 14.

relação ao projeto elitista inicial da Universidade de São Paulo. Esse caráter desviante refere-se também à adoção do marxismo como ponto de vista e às orientações políticas radicais das quais se aproximaram ao longo de seu engajamento nas causas da escola pública, do socialismo e da democracia, mas também ao desenvolvimento da própria produção teórica em torno da experiência brasileira. De fato, ao comentar o impacto das três grandes sínteses de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Parado Jr. e Gilberto Freyre na sua formação, Antonio Candido lembra que, para os “socialistas e comunistas coerentemente militantes, ou participando apenas pelas ideias”, todas elas procuravam, simultaneamente, desmistificar a “retórica liberal” e insuflar o “sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 30 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”.¹³²

As gerações mais novas de sociólogos reunidos no Cebrap desenvolvem alguns problemas centrais das trajetórias desses membros mais antigos da sociologia da USP, autores de trabalhos que procuraram, em problemas como as formas de inclusão e diluição da sociabilidade caipira no universo urbano e as formas de integração do negro na sociedade de classes, os contrastes presentes no processo de nossa modernização atípica e da realização problemática do Brasil como sociedade de classes. As referências à teoria social marxista já estavam presentes nos estudos de autores como Candido e Fernandes como instrumento para pensar as composições originais envolvidas na transformação do Brasil numa sociedade capitalista. Em *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*¹³³, estudo de doutoramento realizado no início da década de 1970 e publicado em 1963, Candido mobiliza a teoria marxista das classes sociais no estudo do desencontro da cultura caipira tradicional na sociedade competitiva e urbana, onde sua sujeição econômica provoca desequilíbrios e ajustamentos irremediáveis nos padrões de sua vida material e cultural, ao mesmo tempo, integrando-o de forma subordinada à ordem social nova, no momento em que a modernização capitalista ampliava e reproduzia um regime de propriedade e de trabalho, forçando alterações e desequilíbrios no homem rústico do interior de São Paulo, que formaria o grosso da massa trabalhadora da capital.

Florestan, após sua trajetória de estudos junto a Roger Bastide sobre a sociedade

¹³² CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. xxxix.

¹³³ CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975 (3ª edição).

Tupinambá e sobre a questão racial em São Paulo, ainda publicou mais uma obra onde se preocupa em entender as formas de “integração do negro na sociedade de classes”, em estudo voltado para os efeitos da expansão da ordem social capitalista na vida do afrodescendente.¹³⁴ Nesse livro, o sociólogo refere-se às formas de incorporação precária no regime capitalista em desenvolvimento, concluindo pela ênfase nos padrões regressivos dessa integração para a sociedade global. Segundo Maria Hermínia, esse texto, publicado no início dos anos 1960, marca uma clivagem na obra do sociólogo, expressando o “afrouxamento da esperança de Florestan Fernandes em relação à possibilidade efetiva de o Brasil realizar-se como sociedade moderna, para cujo concurso as ciências sociais e a sociologia em particular seriam fundamentais”.¹³⁵ Já Antonio Candido lembra que o projeto da Unesco na década de 1950 levava Florestan Fernandes a incrementar o sentido participante de seu projeto intelectual:

Aí começou o crescimento de duas linhas: o sociólogo de grande formação teórica e o intelectual de grande consciência política encontraram pela frente um problema que solicitou a sua combinação. Com efeito, o negro não era algo remoto como o Tubinambá, mas um cidadão vivendo ao nosso lado, espoliado, privado, vítima do preconceito, participando da mesma dinâmica social que nós. Daí talvez a pesquisa da UNESCO ter sido uma oportunidade para Florestan desenvolver formas extremamente participantes de Sociologia¹³⁶.

Esse momento marca também o auge de seu envolvimento na campanha em defesa da educação pública. Desde a década de 1940, Fernandes escrevia em jornais, principalmente n’ *O Estado de São Paulo*, sobre a questão da educação pública no Brasil¹³⁷. Uma compilação de seus artigos sobre o tema seria publicada em alentado

¹³⁴ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Edusp, 1965, 2 v.

¹³⁵ ARRUDA, Maria do Nascimento. *Metrópole e cultura*. Bauru: Edusc, 2001, p. 87.

¹³⁶ CANDIDO, Antonio. “Amizade com Florestan”. In: D’INCAO, Maria Ângela. *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1987. p. 31-36.

¹³⁷ Sobre o pensamento de Florestan Fernandes sobre a questão educacional expresso em seus artigos das décadas de 1950 e 1960, conferir SAVIANI, Demerval. “Florestan Fernandes e a educação”, *Estudos Avançados – USP*, v.10, n26, 1996. p. 71-87.

volume, em 1966, sob o título *A educação pública no Brasil*. Sobre seu envolvimento com esse processo, Florestan daria um testemunho que revela o impacto que a experiência dessa Campanha possui não só para sua necessidade cada vez maior de desenvolver formas de pesquisa participante, mas também para o reforço de sua percepção da resistência “sociopática” da burguesia brasileira à mudança social:

Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. As debilidades das correntes social-democráticas; as deficiências do movimento socialista; a violência e o obscurantismo da reação conservadora; a neutralização do Legislativo e do Executivo por interesses particularistas regionais ou de classe e setoriais, todos fundamentalmente egoístas e antinacionais, uma persistente reação sociopática à mudança social, que submetia todas as inovações de significado político ao mais cruel e cego controle de classe¹³⁸.

Os anos 1960 também demarcam a presença mais nítida do tema da luta de classes, do capitalismo dependente e da questão da revolução, nos textos de Florestan Fernandes. Porém, a militância anterior de Florestan na esquerda trotskista¹³⁹, assim como seu contato precoce com a obra de Marx, não permitem uma divisão rígida de fases em sua obra. Florestan se refere a sua participação nos círculos trotskistas de São Paulo durante sua juventude e lembra que traduzira e escrevera uma apresentação ao *Método da economia política* aos 24 anos, situando a perspectiva de Marx na sua

¹³⁸ FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 200.

¹³⁹ Felipe Demier lembra que Florestan Fernandes não somente foi membro do PSR, organização trotskista sediada em São Paulo, entre 1942 e 1952, como também se utilizou fortemente, ao longo de seus escritos teóricos sobre a especificidade do capitalismo no Brasil, da conhecida “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” do revolucionário russo. Sobre a influência de Trotski nas ciências sociais brasileiras, ver a introdução à parte II de sua tese: “Trotskismo, movimento operário e universidade” In: DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, ICHF, Niterói, 2008.

formação da seguinte maneira:

Graças ao estudo do marxismo, ao qual eu podia aplicar as técnicas que aprendera na universidade, me colocava o problema do que deveria ser a sociologia e sua relação com outras ciências de uma perspectiva que era relativamente diferente daquela que se poderia ter dentro do ensino acadêmico¹⁴⁰.

Ao assumir em 1954 a cátedra de Sociologia I da USP, Florestan Fernandes cercara-se de assistentes mais jovens com quem teria um trabalho de colaboração intenso no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. O autor de *A Revolução Burguesa no Brasil* também lembra que esse momento marca a preocupação mais forte em “construir o tipo de teoria que é mais relevante para o Brasil, para a América Latina e para os países subdesenvolvidos e dependentes, o que dava à concepção de teoria um novo significado, tanto para a ciência, quanto para a filosofia”.¹⁴¹ Vislumbra-se nesse momento uma ênfase na construção da teoria aplicada ao contexto subdesenvolvido e periférico. Tal ajuste correspondia à importância política do problema das peculiaridades do desenvolvimento capitalista na periferia e às formas de ação das classes sociais nos países de capitalismo retardatário. Essa importância reforçada da dimensão política e das peculiaridades da luta de classes na sociedade brasileira no esquema de preocupações de Florestan e seus assistentes, reunidos na cátedra de Sociologia I, está na origem da agenda de pesquisas do Cesis, fundado em 1961.

Fernando Henrique Cardoso, fundador e principal articulador do Cesis, é o discípulo acadêmico de Florestan Fernandes que estabelece até ali a maior variedade e quantidade de laços com o campo político, desde a influência de família: seu pai, Leônidas Cardoso, foi eleito deputado federal pelo PTB em 1954, momento em que Cardoso tem um envolvimento ativo com a campanha O Petróleo é Nosso. Nesse mesmo ano, passa a integrar o Conselho Universitário da USP, como representante dos ex-alunos. Foi simpatizante do Partido Comunista Brasileiro até 1956, ano da invasão da Hungria pela União Soviética, e colaborou para a imprensa partidária através da revista *Fundamentos*, além de ter trabalhado na edição da *Revista Brasiliense*, da editora de mesmo nome, dirigida por Caio Prado Jr. Em 1955 tornou-se assistente de Florestan Fernandes, que substituíra Bastide no ano anterior. Nos anos seguintes, estabelece então

¹⁴⁰ FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*, op.cit., p.14.

¹⁴¹ Idem, p. 25.

uma rede de contatos em âmbito latino-americano e europeu em que o sociólogo francês Alain Touraine representou um papel importante. Touraine trabalhou na Universidade do Chile no final da década de 1950, onde travou contato com Fernando Henrique Cardoso. O sociólogo francês liderava em seu país uma linha de pesquisas de sociologia do trabalho junto a Georges Friedman e se aproximou, via Cardoso, da equipe do Cesit. Além de ter atuado como professor visitante na USP em 1960, Touraine interagiu com Cardoso durante a especialização deste último no âmbito do Laboratoire de Sociologie Industrielle em 1961 e 1962, e estimulou o sociólogo brasileiro a criar o Cesit junto aos seus colegas da USP. Após o golpe, Fernando Henrique é convidado a trabalhar no escritório da Cepal ao lado de Celso Furtado, Raúl Prébisch e seu ex-aluno Francisco Weffort, no Chile, onde também lecionou no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (Ilpes) e na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso). O momento do Cesit coincide, assim, com o início da consolidação da carreira internacional de Fernando Henrique Cardoso como sociólogo e de seu estabelecimento como professor assistente na USP. Esse autor se sobressai como a liderança mais nova do grupo, com o raio mais amplo e variado de atuação em fóruns acadêmicos e políticos e intensa atividade editorial, incrementada sobretudo nos anos 1970¹⁴².

Tanto o livro de Fernando Henrique sobre o empresariado quanto *Estado e capitalismo*, de Octavio Ianni, foram frutos das pesquisas coletivas desenvolvidas por eles no Cesit, em torno dos problemas do desenvolvimento industrial, do papel do Estado e da sociologia aplicada, da importância da figura do planejamento social e da mudança social induzida. Os dois eixos temáticos da pesquisa desenvolvida pela equipe do Cesit eram “A empresa industrial em São Paulo” e “Economia e sociedade: análise sociológica do subdesenvolvimento”.¹⁴³ Essas pesquisas eram marcadas pela preocupação com o comportamento das classes industriais, os efeitos de sua ação racional e consciente na sociedade brasileira e a verificação da tendência da importância crescente do planejamento e da racionalização. Ianni, Fernandes e Cardoso também

¹⁴² Para a trajetória de Fernando Henrique Cardoso, consultar LEMOS, Renato. *Fernando Henrique Cardoso (verbetes)*. *Dicionário Histórico Geográfico Brasileiro*. CPDOC, Rio de Janeiro. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> ; FAUSTO, Sergio e SORJ, Bernardo. “O sociólogo e o político-entrevista com Fernando Henrique Cardoso”. Disponível em <http://www.bernardosorj.com.br/> . Acessado em 12/03/2012.

¹⁴³ Cf. FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

examinaram a importância atribuída pelo empresariado brasileiro ao Estado como agente da mudança econômica como uma das marcas do desnível entre a realidade urbano-industrial emergente e as formas de ação e consciência dos sujeitos coletivos. No decorrer das pesquisas realizadas naquele centro, seus membros estreitaram relações com o empresário industrial do ramo têxtil, antigo conhecido de Cardosos, participante ativo da aliança de sustentação do governo João Goulart e presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Fernando Gasparian. Gasparian, futuro criador de *Opinião* e membro do MDB, responsável pela política editorial da Paz e Terra na década de 1970, fora a principal fonte de recursos para o Cesit em 1961 (então sob a coordenação de Fernando Henrique Cardoso), ao lado da recém-criada Fapesp, o que também possibilitou o diálogo desses intelectuais com as propostas para o Plano de Ação do governo de Carvalho Pinto (1959-1963).¹⁴⁴ No âmbito do Cesit, além das pesquisas de Fernando Henrique Cardoso (“Mentalidade do empresário industrial”) e de Octavio Ianni (“Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil”), também foram importantes as participações de José Carlos Pereira, Luiz Pereira, Maria Sylvia Carvalho e Franco, Marialice Forachi, Leôncio Martins Rodrigues, José de Souza Martins, Paul Singer, Gabriel Cohn e Gabriel Bollaffi. A maioria desses autores elaboraram suas dissertações de mestrado a partir daquele centro com pesquisas dedicadas às formas de expressão dos conflitos entre capital e trabalho e aos efeitos políticos e sociais da expansão da empresa industrial no Brasil. São esses membros do Cesit os personagens aos quais Florestan Fernandes dedicaria o livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, em 1975, identificados pelo autor na “aventura comum de vincular a investigação sociológica à transformação da sociedade brasileira”.¹⁴⁵ A constatação dos limites históricos para o desenvolvimento das classes sociais e, portanto, da dificuldade para as transformações políticas que a ação consciente em torno de interesses classistas provocaria, ampara a ambição de uma intervenção sociológica modernizadora da sociologia na sociedade brasileira, sintetizada nos argumentos dos livros *Mudanças sociais no Brasil* e *A sociologia numa era de revolução social*. De acordo com essa percepção, a sociologia aplicada desenvolvida no Cesit procurou aliar

¹⁴⁴ Cf. CASTRO, Debora Cardia. *Sociologia aplicada: a experiência dos intelectuais do Dieese e do Cesit*. Dissertação de mestrado em Sociologia-Unesp, 2007; ROMÃO, Wagner de Mello. *Sociologia e Política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006.

¹⁴⁵ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 1975, p. 7.

a investigação sociológica ao desenvolvimento da consciência social, possuindo nas figuras emblemáticas de Florestan Fernandes e de seu assistente, Fernando Henrique Cardoso, suas lideranças principais¹⁴⁶.

Para Rui Braga, o Cesit é o marco fundador para o desenvolvimento de uma sociologia profissional do trabalho no Brasil, cujo surgimento foi influenciado pela generalização das relações de produção capitalista no país. Segundo Braga, o centro “representou a tentativa da sociologia profissional uspiana de superar o refúgio universitário e dialogar com audiências extra-acadêmicas sobre os dilemas do desenvolvimento do país”.¹⁴⁷ Nesse contexto, o estudo clássico de Leôncio Martins Rodrigues¹⁴⁸ sobre a composição da classe operária relacionada ao seu comportamento político também foi realizado a partir das pesquisas do Cesit, e cumpria os objetivos daquele centro de investigar as manifestações da consciência de classes no decurso da industrialização. Rodrigues aponta um caráter dual da classe operária brasileira, no seio da qual convivem frações de origem rural e grupos qualificados oriundos do fluxo de imigração europeia ocorrido durante o primeiro surto de industrialização no Sudeste. Essa composição, para Rodrigues, resultava na fraca inserção da classe como sujeito político coletivo autônomo e em sua conseqüente cooptação pelo Estado populista. Essa questão do alinhamento político dos interesses de classe é um problema central reinterpretado na obra posterior de Francisco Weffort, em particular, e um problema geral presente em toda a agenda de pesquisas dos autores liderados por Florestan Fernandes.

Na introdução ao livro de que resultou sua tese de livre-docência, defendida em 1963, Fernando Henrique Cardoso lembra que concebera a dinâmica social “como o resultado de movimentos sociais que exprimem as possibilidades de ação que a estrutura da sociedade global apresenta para as classes sociais”.¹⁴⁹ Essa obra sobre o

¹⁴⁶ A relação das pesquisas do Cesit com as atividades universitárias lideradas por Florestan Fernandes, com sua concepção reformadora da sociologia nos anos 1950 e com os trabalhos de Singer, Cardoso, Ianni e Luiz Pereira é mapeada por ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006.

¹⁴⁷ BRAGA, Rui. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 63.

¹⁴⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966, p. 8.

¹⁴⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São

comportamento do empresariado resultou de questionários realizados por pesquisadores do Cesit com empreendedores capitalistas nas cidades de Salvador, Recife, Belo Horizonte, Blumenau e São Paulo, com grande predominância dos chefes de indústria da última cidade mencionada. Tratava-se, sobretudo, de captar a mentalidade empresarial existente no Brasil relacionando-a às condições estruturais de sua formação, nas quais essa mentalidade se manifesta em relação ao mundo da política e à relação com o Estado. Trabalhando com três “categorias típicas”¹⁵⁰ – “donos de indústrias, capitães de indústria e homens de empresa” –, Cardoso mescla esse procedimento oriundo da sociologia de Max Weber¹⁵¹ com a análise dialética para caracterizar a forma como a “dinâmica concreta do desenvolvimento econômico” na sociedade brasileira interagiu com as “aspirações, motivações e objetivos dos grupos sociais em movimento”, resultando, ao contrário do que ocorre nos esquemas formulados nas obras de Celso Furtado e Hélio Jaguaribe, numa dissolução dos laços necessários entre desenvolvimento econômico-industrial e modernização social. Ao contrário, Cardoso apontava um elemento que seria aprofundado alguns anos depois, em chave crítica, por Francisco de Oliveira, ao lembrar:

Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972 (2. ed.).

¹⁵⁰ Idem, p. 96.

¹⁵¹ Para Weber, o tipo ideal é a acentuação unilateral de uma tendência ou ponto de vista, como forma de orientação frente à multiplicidade inapreensível dos fenômenos empíricos. Essa categoria pretende contemplar as regularidades na ação dos agentes sociais por meio do sentido subjetivo (em termo de motivações, finalidades, objetivos) conferido pelos próprios agentes às suas ações. O conceito revela o caráter problemático da questão da objetividade no estudo das relações sociais para esse autor. Segundo Weber, cabe às ciências sociais perseguir as conexões de sentido entre os agentes e a finalidade de seus atos, de acordo com a legalidade própria de cada esfera do mundo social e do significado cultural dos eventos no quadro de valores do qual faz parte o pesquisador. Para uma apresentação do conceito de tipo-ideal em contraste com os pressupostos da determinação e da causalidade, conferir WEBER, Max. “O problema da ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais”. In: COHN, Gabriel (org.) *Weber – Sociologia*. Rio de Janeiro: Ática, 1990. pp. 78-128. Em contraste, para a questão do conhecimento da realidade social como “síntese de múltiplas determinações” e da historicidade das categorias formuladas para o conhecimento do mundo social, segundo Marx e o materialismo dialético, conferir MARX, Karl. “O Método da Economia Política”. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Neste campo [o da relação entre a ação dos empresários e o desenvolvimento capitalista], qualquer extrapolação de análises típicas do capitalismo altamente desenvolvido acabaria por esvaziar o conteúdo concreto da ação econômica e levaria a interpretação a um beco sem saída: ou se consideraria incompreensível a persistência de práticas tradicionais ou se concluiria que a economia brasileira não se “modernizou”. Entretanto, a modernização da economia brasileira fez-se exatamente pelo aproveitamento e redefinição paulatina de formas tradicionais de comportamento econômico, passadas no crivo das aspirações coletivas modernizadoras.¹⁵²

Em declaração recente, o líder político já convertido ao desmonte do Estado lembraria desse estudo, para afirmar mais uma vez o equívoco das teses que combatia então e a singularidade de figuras como Gasparian e Ermírio de Moraes, tidos como empresários que preenchiam os requisitos da ideologia nacional-desenvolvimentista do Iseb e do PCB, propugnadora da aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional contra o latifúndio e a dominação imperialista:

Dos não sei quantos empresários que entrevistei na minha pesquisa, só havia dois que podiam dar verossimilhança a essa ideia: o José Ermírio de Moraes e o Fernando Gasparian. Todos os demais já estavam se associando às empresas estrangeiras e não apoiavam a reforma agrária. Então o meu estudo apontou que a ideologia acadêmica e a da esquerda predominante estavam baseadas no nada, a dinâmica efetiva da sociedade era outra.¹⁵³

A constatação de 1963 estaria na base de seus argumentos sobre “o novo caráter da dependência” e o “desenvolvimento associado”,¹⁵⁴ sistematizados junto com Enzo Falletto na passagem do sociólogo brasileiro pelo Chile, país no qual debateu com membros da Cepal – onde também trabalhou nessa época – a sua crítica ao conceito de subdesenvolvimento e aos “limites estruturais” do desenvolvimento na periferia do

¹⁵² Idem, p. 196.

¹⁵³ CARDOSO, Fernando Henrique. *Depoimento*. In: MOURA, Flávio e MONTEIRO, Paula (orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 27.

¹⁵⁴ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. “As contradições do desenvolvimento associado”. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 8, abr.-jun. 1974, pp. 41-75.

sistema.¹⁵⁵ Essa reflexão já apontava uma tentativa de superar a perspectiva da estratégia revolucionária anti-imperialista e nacional-popular que perpassava o pensamento progressista e radical da época. Tal seria, precisamente, uma das preocupações centrais dos membros do grupo de estudos d'*O capital* formado a partir da USP em 1958.

O assim chamado “Seminário Marx” foi criado por ocasião do retorno do filósofo José Arthur Giannotti da França. Conforme depoimento de Giannotti, nesse país o professor de filosofia tivera contatos com o grupo *Socialismo ou Barbárie*, liderado por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, que já passara como professor visitante pela USP e com quem estudara. O grupo vinha realizando críticas sistemáticas à burocratização do regime soviético e ao stalinismo, dentro do conjunto mais amplo de cisões e revisões no pensamento socialista que caracteriza o final da década de 1950, após episódios como a invasão da Hungria e os processos de Krushev. Lefort e, especialmente, Castoriadis, empreenderam críticas severas à teoria revolucionária de Marx, com a identificação de um vetor positivista enxergado no marxismo-leninismo que explicaria os desdobramentos históricos antidemocráticos e a degeneração da experiência histórica socialista,¹⁵⁶ enxergada por esses autores na história das experiências revolucionárias contemporâneas. A crítica da burocracia realizada pelo grupo liderado por Castoriadis e Lefort envolvia a valorização dos conselhos operários, da democracia e da autonomia, em oposição ao capitalismo de grande empresa, ao regime stalinista e à divisão do trabalho entre gerentes e produtores. A caracterização do regime soviético como uma forma totalitária e a valorização da democracia como reivindicação da classe trabalhadora em países do Leste, como Hungria e Polônia, alimentam suas críticas ao que seria uma tendência antidemocrática comum ao capitalismo ocidental e aos regimes comunistas¹⁵⁷.

¹⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora ETC, 1970.

¹⁵⁶ Cf. CASTORIADIS, Cornelius. “Marxismo: um balanço provisório”. In: *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Sobre a definição da União Soviética como regime totalitário, conferir a coletânea de artigos: CASTORIADIS, Cornelius. *Os destinos do totalitarismo*. Porto Alegre: LP & M, 1985.

¹⁵⁷ Um apanhado das ideias de Lefort sobre a democracia e o totalitarismo pode ser encontrado na coletânea *A invenção democrática*, publicado no Brasil no início da década de 1980 e prefaciado por Marilena Chauí, integrante mais nova do Cedec e principal referência brasileira no que se refere às

Inicialmente em contato com Fernando Henrique, Ruth Cardoso e Fernando Novais, Giannotti sugeriu o estudo da bibliografia dos autores ligados ao grupo *Socialismo ou Barbárie* sobre o problema da burocracia, mas, segundo o filósofo, foi o futuro autor de *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* quem propusera “ir direto às fontes” e fazer a leitura sistemática de Karl Marx. O grupo ainda contava com a presença de Roberto Schwarz, Paul Singer, Francisco Weffort e Bento Prado Jr. e influenciaria a criação de outros círculos de estudos da obra de Marx nas décadas de 1960 e 1970. Sua dinâmica foi assim descrita pelo seu líder:

Alguém comandava o seminário (ainda tenho os meus três volumes do *Capital* com todas as marcações de quem fez o quê), depois jantávamos bem, em seguida discutíamos aquilo que era a base do nosso programa e dava o sentido das nossas ligações, o Brasil. O problema era pensar o Brasil, o que estava acontecendo no país, como seria possível engatar o desenvolvimento.¹⁵⁸

No mesmo volume, tanto Singer como Schwarz e Brandão Lopes concordam com Giannotti na afirmação de que o grupo não era só um espaço de estudo da obra de Marx, mas um ambiente de análise estratégica e discussão sobre os caminhos do desenvolvimento capitalista no Brasil. Novais, por sua vez, confere uma importância estritamente acadêmica à experiência, lembrando da importância anterior da atividade docente de Florestan Fernandes nos cursos da Faculdade da Maria Antonia, que, ao lado de Antonio Candido, já trabalhara anteriormente a obra de Marx na sociologia da USP. Lembre-se também da presença de Ruy Fausto, que comandara um círculo de estudos da obra de Marx na USP, em 1956 e 1957, e dos diversos grupos de esquerda com quem seus membros tiveram contato antes do seminário. O historiador Novais, que se considera o “menos engajado” do grupo do *Capital*, também faz uma síntese sumária

concepções de Lefort sobre a democracia como legitimação dos conflitos e forma de sociabilidade voltada para a autoinstituição das normas sociais. Nesse livro, além do ensaio do título, estão reunidos alguns dos textos críticos de Lefort à União Soviética, contemporâneos às insurreições húngaras e polonesas de meados dos anos 1950. LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. A primeira tradução, pela Brasiliense, é de 1983. Sobre as concepções de Chauí em torno da democracia, conferir CHAUI, Marilena. “A Questão democrática”. In: *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 2011.

¹⁵⁸ GIANNOTTI, José Arthur. “Entrevista”. In: *Retrato de grupo*, op.cit., p. 55.

que diz algo sobre o *ethos* dentro do qual aquele grupo de intelectuais se situava em sua época: “A questão na época era ser intelectual, acadêmico, universitário, de esquerda e insatisfeito com o marxismo soviético”.¹⁵⁹

No grupo de estudos dirigido por Giannotti, o esforço de negar a “vulgata marxista”¹⁶⁰ e demarcar uma determinada posição acadêmica diante do legado de Marx juntava-se à preocupação em entender o funcionamento do capitalismo e da luta de classes na circunstância brasileira. O seminário reunia ex-militantes trotskistas e simpatizantes comunistas. Não se resumiram ao estudo de Marx: também se dedicaram à leitura de outros expoentes do pensamento socialista, como Rosa Luxemburgo, Sartre e Lukács, além de economistas como Hilfreding e Keynes, mas não há registros de quem tenham, no ambiente das leituras do seminário, dispensado maiores atenções às obras de Gramsci ou de Trotski. Schwarz afirma que o estudo acadêmico dos textos de Marx correspondia a “necessidades universitárias de iniciação e diferenciação”, em oposição ao marxismo predominante. Essa avaliação de um dos membros do grupo circunscreve uma imagem consagrada, em contraponto a uma linha forte daquele momento, representada principalmente pelo PCB e pelo Iseb, na circunstância de acirramento dos conflitos no início dos anos 1960. A oposição entre padrão científico e discurso ideológico também constitui a mitologia do grupo, que representava uma abordagem coletiva sistemática e pioneira da obra de Marx na USP. Conhecido como o marco de nascimento do “marxismo acadêmico” na universidade brasileira, a polarização desse grupo com o Iseb e com o etapismo do PCB é sublinhada por Daniel Pécaut¹⁶¹ como elemento constitutivo de uma “cultura política” própria que definiria uma “identidade coletiva” compartilhada. A polarização demasiado rígida entre “cariocas” e “paulistas” pelo autor de *Entre o povo e a nação* também revela o sentido redundante da categoria “cultura política”, que alimenta sua análise e também boa parte dos chavões bibliográficos em torno da época. Trata-se mesmo de um dos pontos cegos da interpretação de Pécaut em sua obra de referência, que pretende enxergar no “partido intelectual” da década de 1970 uma progressiva aprendizagem das “estratégias de

¹⁵⁹ Idem, p. 207.

¹⁶⁰ SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁶¹ PÉCAUT, op.cit.

racionalidade limitada”,¹⁶² lideradas pelos paulistas, conforme sua constituição como atores políticos na década de 1970 vai permitindo essa conversão “realista” à “cultura política” democrática e liberal.

O esforço do grupo de estudos d’*O capital* em superar a obra de autores como Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto já foi comentada em tom mais autocrítico por Giannotti: “enquanto alimentávamos visão mais escolar do marxismo, eles estavam colocando já naquele momento o problema básico: o problema da relação da sociedade civil com o Estado”.¹⁶³ Por outro lado, como o próprio Giannotti também afirmaria, a “vocaçãõ científica” do seminário se fazia acompanhar de uma preocupação política e conjuntural precisa:

A vocaçãõ científica do grupo, pois todos nós, sociólogos, economistas, historiadores e até mesmo filósofos, todos líamos Marx com o objetivo explícito de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais de produção capitalistas, para situar nelas as dificuldades do desenvolvimento econômico e social brasileiro, com o intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso.¹⁶⁴

A presença do tópico da singularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e a preocupação social são um pano de fundo decisivo, indicando que o caráter rigorosamente estudioso da empreitada era movido pelo foco direcionado para a circunstância local e pela interlocução com a política. Por parte de Giannotti, essa preocupação passava a se alimentar, na avaliação de Antonio Rago, de uma leitura da obra de Marx que separava a análise lógico-formal do capital e o engajamento do marxismo na superação dos conflitos historicamente constituídos entre capitalistas e

¹⁶² Idem, p. 304.

¹⁶³ GIANNOTTI, José Arthur. “Acabou o capitalismo. É a barbárie?” (entrevista), *Presença: Revista de Política e Cultura*, n. 3, São Paulo: Caetés, maio 1984, pp. 37-52.

¹⁶⁴ GIANNOTTI, José Arthur. “Recepções de Marx”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 50, mar. 1998, pp. 115-124. Segundo Giannotti: “Também me recordo perfeitamente de que, logo no início dos trabalhos do grupo, quando expus o primeiro capítulo do *Capital*, comecei divergindo de Bento Prado Jr., que procurava, na tradição sartriana, interpretar a teoria do valor-trabalho a partir de uma antropologia fundante, enquanto eu já defendia a tese de que se tratava da gênese categorial de uma estrutura a partir das práticas de trabalho e da troca. Procurava, então, retroceder da estrutura para práticas gestantes”.

trabalhadores, que fundamenta a ação revolucionária dos sujeitos históricos atribuída pelo autor de *O capital* às classes sociais.¹⁶⁵ Esse “marxismo adstringido”, de acordo com a terminologia de Rago,¹⁶⁶ estende uma barreira ou uma cesura entre a construção metodológica e formal e a revolução social, cuja interligação em Marx formava a radicalidade histórica e o sentido social de seu pensamento. Sem entrar aqui no exame de seu pensamento filosófico e de sua leitura gnosiológica, importa frisar que Giannotti defende uma leitura da obra de Marx que realiza a crítica do marxismo a partir de seus resultados práticos e de seus continuadores, com especial ênfase em suas recepções. Giannotti também aponta no marxismo-leninismo a permanência de uma marca hegeliana e metafísica que se encontraria presente em formulações decisivas de Marx acerca da classe trabalhadora como classe universal, das determinações em última instância e outras categorias totalizantes presentes no pensador alemão. De acordo com Rago, a negação do estatuto ontológico e revolucionário da classe trabalhadora, seguida da imputação de uma lógica metafísica a essa dimensão da obra de Marx, retira também o sentido imanente da possibilidade de superação da sociabilidade criada com o modo de produção capitalista. Assim, não haveria uma identidade necessária entre a utilização dos esquemas operatórios (método) de Marx e a sua teoria revolucionária da história, cuja lógica não escaparia ao idealismo, ao atribuir às contradições entre capital e trabalho e à revolução das condições materiais da existência o estatuto de sujeitos universais da história. Essa distinção operada no projeto intelectual marxista abre caminho para a constituição de um “marxismo acadêmico”,¹⁶⁷ caracterizado por uma relação mais indireta e autônoma entre teoria e prática do que nas apropriações do marxismo pelos grupos de intelectuais diretamente comprometidos com projetos

¹⁶⁵ Para um acompanhamento crítico sistemático da trajetória filosófica de Giannotti, cuja obra não discutimos aqui, ver ARANTES, Paulo Eduardo. “Origens do marxismo filosófico no Brasil”. In: MORAES, João Quartim. *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Entre outros aspectos, Arantes situa a importância do ensino de filosofia de Gilles-Gaston Granger e da fenomenologia francesa para a posição de Giannotti em torno de Marx, bem como de sua tentativa de estabelecer uma leitura da dialética que contemplasse a questão dos “esquemas de significação” e “esquemas de sentido” constitutivos do mundo social.

¹⁶⁶ RAGO FILHO, Antonio. “O Seminário Marx e sua influência nas ciências humanas no Brasil: a crítica da analítica paulista: o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti”. In: *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels – Cemarx*. Campinas: Unicamp, 2005, 10p. CD-ROM.

¹⁶⁷ SILVA, Luiz Fernando. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*, op.cit.

políticos e partidários e movimentos sociais.

Comentando sua trajetória na USP, Florestan deixou um depoimento à revista *Trans/Form/Ação*, em 1977, em que avalia sua relação com o Seminário Marx, do qual participavam alguns de seus assistentes:

Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como a nova geração. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar os meus conhecimentos sobre os expoentes das novas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificaram as coisas para mim. Eles constituíam um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos, que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. Achei natural, pois eu era o “professor”. Tampouco me ralei, já que tinha muito o que fazer. Contudo, ficava delineada uma situação. Os “novos” vinham a todo vapor tinindo como nós, os “velhos”, gostaríamos que eles fossem. Quanto a mim, ou eu me contentava com um precoce ocaso, ou teria de suplantar-me. Às vezes eu tinha vontade de rir por dentro. Na pesquisa sobre a empresa industrial, por exemplo, alguns elementos mais jovens opuseram tenaz resistência a certas técnicas “tradicionais”, como o estudo de caso. Ora, eu me lembro de Lênin utilizando questionários e levantamentos empíricos para conhecer o estado das opiniões políticas e ajustar a orientação prática de um partido revolucionário! O contraste parecia-me chocante e amargo. A questão de fundo, contudo, ficava de pé. De uma hora para outra eu arriscava a converter-me numa variante do arcaico professor “catedrático”, ou poderia encarnar a tão denegrada posição empírico-criticista. O que quer dizer que eu tinha que recomeçar, gostando ou não, reciclando a minha concepção de ideologia e redefinindo o que eu vinha admitindo como sociólogo. Esse, em suma, foi o quinhão que me tocou na revolução mental que a reconstrução da cadeira de Sociologia I provocou dentro de mim. Diante de um grupo orgânico de sociólogos e pesquisadores, o qual se dispunha a interpretar o Brasil e a periferia do mundo capitalista à luz de novas categorias sociológicas, eu precisava refazer as minhas metas para ter o direito de continuar à testa do grupo.¹⁶⁸

A necessidade de renovação do próprio lugar percebida por Florestan Fernandes no final dos anos 1950 corresponde ao momento de afirmação de seus discípulos, que

¹⁶⁸ FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 77.

iniciavam então suas carreiras universitárias como professores assistentes e trabalhavam em suas teses e/ou dissertações. O grupo de estudos de Marx liderado por Giannotti, do qual Florestan Fernandes foi excluído, refere-se à diferenciação da bagagem acadêmica de seus ex-alunos, principalmente Fernando Henrique Cardoso, em relação ao campo de influências do catedrático de Sociologia, com uma postura crítica do funcionalismo e do empirismo a partir da própria dialética de Marx e das leituras de autores como Sartre e Lukács. Portanto, a coesão do grupo reunido na cátedra de Florestan em torno do trabalho na USP e no Cesis, até 1964, já passa então por uma clivagem diferenciadora com o Seminário d’*O capital*.

Parte dos membros desse grupo de estudos se reuniria dez anos depois no Cebrap, com a aposentadoria compulsória de alguns deles na Universidade de São Paulo no início de 1969. A importância do Seminário Marx para a genealogia intelectual do Cebrap é atestada por vários dos participantes daquelas duas experiências e por alguns de seus analistas contemporâneos. Por isso, Bernardo Sorj lembra que o seminário funciona como “mito fundador”¹⁶⁹ do centro fundado em 1969, no que se refere ao esforço desses intelectuais em construir uma imagem de ruptura com o ponto de vista da teoria do desenvolvimento encarnada na Cepal, uma visão alternativa ao marxismo dominante nos grupos políticos de esquerda e uma ênfase redobrada no tema da democracia.

Os debates do referido seminário também são considerados importantes para a genealogia de interpretações da sociedade brasileira que tem no trabalho de Fernando Henrique Cardoso sobre escravidão e capitalismo no sul um de seus primeiros passos de fôlego. Esse trabalho é marcado, assim como a tese contemporânea de Fernando Novais sobre a crise do sistema colonial, pelas noções de crise e de sistema, na pesquisa da singularidade sociológica da formação do país na circunstância de expansão do sistema capitalista. Cardoso parte das articulações entre a marca escravocrata e patrimonialista da sociedade e seu caráter capitalista para encontrar um país que, embora fosse fruto da expansão do sistema, formara-se como estrutura original, nem feudal nem capitalista “pleno”.¹⁷⁰ Essa tentativa de articulação entre a originalidade de nossa sociedade de classes e a dificuldade de se depreender dessa realidade uma política de interesses

¹⁶⁹ SORJ, op.cit, p. 20.

¹⁷⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. A primeira edição é de 1962.

coerente seria retomada no livro de Fernando Henrique Cardoso sobre o empresariado nacional e também na formação da sua versão da teoria da dependência. Já na década de 1970, foi interpretada pelo próprio Roberto Schwarz na forma polêmica das “ideias fora do lugar”, publicadas em 1975, com a qual afirmava-se a funcionalidade da ideologia liberal para a conservação dos interesses escravistas no século XIX, com marcas duradouras para o sentido artificial das instituições formais da democracia no Brasil e chave analítica para o estudo das inovações narrativas de Machado de Assis.¹⁷¹ Além das contribuições específicas às suas respectivas áreas de estudo, essas interpretações históricas realizadas em diferentes disciplinas apresentam uma preocupação comum com relação a duas dimensões: em primeiro lugar, o debate com as grandes sínteses sobre o “sentido” da formação histórica brasileira e suas formas de ingresso na ordem social capitalista, remetendo a problemáticas dos clássicos de Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda; em segundo, um “defeito de origem” do capitalismo brasileiro, cuja originalidade histórica de ter sido fundado em relações escravistas e coloniais, e por elas alimentado, colocava entraves para a realização da democracia e para a expressão política autônoma dos interesses de classes.

No interior desse grupo, a questão da crítica ao dualismo é um tópico fundamental para a sua crítica tanto ao milagre econômico quanto ao etapismo, ao nacionalismo e à teoria do subdesenvolvimento da Cepal, na década de 1970. A outra dimensão comum, ligada à primeira, refere-se à reflexão sobre o caráter atípico da formação social brasileira e as dificuldades políticas para a formação de níveis de consciência de classe que correspondessem à modernização social em curso. Como já havia sugerido Guido Mantega¹⁷² e, mais recentemente, detalhou Felipe Demier,¹⁷³ esse debate não deixa de dialogar de forma mais ou menos implícita e crítica com as teorias de Trotski em torno do desenvolvimento desigual e combinado. Nessa vertente, as possibilidades de transformação social na periferia apresentam dificuldades específicas

¹⁷¹ SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Perspectiva, 1989. A crítica à interpretação de Schwarz por Maria Sylvia de Carvalho e Franco, publicada no *Caderno de Debates*, afirmava, pelo contrário, a total adequação do liberalismo à “ideologia do favor” e à escravidão. Ver FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”, *Caderno de Debates*, São Paulo: Brasiliense, 1976.

¹⁷² MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 140.

¹⁷³ DEMIER, Felipe. “Trotski e os estudos sobre o populismo brasileiro”. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 13, 2005, pp. 58-78.

que abririam para o movimento revolucionário das classes subalternas a condição potencial de realizador das tarefas da revolução democrática, irrealizada e irrealizável pela classe dominante devido ao seu compromisso com formas arcaicas de dominação. Essa visão das tarefas políticas do movimento socialista no mundo subdesenvolvido também levava a uma interpretação particular, especialmente na obra de Ruy Mauro Marini, que coloca para o caso brasileiro um dilema semelhante ao anunciado por Trotski em seu programa de transição: fascismo ou socialismo. Essa será, como veremos mais diante, uma disjuntiva negada por Fernando Henrique Cardoso e outros autores na década de 1970. Mas tanto a obra de Florestan Fernandes como alguns ensaios fundamentais dos membros do Cebrap tratariam dessa dificuldade, articulando a forma dependente do desenvolvimento capitalista no Brasil aos obstáculos para a implantação da ordem liberal-democrática.

A afirmação do Cebrap no campo disciplinar ocorre num processo típico de oposição teórica e aproveitamento do tema fundamental que une diversos paradigmas do pensamento social então dominante em seu campo de discussão: o problema das expressões políticas correspondentes ao caráter do desenvolvimento capitalista dependente e periférico. Nesse sentido, destaca-se na produção dos membros do centro o ensaio clássico de Francisco de Oliveira, membro que não era tão enraizado na trajetória da USP¹⁷⁴, mas que fixou com maior visibilidade o problema da desigualdade combinada da formação social brasileira. Sua *Crítica da razão dualista*¹⁷⁵ constituiu, na época, uma referência forte não só para intelectuais universitários e estudantes de sociologia, mas também para diversos leitores da imprensa oposicionista. Lançada pela primeira vez em 1972 na revista do Cebrap e publicada no mesmo ano pela revista *Brasiliense*, tornar-se-ia um marco interpretativo central e incontornável para a compreensão do tipo de desenvolvimento capitalista que se encontrava em curso no país, jogando ao mesmo tempo uma luz crítica certa sobre diversos mitos do pensamento social e político em torno do desenvolvimento, como anuncia o título do ensaio, cuja elaboração foi discutida no âmbito interno do Cebrap, mas também

¹⁷⁴ Para um panorama da formação intelectual de Francisco de Oliveira e da particularidade de seu legado em relação aos outros membros do Cebrap, ver PERUSO, Marco Antonio. “Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o Cebrap”, *Cadernos CRH*, Salvador, 26, 67, p. 179-192, jan-abr.2013.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*, op.cit.

relacionava-se à familiaridade do autor com o legado da Cepal e seu convívio com o grupo de arquitetos e urbanistas da escola de arquitetura de Santos. Esses professores vinham desenvolvendo pesquisas e projetos em torno da habitação popular, onde o mutirão é a forma que encarna, nos centros urbanos, a solução original das classes populares para a ordem social moderno-atrasada. O ensaio mencionado, que ainda comentaremos mais de perto, não empreende um diálogo direto com o livro clássico de Florestan, que Francisco de Oliveira não lera àquela altura, mas o autor reconheceu mais recentemente um campo de preocupações comum, relacionado à via passiva, excludente e conservadora da revolução burguesa no Brasil, desenvolvida logo em seguida por autores como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna.

Ressalta-se na trajetória dos membros do grupo do *Capital*, do empreendimento do Cesit e da agenda de pesquisas do Cebrap a ênfase em duas dimensões: a busca de definições para a singularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e os papéis socialmente construtivos e extra-acadêmicos das ciências sociais para a democratização do país. Esses eixos teriam desdobramentos diferenciados na trajetória de seus membros ao longo de seu percurso como intelectuais públicos e articulistas de jornais e revistas. Constituem a base de um esforço mínimo comum na articulação dos métodos de investigação da sociologia à realidade econômica e política brasileira e na ênfase nas circunstâncias paulistas e do Sudeste para entender o comportamento político das classes sociais. Essa visão modernizadora das ciências sociais alia-se às perspectivas originais de Florestan Fernandes em torno da sociologia aplicada e da mudança social induzida, com forte influência do debate internacional sobre o marxismo e o socialismo.

O grupo do Cebrap é herdeiro de três núcleos intelectuais: os grupo inicialmente liderado por Florestan Fernandes na Sociologia da USP, os participantes do seminário do *Capital* e o Cesit, ao mesmo tempo em que foi uma reação aos decretos de 1968/1969, possibilitando que os membros da instituição recém-fundada permaneçam pesquisando no Brasil. Com financiamento da Fundação Ford, projetos de pesquisa encomendados pela Igreja, laços com a universidade e editoras, tratava-se de uma instituição cuja aura oposicionista juntava-se à sua condição de espaço científico com uma sólida equipe composta por demógrafos, sociólogos e economistas experientes, e uma revista em cujas páginas foram publicados alguns ensaios importantes da sociologia brasileira.

O tema fundamental do Cebrap foi o desenvolvimento capitalista no Brasil, com

uma ênfase nas questões da urbanização, da dependência, do Estado e da burocracia, além do debate teórico em torno de questões conceituais da economia política marxista. Por meio de suas próprias publicações – *Cadernos Cebrap* e *Estudos Cebrap* –, seus membros veicularam formulações políticas e acadêmicas em torno desses eixos. Concentrando boa parte das temáticas pesquisadas anteriormente no âmbito do Cesit e das teses elaboradas pelos membros do Seminário Marx na década de 1960, a revista do Cebrap apresentava ainda estudos demográficos e o debate em torno do “estado autoritário” e dos “anéis burocráticos”. A amplitude de temas e autores que circularam nas duas publicações do Cebrap não impede, entretanto, que se delimite uma ordem de preocupações que, justamente, foram predominantes entre os artigos assinados pelos membros mais envolvidos com a intervenção jornalística e o debate político, na formação da frente oposicionista da qual a “imprensa alternativa” fez parte. Por dentro dos três grandes eixos das pesquisas realizadas no Cebrap na década de 1970 – economia brasileira, Estado e sociedade civil, estudos populacionais –, há na produção desses autores uma acentuada preocupação com o debate sobre teoria social, como, por exemplo, na polêmica entre Weffort e Cardoso em torno da Teoria da Dependência, nos questionamentos de Giannotti sobre a noção de tecnoburocracia em Bresser – Pereira e nas críticas de Francisco de Oliveira e Cardoso às categorias de população e marginalidade¹⁷⁶. Esses temas aparecem em meio a trabalhos de autores de outras instituições publicados na revista, como Guido Mantega, Antonio Barros de Castro e Luiz Gonzaga Belluzzo, e autores estrangeiros como Poulantzas, Manuel Castells e Claude Lefort, ao lado de outros membros do Cebrap, como Carlos Estevam Martins, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Boris Fausto e Vinícius Caldeira Brandt. A atuação de seus membros no âmbito do debate político direto nos órgãos alternativos também é desigual, observando-se a presença mais constante de Singer, Cardoso, Francisco de Oliveira e Weffort.

O Cebrap foi, à época, a principal plataforma acadêmica coletiva desses autores,

¹⁷⁶ OLIVEIRA, Francisco. “A produção dos homens: notas sobre a reprodução dos homens sob o capital”, *Estudos Cebrap*, 16, abr-jun. 1976. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”, 20, abr-jun. 1975. GIANOTTI, José Arthur. “Em torno da questão do estado e da burocracia”, 20, abr-jun. 1977. WEFFORT, Francisco. “Nota sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional?”, 1, s.d., 1971. CARDOSO, Fernando Henrique. “Teoria da dependência ou análise concreta de situações de dependência?”, 1, s.d., 1971.

cujas diferenças não escondem, no que se refere à sua visibilidade nos principais órgãos editoriais oposicionistas da época, a tradução política dos temas trabalhados a partir da identificação institucional e coletiva comum. Incluindo José Álvaro Moisés, que chegou a integrar o Cebrap mas não publicou na revista desse centro, e Florestan Fernandes, que não participou do Cebrap nem publicou na revista, mas possui um papel central na carreira e na afirmação pública desses intelectuais, temos, a partir do levantamento feito em *Opinião*, *Movimento* e em *Ensaio/Cadernos de Opinião*, a participação de um conjunto de autores que inclui aqueles membros do CEBRAP, além de Florestan Fernandes. Comparando-se ao perfil de colaboradores de *Estudos Cebrap*, percebe-se que Fernando Henrique Cardoso tem a presença mais destacada nos dois conjuntos, enquanto Singer se destaca quantitativamente, porém, com a maioria dos artigos concentrados no ano de 1978, para a discussão de *Movimento* sobre a concentração de renda e o custo de vida. Ainda comentaremos esses textos mais à frente. Aqui, importa sublinhar que a presença francamente majoritária dos membros do Cebrap reflete o fato de que essa instituição funcionou como catalisadora da expressão política da comunidade dos cientistas sociais.

Em 1968, a fim de obter apoio econômico para o Cebrap, Fernando Henrique Cardoso empreendeu conversações com William Charmichael, representante da Ford no Brasil, com a intermediação de Bolívar Lamounier e Candido Mendes, cujos institutos, o Iuperj e a Faculdade de Sociologia de Belo Horizonte, também se institucionalizaram com o apoio da fundação.¹⁷⁷ Visto com desconfiança por Octavio Ianni e Florestan Fernandes, tal apoio permitiu a concretização do Centro e remete à presença de ajuda financeira dessa fundação a trabalhos anteriores de alguns de seus membros em torno da dinâmica populacional brasileira, desenvolvidos no Centro de Dinâmica Populacional da USP (criado em 1966) por Paul Singer, Candido Procópio e Elza Berquó. Essa linha de pesquisas, de acordo com Sorj e Miceli, era considerada prioritária pela fundação, e o próprio título do Centro expressa a dimensão profissional do empreendimento, que contava ainda com o apoio da Arquidiocese de São Paulo, de membros da elite liberal paulistana, como Celso Lafer e José Mindlim, e de políticos como Severo Gomes e Paulo Egídio. Voltada para o investimento não só no Cebrap, mas também em outros centros de pesquisa, como o Iuperj e diversas universidades e pós-graduações, a Fundação Ford possui um histórico de financiamento a projetos educacionais, culturais

¹⁷⁷ Cf. depoimentos de Fernando Henrique Cardoso no livro *Retrato de grupo*, op.cit.

e filantrópicos na África, na Ásia e na América Latina. Parte desse empreendimento foi voltado, no caso brasileiro, para o mesmo esforço modernizador que animaria as reformas oficiais de 1968, como Sergio Miceli já assinalou, ao lembrar que a Fundação elegeu as ciências sociais como elemento importante de suas políticas de investimento na ciência. Os cientistas sociais seriam os “mutuários preferenciais” da Fundação, formando uma elite cultural “em condições de levar a cabo o trabalho de intermediação entre o saber técnico e as arenas de processamento político-doutrinário das demandas sociais”.¹⁷⁸

O Cebrap era inicialmente composto por Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Paul Singer, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Cândido Procópio Ferreira e Octavio Ianni. Incorporou, já no início dos anos 1970, outros pesquisadores, como Francisco Weffort, Boris Fausto, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Francisco de Oliveira, Carlos Estevam Martins, Vilmar Faria e Vinícius Caldeira Brandt. Além desses integrantes, nas reuniões de discussões – os chamados “mesões”¹⁷⁹ e em suas duas publicações (*Estudos Cebrap* e *Cadernos Cebrap*) circulavam intelectuais de outras instituições, como Bresser-Pereira, Pedro Malan, Maria da Conceição Tavares, Luiz Werneck Vianna e Luiz Gonzaga Belluzzo.

Bernardo Sorj¹⁸⁰ faz um exaustivo levantamento dos temas, das diferenciações internas, das gerações e dos vínculos institucionais das interpretações sobre o Brasil produzidas no Cebrap. O trabalho de Sorj apresenta uma crítica, na produção daquele centro em meados da década de 1970, ao que considera um processo de colonização das ciências sociais pelas análises de conjuntura, marca suposta de um campo científico

¹⁷⁸ MICELI, Sergio. “A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil”. In: _____ (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Sumaré, 1993, p. 61.

¹⁷⁹ SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Sorj descreve a importância desses “mesões”: “Os ‘mesões’, até 1978, tiveram um papel catalisador da vida intelectual de outros pesquisadores e instituições, inclusive fora de São Paulo. Neles, pesquisadores do Museu Nacional, Iuperj, UFMG e muitos outros centros apresentavam seus trabalhos e viviam, além da experiência intelectual, uma espécie de cerimônia de conagração e reconhecimento, enraizados no clima de resistência e solidariedade do período” (p. 89). Para a constituição do Cebrap como instituição dominante na definição dos problemas no campo das ciências sociais durante a década de 1970, conferir BATISTA, Kátia Aparecida. *O Cebrap como centro de referência para as ciências sociais nos anos 1970*. Tese (doutorado em Sociologia), Unesp – Araraquara-SP, 2011.

¹⁸⁰ SORJ, op.cit.

com um grau pequeno de autonomia frente ao debate político e ideológico. Assim, o Cebrap “não surge com uma proposta intelectual, e sim político-institucional”.¹⁸¹ Para Sorj, o grupo se constitui, contudo, como uma forma de ruptura com o ensaísmo e também como instrumento de “filiação internacional e desfiliação local” das ciências sociais. Isso significa que aquela instituição configura-se como centro de gravitação para o debate das ciências sociais, mas não configurou uma matriz interpretativa, embora se encontre uma “matriz comum de análise crítica da expansão capitalista realizada pelo regime militar”.¹⁸² Assim, ao situar a trajetória do Cebrap nas ciências sociais brasileiras, Sorj afirma ainda que aquele centro marcou uma inflexão nova na interpretação da realidade social e na interlocução dos cientistas sociais com os movimentos sociais, mas não constituiu, propriamente, uma escola de pensamento.

Já na segunda metade da década de 1970, sua ascendência como lideranças intelectuais identificadas à oposição política e ao marxismo resultaria em uma aproximação maior e, muitas vezes, idealizada, dos movimentos sociais. Assim, segundo Sorj:

O surgimento de novas manifestações de participação popular – a ascensão dos movimentos sociais e sindicais – renovou, a partir de meados da década de 1970, a preocupação com as dimensões sociológicas da sociedade brasileira. Essas novas análises estão intimamente ligadas à preocupação política de promover a auto-organização das classes populares.¹⁸³

Difunde-se então um fascínio pelas práticas de protesto e associativismo urbano que resultaria em publicações coletivas como *São Paulo: crescimento e pobreza e Contradições urbanas e conflitos sociais*,¹⁸⁴ este último uma reunião de trabalhos apresentados por membros do Cebrap e do Cedec na reunião da SBPC em Brasília, em 1976. Nessas publicações, busca-se inserir os movimentos sociais nas chamadas “contradições urbanas” do capitalismo monopolista e, ao mesmo tempo, destacar a

¹⁸¹ Idem, p. 36.

¹⁸² Idem, p. 58.

¹⁸³ Ibidem, p.71.

¹⁸⁴ BRANDT, Vinicius Caldeira e SINGER, Paul (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981. MOISÉS, José Álvaro et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1977.

marca autônoma das mobilizações. À sua maneira, a ciência social buscava dar àqueles movimentos um sentido político transformador, ao defini-los como expressões particulares de uma crise do modelo de desenvolvimento do país, cuja combinação de prosperidade e caos industrial nos grandes centros urbanos servia como elemento propiciatório para a valorização da capacidade ativa dos setores populares, que demonstrariam em suas iniciativas de organização e rebeldia espontâneas a incapacidade das classes dominantes em manter o consenso social que asseguraria a continuidade do modelo político vigente. Essa crítica ativa e pontual de uma parcela dos setores populares levava à afirmação, pelos intelectuais em questão, de novos sujeitos políticos e demarcava, dessa forma, a ampliação do olhar da literatura sociológica que desejavam realizar. Encontra-se na radicalização desse viés os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Cedec, fundado em 1976, instituição oriunda do Cebrap onde a ênfase recai sobre as questões relacionadas à autonomia operária, ao movimento sindical e aos “novos” movimentos de base, de acordo com os temas fundamentais trabalhados nessa época por José Álvaro Moisés e Francisco Weffort.¹⁸⁵

No texto “Intelectuais e resistência democrática”,¹⁸⁶ Milton Lahuerta faz um balanço das principais linhas de pensamento e atuação do grupo de cientistas sociais ligados ao Cebrap. Segundo Lahuerta, aquela instituição representaria o estabelecimento de “uma nova interpretação da história do país e uma nova abordagem acerca da questão do Estado”.¹⁸⁷ Essa interpretação, onde se observa uma valorização da “sociedade civil” como o polo da transformação democrática e da superação das visões até então hegemônicas dentro da esquerda revolucionária, articula uma ênfase na especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro (desigual, dependente e associado), a crítica aos dualismos, a relação entre autoritarismo e desenvolvimento econômico e a identificação de novos sujeitos sociais como protagonistas da ruptura com a tradição populista. Lahuerta observa as condições de emergência dessas novas interpretações e seus desdobramentos a partir da ênfase nas trajetórias intelectuais e políticas de

¹⁸⁵ Sobre as motivações do Cedec, o significado da nova instituição em relação ao legado do Cebrap e sua busca de aproximação com os movimentos populares, ver: PERRUSO, Marco Antonio. “O Cedec e o ‘novo’ movimento popular”. In: *Em Busca do ‘Novo’: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980*. São Paulo: Anablume, 2009.p. 71-88.

¹⁸⁶ LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Cadernos AEL*, Campinas, Arquivo Edgar Leuenhot – Unicamp, n. 14/15, 2001, pp. 35-53.

¹⁸⁷ Idem, p. 36.

Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, protagonistas daquelas interpretações e constantes colaboradores de *Movimento e Opinião*. Diferentemente de Bernardo Sorj, Lahuerta define o Cebrap como “escola de pensamento e projeto alternativo”. O autor acrescenta que a sobreposição da ciência com a política era uma característica marcante na formação dos membros daquela instituição e, na época do Cebrap, liderou o reforço dos vínculos da intelectualidade acadêmica com o partido informal da oposição ao regime militar. De acordo com o autor:

Nessa experiência, nos anos mais duros do regime militar, começava a se constituir, para além das diferenças ideológicas, uma espécie de “partido” difuso, comprometido com a democratização e com forte tendência oposicionista. Inclusive, a articulação entre o Cebrap, o jornal *Opinião*, o MDB e a SBPC é um aspecto importante para compreender tanto a emergência desse partido quanto o inédito protagonismo político assumido pelos intelectuais durante os anos 1970.¹⁸⁸

O jornal *Opinião* aparece, na afirmação de Lahuerta, como uma das experiências que formariam esse “partido” onde os cientistas sociais do Cebrap atuaram como um dos principais grupos. O jornal é definido assim como “o espaço por excelência para a afirmação pública da intelectualidade”, dedicada a constituir-se como sujeito político junto a outras associações da “sociedade civil”, promovida como o lugar da associação e da transformação política. Afirma-se assim uma identificação entre parte do grupo heterogêneo do Cebrap, *Opinião* e a frente das oposições. O interesse central de Lahuerta é contextualizar a trajetória dos intelectuais originalmente ligados ao Cebrap articulada ao debate sobre os projetos políticos em jogo na segunda metade da década, sublinhando sua relevância na constituição do bloco de oposição ao regime e nas definições do MDB. Mesmo ressaltando para isso a importância de *Opinião*, não está entre seus propósitos refletir sobre o tema pelas páginas desse jornal. O autor de “Intelectuais e resistência democrática” recorre apenas uma vez a um texto publicado em *Opinião*,¹⁸⁹ mas, de todo modo, seu ensaio acompanha um percurso que envolve o tema desta pesquisa, ao afirmar a interlocução das interpretações sociológicas do Brasil feitas na década de 1970 com a experiência política e o contexto social em que foram

¹⁸⁸ Idem, p. 45.

¹⁸⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. “Gladiadores de marionetes”, *Opinião*, n. 11, p. 4, 22/01/1973.

produzidas. Para uma análise mais precisa desse diálogo e dos processos de articulação política e diferenciação do campo das ciências sociais naquele momento, os textos de *Opinião* e *Movimento* são fontes indispensáveis.

3.2 *Opinião* e a crise do “milagre”

Quando *Opinião* surgiu nas bancas, em 1972, vivia-se o terceiro ano do governo Médici e a política econômica sustentava-se, ainda, em pleno “milagre”. A expansão econômica baseada nas fontes de financiamento externo e no favorecimento da empresa multinacional na estrutura produtiva do país ampliava a escala da acumulação capitalista dependente e representava um ciclo de modernização do capitalismo brasileiro, caracterizado também nessa fase pelo crescimento do sistema financeiro e da burocracia de Estado, que detinha um importante papel no sistema de controle e distribuição de créditos e financiamentos. No plano político-repressivo, sindicatos silenciados, universidade sob tutela, UNE perseguida, censura à solta, bipartidarismo controlado, repressão direta aos movimentos sociais. Em novembro daquele ano, a Arena teria 80% dos votos nas eleições municipais e o MDB ainda não possuía o papel de oposição mais combativa que viria a desempenhar alguns anos depois. No campo da esquerda armada, restava a guerrilha do Araguaia e as altas taxas de crescimento econômico ainda serviam como legitimação do regime repressivo. Foi nessa conjuntura que Fernando Gasparian teve a ideia de criar um semanário brasileiro de oposição nos moldes do *Guardian Weekly*, semanário liberal inglês que também contava com a presença de autores marxistas e socialistas.

Esse personagem singular na história recente do país dava prosseguimento a uma militância democrática e nacionalista que remete à década de 1950. Naquela década, Gasparian inicia sua trajetória pública como presidente da União Estadual de Estudantes de São Paulo, para a qual foi eleito em 1952. Gasparian pertencia a uma família de imigrantes armênios que chegaram ao Brasil no início do século XX.¹⁹⁰ Composto, pela

¹⁹⁰ As referências biográficas sobre Fernando Gasparian são baseadas em três referências, registradas em: “Nacionalismo, empresariado e o Golpe de Estado de 1964 – Entrevista de Gasparian concedida a Maria Aparecida de Paula Rago”. In: *Projeto História*, PUC-SP (29), tomo I, pp. 223-236, dez. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9953>. Acesso em: 19/07/2012. “Fernando Gasparian

parte paterna, de comerciantes e mascates que se tornaram chefes de indústria, esse ramo da família de Gasparian está na origem de sua condição de líder empresarial do ramo têxtil. Engenheiro, economista, empresário e editor, Gasparian foi um personagem ao mesmo tempo emblemático e peculiar da burguesia brasileira. Depois da criação de *Opinião* em 1972 e da aquisição da editora Paz e Terra, em 1973, sua atuação concentrou-se principalmente no ramo editorial. Entretanto, sua trajetória anterior como agente político de uma fração dominada da burguesia brasileira ajuda a esclarecer o sentido de sua atuação como editor na década de 1970.

O envolvimento de Fernando Gasparian com o debate político também remete à sua militância estudantil nos centros acadêmicos da Escola de Engenharia das Faculdades Mackenzie, onde se diplomou em Engenharia no final dos anos 1940, à sua participação nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo e à participação no grupo conhecido como “esquerda democrática” reunido no PSB durante os anos 1950, junto a outros intelectuais da elite intelectual paulistana, como Claudio Abramo, Antonio Candido e Paulo Emílio Sales Gomes. Enquanto presidente da União Estadual dos Estudantes em 1952, atuou na diretoria dessa instituição ao lado de Almino Afonso e Rubens Paiva, futuras lideranças do MDB. Nessa época, também colaborou para a edição do *Jornal de Debates*, semanário que defendia o monopólio estatal do petróleo a partir de uma posição liberal e nacionalista. Posteriormente, Gasparian ocuparia posições importantes na diretoria do Sindicato Têxtil de São Paulo, da Fiesp e na presidência da Confederação Nacional da Indústria, em 1961. Como já foi mencionado, foi um dos principais financiadores das pesquisas do Cesit no início dos anos 1960. Participou, junto com José Ermírio de Moraes, da diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, convidado por Plínio de Arruda Sampaio, então chefe da Casa Civil do governo Carvalho Pinto. Reconhecido como liderança emergente da burguesia industrial paulista que possuía posições econômicas nacionalistas, Gasparian foi cotado para ser ministro da Indústria e Comércio de João Goulart em 1962. Não chegou a efetivar essa participação direta no governo Jango, mas era identificado diretamente à aliança política que o sustentava. Após o golpe, muda-se para o Rio de Janeiro em decorrência de dois atentados ao seu escritório em São Paulo, o que motivou sua

– Entrevista”. In: *Memória do Movimento Estudantil*. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/depoimentos/> 2004. Acesso em: 02/06/2011. “Gasparian” (verbete), em *Dicionário BioBibliográfico do CPDOC*. Op.cit.

transferência. Participa, então, do conselho editorial do *Correio da Manhã*, jornal conservador que inicialmente apoiara o golpe, mas desenvolvia então uma pauta crítica ao modelo de desenvolvimento oficial e ao controle do poder pelos militares. No Rio de Janeiro, o empresário continua com suas atividades sindicais junto ao Sindicato Têxtil e à CNI. Em 1968 teve seu cargo sindical cassado pelo Ministério do Trabalho de Jarbas Passarinho. Filia-se ao MDB em 1970, mas vai para a Inglaterra no mesmo ano, onde permanece até 1972 ministrando aulas de economia brasileira em Oxford. A partir desse ano, sua atuação como dono de um jornal semanário nacional de oposição, duas revistas – *Argumento* e *Cadernos de Opinião* – e duas editoras – a Inúbia e a Paz e Terra – confere à trajetória de Gasparian uma nova direção: a política editorial, que se somava ao trabalho hegemônico representado também por editoras como *Civilização Brasileira*, *Brasiliense*, *Vozes* e a própria *Paz e Terra*, pertencente até 1973 a Ênio Silveira e dirigida por setores progressistas da Igreja Católica que já haviam publicado, na década de 1960, a importante revista (homônima) desta editora. Ao lado das revistas *Civilização Brasileira*, *Brasiliense*, *Revista de Cultura Vozes* e *Teoria e Prática*, a *Paz e Terra* também representara o trabalho político editorial voltado para a luta política no campo das ideias ao qual Gasparian, o próprio Cebrap e toda a chamada “imprensa alternativa” dariam continuidade nos anos 1970.

A partir de 1972, Gasparian passa então a realizar um trabalho editorial, com forte cunho político, que marcou a vida intelectual brasileira nessa época: além de *Opinião*, *Ensaios de Opinião* e *Argumento*, publicou e traduziu autores nacionais e estrangeiros das ciências humanas que deram à *Paz e Terra* um perfil público e acadêmico mais amplo e reconhecido. Reuniu em torno de sua política editorial diferentes gerações da elite universitária progressista do país (em meados da década de 1970, a comissão editorial da *Paz e Terra* era formada por Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado). Um exemplo marcante do empreendimento editorial de Gasparian, além dos *Cadernos de Opinião*, foi a publicação de *Brasil: tempos modernos*,¹⁹¹ em 1974, originalmente encomendada por Jean-Paul Sartre a Celso Furtado para um número especial sobre o Brasil para a revista *Les Temps Modernes*, em 1968. Integraram esse dossiê o próprio Celso Furtado, José Leite Lopes, Florestan Fernandes, Cardoso, Weffort e Helio Jaguaribe, além do escritor Antonio Callado e do crítico Jean-Claude Bernardet. Com exceção de Florestan Fernandes, todo esse grupo

¹⁹¹ FURTADO, Celso (org.) *Brasil: tempos modernos*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

apareceria no *staff* de colaboradores de *Opinião* no expediente de seu primeiro número.

No processo de constituição dos sociólogos do Cebrap como intelectuais da frente oposicionista, o mecenato editorial de Gasparian por meio dos periódicos proporcionou um suporte fundamental para que esses intelectuais “deixassem de falar grego”, na expressão de Francisco de Oliveira,¹⁹² indicando a formação de um campo disciplinar¹⁹³ que não se refere somente às disputas internas da academia ou à discussão teórica das ciências sociais, mas a uma teia de articulações políticas, editoriais e jornalísticas cujas condições de existência favoreceram a coesão em torno da oposição e determinaram um estilo de produção intelectual fortemente ancorada na discussão sobre a conjuntura do país.

Após o AI-5, Gasparian passa a ter dificuldades políticas com as empresas das quais era diretor e parte para o autoexílio na Inglaterra. O trecho citado a seguir foi retirado da entrevista que Gasparian conferiu ao projeto Memória do Movimento Estudantil,¹⁹⁴ e esclarece com precisão as circunstâncias biográficas e políticas que envolvem a criação de *Opinião*, além de indicar elementos centrais para compreendermos a genealogia do jornal. Diz Gasparian:

Fui morar fora daqui porque me avisaram que poderiam me prender a qualquer momento... Achavam que eu estava financiando a subversão porque às vezes eu dava dinheiro para os estudantes. Sempre tive ligação com movimento estudantil. Achei melhor ir embora. Tive um convite para ser professor na Universidade de Nova York, e também depois para ir para a Universidade de Oxford, onde fiquei dois anos como professor convidado. Foi assim que eu fui embora. Saí das empresas – era diretor – para que as empresas não fossem mais perseguidas como estavam sendo... E também estava perdendo a liderança nas empresas que não eram só minhas. Então, fiquei morando fora em 1969, deu o AI-5 e fui embora. Fiquei morando em Londres, indo para Oxford de trem três vezes por semana e também indo um pouco para Paris, que era perto, para encontrar amigos como Fernando

¹⁹² Conforme depoimento a mim concedido em novembro de 2012.

¹⁹³ A expressão de Burawoy indica uma tentativa de ampliação da própria noção de campo, ao incluir no campo sociológico o conhecimento produzido pelas sociologias que são “públicas, orgânicas, ativistas”. Cf. BURAWOY, Michel. “A economia política da sociologia: Marx encontra Bourdieu”. In: *O marxismo encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010.

¹⁹⁴ Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/depoimentos/>. Acesso em: 02/06/2011.

Henrique e Luciano Martins, que era professor na Sorbonne. O Celso Furtado estava morando lá, convivendo com os brasileiros que estavam fora. Aí, então, tive a ideia de fazer o jornal *Opinião*, aqui. Fiquei vendo como funcionava um jornal tipo *The Guardian*, um semanal muito bom. Tive vontade de fazer um jornal parecido com esse semanário. Consegui, pelo fato de estar na universidade e ter contato com as pessoas principais. Fui conversar com Celso Furtado e Luciano Martins, e com o diretor do *Le Monde*, toda semana. O que nos dava força e ao mesmo tempo uma espécie de *habeas-corporis*, porque o governo podia prender o *Opinião* e podia prender o *Le Monde* também.

Opinião, portanto, resultou da posição de proximidade de Gasparian junto a um segmento prestigiado do campo acadêmico da época, com quem se relacionava em Paris, e de sua condição de membro da fração minoritária do empresariado comprometido com a aliança nacional-popular que sustentara o período populista entre a década de 1950 e 1964. Seus investimentos no campo editorial representavam a oportunidade de levar a cabo um trabalho político no campo da produção cultural.

Do ponto de vista operacional, *Opinião* era fruto do encontro entre Gasparian e Raimundo Pereira, possibilitado por Bernardo Kucinski. Em carta a este último, Raimundo já demonstrava uma atitude ambígua e desconfiada em relação à possibilidade de editar um órgão oposicionista idealizado e financiado pela “burguesia nacional em pessoa”,¹⁹⁵ mas aceitaria, não sem antes fazer um levantamento sobre as condições de trabalho na fábrica de Gasparian em Pau Grande, no Rio de Janeiro.¹⁹⁶ Esse conflito no nascedouro do jornal já expressava uma de suas marcas principais, que iram conferir parte de seu sucesso e também algumas dificuldades para a longevidade pretendida: sua heterogeneidade, que misturava um representante da burguesia nacionalista com jornalistas que eram também militantes comunistas de diferentes agremiações.

O número zero de *Opinião* apareceu nas bancas em novembro de 1972, anunciando o jornal como um projeto “para durar cem anos” e uma proposta crítica em relação ao formato do jornalismo predominante no país. Na contracapa, uma mensagem de um parágrafo apresentava essa proposta e seus colaboradores:

¹⁹⁵ Carta de Raimundo Pereira a Bernardo Kucinski, citado em KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*, op.cit, p. 306.

¹⁹⁶ Cf. PEREIRA, Raimundo. “Depoimento”, *Jornal EX-*, n. 12, mai. 1975.

Uma notícia é apenas uma pequena parte da verdade. Por trás dela existem razões ocultas, interesses, jogadas. Ela precisa ser relacionada com outros fatos, interpretada. Estamos lançando um jornal – *Opinião* – cujo objetivo é fazer você entender os fatos mais importantes. *Opinião* conta com colaboradores do porte de Antonio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Helio Jaguaribe, Chico de Oliveira, Paul Singer, Aloisio Biondi, Washington Novaes, José Arthur Giannotti, Jean-Claude Bernardet, Celso Furtado, Oscar Niemeyer, Lauro de Oliveira Lima, Otto Maria Carpeaux, Chico Buarque de Hollanda. Apresentaremos também a edição brasileira do *Le Monde* – uma seleção semanal dos melhores artigos desse diário parisiense, que é considerado um dos três melhores jornais do mundo. Achamos que estava na hora de o Brasil ter um jornal assim. Se você concorda, procure *Opinião* às segundas-feiras, em qualquer banca.¹⁹⁷

Dos cientistas sociais citados na nota, efetivamente colaboraram para *Opinião* Singer, Cardoso, Oliveira, Weffort e, em menor escala, Celso Furtado e Giannotti. O número que anunciava esse conselho de colaboradores constituía uma espécie de anúncio de lançamento do projeto, apresentado no texto “Um novo semanário nacional” como “um jornal que não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia e se recusa a aceitar um volume de publicidade que ultrapasse 20% de sua receita”. Com o subtítulo “Um jornal de oposição?”, o editor Raimundo Pereira assumia o epíteto, de forma implícita, mas advertia que *Opinião* não iria “fazer propaganda de movimentos políticos ou preservar a imunidade de grupos ou igrejazinhas”. A posição declarada do jornal sugere um viés pluralista, nacionalista, democrático e liberal, e a sua afirmação de princípios assumia um significado genérico, mas preciso para o momento: “somos contra a depredação do meio ambiente, a exploração do consumidor, o roubo das riquezas nacionais e temos como compromisso a defesa dos direitos do cidadão e das liberdades democráticas”.¹⁹⁸ Com a afirmação desses princípios com tintas nacionalistas, o semanário de Gasparian correspondia tanto ao grupo dos “autênticos” do MDB de Rubens Paiva e Chico Pinto, do qual Gasparian era próximo, quanto à defesa da “frente ampla”, defendida por vários grupos de

¹⁹⁷ *Opinião*, n. 0, abr. 1972.

¹⁹⁸ *Idem*.

esquerda, entre os quais estava aquele com o qual o editor Raimundo Pereira dialogava, embora não fosse militante orgânico, a Ação Popular. Assim como *Opinião*, *Movimento* também encarnaria depois a proposta frentista, e foi sem dúvida um continuador do primeiro. Mas, em 1972, o surgimento de *Opinião* assumia significados específicos que importa recuperar por meio de uma análise interna da forma como sua pauta e seu projeto editorial dialogavam com o cenário político-social de sua emergência.

Junto a material selecionado do *Le Monde*, o novo semanário também trazia a coletânea semanal dos periódicos *The New Yorker Review of Books*, *The New Statesman* e do próprio *The Guardian*, que inicialmente inspirara o projeto. Com projeto gráfico esteticamente revolucionário de Elifas Andreato e Cassio Loredano, a participação de jornalistas do gabarito de Aloysio Biondi, Paulo Francis, Marcos Gomes, Fausto Cupertino e Caco Barcellos, o novo semanário também era marcado pela colaboração ativa de economistas e sociólogos, pela presença de Celso Furtado, mas principalmente de alguns dos principais membros do Cebrap e de outros que gravitavam em torno desse centro, como Francisco Weffort e Luciano Martins, anunciado como o correspondente do jornal em Paris.

Nos oito primeiros números, *Opinião* não sofreu censura, que se abateu com força sobre o jornal a partir do número nove e prejudicou sensivelmente sua composição.¹⁹⁹ O sistema de censura prévia em *Opinião* exigia que a equipe enviasse as edições para o departamento da censura federal em Brasília antes do fechamento de cada número. Os cortes eram realizados e a edição era refeita, o que obrigou a mudança do dia da semana em que o jornal ia às bancas, de segunda-feira para sexta-feira, com uma semana de defasagem na pauta. Mesmo assim, a proposta sobreviveria por cinco anos, com algumas mudanças e percalços. Nos números iniciais de *Opinião*, os principais elementos da editoria de assuntos nacionais são a crítica à política econômica do governo, a tentativa de desconstrução do “milagre econômico” e a reflexão política em torno das alternativas para a oposição. No que se refere aos dois primeiros temas, ressaltam as intervenções de Aloysio Biondi, Chico de Oliveira, Celso Furtado e Paul Singer, contando também com densas reportagens e matérias de Gerson Toller Gomes, Marcos Gomes e Bernardo Kucinski em torno da atuação das multinacionais no Brasil.

¹⁹⁹ Sobre as atribuições de *Opinião* com a censura, ver MACHADO, J. A. *Opinião vs censura*. Porto Alegre: L&PM, 1978. MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. São Paulo: Global, 1980.

Junto a Aloysio Biondi, esses três jornalistas cumpriram um papel importante para a excelente cobertura econômica de *Opinião*, que proporcionou a esse periódico uma credibilidade única. Aliada a sua perspectiva claramente oposicionista, a excelência de suas matérias tornava-o um caso à parte e um fenômeno do jornalismo impresso brasileiro, com coberturas cuja qualidade acima da média confirmava a superioridade dos “alternativos”.

No primeiro número de *Opinião*, um artigo de Francisco de Oliveira apontava os riscos da “hong-honquização” do país,²⁰⁰ em alusão à presença das multinacionais japonesas no Brasil e ao decreto presidencial 1236, que incentivava o transplante de fábricas e teria o efeito de desestimular a produção brasileira de equipamentos industriais. O artigo comparava o decreto à famosa instrução 113, dos anos 1950, que marcou o avanço da participação do capital estrangeiro nos planos de desenvolvimento nacional. A comparação do caso brasileiro com o “milagre” japonês também é contestada na mesma linha por Biondi²⁰¹ na página seguinte, que traz ainda uma entrevista com o ministro Delfim Neto para o *Financial Times*²⁰² onde o economista do regime desfiava sua visão gradualista consagrada na expressão “crescer para depois dividir o bolo”. A essa entrevista seguia-se um artigo de Celso Furtado intitulado “Objetividade e ilusionismo”,²⁰³ onde o economista realiza uma crítica ácida à “ciência econômica” e ao caráter ambíguo dos índices oficiais consagrados na propaganda do desenvolvimento. Esse artigo de Furtado seria publicado em 1974 pela Paz e Terra em coletânea do autor sobre “o mito do desenvolvimento econômico”.²⁰⁴ Furtado combatia ali as “vacas sagradas dos economistas” e a objetividade de termos como “consumo”, “poupança” e PIB, cujas médias “anulam o sofrimento de uns com os privilégios de outros”, combinado à propaganda de altas taxas de crescimento com destruição de recursos naturais não renováveis, baixa do salário real e concentração de renda. O autor de *Formação econômica do Brasil* afirmava, ainda, que “o avanço das ciências sociais também depende do papel que na sociedade se atribuem e exercem os que estudam os problemas sociais”, apontando, contra a degradação da ciência econômica num

²⁰⁰ “Hong-Honquização”, *Opinião*, n. 1, 13/11/1972.

²⁰¹ “O sorriso amarelo”, *Opinião*, n. 1, 13/11/1972.

²⁰² “Duas imagens do milagre”, *Opinião*, n. 1, 13/11/1972.

²⁰³ “Objetividade e ilusionismo”, *Opinião*, n. 1, 13/11/1972.

²⁰⁴ FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

“labirinto de espelhos”, a defesa da “autocrítica e a consciência de responsabilidade social”.

O colapso da aliança nacional-desenvolvimentista em 1964 já confirmara àqueles intelectuais a armadilha e o engano embutidos na crença do apoio da burguesia a um projeto de industrialização autônoma. Oliveira, Furtado e Biondi insistiram em *Opinião* nas relações entre os lucros elevados dos empresários multinacionais e a baixa remuneração do trabalho, a escalada da concentração de renda e as dificuldades decorrentes para o desenvolvimento de uma produção brasileira de bens de capital. Com essa preocupação, dedicavam-se a uma questão mais geral que unia aquele setor do pensamento social progressista da época: as contradições da modernização industrial no Brasil com a permanência da dependência tecnológica e a extrema desigualdade, contradições que formavam a própria forma periférica de crescimento capitalista e incidiam no ponto sensível da legitimidade ideológica do regime.

Em outros textos de Francisco de Oliveira desse período, o dado da ruptura do pacto populista e a sua crítica retrospectiva acompanhavam, assim como em Florestan Fernandes, a afirmação da revolução social como alternativa para a democracia. Lembrando que seu texto mais conhecido terminava com a visão prospectiva de duas alternativas – “o apartheid ou a revolução social” –,²⁰⁵ o olhar de Oliveira sobre a conjuntura era marcado pela sondagem das perspectivas políticas de ruptura da ordem social capitalista. Essa postura aparece com clareza em artigo de *Opinião*, três anos depois, onde o sociólogo comenta a crise política na Argentina de 1975.²⁰⁶ Atribuindo a crise ao esgotamento da margem de manobra do peronismo frente aos trabalhadores organizados no momento de crise econômica do modelo dependente exportador de produtos primários, o artigo aponta o compromisso da burguesia associada daquele país de integrar-se subalternamente à divisão internacional do trabalho. O protesto operário crescente naquele país expressava, igualmente, a derrocada tardia da aliança populista, cindida no momento da crise econômica, que levava a um retrocesso em suas conquistas históricas. A conclusão do artigo aponta, então, para uma possibilidade radical que se apresentava com o fim do peronismo:

Estranhamente, pode ser que a pressão dos orquestradores do caos tenha como

²⁰⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*, op.cit., p. 119.

²⁰⁶ OLIVEIRA, Francisco de. “A orquestração do caos”, *Opinião*, 14/06/1975.

resposta aquilo que eles mais temem: que a classe trabalhadora argentina desborde de uma vez e para sempre os marcos da democracia burguesa que ela tanto defendeu nos últimos trinta anos e que viu traída seguidamente por aqueles que deveriam ser seus mais respeitosos cumpridores, pois, em fim de contas, são eles que ganham mais.

Em conferência feita no mesmo ano em que escreveu a advertência acima, o sociólogo expôs diagnóstico semelhante voltado para um sentido atualizado da luta política no Brasil, ao lembrar as dificuldades do regime em “institucionalizar-se” sem abrir mão do uso permanente da força, já que a concentração de renda e a acumulação propiciadas pelo modelo econômico em crise conjuntural dependia do sufocamento das reivindicações das classes sociais subalternas. Mais uma vez, a mirada para o passado recente apontava para a inviabilidade de um novo pacto, que incluísse a existência autônoma de instrumentos de classe e sua presença na arena política. Acenava-se, assim, para a construção de um horizonte de ruptura:

Necessariamente, portanto, o “milagre” leva a um lugar político inteiramente distinto daquilo que era seu projeto: ao derrubar-se o populismo, e ao cortar as relações políticas com as classes subordinadas, o sistema leva o proletariado a uma espécie de “solidão”, da qual somente poderá sair impondo ao conjunto da sociedade o seu próprio projeto sócio-econômico-político; noutras palavras, a saída do proletariado dessa “solidão” o levará a postular o socialismo.²⁰⁷

Seus ensaios de meados dos anos 1970 consistem num diálogo crítico original com o desenvolvimentismo a partir do referencial marxista, e os artigos jornalísticos não fogem a essas preocupações, ampliando-os em relação a temas da conjuntura em torno dos quais procurava-se desenvolver uma visão crítica. A crítica ao desenvolvimento econômico como valor em si mesmo na pauta inicial de *Opinião* corresponde à importância que essa categoria assumiu na propaganda oficial do regime cuja política econômica o jornal propunha-se a combater. Gasparian, Furtado e Francisco de Oliveira envolveram-se visceralmente, em suas respectivas trajetórias, com episódios e iniciativas políticas que remetem ao projeto nacional-desenvolvimentista. O

²⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco de. “Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre passado, o presente e o futuro”. In: *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 124.

engajamento anterior de Gasparian na campanha do petróleo e no governo Jango, de Furtado na Cepal e o trabalho de Oliveira na Sudene junto ao primeiro, interrompido com o golpe de 1964, são exemplos de que a questão do desenvolvimento nacional sempre foi um problema de primeira importância em seus perfis de intelectuais públicos. Já nos anos 1970, esses dois autores publicariam textos em que o desenvolvimentismo era visto em chave crítica. Tanto a *Crítica da razão dualista*, publicado pelo Cebrap em 1972, quanto, de Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico* e *Análise do modelo brasileiro*, publicados pela Paz e Terra em 1972 e 1974, preocupavam-se em apontar os limites do desenvolvimento capitalista no terceiro mundo ou, na expressão mais usada por Oliveira, no capitalismo periférico, frente à sua necessidade estrutural de exclusão ou de expropriação de grandes contingentes de trabalhadores como condição para a acumulação no centro do sistema. Como explicaria Oliveira em visão retrospectiva dos fundamentos de seu artigo de 1972,²⁰⁸ desde os clássicos dos anos 1930, passando por Fernandes e Furtado, a consciência do subdesenvolvimento foi forjada pela percepção de “uma produção da dependência pela conjunção do lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos”.²⁰⁹ Guardadas as diferenças de perspectiva entre os dois autores e a especificidade da interpretação de cada um, no ensaio clássico de Oliveira e nos artigos de Furtado da década de 1970 a noção de desenvolvimento é objeto de desmistificação. Em seus artigos para *Opinião*, este último parecia fazer um ajuste de contas com o nacional-desenvolvimentismo que era simultâneo à crítica política ao regime. No texto intitulado “Reflexões de um marciano”, por exemplo, Furtado lembrava:

Grupos de profissionais de nível superior e de simples intelectuais que se haviam empenhado na luta pela industrialização, convencidos de que essa era uma luta para liquidar a situação semicolonial do país e para resgatá-lo do subdesenvolvimento, foram facilmente cooptados para a cruzada do desenvolvimentismo.²¹⁰

²⁰⁸ No início de “O ornitorrinco”, Oliveira lembra que “Crítica da razão dualista” era “cepalina como especificidade e marxista como crítica”, na medida em que procurava articular a especificidade da forma brasileira de subdesenvolvimento capitalista à dimensão política da luta de classes. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 128.

²⁰⁹ Idem, p. 127.

²¹⁰ FURTADO, Celso. “Reflexões de um marciano”, *Opinião*, n. 14, 07/02/1973.

A evidência de que a ditadura promovera crescimento econômico leva Furtado a rever duas conclusões complementares dos anos 1950 e 1960: o vínculo necessário entre modernização econômica e desenvolvimento social e, por outro lado, a relação entre regimes políticos fechados e estagnação econômica. Na época de *Opinião*, o autor já constata que houvera uma “modernização do subdesenvolvimento”, com forte participação do Estado nas políticas de crédito, controle salarial, incentivos fiscais e repressão seletiva. Dessa forma, o “modelo brasileiro” dependia de um componente político:

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular.²¹¹

A série escrita por Furtado para *Opinião* e, em parte, reunida no volume *O mito do desenvolvimento*, integra o conjunto maior que inclui outros textos curtos escritos por Oliveira e Singer sobre as contradições do “milagre”²¹². Sua motivação jornalística e conjuntural se associa à constatação comum à obra de Florestan Fernandes e de Fernando Henrique Cardoso sobre as opções politicamente recuadas e subalternas da burguesia brasileira frente aos movimentos do capitalismo internacional, constatação que, no ensaio de 1972, aparecia como fundamento da opção das classes dominantes de conduzir a estruturação de um mercado de consumo concentrado nos bens de consumo duráveis, condição intrínseca para a acumulação e a concentração de renda sustentadas em altas taxas de exploração da classe trabalhadora. Essa, segundo Oliveira, a tendência aprofundada a partir de 1964 que fundamentou politicamente o processo de

²¹¹ FURTADO, Celso. “O modelo brasileiro de subdesenvolvimento”. In: *O mito do desenvolvimento econômico*, op.cit, p. 109.

²¹² Cf. SINGER, Paul. “Salários e inflação”, *Opinião*, 20/05/1974; “O ambíguo PIB”, *Opinião*, 14/02/1975; “O novo quadro da opção brasileira”, *Opinião*, 30/01/1976. OLIVEIRA, Francisco de. “A face oculta do desemprego”, *Opinião*, 10/06/1974; “O Jogo sujo dos cartéis no Brasil”, *Opinião*, 20/08/1975; “A pátria das empresas sem pátria”, *Opinião*, 18/12/1972.

concentração monopolística, favorecida intencionalmente pelo governo associado às grandes empresas multinacionais e ao capital financeiro crescentemente articulado ao circuito da realização do lucro. Como foi observado acima, esse elemento político presente na importância do Estado para a realização de um estilo de desenvolvimento determinado em conformidade com os interesses da acumulação capitalista aparece dialeticamente como elemento para efetuar-se um avanço em relação à ideia de tendência à estagnação da economia sob regimes fechados nos capitalismo periféricos.²¹³ Nesse aspecto específico, Oliveira também dialogava com a crítica de Maria da Conceição Tavares e José Serra às ideias anteriores de Celso Furtado, no artigo “Além da estagnação”²¹⁴, citado com destaque no número dois de *Opinião*.

Na matéria chamada “Milagre brasileiro: o grande debate”,²¹⁵ apresentam-se os “economistas antimodelo”, anunciando-se o Cebrap como o principal espaço de formulação e discussão sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, onde as ideias de “Além da estagnação” repercutiram e foram discutidas em outros estudos surgidos naquele momento. Segundo a matéria de *Opinião*:

Hoje esses trabalhos, que não são mais do que dez textos curtos de cinco ou seis autores, constituem uma verdadeira reinterpretação da realidade nacional. Reinterpretação não só em relação ao que dizem os defensores do modelo, como ao que diziam antes os que atacavam a política econômica oficial.

Essa posição que se propunha estabelecer uma nova “reinterpretação da realidade nacional” se situava, lembrava a matéria, num espaço preciso:

Um dos locais mais ativos para a discussão dessas ideias fica hoje numa casa de paredes brancas e janelas azuis na rua Bahia, em São Paulo, onde todo dia se reúne um pequeno grupo de economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos. Esses homens, na maioria professores aposentados pelo AI-5, escolheram ficar no

²¹³ Essa visão criticada por Oliveira encontra-se presente em FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

²¹⁴ SERRA, José & TAVARES, Maria da Conceição. “Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil”. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 (7ª edição).

²¹⁵ “Milagre brasileiro: o grande debate”, *Opinião*, n. 4, 27/11/1972.

Brasil para – apesar dos percalços em pesquisa em ciências sociais – continuar seu trabalho. Na fachada da casa, uma placa diz simplesmente “Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento”. Foi ali que, pela primeira vez, em 1969, o “Além da estagnação” foi discutido entre os economistas mais tarde responsáveis por trabalhos na mesma linha. É ali que, agora, tem início uma série de reuniões para assimilar tudo que foi dito até então.²¹⁶

A dupla demarcação do campo de discussões sobre a realidade brasileira procura sugerir que esses “cinco ou seis autores” representavam o deslocamento da interpretação sobre o capitalismo no Brasil, na tentativa de estabelecer um novo cânone que revela a ascendência do Cebrap no debate público. Coerentemente, parte dos autores comentados na reportagem escreveriam artigos para o semanário em que negavam tanto a “interpretação estagnacionista” quanto a “linha oficial”, apropriando-se em chave negativa da ideia de um “modelo brasileiro” para indicar o fôlego limitado e socialmente perverso do “milagre”, o que também sugeria a fragilidade do sistema político em que essa política econômica se sustentava, assim como a disjunção entre a ideologia nacionalista dos órgãos oficiais e a subordinação da economia e da sociedade às flutuações das fontes de financiamento externo. Apontando o engano da associação necessária entre o desenvolvimento capitalista na periferia e a continuidade de relações arcaicas de exploração, essa constatação levava necessariamente ao debate sobre a expressão política desse quadro.

Justamente, o nosso “modelo político” é o tema que aparece como elemento complementar à discussão sobre o milagre econômico na fase inicial de *Opinião*. A partir do número três, o debate em torno da Arena e do MDB toma mais força, com a presença cada vez mais enfática de Fernando Henrique Cardoso, que já ventilava então suas ideias sobre o autoritarismo tecnocrático brasileiro e a necessidade de “reativação da sociedade civil”, argumentos reunidos em 1975, em edição da Paz e Terra intitulada *Autoritarismo e democratização*.²¹⁷ Nessa fase inicial do semanário, Francisco Weffort também assina artigos de avaliação do contexto político-eleitoral, entre os quais chama a atenção sua análise das eleições de novembro daquele ano, quando a Arena obteve

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Nesse livro foi publicado o texto “A questão da democracia”, originalmente veiculado, em 1973, na revista *Debate e Crítica*.

uma vitória eleitoral retumbante nas eleições municipais. Por exemplo, no texto intitulado “A vitória inchada da Arena”,²¹⁸ Weffort retoma os argumentos de Victor Nunes Leal sobre o coronelismo²¹⁹ para deslegitimar a ideia de que os resultados eleitorais representavam um apoio ativo dos eleitores ao partido oficial do regime, em alusão ao depoimento do deputado Geraldo Freire, líder daquela legenda na Câmara dos Deputados que sinalizara a existência de um partido único do Brasil e já fora questionado por Fernando Henrique Cardoso em número anterior, no artigo “O partidão do Sr. Freire”,²²⁰ em que o cerne é a questão da passagem, entrevista como algo possível naquele momento, de um “autoritarismo envergonhado consigo mesmo” para um “regime totalitário”. Já segundo Weffort, os resultados das eleições de 1972 expressavam antes a ausência de partidos reais e a política das sublegendas, que reproduziam alianças localistas com chefes locais e revelavam a falta de representatividade do regime. Lembrando que nas grandes cidades, onde se observavam contingentes operários de vulto, houve uma forte tendência aos votos nulos e brancos, Weffort aponta uma tendência que revelava a precariedade da Arena como possibilidade de um partido de massas: a ausência, enfatizada no artigo, de grandes manifestações de apoio ao regime. A conclusão do autor, mais incisiva do que a de seu colega mais velho da USP e do Cebrap, aponta então para o papel consagrador da ditadura que o MDB desempenhava, apesar de toda sua “debilidade como organização política”.

Para esses autores, com o estreitamento dos canais institucionais de expressão política, as organizações locais e as manifestações de descontentamento que se davam por fora do Estado expressavam uma prática diária que se utilizava das liberdades possíveis, cabendo ao MDB canalizar institucionalmente esses sinais. Se em 1972 essa possibilidade era longínqua na visão de Weffort, já em novembro de 1973 ela adquire um acento um pouco mais positivo, com o anúncio, por parte do grupo dos autênticos, de transformação do MDB em “um grande partido popular”.²²¹ Em virtude dessas declarações, Weffort afirma: “Talvez tenha chegado a hora da oposição”, lembrando também que a retórica do partido começava a adquirir “o tom de uma retórica

²¹⁸ WEFFORT, Francisco. “A vitória inchada da Arena”, *Opinião*, 27/11/1972.

²¹⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

²²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. “O Partidão do Sr. Freire”, *Opinião*, 20/11/1972.

²²¹ WEFFORT, Francisco. “MDB: elites e massas”, *Opinião*, 05/02/1973.

envelhecida”, ao restringir a questão do estado de direito à concepção “liberal-juridicista e individualista” e na noção genérica da defesa do “empresariado nacional”. Para Weffort:

O MDB promete defender o empresariado nacional, o estado de direito e uma melhor redistribuição de renda. Já é um começo, mas vamos admitir que, para um partido que pretende transformar-se num grande partido popular, esses objetivos são extremamente vagos. Para começar, de que empresariado nacional se trata? A maioria do empresariado nacional já não deu mostras suficientes de que não pretende ser defendido dos grandes capitais internacionais, mas, pelo contrário, associar-se com eles? Quem é realmente nacional na economia: os empresários, que desde meados dos anos 1950 vêm-se associando, ou os trabalhadores, que, além de se acharem sob um regime de compressão salarial que serve de maneira imediata aos grandes capitais, encontram-se ainda, como consumidores, submetidos às regras de um mercado de tipo monopolista?²²²

Essa percepção de uma nova fase histórica estabelecida nos marcos do debate sobre o populismo e sobre a teoria da dependência voltava-se para o diálogo crítico com o MDB e encaminhava um rumo socializante nas entrelinhas ao negar a “velha e preconceituosa separação entre o pão e a liberdade”, associando a questão da distribuição da riqueza ao problema da institucionalidade e à superação do Estado paternalista como alternativa política das classes dominantes. Assim: “Trata-se também e, sobretudo, de reivindicar instrumentos institucionais que transformem a possibilidade de uma melhor distribuição da riqueza num mecanismo normal da vida social”.²²³

O texto de Francisco Weffort citado foi escrito após o lançamento da anticandidatura de Ulysses Guimarães à presidência, em setembro de 1973, com o intuito de mostrar a incoerência e a distância entre o discurso oficial, que apelava para a defesa da solução militar como fórmula de salvação da democracia, e a realidade do arbítrio e das perseguições políticas. Essa candidatura marcou o começo da atuação do MDB como partido mais abertamente oposicionista e os êxitos eleitorais de 1974 acompanham um processo mais geral de “ressurgimento” das forças políticas ativas contra o regime. Os “movimentos de base” na cidade e no campo, as campanhas pelos

²²² Idem.

²²³ Ibidem.

direitos humanos iniciadas naquele ano e o aumento da desigualdade social e da inflação são acontecimentos que levam o MDB a concentrar-se com mais ênfase nas questões da repressão e na crítica do modelo econômico, que vivia o início de sua fase agônica e ganhava cada vez mais críticos dentro das fileiras da própria grande imprensa. Na mesma direção, o trabalho da CNBB e a movimentação das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base formavam, nesse momento, uma teia de associativismo urbano que ajudava a alavancar as reivindicações locais em torno da carestia, dos serviços urbanos e das condições de trabalho. A partir de então, o desenvolvimento da frente ampla de oposição democrática envolveria ainda outras associações, como a OAB e a ABI.

Ainda em 1973, o governo Geisel dera início à sua política de distensão controlada, cujo teor podia ser verificado no discurso desse presidente publicado em *Opinião*.²²⁴ Esse anúncio e a visita do cientista político Samuel Huntington deram origem a uma série de artigos em torno do “problema institucional brasileiro”, a partir do número 94, cujo título de capa era “Os teóricos do modelo político brasileiro”. Nessa série, Cardoso e Weffort analisam as teses de Huntington, que apresentara suas ideias em seminário promovido pela Universidade Candido Mendes: “Legislativo e tecnocracia”.²²⁵ “Melhorar o regime para defender o sistema” é o subtítulo da reportagem que inicia a série. Nessa reportagem, Wanderley Guilherme dos Santos, que dera uma palestra no Congresso Nacional sobre as “estratégias da descompressão política”,²²⁶ é apresentado como adepto das ideias de Huntington, o que é negado pelo próprio autor em carta publicada no número seguinte do jornal.²²⁷ Mas o espaço maior

²²⁴ “O pronunciamento de Geisel”, *Opinião*, 16/07/1973.

²²⁵ “Os teóricos do modelo político brasileiro”, *Opinião*, n. 94, 25/08/1974, p. 3.

²²⁶ Para uma análise dessa discussão e dos paradoxos presentes no pensamento sobre democracia de Cardoso e Santos, ver FONTES, Virgínia. *Democratie et Révolution: sciences sociales et pensée politique au Brésil contemporain (1973-1991)*. Tese de doutorado. Université de Paris X – Nanterre, 1994, pp. 73-77. Segundo a autora, a questão democrática aparece, nesse debate, menos como uma proposição teórica ou uma formulação original do conceito de democracia, mas principalmente como uma questão estratégica tributária de suas análises da conjuntura institucional. Identifica-se assim o uso de uma “dupla linguagem” por esses autores: ao mesmo tempo em que se nota a importância que a questão do desenvolvimento econômico adquire, para ambos, na formação das condições para a participação democrática, suas proposições resultam num conceito pragmático. Voltaremos a essa discussão no último capítulo.

²²⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Antes de Huntington”, *Opinião*, n. 95, 02/09/1974.

da matéria é dispensado aos argumentos de Weffort e Cardoso sobre a questão democrática, em dois artigos que revelam as suas posições naquela altura. Cardoso²²⁸ cita argumentos de Huntington publicados no *Jornal do Brasil* que afirmavam a singularidade do regime político brasileiro, que combinaria, segundo o cientista político de Harvard, “elementos de regime de autoridade e elementos característicos de regime democrático”, sugerindo seu caráter adaptável a diferentes circunstâncias. Cardoso observa então que a questão da democracia não se resumia a um problema de institucionalização, mas à “discussão sobre as formas possíveis de representatividade”, lembrando ainda, com um tipo de cautela marcante dos artigos de sua autoria, que não queria “opor ao gradualismo preconizado um ‘instantaneísmo’ impossível”. Weffort assina na página seguinte o artigo “A democracia e a questão social”,²²⁹ em que retoma a disjunção histórica brasileira entre o liberalismo e os “temas igualitários da democracia moderna” para afirmar que as nossas “soluções mais tradicionais já se encontram descartadas”, ou seja, que as políticas populistas não tinham mais viabilidade histórica. Weffort também recorria ao argumento histórico para lembrar da posição antipopular da UDN na democracia de 1946, sem deixar de mencionar que a “própria esquerda” também passou a “sedimentar no seu igualitarismo uma concepção meramente instrumental da liberdade e da democracia que em várias oportunidades esteve na confluência imediata do autoritarismo”. Embora subscrevendo a noção corrente de autoritarismo, Weffort avança em seguida para caracterizar a circunstância de então como a época das “grandes organizações burocráticas e das grandes empresas”, quando o problema da democracia passa a se associar às iniciativas dos grupos sociais emergentes:

Significa dizer que ou surgem da sociedade as associações que, articulando os indivíduos dispersos, permitirão contrabalançar o peso dos monopólios e da burocracia ou estas tenderão a um poder político ilimitado. Este foi em toda parte o grande teste para a sobrevivência do liberalismo, qual seja: o de saber se ele ainda é capaz de conjugar os dois grandes temas da liberdade e da igualdade.²³⁰

²²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. “A democracia do professor Huntington”, *Opinião*, n. 94, 26/08/1974.

²²⁹ WEFFORT, Francisco. “A democracia e a questão social”, *Opinião*, n. 94, 26/08/1974.

²³⁰ *Idem*.

Quando começaram a trabalhar como articulistas para *Opinião*, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort já haviam publicado alguns de seus textos canônicos sobre os temas do populismo e da dependência. Inclusive, o primeiro número da revista *Estudos Cebrap* trazia a polêmica entre os dois autores em torno da Teoria da Dependência, que Weffort questionava duramente em nome de uma visão que privilegiasse o plano da luta de classes em relação à premissa nacional.²³¹ O debate sobre a questão democrática nesse período teve nesses dois autores sujeitos importantes e será abordado de forma mais próxima na segunda parte, mas note-se que as análises políticas de conjuntura de Weffort e Cardoso expressam, em outro plano, as diferenças de perspectivas teóricas presentes ainda na década de 1960, quando Weffort já realizara suas críticas às visões normativas das classes sociais para explicar a ação política dos trabalhadores. Cardoso, sustentado no ecletismo metodológico que misturava os tipos ideais da sociologia compreensiva weberiana ao materialismo histórico, também já afirmara então os limites do comportamento social da burguesia brasileira e de sua formação, que não apontaria para um projeto de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, é conhecida a conclusão de sua tese de 1963:

As decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial, que, parece, optou pela “ordem”, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. Resta verificar então qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?²³²

A pergunta, posteriormente desfeita, não só implicava a expectativa da modernização e do desenvolvimento, mas anunciava um conflito político fundamental

²³¹ WEFFORT, Francisco. “Nota sobre a ‘teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?’”, *Estudos Cebrap*, n. 1, 1974. A resposta de Cardoso saiu no mesmo número, com o título “Teoria da Dependência ou análise concreta de situações de dependência?”.

²³² CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário nacional e desenvolvimento econômico no Brasil*, op.cit., p. 198.

do período derradeiro do populismo, que se transmutaria, logo depois, na asserção do “desenvolvimento dependente e associado” e na busca de estratégias possíveis dentro desse termo, com ênfase em aspectos políticos tomados em sentido cada vez mais autônomo. Para Weffort, o desafio fundamental se delineava, nessa época, em torno da autonomia da iniciativa das classes trabalhadoras. Se Cardoso se envolveria, em meados da década de 1970, com a teoria do autoritarismo e com a caracterização do Estado técnico-burocrático, Weffort direcionava-se, junto a José Álvaro Moisés, para a questão operária e a inflexão autonomista que caracterizariam com mais ênfase os trabalhos do último autor citado, do Cedec e da *Revista de Cultura Contemporânea*, já no final daquela década. Entretanto, nesse momento, seus diferentes encaminhamentos para a questão da democracia política e das classes sociais sustentam-se igualmente na constatação (formulada ainda no início dos anos 1960) de que o projeto nacional-democrático fora superado no Brasil. Lembre-se que em 1972 esses autores ainda não escreviam com regularidade para órgãos da grande imprensa nem tinham papel significativo na vida político-partidária. Conforme lembra Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Opinião* foi crucial para a efetivação dessa presença:

Pelo menos para o grupo do Cebrap, a colaboração no semanário foi uma via de ingresso na política, não só devido ao prestígio político que ganharam, como pela ponte que por aí estabeleceram com o MDB. Em 1974, como parte da virada para o oposicionismo agressivo que o partido empreendia, sua direção buscou aproximação com os intelectuais. Os artigos de *Opinião* fizeram mais que tornar conhecidos seus autores, pavimentando o caminho de alguns rumo à vida política. Eles foram importantes para a construção pública dos intelectuais acadêmicos – e entre eles dois cientistas sociais – como atores do movimento de oposição ao regime, com perfil e linguagem próprios.²³³

Ainda em relação à pauta dos membros do Cebrap, em *Opinião*, é preciso sublinhar que sua dedicação predominante aos temas do modelo de desenvolvimento e do modelo político fundamenta-se, no que se refere ao caráter conjuntural e oposicionista dessa reflexão, no fortalecimento dos vínculos do jornal com o MDB e na aproximação dos intelectuais mencionados de sua órbita de atuação. Por isso, já na

²³³ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Tomando partido, formando opinião*, op.cit, p. 26.

campanha de 1974, os membros do Cebrap são convidados por núcleos do partido a realizarem conferências em diferentes locais e ajudam na elaboração do texto do programa eleitoral.

Em 1973, Gasparian dedica-se também ao lançamento de mais dois projetos editoriais de caráter mais restrito, do ponto de vista da origem dos colaboradores, do perfil intelectual e do alcance de público: trata-se da revista *Argumento* e dos *Cadernos de Opinião*, que se encontram a meio caminho entre o perfil político do semanário e o caráter científico-acadêmico das publicações do Cebrap. Essas duas revistas eram verdadeiras plataformas da discussão que já se fazia em *Opinião* e revelavam, ao mesmo tempo, o sentido politizado daquela produção intelectual, refletido também na significação dos congressos da SBPC a partir de 1973. Boa parte da discussão, então, das ciências sociais brasileiras a respeito da conjuntura também era apresentada nos congressos daquela entidade, cuja divulgação foi farta nesses órgãos da Paz e Terra e também em *Movimento*. Nessas publicações há diversos artigos sobre a SBPC, assim como transcrições de trabalhos apresentados em seus congressos, que evidenciam a posição relevante que a discussão sobre o papel dos cientistas na sociedade possui na pauta dessas revistas. Voltaremos a essa questão do papel político da SBPC, mas, no momento, interessa sublinhar que a presença majoritária dos membros do Cebrap nos conselhos editoriais e conselhos de colaboradores desses órgãos e de outras revistas próximas de curta duração representam a atividade político-editorial dessa fração da intelectualidade ao longo da década de 1970.²³⁴

A metade da década de 1970 ficou conhecida como o início de um ciclo de mobilizações populares. Essas mobilizações não se iniciaram com o objetivo mais amplo de derrubar o regime, mas foram impulsionadas pelo agravamento das condições de vida e de trabalho que o desenvolvimento capitalista do país implicava, principalmente após a crise do “milagre econômico”, por volta de 1974. Iniciadas com apelos locais, com reivindicações específicas em torno do custo de vida e da péssima

²³⁴ Em seus quatro números, a “revista mensal de cultura” *Argumento*, lançada por Gasparian, trazia a nata da inteligência liberal-progressista, ex-membros do Iseb, figuras mais novas ligadas ao Cebrap e representantes da geração mais velha da USP. Essa revista veiculou ensaios fundamentais de Florestan Fernandes sobre a reforma universitária, análises de Celso Furtado sobre o “modelo brasileiro”, críticas cinematográficas de Ismail Xavier e ensaios de crítica sociológica de Antonio Candido e Roberto Schwarz.

qualidade dos serviços públicos, tais manifestações assumiam, aos olhos dos sociólogos envolvidos com a intervenção pública, uma dimensão política imprevista, ao atacarem os efeitos do estilo de crescimento adotado, demonstrarem a ilegitimidade do regime e indicarem um germe de consciência crítica sobre as contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil. As associações de bairro, o Movimento do Custo de Vida e o Movimento Contra a Carestia são expressões típicas desse tipo de mobilização, que se ligava às Pastorais na politização das questões cotidianas e no processo de educação política da classe trabalhadora dos grandes centros urbanos. A ênfase na importância da ação direta por Moisés e Weffort se reforçariam, nessa época, com o apelo dessas manifestações e do associativismo emergente na década de 1970. A leitura de Weffort sobre a história sindical nessa época e os textos de Moisés sobre as greves e sociedades de bairro são diretamente influenciados pela conjuntura crítica daquele momento e pela sugestão da “autonomia” popular existente naquelas reivindicações. No número de *Opinião* que saiu às bancas a 9 de maio de 1975, Weffort e Álvaro Moisés assinam o texto intitulado “Primeiro de Maio: onde estão os trabalhadores?”,²³⁵ no qual justamente insistiam na questão da autonomia e da dependência do Estado, na importância da liberdade sindical para o questionamento prático do modelo de desenvolvimento concentrador de renda. Ao negar a possibilidade de falar em participação autônoma dos trabalhadores sob a estrutura sindical vigente, os autores lembram que o “padrão dominante” na história brasileira era o impedimento da negociação entre trabalhadores e empregadores: “A intervenção do Estado nas relações que regulam o capital e o trabalho tem chegado, com frequência, a um tal grau que deixa uma margem irrisória aos sindicatos para efetivamente representarem a vontade de seus associados”.

Para os autores, essa linha dominante do século XX no Brasil não deixava de ser atribuída, também, a “heranças autoritárias” presentes nas próprias forças políticas que se pretendiam representativas das classes trabalhadoras, mas abraçaram o “estatismo” e o “nacionalismo”, que não teriam relação com “qualquer aspiração especificamente operária, para não dizer qualquer aspiração popular”. A atualização da política intervencionista no pós-64 é apontada nesse artigo como “requisito do modelo de desenvolvimento instaurado após 1964”, cujos resultados, na palavra dos autores,

²³⁵ WEFFORT, Francisco e MOISÉS, José Álvaro. “Primeiro de Maio: onde estão os trabalhadores?”, *Opinião*, 09/05/1975.

[...] dizem respeito não apenas às quedas sofridas pelos índices de salário real do trabalhador, mas também a qualquer possibilidade de ele se manifestar como grupo social no terreno da política, isto é, no terreno dos projetos que definem os próprios destinos da sociedade nacional.

Em *Opinião*, essa é a primeira aparição de José Álvaro Moisés, que lideraria o Cedec ao lado de Weffort e coordenaria alguns livros coletivos publicados então em coedição Cedec/Paz e Terra. Esses livros traziam artigos e comunicações feitas no âmbito dos congressos da SBPC e, em parte, publicados também em *Opinião* e *Movimento*. Os dois autores em questão representavam uma geração mais nova da USP que trazia uma leitura mais próxima dos conceitos de Gramsci e transformava a questão da autonomia em argumento central para resgatar a marca política de manifestações urbanas, como as sociedades bairro, os quebra-quebras da Central do Brasil e as greves do ABC. Em seus artigos para *Opinião*, a reflexão sobre essa problemática antecipa o projeto da *Revista de Cultura Contemporânea* de fins dos anos 1970 e ganha uma presença mais ostensiva da observação do comportamento da classe trabalhadora, identificando-se uma quebra do consentimento que corroía a “legitimidade” do “autoritarismo”, com o nascimento de uma “nova sociedade civil”.²³⁶ Essa inflexão será importante para o debate sobre a democracia na segunda metade da década, como veremos em mais detalhes no quinto capítulo deste estudo.

A atuação dos autores ligados ao Cebrap como articulistas do principal órgão político da “imprensa alternativa” imprimia àquelas trajetórias intelectuais uma marca política. As tomadas de posição desses sociólogos davam-se, fundamentalmente, em torno das possibilidades de oposição ao regime. Natural, portanto, que seus temas prediletos em *Opinião* fossem, depois da desmistificação do “milagre”, o MDB e as eleições, observando-se uma nuance: enquanto Weffort e Moisés detinham-se, sobretudo, nas possibilidades autônomas dos movimentos sociais, Cardoso já lançava mão da estratégia do conselheiro equilibrado das oposições. Essa posição tem como exemplos marcantes três artigos escritos para *Opinião* em 1973,²³⁷ em que esse autor propunha-se a criticar os “mitos da oposição” sobre o capitalismo brasileiro sem nomear

²³⁶ MOISÉS, José Álvaro. “SAB’s: uma nova força”, *Opinião*, 25/07/1975.

²³⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. “Os mitos da oposição”, “Os mitos da oposição-II”, “Os gladiadores de marionetes”, publicados, respectivamente, em 19/02/1973, 02/04/1973 e 15/01/1973.

o objeto de sua crítica, dirigida claramente a alguns traços da análise de grupos como a Polop²³⁸ e o PCB. Os argumentos desse artigo foram retomados também na revista *Estudos Cebrap* e desenvolvidos no primeiro capítulo de *Autoritarismo e democratização*, sob o título “As novas teses equivocadas”. Os enganos que o sociólogo e conselheiro do MDB autêntico identificava eram esses:

1) O desenvolvimento capitalista na periferia é inviável. 2) O capitalismo dependente está baseado na exploração de mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho. 3) As burguesias locais deixaram de existir como forças sociais ativas. 4) A penetração das empresas multinacionais leva os estados nacionais a uma política expansionista. 5. O caminho político do continente está frente a uma encruzilhada: socialismo ou fascismo.²³⁹

Após esse resumo das cinco questões sobre as quais incide sua crítica, o autor lembra ainda era dirigida às:

oposições que se encastraram nos mitos antigos e continuam pensando que o divisor de águas no Brasil separa, para um lado, os que querem o desenvolvimento e o fortalecimento do Estado e, para o outro, os partidários do imobilismo, aferrados às formas tradicionais de dominação política e de exploração imperialista.

Dessa mesma crítica, Cardoso tiraria uma outra proposição: uma ampla aliança –

²³⁸ O autor cujas teses Fernando Henrique parece criticar de forma mais direcionada é Rui Mauro Marini, que defendia a hipótese do subimperialismo brasileiro como processo resultante do favorecimento à empresa multinacional e ao capital financeiro, da formação precária de um mercado interno como resultado da exploração imperialista e da aglomeração dos monopólios nacionais e estrangeiros com o Estado nacional. Cf. MARINI, Ruy Mauro. “La acumulación capitalista mundial y el imperialismo”, *Cuadernos políticos*, n.12, Ediciones Era, Mexico, abril-junio de 1977. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acessado em 11/10/2012. Marini faz parte de um grupo de autores secundarizados no debate público brasileiro da década de 1970, como Vania Bambirra e Theotônio dos Santos. Sobre o debate unilateral de Fernando Henrique com esses autores, ver: PRADO, Fernando Correa. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”. *Comunicação e Política: revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos*, v.29, n.2, RJ, 2011.

²³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. “Gladiadores de marionetes”, op.cit.

a “sociedade civil” – contra o Estado autoritário e sua força dirigente no âmbito da política local: a “burguesia de estado”.²⁴⁰ Embora excluindo sumariamente do debate o tema do imperialismo e assumindo a condição dependente-associada como circunstância estrutural dentro da qual propor mudanças, o problema dos direitos sociais ainda permanecia então no horizonte, situando na “democratização”, e não no conflito de classes ou na luta anti-imperialista, uma saída política para a abertura. Essa perspectiva levaria à afirmação dos marcos da construção de uma oposição democrática que o MDB e a “frente” poderiam representar.

Florestan Fernandes, que não participou do Cebrap, publicou somente um artigo em *Opinião*, em 1975, sob o título emblemático de “Tirando o socialismo da quarentena”.²⁴¹ Voltaremos a esse texto, mas, por hora, fica registrado que o autor de *Circuito Fechado* só passa a ter uma presença mais significativa no debate conjuntural dos jornais e revistas de oposição nos últimos anos da década de 1970, quando a experiência de *Opinião* já se dissipara.

O vínculo entre a reflexão científica e os movimentos da conjuntura se aprofundaria nos jornais e revistas, quando os debates realizados no âmbito da SBPC a partir de 1973 passam a figurar com ênfase. Uma leitura panorâmica de *Opinião*, *Movimento* e *Cadernos de Opinião* revela como os cientistas sociais exerceram um papel importante em processos como a politização dos congressos da SBPC²⁴² e na tradução política do debate acadêmico. A ocupação de um espaço de destaque nos principais jornais de oposição da década de 1970 corresponde a sua condição de

²⁴⁰ Em artigo para o primeiro número da revista *Praga*, Emir Sader passa em revista as trajetórias intelectuais ligadas ao Seminário Marx e seus desdobramentos na década de 1970. Sader situa a produção de Fernando Henrique Cardoso durante meados daquela década (*Autoritarismo e democratização e O modelo político brasileiro*) em relação à sua obra anterior e afirma que a teoria do autoritarismo veiculada por aquele autor a partir de meados da década de 1970, particularmente a noção de *burguesia de Estado*, já apontam para um “deslocamento” liberal em sua trajetória como sociólogo e militante da oposição. SADER, Emir. *Nós que amávamos tanto O Capital*. In: *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, n. 1, São Paulo, Boitempo, 1996.

²⁴¹ FERNANDES, Florestan. “Tirando o socialismo da quarentena”, *Opinião*, 20/06/1975.

²⁴² Os congressos da SBPC foram amplamente divulgados e debatidos nas páginas de *Opinião*, *Movimento* e *Ensaio de Opinião*, com a publicação de algumas de suas mesas-redondas e comunicações. CF. OLIVEIRA, Francisco de. *Ensaio de Opinião – Estado, Ciência e Poder*, v. 5, 1977; Sem autoria, “SBPC: o mito da neutralidade científica”, *Opinião*, n. 193, 16/07/1976. MOISÉS, José Álvaro, “A opção da autonomia”, *Movimento*, n. 104, 27/06/1977.

sociólogos voltados para a intervenção pública e membros de um centro acadêmico dominante (a USP) no marxismo acadêmico e na hierarquia universitária das ciências sociais. Essa posição foi viabilizada por um movimento duplo: pela fixação de uma agenda de questões que ia ao encontro das expectativas em torno dos movimentos sociais organizados e pela politização do debate científico; no campo editorial, pela tentativa de colocar em pauta para um público mais amplo que a academia a discussão de temas e problemas formulados em grande parte pelas pesquisas acadêmicas. Esse esforço voluntário contou com o suporte institucional do Cebrap e o capital científico coletivamente acumulado de seus membros, potencializados pelo mecenato do empresário e economista Fernando Gasparian, representante de uma fração minoritária, liberal e nacionalista da burguesia industrial que apoiara o governo Jango e fora derrotada em 1964. A ideia da “frente ampla”, que já sustentava o projeto do jornal, possibilitou a convivência de diferentes linhagens teóricas e políticas em suas páginas, embora a identificação de Gasparian fosse a dos “autênticos” do MDB. Entre 1975 e 1977, *Opinião* vive uma fase de forte crise financeira, em que se enfraquece nitidamente a participação dos cientistas sociais em sua pauta, já reduzida e asfíxiada pela censura, quando Gasparian lança o veículo de ensaios *Cadernos de Opinião*, de tiragem mais restrita. O jornal de Gasparian passou nesse momento a ser editado pelo jornalista Argemiro Ferreira, ex-JB, e ainda resiste como referência intelectual por mais dois anos. O direcionamento coletivo de redatores e apoiadores para o projeto de *Movimento*, em 1975, também refletia um novo momento político do país.

3.3: *Movimento* e o avanço da frente democrática

A origem de *Movimento*, lançado em julho de 1975 com uma tiragem de 20 mil exemplares, refere-se ao projeto de lançar um jornal controlado pelos jornalistas, acalentado com a autonomia cada vez maior da redação comandada por Raimundo Pereira em relação a Gasparian. Segundo relato de Raimundo Pereira²⁴³, além dessa

²⁴³ “O Gasparian era um empresário brasileiro corajoso, o primeiro líder patronal cassado pela ditadura. Era um cara boa gente, mas quando veio o governo Geisel, depois dos militares perderem as eleições de 1977, aí iniciaram com o Golbery a tal da ‘distensão lenta, gradual e segura’. Então entre nós, da redação, e o Gasparian, se formou um dissídio, um contencioso, porque nós dissemos: ‘É a ditadura manobrando para nos sacanear, para achar um caminho para eles’, e também querendo ser donos da revista, sem ter um centavo de cota. Então, deu no que podia dar.” PEREIRA, Raimundo. “É preciso fazer um jornal para falar com o povo”, *Caros Amigos*, jun./2012, p..20-24. É preciso sublinhar que não encontra-se na pauta

intenção, também havia entre a maioria da equipe e Gasparian uma avaliação divergente sobre as possibilidades abertas com o anúncio da distensão pelo governo Geisel, mas o ponto decisivo para a nova iniciativa era o projeto de inaugurar uma nova forma de periódico, cuja propriedade fosse coletiva e cujas decisões sobre a pauta e as diretrizes fossem tomadas também em assembleias pelos membros da redação, que se tornavam “proprietários” de *Movimento* através da compra de cotas do jornal e, assim, adquiriam direito de voz e voto nas assembleias. Criou-se a Edição S.A., editora cuja venda das ações financiou o lançamento do jornal. A forma democrática e horizontal de funcionamento do semanário não impedia que houvesse um conselho de redação e um corpo fixo de editorialistas, sob a liderança de seu idealizador e editor-chefe, que explicava, no lançamento do projeto, o sentido de *Movimento*:

Para mim, a viagem começa em 1968, o ano das agitações de maio na França, da invasão da Checoslováquia, da ofensiva do Tet no Vietnã do Sul e do Ato Institucional n. 5 e do fechamento do Congresso, no Brasil. Em 1968, no jornalismo brasileiro estava-se fazendo a equipe de *Veja* e se desfazendo a equipe de *Realidade*. [...] O fim da primeira equipe de *Realidade* se devia a um desses dilemas a que sistematicamente chega uma equipe que cria um jornal para uma empresa e que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, não do dono. O resultado da crise foi que a equipe saiu e o dono ficou.²⁴⁴

Ao lembrar o episódio da revista *Realidade*, Raimundo Pereira estabelece um paralelo com o jornal *Opinião* e com sua ruptura com Gasparian. A apresentação do novo projeto por Pereira acrescentava que o projeto de um jornal sem patrão correspondia a um desejo de muitos jornalistas com quem trabalhara em *Realidade* e *Veja*. Esses jornalistas haviam criado, em 1972, a editora A&C (Arte e Comunicação), uma espécie de cooperativa de jornalistas que realizara os projetos das revistas independentes *Bondinho*, *JornalLivro* e *Grilo*. Raimundo discutira com o grupo a

de *Opinião* após 1975 nenhuma manifestação de apoio ao projeto distensionista do regime, sugerindo que a ambição de um projeto de um jornal comandado pela própria redação e com uma pauta de reportagens mais populares tenham sido os principais motivos do afastamento da equipe e da criação de *Movimento*.

²⁴⁴ PEREIRA, Raimundo. “Nasce um jornal”, *Movimento*, 31/06/1975.

possibilidade de fazer um jornal político chamado *Assuntos*, que não vingara, mas cuja proposta está na origem de *Movimento*. O “boneco” do jornal fora elaborado por Raimundo junto com três dos futuros editores de *Movimento* (Elifas Andreato, Dirceu Brisola, Tonico Ferreira). Com a falência da A&C, abortara-se o projeto de *Assuntos*, e a indicação de Pereira a Gasparian, por Bernardo Kucinski, abriu uma oportunidade para a retomada da ideia de um semanário político. Essa decisão é exposta na mesma apresentação do número zero de *Movimento*, revelando também que o plano de um jornal cuja propriedade fosse dos jornalistas continuou a ser acalentado pela equipe que integrara *Opinião* a convite de Gasparian:

Decidimos fazer *Opinião* nas bases propostas por Gasparian, para formar uma equipe e adquirir experiência até onde fosse possível. Depois, se a experiência fosse interrompida – uma possibilidade que já se antevia pelo fato de a redação não ter nenhum controle sobre o jornal –, prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato e de direito, ou seja, também juridicamente, tivessem o poder de decisão para garantir a observação de suas ideias.²⁴⁵

A identidade do novo projeto corresponderia a uma proposta editorial mais ágil e acessível, em que a questão social passou a ser tratada com uma ênfase mais direta. Essa orientação está na base das seções “Cena Brasileira”, “Gente Brasileira” e “Histórias Brasileiras”, além do comentário político nos editoriais intitulados “Ensaios Populares”. Grande parte desses editoriais foi secretamente redigida pelo ex-quadro clandestino da AP e membro da extinta *Realidade* Duarte Pereira. Os “Ensaios” tinham a forma de editoriais e eram veiculados na primeira página; faziam a defesa da aliança de classes e da frente democrática ampla e pluriclassista, com análises de conjuntura e diretrizes para a oposição ao regime. Por exemplo, em análise das vitórias eleitorais do MDB em 1976, o texto dos ensaios proclamava:

A hora é de fortalecer a unidade entre “autênticos” e “moderados”, reafirmar o programa partidário, combinar os objetivos locais com as reivindicações locais, multiplicar os diretórios municipais, dinamizar os institutos de estudos, os setores jovens, as alas femininas, os departamentos trabalhistas. Não convém

²⁴⁵ “Nasce um jornal”, *Movimento*, 31/06/1975.

exagerar o poder de decisão do MDB, mesmo vencedor. Ainda assim, na caminhada pela reconstitucionalização democrática e pela emancipação nacional da sociedade brasileira, o MDB pode cumprir um papel proveitoso na conscientização, organização e unificação de relevantes parcelas da população²⁴⁶.

A feição pretendida de *Movimento* seria a de um órgão popular, no que residia uma de suas principais diferenças em relação a *Opinião*, do qual compartilhava a proposta frentista. Essa diferença foi lembrada por Flávio Aguiar, no que se refere à proposta formal de *Movimento*: “*Movimento* propunha-se a realização de uma estética popular, com textos curtos, leves, mais ‘nervosos’, no sentido de serem portadores de uma energia mais dinâmica e ágil que seu antecessor.”²⁴⁷ Aguiar afirma ainda que o desempenho dessa proposta foi tortuoso, pois *Movimento* ainda permaneceu como um jornal lido sobretudo por universitários e intelectuais, ao contrário do desejo dos que formularam seu projeto. Essa constatação não impede Aguiar de apresentar a história de *Movimento* e *Opinião* como “marco da busca do estado de direito no país” e como “uma das expressões de contestação mais veementes da história do jornalismo impresso brasileiro”.²⁴⁸

Com um formato idêntico ao de *Opinião*, *Movimento* tinha não somente um objetivo de alcançar uma faixa mais popular dos leitores, como também um caráter mais militante, o que era acentuado pelo caráter democrático e aberto de sua gestão e pela organização de campanhas de vendas e assinaturas junto a entidades de classe, associações estudantis e militantes de partidos e agremiações. Essa marca de *Movimento* correspondia a uma tentativa de inserção do jornal junto a instituições e movimentos variados, como lembra Carlos Azevêdo:

Movimento existiu, de fato, em virtude de uma das mais amplas mobilizações políticas daquele período. Diversos setores da sociedade desde o início identificaram o jornal como uma janela para o debate político e lhe deram respaldo, como os militantes e intelectuais de esquerda das mais variadas tendências e

²⁴⁶ “MDB: sonhos muito sedutores e desilusões muito amargas”, *Movimento*, 02/02/1976.

²⁴⁷ AGUIAR, op.cit., p. 240.

²⁴⁸ Idem.

partidos. Foi o caso, também, dos católicos mais ligados à população pobre, aos movimentos eclesiais de base, com ação nos sindicatos de trabalhadores e movimentos de bairro, que, apoiados no jornal, deram impulso à oposição sindical metalúrgica, ao Movimento do Custo de Vida em São Paulo e aos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, posseiros e índios.²⁴⁹

A proposta de *Movimento* possui algumas singularidades que têm a ver com seu objetivo de popularizar o projeto de *Opinião*. Essas diferenças referem-se também à conjuntura política e ao momento mais avançado da frente contra a ditadura. A partir de 1975, não somente o próprio governo já apresentara sua proposta de distensão controlada, mas o partido da oposição legal passava por um momento de ampliação de suas bases, inclusive entre os intelectuais críticos do regime, que, graças a sua colaboração para o semanário de Gasparian, foram convidados pelo grupo dos autênticos a redigir o programa do partido para a campanha de 1974. Em depoimento a Maria Kinzo, esse episódio foi assim descrito por Fernando Henrique Cardoso:

Na verdade foi o Ulysses Guimarães e o Pacheco Chaves que foram procurar o Paulo Singer na casa dele, porque leram no *Opinião* os artigos de Paulo e os meus. Daí o Paulo marcou o encontro no antigo Cebrap da rua Bahia e eles vieram e conversaram. Eles queriam que nós ajudássemos a definir o programa do MDB. O Ulysses achava... Ele tinha feito a campanha da anticandidatura e ele achava que havia uma maré montante a favor do MDB. E ninguém de nós achava isso. Nós não tínhamos contato com o MDB, nem com nenhum partido. [...] Nós, no Cebrap, resolvemos não participar, como Cebrap – coisa que mantemos até hoje –, de nenhum partido. Mas – eu transmiti isso ao Ulysses – algumas pessoas se dispunham pessoalmente a discutir com ele, ver se valia a pena ajudar e tal. Entre essas estavam o Paulo, o Chico, o Weffort e eu. Acredito que mais tarde o Werneck, a Maria Hermínia... Quem mais? Aí, nós tínhamos o pessoal do *Opinião*, que eram o Moisés, o José Augusto... O pessoal que escrevia um pouco no *Opinião*. E nós resolvemos ajudar. Mas queríamos ter uma discussão prévia com o comando do MDB e fizemos um esboço do que seria a nossa ideia do programa da campanha, que, na verdade, não tinha muita contradição com o que o Ulysses queria: a ideia de fazer a intersecção entre o

²⁴⁹ AZEVÊDO, Carlos. Movimento: *uma reportagem*, op.cit., p. 35.

social e o econômico com o político. Enfim, democracia, mais salários, mais distribuição de renda, organização de sindicatos, participação da mulher, do negro, etc.²⁵⁰

Esse episódio de 1974 se relaciona, ainda, a *Opinião*, mas indica muito bem o momento de uma mudança circunstancial não só no caráter do MDB, como também nas perspectivas da oposição em geral e, dentro delas, no papel cada vez mais orgânico dos sociólogos mencionados por Cardoso no depoimento citado, principalmente ele mesmo. A importância que veio a ter o jornal *Movimento* a partir de seu lançamento, em 1975, atualiza e amplia esse espaço conquistado antes por meio de *Opinião*, além de garantir a continuidade do tipo de interlocução que este último semanário havia proporcionado ao grupo do Cebrap.

Além da pauta política e econômica, *Movimento* também possuía um forte editorial de cultura, com a resenha de livros, crítica teatral, cinematográfica e musical, além da publicação de contos e entrevistas. Sua pauta era muito rica e variada, e o volume e a qualidade dos textos e colaboradores ultrapassavam a média da imprensa corporativa, constituindo verdadeiro fenômeno cultural e político da época. Elifas Andreatto, Rubem Grillo, José Miguel Wisnik, Maria Rita Khel, Ana Maria Bahiana, Cacaso e outros constavam da equipe permanente, trazendo ainda colaborações ocasionais que faziam da discussão cultural naquele periódico uma “janela de uma geração”, na feliz expressão cunhada por Rosane Montiel.²⁵¹

A participação dos cientistas sociais em seus conselhos editorial, de colaboradores e de redação é desigual, mas observa-se que os dois autores que participaram dos cargos mais importantes, entre outros pensadores sociais que também constavam no *staff* permanente, pertenciam ao Cebrap. Francisco de Oliveira era do conselho de redação e editor-contribuinte de Economia, e Fernando Henrique Cardoso era uma das personalidades do conselho editorial, ao lado de Chico Buarque, Alencar Furtado, Hermilo Borba Filho e Orlando Villas-Bôas. Francisco Weffort aparecia como colaborador, assim como Nelson Werneck Sodré e Paul Singer. Na seção “Cultura e

²⁵⁰ CARDOSO, Fernando Henrique apud KINZO, Maria D’Alva. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB*. São Paulo: Idesp/ Vértice, 1988, p. 154.

²⁵¹ MONTIEL, Rosane. *Movimento: a janela de uma geração: a organização do fundo de arquivo do jornal Movimento*. Dissertação de mestrado. FLLCH/USP, 1996.

Livros”, o expediente apresentava também Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Paulo Sergio Pinheiro, além dos historiadores Ricardo Maranhão e Antonio Mendes Jr., aos quais Clóvis Moura se juntaria a partir de 1976.²⁵² A contribuição de Coutinho, Nogueira e Pinheiro não incide diretamente sobre a conjuntura, mas dedica-se a resenhas e notícias bibliográficas que ocupam um espaço infinitamente mais discreto no conjunto, em comparação com os intelectuais da USP e do Cebrap.

Nos primeiros cinco números de *Movimento*, a participação do grupo do Cebrap resume-se a dois artigos de Francisco de Oliveira, respectivamente sobre a crise política do peronismo na Argentina e sobre os efeitos do estilo concentracionista de desenvolvimento para a cidade de Recife e a zona da mata de Pernambuco, seu estado natal. No número seis, Fernando Henrique aparece com destaque em debate de duas páginas sobre o recém-lançado *Autoritarismo e democratização*. Essa matéria, que reúne avaliações divergentes sobre o livro escritas por Paulo Sérgio Pinheiro e Marcos Gomes, inaugura no jornal o debate em torno da questão democrática, que continuaria nos números seguintes e será comentada mais detidamente no quinto capítulo deste estudo. No número seguinte, a capa do semanário em questão anunciava, abaixo do título “O festival de besteiras que assola o País” e da caricatura dos parlamentares arenistas Jarbas Passarinho, José Bonifácio e Dimarte Mariz, a matéria intitulada, em chave irônica, “Qual a taxa de democracia do Brasil?”, que trazia declarações dos deputados em defesa do regime bipartidário e da doutrina de segurança como garantia da democracia.

No número nove, o jornal anunciava o retorno do debate em torno do autoritarismo e da democracia iniciado com a discussão do livro recém-lançado do sociólogo, com um artigo do próprio, em resposta às críticas de Marcos Gomes feitas no número seis²⁵³. O ex-editor de economia de *Opinião* e redator de *Movimento* criticara a noção de “autoritarismo” formulada por Cardoso, afirmando que, ao priorizar a ênfase

²⁵² Esses três historiadores compõem nas páginas de *Movimento* uma interessante série de artigos sobre a história do Brasil que permanece como exemplo de trabalho de história militante, divulgação disciplinar e revisão historiográfica.

²⁵³ Os artigos a que se refere essa polêmica são esses: GOMES, Marcos. “O autoritarismo dependente”, *Movimento*, 11/08/1975 e CARDOSO, Fernando Henrique. “Voltando ao debate”, *Movimento*, 01/09/1975. No mesmo número, Paulo Sergio Pinheiro toma partido pela concepção de Cardoso no em artigo intitulado “As Bases do Autoritarismo”.

na diferença do assim chamado regime “burocrático-autoritário” em relação ao fascismo (devido à ausência de um partido de massas e de uma ideologia de estado mobilizadora, conforme os tipos italiano e alemão), o sociólogo abstraía do fato de que o fascismo europeu assumiu muitas formas diferentes e de que seu crescimento ligava-se à ascendência do capital financeiro e dos grandes monopólios. Gomes questionava também a refutação da tese da necessidade de superexploração do trabalho na periferia feita por Cardoso, além de afirmar que o autor de *Autoritarismo e Democratização* elidia o papel dos latifundiários na sustentação da aliança do bloco no poder. Finalmente, o jornalista ainda criticava o pacto defendido pelo autor em questão em torno de uma ideia de sociedade civil que seria basicamente formada pelos atores sociais do meio urbano, lembrando que a questão camponesa e a reprodução de relações sociais arcaicas e “pré-capitalistas” no meio rural ainda eram centrais no desenvolvimento capitalista dependente. Sem entrar aqui nos detalhes problemáticos da caracterização do regime de 1964 como “fascista” ou das incongruências do termo “pré-capitalista”, o sentido político da crítica de Gomes a Cardoso reside na indicação de um perigo: ao caracterizar o regime autoritário como tributário da apatia das classes sociais e de uma burguesia incapaz de impor sua hegemonia, abrir-se-ia o corolário de que “seria possível se restabelecer as liberdades eliminadas a partir da evolução do próprio regime, pois as forças que o sustentam – ou, para empregar uma expressão duvidosa do próprio Cardoso, seus segmentos não totalitários – também estariam interessados nesse objetivo”. A resposta de Cardoso caracteriza os argumentos de Gomes sobre a permanência do arcaísmo no campo como uma “ótica do passado”, sublinhando a capitalização intensa do meio agroexportador e o aumento de uma massa de “assalariados agrícolas”. Quanto à exploração da força de trabalho, o sociólogo contrapõe-se, novamente, ao “catastrofismo de certos dependentistas”, insistindo na hipótese anti-estagnacionista de que, nas fases ascendentes do ciclo de crescimento, o Estado possuía margem de manobra para promover políticas salariais e sociais. Nesta altura, importa sublinhar que a polêmica é significativa, principalmente, pelo que revela da dimensão estratégica do debate no interior da frente que representava *Movimento*.

Embora a censura – implacável até 1977 – certamente restringisse a contundência de sua mensagem, a posição política de caráter mais geral do jornal era sempre muito clara: o jornal trabalhava para a construção da frente oposicionista e pretendia fortalecer o coro de diferentes manifestações antirregime. Nesse sentido,

também se apresentava a “Coluna do Chico Pinto”, escrita regularmente pelo deputado do MDB como plataforma de divulgação do trabalho dos “autênticos” no Congresso Nacional. Nessa coluna, narrava-se do ponto de vista da oposição os fatos mais significativos da semana em Brasília. Por exemplo, a primeira da série, intitulada “Pressões e contrapressões”, noticiava o discurso do senador do MDB Marcos Freire condenando a censura à imprensa e o decreto 477, relativo às universidades, com o apoio maciço de estudantes, que (“coisa raríssima nesses tempos”, dizia a coluna) encheram as galerias e irritaram Jarbas Passarinho, senador da Arena, que sugerira então fechar o Congresso em virtude da presença indesejada. Esse tipo de noticiário em poucos parágrafos seria a marca da coluna, que, ao longo de seis anos, constituiria uma espécie de tribuna jornalística para que a ala dos “autênticos” divulgasse sua atuação em Brasília.

Logo nos primeiros números, também já terá destaque na pauta de *Movimento* a cobertura dos congressos da SBPC, cuja aura oposicionista tornava essa instituição um dos espaços de crítica pública à ditadura, com forte participação dos estudantes e dos intelectuais afetados pelo decreto 477. Por exemplo, em texto intitulado “A ciência e o poder”,²⁵⁴ o historiador e colaborador de *Movimento* Ricardo Maranhão noticiava algumas discussões ocorridas nos simpósios “História e ciência” e “Pesquisa: para quê?”, no XXVII Congresso da Sociedade, em Belo Horizonte, enfatizando o tema das relações entre ciência e política. A matéria se refere às falas do sociólogo Octavio Ianni e do historiador Jaime Pinski em torno dos investimentos americanos em pesquisa sobre as sociedades subdesenvolvidas como “técnica de poder” sobre “um Terceiro Mundo cada vez mais efervescente e problemático”, lembrando que a especialização e o hermetismo contribuem para esse uso das ciências. Conclui, então, com uma advertência incisiva:

Ora, se o produto da pesquisa em sociologia, por exemplo, só pode ser entendido pela comunidade dos sociólogos, e esses são em grande parte dependentes do sistema de poder que se apropria de seu conhecimento e o usa para manter-se, tudo isso facilita o uso da ciência como forma de dominação. Só uma elite de tecnocratas pode entender seu produto, o que justificaria, da parte destes, a direção da sociedade. Para os cientistas, a incorporação da linguagem

²⁵⁴ MARANHÃO, Ricardo. “A ciência e o poder”, *Movimento*, 14/07/1975.

cotidiana ao lado do aprofundamento da consciência do seu caráter social de produtor, seria fundamental para o cientista se despojar da perigosa mística que reveste ideologicamente seu trabalho.

Essa preocupação, justamente, fundamentara a aproximação entre os cientistas sociais e o jornalismo em *Opinião* que *Movimento* procurava levar à frente. A divulgação dos debates da SBPC continuaria nos números seguintes, incluindo, além dos cientistas sociais, também as críticas dos físicos Mario Schenberg, Oscar Sala e Cesar Lattes à política governamental dos acordos nucleares de exploração do urânio com a Alemanha Ocidental e à quebra do monopólio dos minerais atômicos, analisada em série de matérias de Bernardo Kucinski sobre o tema em que o jornalista divulgava a movimentação dos cientistas, que resultara num abaixo-assinado, aprovado no encontro de Belo Horizonte.²⁵⁵ Nos anos posteriores, a cobertura dos congressos da SBPC permaneceria ocupando lugar de destaque no jornal.

Em continuidade ao trabalho de esclarecimento sobre a engrenagem da economia e das decisões políticas por trás dos índices que já realizara em *Opinião*, Paul Singer assinaria em *Movimento* a seção “Economia Popular”, onde se dedicou às problemáticas da concentração de renda e da inflação, em tom didático, na tentativa de plasmar uma crítica eficaz à ideia de “crescer para depois dividir o bolo”, que perpassava os argumentos oficiais dos tecnocratas do regime. A partir de 1975, o retorno da inflação já era um fato e integrava o conjunto dos temas ligados à preocupação popular de *Movimento*. Nessa mesma conjuntura, o Movimento do Custo de Vida, em São Paulo, ameaçava ultrapassar a dimensão pontual do consumidor e desdobrava-se em questionamentos práticos à política econômica do regime por meio de um abaixo-assinado com centenas de milhares de assinaturas.²⁵⁶ Nos seus artigos sobre o tema, verificamos um exemplo contundente do tipo de abordagem que Singer propunha, presente em toda a série de textos de sua autoria para *Movimento*, das quais a maioria

²⁵⁵ KUCINSKI, Bernardo. “Um manifesto e várias perguntas sobre o Acordo Nuclear”, *Movimento*, n. 3, 21/07/1975, p. 9.

²⁵⁶ “A luta contra a carestia: o abaixo-assinado gigante”, *Movimento*, 13/03/1978.

foi escrita em 1978.²⁵⁷ Realizar o trânsito do reino das conclusões baseadas na crítica da economia política a uma intervenção jornalística conectada a um dos principais movimentos populares urbanos da cidade de São Paulo era a perspectiva de sua coluna. A série escrita por Singer se inseria numa cobertura mais ampla sobre o movimento do custo de vida. No número seguinte, a chamada de capa mostrava uma foto de Mario Henrique Simonsen frente a um operário, com o título “Custo de vida. Quem tem razão: Simonsen ou os trabalhadores?”. Nesse momento a campanha do Custo de Vida e Contra a Carestia encontrava o seu auge, realizando reuniões públicas e lançando um abaixo-assinado com reivindicações que a matéria reproduzia. Eram elas: “congelamento dos preços de primeira necessidade, um abono salarial para todas as categorias de trabalhadores e futuros aumentos dos salários acima do custo de vida”.²⁵⁸ Esse movimento aparecia como objeto de debate dos *Ensaio Populares*, como tentativa de organização espontânea que, embora não contivesse um programa político, era um dos principais indícios conjunturais da inquietação popular. Por isso, deveria ser pensado não só em relação aos objetivos econômicos, mas, principalmente, pelos questionamentos que a experiência inspirava à construção da frente democrática:

Qualquer movimento popular tem que levantar todas as reivindicações populares ou, no momento atual, elas têm ainda que ser encampadas por movimentos distintos? O nível atual de consciência e de organização das camadas populares e a correlação de forças políticas já permitem fundir todos os movimentos populares um só com um programa abrangente? Ou os setores conscientes e organizados são ainda bem restritos e a tarefa principal no momento é ainda a de incorporar, através de bandeiras amplas e específicas, novos setores populares aos movimentos?²⁵⁹

Na edição seguinte à matéria sobre o Movimento do Custo de Vida, o texto

²⁵⁷ Conforme, entre outros artigos: SINGER, Paul. “Como dividir a riqueza do bolo”, *Movimento*, 27/02/1978; “O que os monetaristas não explicam”, *Movimento*, 10/04/1978; “As causas reais da inflação”, *Movimento*, 01/05/1978.

²⁵⁸ “A luta contra a carestia...”, op.cit.

²⁵⁹ “Um programa popular contra a carestia”, *Movimento*, 10/04/1978.

“Intelectuais, estudantes e operários”²⁶⁰ noticiava a reunião de um “Comitê de Candidatos Populares” do MDB na eleição de 1978. Reunindo Pastorais, núcleos do MDB, Movimento do Custo de Vida e DCE da USP e da PUC-SP, destacava-se a candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado, com uma extensa entrevista, em que o sociólogo se perguntava se a sua candidatura seria capaz de “simbolizar as oposições” e afirmava ser prematura a fundação de novos partidos, em nome de uma unidade da frente para a oposição, cuja tarefa seria, segundo Cardoso, “unir o povo” e “derrubar o autoritarismo”. O ano de 1978 marca a emergência, na pauta de *Movimento*, do debate sobre o surgimento de novos partidos, conforme anúncio, dois números depois, das primeiras reuniões públicas da Convergência Socialista e das discussões em torno da criação de um Partido Socialista no Brasil.²⁶¹ Também surgem nesses últimos três anos do periódico alguns artigos sobre o PT²⁶² e sobre as articulações de Miguel Arraes e Leonel Brizola em torno do debate sobre a articulação dos novos partidos. A partir de então, verifica-se o engajamento do jornal nas campanhas pela Anistia e pela instauração de uma Constituinte, assunto que rendera uma edição especial, em 1977.²⁶³

Da perspectiva do governo, a distensão controlada incluía a construção de uma nova legitimidade, implicando a revitalização, embora restrita, do espaço eleitoral e parlamentar. O papel ambíguo que o MDB representou nesse processo não escapou aos

²⁶⁰ “Intelectuais, estudantes e operários”, *Movimento*, 20/03/1978.

²⁶¹ “A reunião dos socialistas brasileiros”, *Movimento*, 27/03/1978.

²⁶² OLIVEIRA, Francisco de. “O PT já está revolucionando”, *Movimento*, 27/01/1980.

²⁶³ A respeito desse número especial, há um episódio da vida interna do jornal que diz respeito à colaboração de Florestan Fernandes. Em carta de novembro de 1977 dirigida “aos companheiros de *Movimento*”, Sérgio Buarque de Gusmão (editor da seção nacional) relata que Florestan tinha problemas com o jornal desde seus primeiros números, onde foi publicada uma resenha onde se afirmava que o autor de *A revolução burguesa no Brasil* “não sabia o que era capitalismo”. Desde então, segundo a carta, Florestan recusara-se a colaborar com o jornal. Diz ainda a carta que, por ocasião da produção do número especial sobre Constituinte, Florestan aceitara dar uma entrevista, da qual foi publicada somente um pequeno trecho, para dar lugar a “documentos do MDB”. A resenha a que se refere a carta é assinada por Marco Aurélio Nogueira e Antonio Mendes Jr. e saiu no número 2 do jornal sob o título “A democracia restrita”. De fato, nessa resenha, os autores questionaram o uso, por Florestan, da ideal-tipificação oriunda de Weber sobre o capitalismo como um processo de racionalização e formação de uma certa mentalidade econômica tipicamente racional. Cf. “A democracia restrita”, *Movimento*, n. 2, 14/07/1975; GUSMÃO, Sergio Buarque. “Correspondência aos companheiros de *Movimento*”. São Paulo, 16/11/1977, Fundo Jornal Movimento, Apesp, A.00.02.

colaboradores de *Movimento*, que, embora estivessem se aproximando daquele partido, também apontavam em seus artigos o seu papel contraditório no processo de condução da política institucional pelo regime²⁶⁴. Desde seu lançamento em 1975, *Movimento* acompanharia todas as iniciativas que pareciam protagonizar um renascimento da política de bases e das manifestações de revolta social, inflamadas pelo recrudescimento da carestia e da exploração do trabalho. O número inaugural trazia na capa uma foto em preto e branco dos trens da Central do Brasil com relógios quebrados e outros objetos espalhados pelos trilhos, em alusão implícita aos episódios de exasperação popular que levaram à depredação de trens e estações, em 24 de junho de 1975.²⁶⁵ A reportagem antológica de Aguinaldo Silva intitulada “Cena brasileira: subúrbio carioca”, narrava com destreza a revolta dos passageiros nas estações de Olinda, Nilópolis, Mesquita e Nova Iguaçu, ocorrida duas semanas antes do lançamento do jornal. Em abordagem simpática aos revoltosos, o texto denunciava as péssimas condições de circulação dos trens, justificando a revolta e descrevendo a reação repressiva da polícia. A matéria terminava lembrando que após a repressão, no dia seguinte, a estação de Olinda voltara a funcionar:

No dia 25 de junho, o parador das 5 horas chegou a Olinda com um ligeiro atraso, como sempre, mas pôde seguir viagem sem problemas, e tudo seguiu a rotina: os passageiros abordaram o trem superlotado e, como já não podia haver lugar nos vagões, acomodaram-se como puderam: pendurados nas portas e janelas, os mais ousados sobre o teto dos vagões. E assim seguiram viagem até a Central do Brasil, cujo serviço de relações públicas, de noite, informou aos jornalistas que os trens funcionaram *normalmente*.

Essa abordagem elíptica dos temas espinhosos é típica da linguagem empregada frequentemente em *Movimento* e outros órgãos censurados, que dependiam assim de uma cumplicidade subjacente com o leitor. No número seguinte, outra matéria anunciava novas depredações na Central, sem assinatura, com o título: “O trem atrasou”.²⁶⁶ A matéria lembrava que, dos sete trabalhadores presos na confusão, “seis

²⁶⁴ Cf. PINTO, Chico. “O MDB e a frente popular”, *Movimento*, 10/04/1978.

²⁶⁵ “Subúrbio”, *Movimento*, 07/07/1975.

²⁶⁶ “O trem atrasou”, *Movimento*, 14/07/1975.

ganhavam um salário mínimo”, e que a multidão fora dispersada com rajadas de metralhadora, embora dessa vez os representantes da Rede Ferroviária Federal houvessem admitido que as depredações foram causadas por “pessoas”, e não “maus elementos”, como antes.

O mesmo episódio inspiraria um trabalho de José Álvaro Moisés e Verena Alliez apresentado no congresso da SBPC em Brasília no ano seguinte, intitulado “Patrão, o trem atrasou! A revolta dos suburbanos”, em mesa chamada Contradições Urbanas e Movimentos Sociais, cujas comunicações foram publicadas pelo Cedec em livro com o mesmo título, ilustrado por fotos cedidas pelo jornal *Movimento*. Esse texto também foi publicado em *Opinião*, que apresentou a iniciativa com entusiasmo, lembrando que os autores constatavam a “autonomia popular frente ao Estado” e a “necessidade de buscar na dialética entre a vida cotidiana das classes populares e as condições estruturais de existência nas grandes cidades brasileiras a explicação para o fenômeno de explosão de revolta popular”.²⁶⁷ Como já foi ressaltado, esse já é um momento de avanço das manifestações da frente oposicionista, que só viria a crescer nos anos seguintes e teria reflexos mais marcados no caráter da cobertura de *Movimento*, cuja aparição coincide com o período crítico da trajetória de *Opinião*, irremediavelmente prejudicado após a saída de quase toda a equipe inicial sob o comando de Raimundo Pereira para fundar o novo periódico.

Como expressão desse momento de efervescência e aproximação cada vez maior dos cientistas sociais do Cebrap com a movimentação oposicionista, a pesquisa de que resultou o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*²⁶⁸ teve forte impacto extra-acadêmico e também é significativa desse momento em que o grupo intensifica seus vínculos com outras associações da sociedade civil. Encomendada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, dirigida então por D. Paulo Evaristo Arns, tratava-se, nas palavras do líder católico, de uma “radiografia da situação de São Paulo” elaborada por “renomados cientistas”, acompanhada do “diagnóstico das causas dessa acumulação da miséria, que entregamos aos homens que lutam para humanizar a cidade e modificar as condições de vida”.²⁶⁹ Coordenado por Lucio Kowarick e Vinícius de Caldeira Brandt, a publicação que apresenta os resultados da pesquisa tem como

²⁶⁷ “Contradições urbanas e movimentos sociais”, *Opinião*, 09/07/1976.

²⁶⁸ KOWARICK, Lucio et al. *São Paulo: crescimento e pobreza*. São Paulo: Cebrap/Vozes, 1975.

²⁶⁹ Idem.

autores, além dos dois organizadores, os seguintes nomes: Candido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzuchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Paul Singer. Além da apresentação citada de Arns, a publicação possui cinco capítulos, cujos títulos expressivos dão uma ideia do sentido do livro: “São Paulo na economia brasileira”; “A lógica da desordem”; “Acumulação e distribuição”; “A trajetória da classe trabalhadora”; “Trabalhadores, cidadãos e cidadãos”; “Autoritarismo e democratização: o contexto da sociedade civil”.

Essa publicação voltada para “todos os interessados na melhoria das condições de vida da população” é mais um exemplo do tipo de sociologia pública que esses intelectuais passaram a praticar naquele momento, marcado pela intensificação da ênfase nos “problemas urbanos” nas grandes cidades, ocasionados pelo crescimento da superexploração do trabalho, pelo aumento do custo de vida e pela “asfixia da liberdade de informação e associação”. Deslocando o problema econômico da má distribuição de renda e do pauperismo urbano para um viés político, o texto procura associar esses problemas à ausência de canais de participação. Essa abordagem ia de encontro aos argumentos dos ideólogos do milagre econômico, que diziam ser o aumento da desigualdade um resultado de desequilíbrios oriundos do processo de desenvolvimento e sua distribuição espacial, cuja solução viria de um conjunto racional de políticas econômicas, fruto da imaginação e da habilidade dos cálculos dos economistas do regime. Tal visão tecnocrática do processo social era questionada no livro mediante dados que revelavam a deterioração das condições concretas do nível de vida da maioria dos habitantes de São Paulo, com índices crescentes de problemas urbanos acompanhados de uma linguagem algo didática que insistia no caráter capitalista do crescimento e na dura experiência cotidiana das classes sociais por detrás dos números do desenvolvimento. Também criticava a ideia de marginalidade, ao atribuí-la a uma dicotomia equivocada, e tomava São Paulo como exemplo da “exacerbação do contraste entre acumulação e pobreza”.²⁷⁰ A edição trazia diversas fotos de situações urbanas envolvendo os trabalhadores: filas do INPS, favelas, fábricas, construções, assembleias, protestos... No capítulo conclusivo desse livro também foram mobilizados amplamente e de forma sistemática as noções de “autoritarismo”, “democratização” e “sociedade civil”, cujas implicações para o pensamento sobre democracia e movimentos sociais ainda serão analisadas mais à frente. O recorte temático do estudo, como se pode

²⁷⁰ Idem, p. 19.

averiguar nos títulos de cada capítulo, concentra-se na questão da cidade de São Paulo como exemplo extremo do desenvolvimento econômico e urbano, no contraste entre acumulação e pobreza, nas condições precárias de vida da classe trabalhadora e no problema da falta de participação política. Esse livro já não pertence ao momento de *Opinião*, mas ao contexto de lançamento de *Movimento*, com uma identidade mais próxima dos movimentos sociais.

Nos últimos anos da década, *Movimento* reflete em suas páginas acontecimentos políticos como as grandes greves operárias do ABC, as já mencionadas campanhas pela Anistia e pela Constituinte e o fim da censura, que termina para *Movimento* somente em 1978. Já em 1977 ocorre a importante dissidência que daria origem ao semanário *Em Tempo*²⁷¹. Em 1975 já surgira, também, *Versus*²⁷². Nesses dois jornais, a linhagem política oposicionista ambiciosa inaugurada com *Opinião* e seguida em *Movimento* avançava para uma perspectiva socialista.²⁷³ Weffort, Cardoso, Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes assinariam alguns poucos artigos de análise de conjuntura nesses dois jornais, que representavam uma nova articulação editorial das tendências de esquerda no debate do horizonte socialista e da democratização. No fim da década, do

²⁷¹ *Em Tempo* surgiu a partir da iniciativa de antigos colaboradores de *Movimento* e *Opinião* que se opunham ao que Kucinski chama de “reboquismo” de *Movimento*, em alusão ao alinhamento progressivo do noticiário do jornal às diretrizes do PC do B e à aliança com a oposição empresarial e militar à ditadura. O jornal, também semanário, contou com a ativa participação de correntes trotskistas que viriam integrar o PT, como a Democracia Socialista (DS) e a Liberdade e Luta (Libelu). Com as primeiras articulações para a formação do PT, seria transformado em órgão da DS.

²⁷² Idealizado pelo jornalista comunista e ex-membro da POLOP e do POC, Marcos Faerman, *Versus* nasceu sob a inspiração da abertura ao diálogo com esquerda latino-americana, do jornal uruguaio *Marcha* e da revista argentina *Crisis*, cujas matérias também publicava. Seu projeto gráfico primoroso e sua temática internacionalista fizeram de *Versus* um projeto singular, cujas páginas também traziam membros uma nova geração de quadristas brasileiros como Angeli, Glauco, Laerte e Luis Gê. No final da década torna-se um jornal dominado pela Convergência Socialista e a Liga Operária, convertendo-se em órgão de um projeto partidário, o Partido Socialista dos Trabalhadores-PST.

²⁷³ A defesa da formação de um jornal democrático-popular que superasse a “hegemonia liberal” da frente das oposições aparece em texto não publicado de Francisco de Oliveira, intitulado “Sobre a conjuntura e as tarefas de uma publicação democrática”, datado de 1977. Esse texto encontra-se no arquivo de Bernardo Kucinski, que gentilmente me autorizou a consultá-lo.

socialismo também passava a figurar mais explicitamente na pauta de *Movimento*.²⁷⁴ Significativa dessa tendência é o longo artigo-reportagem de Florestan Fernandes sobre Cuba, cuja conclusão não deixava dúvidas quanto à sua orientação ideológica explícita:

A revolução não é uma exterioridade: ela é intrínseca ao povo que precisa livrar-se das cadeias visíveis e invisíveis do passado colonial e do presente neocolonial. O homem comum e do senso comum possui uma dimensão revolucionária que se solta quando chega a ocasião. As classes sociais e os antagonismos de classe fomentam essa realidade. Conviver com ela depois de uma transformação histórica tão decisiva é importante. Aprende-se a confiar no futuro e nos meios de luta que o capitalismo não pode tirar dos trabalhadores sem destruir o trabalho e a própria acumulação capitalista²⁷⁵.

Os últimos anos do semanário registram, assim, uma ampliação da pauta, com uma ampla cobertura de fatos como a articulação dos novos partidos, da volta dos exilados, da rearticulação da UNE e da fundação do PT. Esse momento final do semanário também é marcado por uma forte crise financeira e pelos atentados a bancas de jornais que comercializavam os alternativos. Até à crise final do jornal dirigido por Raimundo Pereira, esse periódico ainda contou com diversos artigos dos cientistas sociais em torno da questão democrática e do caráter da transição para a democracia. Esses debates serão abordados mais de perto nos próximos capítulos, onde teremos a oportunidade de analisar alguns dos problemas que envolvem a constituição, por determinados autores, de um pensamento político fundado em determinadas avaliações sobre o processo histórico brasileiro no século XX e em determinados prognósticos sobre a crise da ditadura iniciada com o golpe de 1964.

Opinião e Movimento foram veículos da frente da oposição e constituíram-se como órgãos centrais para o seu debate estratégico. A participação dos intelectuais do

²⁷⁴ Como exemplo dessa tendência, está a ampla cobertura da revolução sandinista na Nicarágua, do movimento revolucionário de El Salvador, dos movimentos de descolonização na África lusófona e da construção do comunismo em Cuba.

²⁷⁵FERNANDES, Florestan. “O socialismo lento mas inevitável em Cuba”, *Movimento*, n. 289, 18/01/1981. Para *Movimento*, Florestan escreveu ainda os artigos “Nem boicote, nem entusiasmo”, *Movimento*, 11/08/1977, “A Segurança do lucro”, *Movimento*, 21/11/1977 e “Eles preferem democradura”, *Movimento*, s.n., 07/01/1979. Voltaremos a esses artigos no quinto capítulo.

Cebrap nesses dois jornais confere àquela produção um sentido político, ainda que a fonte mais importante da legitimidade e do prestígio desses pensadores fosse a universidade. A trajetória de autores como Singer, Oliveira, Cardoso e Weffort nos anos 1970 é marcada pela aparição constante nos órgãos da imprensa, pautada pela intervenção jornalística direta sobre temas políticos, e não só a partir da reflexão acadêmica. As diversas publicações onde não só escreveram, mas onde também atuaram como conselheiros, tiveram seu suporte fundamental em *Movimento*, *Opinião*, *Argumento* e *Cadernos de Opinião*.

Esses intelectuais se apresentavam como portadores de argumentos renovados a respeito da trajetória do capitalismo brasileiro, onde o “milagre econômico” atualizava e aprofundava elementos estruturais do desenvolvimento capitalista no pós-30. Caracterizada pela ênfase na forte presença do elemento estatal-intervencionista e, ao mesmo tempo, pela contínua reprodução de soluções políticas voltadas para o favorecimento da acumulação capitalista, a crítica do populismo e a sua contextualização como fórmula de compromisso entre dominação burguesa e atendimento seletivo das demandas da classe trabalhadora se insere nesse campo de debates que procura uma saída para os dilemas colocados pelo novo regime que emergiu da crise política do início dos anos 1960.

Do ponto de vista teórico, começavam a rumar para o primeiro plano a questão da democracia e a defesa da “sociedade civil”, fosse como superação da ordem patrimonial e resultado da modernização econômica – em que os movimentos sociais pluriclassistas emergem como atores políticos conscientes da necessidade de acesso às decisões políticas como forma de conquistar direitos sociais, alinhados à política dos interesses –, ou, de forma mais minoritária, defendendo uma abertura política arrancada pela classe trabalhadora organizada de forma autônoma. Esses autores mobilizaram assim todo um repertório conceitual e analítico no interior desse debate político, que, por sua vez, constitui o contexto significativo das diferentes elaborações sociológicas em torno do momento.

Opinião e *Movimento* foram o epicentro do processo de associação dos cientistas sociais a uma rede de publicações e debates por meio dos quais se consolidariam duas tendências centrais do período considerado. Em primeiro lugar, referimo-nos à constituição daqueles intelectuais em interlocutores de um movimento oposicionista em desenvolvimento. Associada a esse processo, está a emergência da chamada “questão

democrática” e do horizonte da “democratização” como eixos catalisadores em torno dos quais se definem as posições divergentes no campo em questão. Como será detalhado a seguir, tais posicionamentos também se fundamentaram em uma intensa preocupação reflexiva em torno do papel social dos cientistas e intelectuais.

Capítulo 4

As ciências sociais na conjuntura: uma sociologia reflexiva

A participação dos cientistas e a presença de suas teorias e visões de mundo na vida política e partidária, ou em assessorias estatais e empresariais, remete à associação direta de sua atividade a interesses econômicos e políticos. Por outro lado, uma das reações dos acadêmicos à cobrança pelos resultados práticos da pesquisa científica pode ser a reprodução do modelo de atuação do sábio desinteressado e isolado, aquele que Gramsci definiu como o tipo “eclesiástico”.²⁷⁶ Os dois extremos não são necessariamente excludentes, pois o domínio de conhecimentos científicos objetivos e a ideologia da neutralidade podem reforçar o poder simbólico implícito na maneira como os “homens de cultura” proclamam a evidência mais interessada ou ratificam decisões que afetam coletividades inteiras. Em sentido inverso, a defesa da liberdade de reflexão e pesquisa pode constituir uma forma de resistência à relação utilitarista com a verdade e com o conhecimento e à sua submissão direta a fins mercantis ou políticos. Note-se que essa defesa da autonomia da ciência contra os poderes políticos também foi uma criação histórica moderna, em paralelo às lutas seculares contra os dogmas e preconceitos da religião e do Estado absolutista.

Seja como técnico, especialista, escritor, artista, cientista ou jornalista, a identidade do intelectual na contemporaneidade assume diferentes *status* sociais. Como sujeito letrado socialmente crítico e engajado, ou como detentor de uma diferença de especialização que lhe confere uma competência espiritual associada por parte do senso comum predominante ao saber, à verdade e ao poder, as representações sociais do “intelectual” também indicam as formas com que os próprios atores históricos encarnaram essa identidade. A versão do intelectual como detentor de uma capacidade à parte aproxima os modelos do clérigo e do tecnocrata e fundamenta a imagem do intelectual como tipo específico e socialmente sem vínculos de “trabalhador não manual”, com a formação de um *habitus* aparentemente fechado e a mistificação, baseada na atribuição de funções intrínsecas a essa categoria, de um mundo relativamente autônomo de iniciações e rituais onde só especialistas conseguem penetrar. Essa figura encontra-se diluída, com a multiplicação das especializações e dos meios de difusão ideológica, com a expansão da indústria cultural e, finalmente, com o

²⁷⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 2*, op.cit, p. 17.

aumento da escolarização, enquanto a figura do intelectual engajado em nome de uma visão universalista da humanidade e da história também é culturalmente questionada pela versão pós-moderna dos sujeitos específicos, das causas locais, do relativismo cultural e da crítica ao racionalismo.²⁷⁷ Nesse contexto, o crescimento das funções sociais relativas ao mercado de bens culturais reforça as conversões pós-modernistas do conhecimento a mais um produto ou a um estilo de vida particular,²⁷⁸ expandindo e, ao mesmo tempo, orientando seletivamente o alcance da ciência como elemento de transformação histórica. As tendências a um novo elitismo presente nesse contexto de aparente democratização são constantes, como se o papel conservador ou irrelevante a ser desempenhado pelos “produtores de cultura” nos processos globais de transformação social fosse recompensado com a concessão de alguns espaços de liberdade provisória, quando não se organizam para o questionamento das condições sociais que garantem a existência isolada dos intelectuais. Os contornos dessa função social e a intensidade de seu engajamento nos problemas políticos não se explica com definições normativas, mas por meio de significados historicamente construídos.

Na conhecida e influente imagem dos *philosophes* e dos publicistas do Iluminismo e da Revolução Francesa, os intelectuais formam uma vanguarda progressista da burguesia revolucionária, quando o liberalismo acompanhava o esforço racionalizante de reforma social e a apropriação dos meios de difusão escrita como elementos de formação de uma opinião pública.²⁷⁹ Essa tendência corresponde à conjuntura em que as prerrogativas aristocráticas, o domínio do pensamento religioso e as relações sociais herdadas da ordem feudal atravancavam o desenvolvimento do livre mercado e da igualdade jurídica. No contexto europeu dos séculos XVIII e XIX, a ideia do indivíduo soberano é simultânea à ampliação de dispositivos jurídicos e militares funcionais à expansão e à concentração da propriedade privada, onde corpos coletivos de funcionários e ideólogos representam uma das frentes de ampliação do Estado e da conformação de comunidades e tradições nacionais.²⁸⁰

²⁷⁷ FOSTER, John e WOOD, Ellen (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

²⁷⁸ Cf. JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

²⁷⁹ DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²⁸⁰ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1985.

A reivindicação da liberdade dos indivíduos, do livre pensamento e do aperfeiçoamento racional da sociedade também conviveu com tradições dissidentes que se voltaram contra o modelo de organização do Estado da burguesia ascendente, criando outras definições sobre o papel social dos intelectuais e da ciência. Diferentes linhagens do pensamento radical e socialista chocam-se então contra o individualismo e contra o conservadorismo, apontando para o horizonte da abolição das classes sociais e para o questionamento da própria ordem que funda e reproduz a divisão entre trabalho manual e trabalho espiritual. Nessa tradição, o ponto de vista da universalidade do conhecimento passa a ser tributário da aliança com a classe antagônica à burguesia, e os intelectuais só poderiam se desprender de suas limitações particularistas na aliança com essa classe, cuja libertação seria o começo da liberdade de toda a humanidade.

A época contemporânea é marcada pela convivência polêmica entre essas três grandes linhagens do pensamento político dos séculos XVIII e XIX, a liberal, a conservadora e a socialista, e os debates em torno das funções dos intelectuais e da ciência transitam nos marcos desses paradigmas. As polêmicas da época contemporânea em torno do papel e do sentido da ação dos intelectuais envolvem, portanto, um destacado componente político. Dividida entre o modelo universalista, cujo exemplo contemporâneo mais conhecido é o de Jean-Paul Sartre,²⁸¹ dedicado à oposição permanente a todas as injustiças, aqueles que dizem representar somente uma especialidade (os chamados *experts*), ou, finalmente, entre os que emergem no debate público como organizadores de processos de resistência de classe e de identidades culturais dominadas, a polêmica em torno da identidade dos intelectuais no século XX revela quase sempre sua relação com o mundo da política e com os grandes temas do liberalismo e do socialismo, ainda quando se esforçam por negá-lo²⁸².

As três grandes variações contemporâneas em torno da ideia de cultura

²⁸¹ Sobre a questão do engajamento e do papel dos intelectuais em Sartre, ver SARTRE, Jean-Paul. *O que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1994.

²⁸² O livro *A traição dos clérigos*, de Julien Benda, é um dos exemplos mais emblemáticos da defesa liberal dos “verdadeiros” intelectuais dedicados à busca desinteressada da verdade contra a sua submissão aos poderes políticos, no ambiente do entreguerras europeu. Uma boa contextualização desse debate pode ser conferida em BOBBIO, Norberto. “Julien Benda”. In: *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: editora da Unesp, 1997.

delineadas por Terry Eagleton –²⁸³ cultura como conhecimento, como identidade e como civilização – também definem as tensões e simbioses entre as concepções universalista e particularista dos intelectuais. Essas versões permeiam o conjunto de identificações dos que pertencem à categoria social dos intelectuais e não se resumem a um lugar na divisão social do trabalho, sua condição de classe, mas a posições no interior dessa estrutura que refletem as posições no interior de um campo de produção cultural e político.²⁸⁴ Tal perspectiva refere-se ao sentido reflexivo da ação dos intelectuais, ou seja, ao esforço de autoconsciência, singularização histórica e atribuição de funções e objetivos coletivos inerentes às interpretações do mundo social. Observa-se, nesse sentido, que o debate sobre intelectuais e sociedade sempre envolve o problema – comum à discussão sobre o conceito de cultura –, das relações e oposições entre o ponto de vista particular e a universalidade. Aqui, vale lembrar a definição extremamente precisa de Fabio Frosini sobre essa relação tal como aparece na proposta de uma “história integral” em Gramsci:

Começamos pelo paradoxo sugerido pela aproximação do conceito de “história integral” ao de “perspectiva”. De fato, se a ideia de integralidade sugere uma condição de universalidade, a perspectiva, que implica um ponto de vista preciso, determinado, refere-se a uma situação de parcialidade/particularidade que só pode ser superada se renunciarmos a incorporar ou atribuir a “teoria” a uma das “partes” daquela totalidade que é a sociedade. Em outras palavras, à primeira vista, podemos dizer que a “história integral” será sempre e unicamente a história escrita elevando-se acima dos conflitos, detectando o que têm em comum as partes em luta, e não o que as divide. Colocando-se então daquele ponto de vista que anula a si mesmo, porque é o ponto de vista do universal. Ora, essa ideia – de que a história seja “integral” apenas quando se eleva acima dos conflitos, isto é, se conseguir alcançar o lugar do universal – é precisamente aquilo que Gramsci contesta, nega radicalmente. Ou melhor: Gramsci defende não apenas que o universal não está na negação da particularidade/parcialidade, mas também que cada posição intelectual que negue a parcialidade/particularidade é, na verdade, parcial/particular.²⁸⁵

²⁸³ EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

²⁸⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. “O campo intelectual: um mundo à parte”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 169-181.

²⁸⁵ FROSINI, Fabio. “A ‘história integral’ desde a perspectiva dos subalternos: contribuição para uma

Como já foi dito, a solução de Gramsci para essa dialética – em que o particular não nega o universal – é a filosofia da práxis e a ideia da ação-reflexão, ou seja, a simultaneidade da teoria e da atividade material concreta. A lembrança de que os “próprios educadores precisam ser educados” já contém a advertência contra o idealismo e o individualismo que Gramsci retomaria em sua interpretação materialista sobre os intelectuais, atualizando a importância da práxis presente nas teses contra Feuerbach²⁸⁶ e conferindo um sentido específico à ideologia, como articulação teórica de conhecimentos presentes nas práticas dos grupos sociais. De acordo com essa perspectiva, a passagem entre teoria e ideologia – esta última entendida não necessariamente como falseamento da realidade – constitui um fato político. Por isso a definição do intelectual como categoria constituída historicamente revela a reversibilidade entre cultura e política ou entre cultura e poder. A lembrança de que todos os homens são intelectuais também significa que “intelectual”, como grupo à parte, refere-se a uma função social e, como tal, a distinções culturais de circunstância.

No marco do debate europeu, ocasiões como o caso Dreyfus²⁸⁷ e os manifestos e frentes antifascistas representam situações emblemáticas em que uma determinada imagem dos intelectuais como grupo foi reforçada pela sua identificação ao engajamento no partido da liberdade contra o autoritarismo, os nacionalismos, o antissemitismo e o militarismo. Nos países do chamado “Terceiro Mundo”, a questão da dependência, do colonialismo, do desenvolvimento nacional, da perspectiva do anti-imperialismo e da revolução socialista na América Latina conformam, no século XX, um tipo de intelectual que se reflete nas obras originais de figuras tão diversas como Manuel Bonfim, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, Josué de Castro, Mario Pedrosa, Rui

teoria da história marxista”, *Crítica Marxista*, n. 37. São Paulo: Editora da Unesp, 2013, p. 27.

²⁸⁶ MARX, Karl. “Teses sobre Feuerbach”. In: *Marx: obras escolhidas – Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1984.

²⁸⁷ Em 1898, a condenação sem provas por alta traição do oficial francês de origem judaica Alfred Dreyfus, ocasionou a reação de escritores como Émile Zola, Marcel Proust e Anatole France através de um Manifesto dos Intelectuais no jornal *Aurora*. Segundo Norberto Bobbio, a repercussão e as polêmicas que se seguiram entre conservadores e liberais terminou por ajudar a fixar o sentido progressista e político do termo “intelectuais” na França. Cf. o verbete “intelectuais”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política – vol. 1*. Brasília: Editora da UNB, 2010, pp. 637-640.

Mauro Marini, Florestan Fernandes e muitos outros. Em intenso contato com a teoria social dos centros hegemônicos, com os paradigmas políticos do debate europeu e com a discussão sobre o capitalismo e sua expansão, o ponto de vista local construtivo fazem daqueles autores intérpretes e sujeitos de um processo histórico cuja compreensão coloca questões originais a partir da experiência da periferia, que, por sua vez, provoca indagações novas sobre o conjunto do sistema. No caso desses sociólogos e cientistas sociais, frequentemente se sobrepõem as identidades do cientista, do cronista político, do publicista, do técnico e do homem de partido. Tanto em suas análises de conjuntura como nos grandes ensaios de interpretação histórica, são afirmadas diversas vias de passagem entre as conclusões advindas da interpretação da realidade e a dimensão prescritiva do conhecimento. O ponto de partida da investigação e o recorte feito na realidade já informam os vínculos com as grandes correntes interpretativas sobre a prática e o sentido teórico-prático do conhecimento, quando não refletem diretamente sobre essa dimensão. Como lembra Carlos Nelson Coutinho, as sínteses chamadas por ele de “imagens do Brasil” contêm uma motivação intrinsecamente propositiva.

Imagens desse tipo articulam sempre juízos de fato com juízos de valor, na medida em que não se limitam a fornecer indicações para a apreensão de problemas específicos da vida social de nosso país (como, por exemplo, o sistema colonial, a industrialização, a consciência do empresariado, o movimento sindical etc.), mas se propõem – para além e/ou a partir disso – a nos dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro²⁸⁸.

Essa articulação apontada por Coutinho nos pensadores sociais nos permite relacionar a sua produção à esfera da história política, já que essas imagens não só têm vínculos mais ou menos explícitos com a dimensão da reforma social, como também pressupõem um sentido de “missão” intelectual. A formação desse pensamento social “empenhado” – para tomar de empréstimo o traço dominante identificado por Antonio

²⁸⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”. In: *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

Candido no sistema literário brasileiro –²⁸⁹ marca a proximidade do campo de reflexão sociológico realizado a partir dos anos 1930 com a formulação de tentativas de encontrar soluções e saídas originais no processo de sua transformação numa moderna sociedade de classes. Como já sintetizou Octavio Ianni: “Sim, no Brasil as ciências sociais nascem e desenvolvem-se marcadas pelo desafio de compreender as condições e as possibilidades do Brasil moderno”.²⁹⁰ Nessa busca das condições históricas e das possibilidades do Brasil como formação social capitalista moderna e original, desenvolve-se o sentido reflexivo e construtivo que, em autores de diferentes orientações, coloca em plano destacado a questão do destino social das ciências sociais e das chamadas “tarefas da inteligência”.²⁹¹

Ao descrever, em 1971, as funções atribuídas por Florestan Fernandes e pelos membros do Cesit à sociologia, Luiz Pereira define a busca daquele autor em desenvolver um campo de pesquisa aplicada voltado para a reforma social, refletindo aquele sentido empenhado que Antonio Candido identifica nas tendências renovadoras da literatura e do pensamento social modernos no Brasil, principalmente após 1930, na fase denominada por ele de “consciência do subdesenvolvimento”. O comentário de Pereira é elucidativo da ideia da sociologia e dos sociólogos como agentes da modernização autônoma e da superação do subdesenvolvimento, característico também da tradição liderada por Fernandes diante da disciplina sociológica na USP e no Cesit. Segundo Pereira:

²⁸⁹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Itatiaia, 1976. Em artigo de 1973 para a revista *Argumento*, o mesmo Antonio Candido tentaria definir a formação de um sistema literário em relação ao problema da dependência válido para as ciências sociais: “Um estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciadas não por modelos estrangeiros, mas por modelos nacionais anteriores” (CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”, *Argumento*, n. 1, out. 1973. p. 17).

²⁹⁰ IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004, p. 38. Na obra de Octavio Ianni, assim como em Florestan Fernandes, há uma vertente dedicada à sociologia da sociologia e à reflexão sobre o sentido reflexivo das ciências sociais. Além do livro citado acima, integram essa ordem de preocupações as seguintes obras: IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

²⁹¹ FERNANDES, Florestan. “As tarefas da inteligência”. *Almanaque-Folha da Manhã*, São Paulo, 01-03-1945. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/029/29tc_florestan01.htm. Acesso em: 20/08/2014.

As preocupações pragmáticas de Florestan Fernandes resultam das suas concepções a respeito do que denominou padrão integrativo de trabalho científico para os sociólogos brasileiros, segundo o qual os alvos teóricos, empíricos e práticos se revelam como objetivos igualmente essenciais da produção sociológica. Percebe-se assim como a sua posição em face do subdesenvolvimento não poderia ser “neutra” e como ele a deriva criticamente do conhecimento das funções que à sociologia cabe preencher no mundo moderno, como técnica social racional, no sentido de instrumento de diagnóstico das situações e de interferência deliberada na realidade. No caso especial do subdesenvolvimento nacional, a sociologia estaria dentre os recursos a utilizar-se para a promoção racional do sistema urbano-industrial autônomo na sociedade brasileira.²⁹²

O esforço do vínculo entre pesquisa sociológica e mudança social presente na trajetória dos discípulos e assistentes de Florestan Fernandes, assim como em parte da produção de Giannotti, reside em suas tentativas de direcionar o trabalho intelectual para a sondagem das perspectivas políticas abertas com o ingresso problemático do Brasil na ordem capitalista. A maior parte dos esforços do Cesis, dos estudos dos membros do seminário d’*O capital* e do Cebrap pode ser posta, em linhas gerais, nesse horizonte. Essa constatação impõe duas perspectivas confluentes: uma, que localize a sua discussão sobre o papel dos cientistas sociais nesse processo de desenvolvimento do capitalismo e outra que identifique a relação dessa reflexão com o conteúdo de seu pensamento político.

No primeiro capítulo deste estudo, já foram apontados alguns sentidos divergentes que Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu conferem, em suas teorias, à ação dos intelectuais. Na última fase da trajetória deste último, ocorre um processo de desdobramento radical do sentido reflexivo de sua sociologia, que o leva a uma intensa militância pública, e da inserção dos resultados da pesquisa científica no registro do leitor não acadêmico. A partir de uma ascendência prévia no campo universitário, a trajetória de Bourdieu percorre na década de 1990 um caminho simultâneo de abertura temática e de dedicação crescente a tentativas de potencializar a dimensão social da sociologia como recurso de luta contra o neoliberalismo. Entrevistas, artigos, intervenções curtas e análises de conjuntura terminaram por formar um estilo intelectual

²⁹² PEREIRA, Luis. “Florestan Fernandes e a sociologia no Brasil”. In: *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971, p. 215.

voltado para a intervenção concreta na denúncia dos monopólios midiáticos e financeiros e para a participação em movimentos de protesto, greves e reivindicações. Sua sociologia e sua figura pública encarnam então a continuidade da figura do intelectual como representante das causas sociais da humanidade, no registro de uma “internacional intelectual” que retomava, nesse sentido, a parte humanista e universalista do legado do iluminismo e do existencialismo. Entre autores situados fora do referencial marxista, Bourdieu parece encarnar, principalmente no período de *Contrafogos* e *A miséria do mundo*, um dos diálogos mais intensos da pesquisa das condições de exercício do conhecimento com a tentativa de ampliação do campo disciplinar da sociologia por meio da ação pública. Não foi o único nem tampouco o pioneiro, mas a sua figura e a sua obra parecem assumir os limites da visão liberal pela crítica autorreflexiva permanente, exercendo com essa capacidade, por assim dizer, destrutiva, uma influência consideravelmente renovadora em diferentes disciplinas. Assim como ocorre com Wright Mills e Raymond Williams, as definições da cultura e dos intelectuais se confundem na última parte de sua trajetória com a crítica de sua separação em relação à vida cotidiana ou à “cultura comum”, levando a uma dimensão autocrítica que força os limites de suas pesquisas e transforma a direção e o significado de sua reflexão.

Paulo Arantes observa que, na experiência brasileira do século XX, a realização de um campo intelectual, no sentido de sua autonomização nacional e da realização de um sistema de influências, fecundações mútuas e polêmicas socialmente relevantes, é tremendamente dificultado pela convivência característica dos ritmos e tempos díspares que envolve o ingresso da sociedade brasileira na modernidade.²⁹³ Por isso, segundo Arantes, o germe de tradição sociológica que se desenvolve na USP em torno de figuras como Antonio Candido, Florestan Fernandes e os membros do Seminário Marx é somente um ensaio incompleto e provinciano de um marco interpretativo coletivamente identificado. Sua “capacidade de formular, porém travada pela experiência paulista a ser transposta”, reproduziria o hiato entre “constrangimento local” e “momento esclarecido”.²⁹⁴ Assim como no “capitalismo difícil”²⁹⁵ de nossa revolução burguesa e

²⁹³ ARANTES, Paulo. “Ajuste intelectual”. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso*. São Paulo: Vozes/Perseu Abramo, 1998.

²⁹⁴ ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

na dialética do moderno que se desenvolve pelo reforço do atraso, a formação de tradições de um moderno pensamento crítico socialmente enraizado também compõe um processo problemático e inacabado. Tal inadequação se afigura como mais um elemento ou entrave original, tal como a “incapacidade criativa para a cópia”,²⁹⁶ apontada por Paulo Emílio Salles Gomes no cinema nacional, ou os disparates locais do liberalismo, vistos por Schwarz²⁹⁷ em Machado de Assis, possibilitados pelas dualidades combinadas da formação histórica nacional. A circularidade desse esquema é, por um lado, motivo de isolamento cultural e de desvirtuamento elitista da consciência política dos intelectuais. Porém, essa mesma condição aparece também como elemento de originalidade em relação aos modelos europeus e norte-americanos, de esforço de adequação local e, portanto, da possibilidade de sua realização como campo autônomo e socialmente relevante.

Na visão de Arantes, a incidência histórica do “partido intelectual” como fator socialmente criativo de negação prática da ordem foi restrito, registrando-se muito mais a ação “a favor”, justificadora ou decorativa, de sua “ala majoritária” junto às iniciativas de desmonte dos projetos nacionais ou, mesmo, de uma inserção subserviente nos modelos hegemônicos do concerto do sistema capitalista mundializado. Mas a constatação melancólica do filósofo da USP não é tão restritiva a ponto de deixar de reconhecer momentos, ainda que descontínuos, no sentido de uma contribuição mais efetiva do “partido intelectual” na perspectiva da mudança social. Um desses momentos é justamente a segunda metade da década de 1970, quando Arantes observa a existência de “espaços de transfusão crítica” entre “ânimo estudioso disperso” e “luta social”, como os congressos da SBPC.²⁹⁸

A tentativa de Arantes em delinear o traço dominante desse “Partido Intelectual” no Brasil contemporâneo, além de revelar uma perspectiva autobiográfica e paulistana, resulta na crítica ao quadro de adesão, desfiguração política dos projetos de modernização e “cretinismo institucional” na universidade que envolvem a circunstância da passagem de Fernando Henrique Cardoso pela presidência da República. Porém, mais do que a paisagem desértica com que Arantes termina seu

²⁹⁵ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*, op.cit., p. 251.

²⁹⁶ GOMES, Paulo Emílio Salles. “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento”, *Argumento*, n. 1, 1976.

²⁹⁷ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1986.

²⁹⁸ ARANTES, Paulo. “Ajuste intelectual”, op.cit., p. 30.

diagnóstico, importa-nos reter seu esforço em perscrutar dois fatores: em primeiro lugar, o sentido de atualização teórica e preocupação prática desenvolvido numa agenda mínima comum, por membros do Cebrap e da USP, em torno das singularidades do capitalismo no Brasil. Ligado a esse motivo, está a ênfase na problemática da dependência e o recorte político conjuntural, onde Arantes também observa indícios de tendência do rebaixamento de seu potencial como crítica da ordem no processo de desenvolvimento do consenso “democrático” durante os últimos anos da década de 1970.

Daniel Pécaut²⁹⁹ sublinha o fato de que esse “partido intelectual” constitui um dos mais importantes atores políticos entre 1974 e 1979. O autor considera que a intensa coesão desse partido, nesse período, deriva de dois fatores principais: a estabilidade relativa das instituições universitárias e as contradições do regime, que direciona financiamentos à pesquisa e, ao mesmo tempo, pretende exercer o controle sobre a vida cultural. Essa associação consagrada entre intelectuais, resistência, oposição, sociedade civil e democracia traz, porém, dois problemas de definição: ela generaliza uma noção naturalizada e autorreferente de intelectual, representado como a voz de uma sociedade civil compacta contra o Estado autoritário, ou como criadores de uma “nova cultura política” democrática, racional e gradualista. Porém, a visibilidade do “intelectual” como categoria coesa e ator político da oposição se refere, somente, aos espaços institucionais ocupados pelo conjunto dos integrantes do grupo da sociologia da USP e do Cebrap.

Na circunstância específica que envolve nosso objeto de estudo, o desenvolvimento de uma definição autorreflexiva das ciências sociais voltada para a afirmação de sua importância para a democratização do país, ocorre, predominantemente, junto com a valorização dos atributos das organizações da “sociedade civil”. A crítica aos “mandarins”, “tecnocratas” e “economistas do regime” estabelece um campo de gravitação que desenvolve uma ocasião propiciatória para a aproximação crescente dos cientistas com outros centros e movimentos de produção e irradiação política e cultural. Vimos que, a partir de 1972, um determinado grupo de sociólogos ligado ao Cebrap e à USP tem, mais do que outros intelectuais ligados às ciências humanas, espaços editoriais importantes para efetivarem-se como figuras públicas. O movimento editorial “alternativo”, sobretudo com *Opinião* e *Movimento*,

²⁹⁹ PÉCAUT, Daniel. *Entre o povo e a nação*, op.cit., pp. 257-308.

representou nesse contexto um suporte jornalístico para a fixação simultânea de um repertório de formulações em torno da democracia em que se percebe uma ênfase na discussão sobre as funções do intelectual. Essa presença evidencia a dimensão reflexiva que procuramos destacar mais acima.

Portanto, nas revistas e jornais em questão, observa-se uma forte presença da reflexão sobre a função social dos cientistas e sobre as relações entre os intelectuais e a política. Se o problema das condições de exercício da sociologia já era, há bastante tempo, um tema relevante na produção de Florestan Fernandes, essa dimensão reflexiva na década de 1970 mostra que a presença dos cientistas sociais no terreno dos debates políticos acompanhou ou se fez acompanhar de constantes indagações sobre sua própria importância, de sua particularidade em relação aos sujeitos políticos ou de críticas ao seu papel secundário, servil e subordinado na sociedade brasileira. Como cientistas mobilizados pela defesa da autonomia da universidade e da pesquisa, a preocupação dos sociólogos com o destino de suas ideias revela-se uma característica importante no momento de sua participação crescente em diferentes órgãos editoriais durante a década de 1970. Nessa discussão, não estava somente em questão o problema do engajamento e da autonomia, mas também a forma como os grupos sociais se relacionam com o produto da atividade dos intelectuais. Nos anos 1970, a importância dessa reflexão sobre os “papéis políticos dos intelectuais” é um eixo de discussão que reflete eventos como a ampliação da indústria cultural, a expansão da universidade, a escalada da censura e a existência de espaços editoriais onde os acadêmicos encontravam uma interlocução mais ampla do que o círculo dos especialistas.

As reflexões em torno do sentido social da ciência e da atuação dos cientistas realizadas em congressos da SBPC são bastante divulgadas em *Opinião*, *Movimento*, *Cadernos de Opinião* e *Ensaio de Opinião*, principalmente a partir de 1974. Nesse ano, o encontro ocorrido em Recife toma a feição de um evento político e a entidade passa a configurar, ao lado da ABI, da OAB e de outras associações, mais um espaço da “sociedade civil”, fazendo de seus encontros verdadeiros “comícios contra a ditadura”.³⁰⁰ Através desses espaços, reforçava-se o papel duplo dos cientistas sociais: por um lado, legitimavam-se como responsáveis pela interpretação e pela explicação do processo em curso; por outro, pretenderam encarnar uma espécie de “vanguarda política

³⁰⁰ OLIVEIRA, Francisco de. “Entrevista”. In: SCHERER-WARREN, Ilse e ROSSIAUD, Jean. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 249.

e democrática”.³⁰¹

Aquele período registra um crescimento da quantidade de diplomados em ciências sociais,³⁰² ao lado do fortalecimento de diversas formas de associação intelectual, como a Anpuh, a ABA e a Anpocs. A constituição, no fim dos anos 1960, de um sistema nacional de pós-graduação na Universidade Brasileira, junto ao incremento de agências de fomento científico, como CNPQ, Fapesp, Finep e Capes, atestam uma ampliação e uma profissionalização das ciências humanas que, embora não fossem o objetivo específico dos governos militares, envolviam o surgimento de novos patamares institucionais para a pesquisa. A já mencionada política de fomento da Fundação Ford a instituições como o Iuperj, o Cebrap e o Cedec também é um fator material importante para a institucionalização sem precedentes do campo disciplinar integrado das ciências sociais. A profissionalização da pesquisa universitária envolve uma expectativa de ampliação da visibilidade das ciências sociais, ocasionando, em contrapartida, esforços reflexivos em torno do sentido do trabalho intelectual.

4.1: Sociologia Crítica e Revolução Social.

Em 1975, Florestan Fernandes posicionava-se de modo polêmico em relação ao problema dos intelectuais, na apresentação de seu texto “A ditadura e os intelectuais na América Latina”, conferência feita no Canadá em 1970.³⁰³ Para o autor de *Circuito fechado*, uma de suas intenções com aquele trabalho fora desmistificar o “momento da omissão” nos quadros da efetivação ditatorial da revolução burguesa no Brasil. Sua crítica dirigia-se não só aos apoiadores do regime:

Muitos julgam que não houve nem capitulação passiva nem colaboração dissimulada nem solidariedade ativa por parte dos intelectuais (seria melhor dizer-se: de grupos de intelectuais) a um odioso movimento contrarrevolucionário e a uma férrea ditadura de classes privilegiadas. Ao mesmo tempo, os que afirmam

³⁰¹ FONTES, Virgínia. *Démocratie et révolution*, op.cit., p. 83.

³⁰² Cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de, MELO, Manuel Palacios Cunha, VIANNA, Luiz Werneck. “Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em ciências sociais”, *Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, 1994, pp. 345-535.

³⁰³ FERNANDES, Florestan. “A ditadura e os intelectuais na América Latina”. In: *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Globo, 2009.

isso continuam a usufruir, imperturbavelmente, as vantagens que alcançaram ou a melhorá-las – como se o mundo criado pela autocracia burguesa fosse o melhor dos mundos possíveis (salvo alguns inconvenientes, que atingem os precipitados ou renitentes). Essa não é sequer a linguagem ou o comportamento de um Pilatos. Não se lavam as mãos. Come-se mesmo de mãos sujas.³⁰⁴

O autor refere-se aqui a uma noção restritiva do intelectual e à impossibilidade de um exercício autônomo da ciência para o sociólogo naquela circunstância.³⁰⁵ Para Fernandes, essa tentativa determinava um padrão de isolamento e fragmentação que submetia o intelectual a um horizonte cultural estreito:

O que é importante considerar-se, desse ponto de vista, é que o isolamento dos intelectuais gera uma exclusão dos papéis intelectuais na dinâmica da história, da cultura e da sociedade. A “tradição liberal” torna-se um escudo, que os protege dos riscos de uma participação social aberta e responsável como intelectuais. O isolamento origina uma “torre de marfim”, cuja função consiste em acomodar os intelectuais às expectativas de papéis sociais e aos controles societários externos.³⁰⁶

O que o autor denomina aqui de “tradição liberal” corresponde a uma determinada posição quanto ao espaço social em que se movem os intelectuais e à sua própria definição como “sacerdotes da ciência”.³⁰⁷ Nas condições brasileiras, tal padrão seria especialmente regressivo quanto às tentativas de tornar a ciência social um fator de democratização social. Mas o autor vislumbrava uma possível mudança nessa tendência, não somente com o desenvolvimento de uma *intelligentsia*³⁰⁸ contra a

³⁰⁴ Idem, p. 145.

³⁰⁵ Sobre o tema da autonomia da ciência e suas nuances nas diferentes fases da trajetória de Florestan Fernandes, uma boa síntese pode ser encontrada em GARCIA, Sylvia Gemignani. “Florestan Fernandes e a autonomia da ciência”. *Revista USP*, São Paulo, n. 42, junho-agosto 1999, pp. 180-188.

³⁰⁶ FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado...* op.cit, p. 175.

³⁰⁷ Ibidem, p. 197.

³⁰⁸ O termo é de origem russa e remete, inicialmente, ao grupo social dos intelectuais identificados, na segunda metade do século XIX, à ação política contra o Estado czarista e à crítica racional da monarquia e dos privilégios sociais. Seu uso se expandiu para designar, na obra dos sociólogos alemães Alfred Weber e Karl Mannheim, a formação de uma categoria de indivíduos dedicados às letras e às ciências, caracterizados socialmente pela ausência de vínculos diretos com as classes sociais, mas socialmente

institucionalização da ditadura de classe, mas com sua associação às organizações da classe trabalhadora, força social que, para o autor, seria o agente das tarefas democráticas no capitalismo periférico. Entre os “inocentes úteis” e os “apoiadores ativos”, o autor enxergava espaço para o crescimento de uma fração de intelectuais cuja ação e cujo horizonte se ampliassem para além do próprio campo, na medida em que a experiência da democracia se revelava uma tarefa que estava fora dos horizontes do capitalismo dependente. Sabe-se que essa trajetória possível se revelaria mais tortuosa do que o almejado pelo autor, cuja reflexão política já demarcava uma posição de confronto contra os “campeões do Estado de direito”, aqueles “que simplificam o problema da democracia e o colocam ilusoriamente como uma exigência da sociedade civil”³⁰⁹, conforme expressão que usaria já em 1981 para referir-se aos cientistas sociais que na segunda metade daquela década concentraram-se numa “oposição estreita e superficial contra os regimes autoritários”.³¹⁰ As investidas de Florestan Fernandes no texto publicado em 1974 se referiam, então, ao intelectual em geral: acadêmicos, jornalistas, advogados, religiosos, artistas, homens de letras... Em outro artigo, referiu-se com mais precisão e o mesmo tom crítico a seus pares da sociologia, atribuindo-lhes uma “falta de potencialidade dirigida para a ação prática significativa”,³¹¹ que os colocaria, em última análise, numa posição dependente, ineficaz e servil, abdicando do sentido prático do conhecimento e colaborando para a deterioração da própria ciência num rebaixado conjunto de técnicas, métodos e descrições. A escolha oposta implicaria conceber uma relação prática e imanente com a sociologia, e aparece para Florestan a partir de três requisitos: a concepção do conhecimento da sociedade como, necessariamente, “conhecimento das condições alternativas de mudança social”, ou seja, como formulação de fins práticos; a identificação a um agente coletivo dessa mudança social (classe, associação, sindicato, partido); a criação de “formas de comunicação e de absorção do conhecimento científico pelo meio”.³¹²

ativa. Ver MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. São Paulo: Global Editora, 1966. É comum, também, o uso dessa expressão para referir-se a todo tipo de intelectual engajado nas lutas sociais.

³⁰⁹ FERNANDES, Florestan. “Os dilemas da dominação burguesa diante da ditadura”. In: *A ditadura em questão*. São Paulo, T.A Queiroz, 1982, p. 99.

³¹⁰ FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*, op.cit., p. 198.

³¹¹ FERNANDES, Florestan. “Sociólogos: os novos mandarins?”, op.cit., p. 142.

³¹² Idem, p. 146.

Essa concepção corresponde claramente a sua visão de mundo socialista, mas também reflete a destituição, no momento em que escrevia, do papel da universidade brasileira como eixo da revolução nacional e democrática³¹³. Ainda assim, seus argumentos preservam a defesa da autonomia científica como condição para o desenvolvimento de uma função socialmente transformadora que também não correspondesse ao mero “radicalismo verbal e compensatório”.³¹⁴ Este último, do seu ponto de vista, constituía uma forma de sublimação do papel secundário que as ciências sociais desempenhariam no Brasil.

Tanto Florestan Fernandes como a fração dos acadêmicos da USP então ascendente e dominante no campo disciplinar tiveram como elementos centrais de sua formação o contato com os problemas levantados pela teoria da luta de classes e do marxismo, junto com o debate sobre a questão do desenvolvimento nacional, predominante no momento de sua consagração profissional, nos anos 1950. A perspectiva de crítica e de renovação no interior dessas correntes também informou suas diferentes percepções sobre o papel dos intelectuais nos anos 1970, que reflete um deslocamento do eixo central da discussão do Estado e da nação para a questão da dependência, da sociedade civil e das classes sociais. As críticas ao elitismo e à identidade do intelectual como condutor, via Estado, das aspirações nacional-populares, implicavam a crítica dos “tecnocratas”. É nesse sentido que Francisco de Oliveira apresentava sua visão da importância crescente das reuniões da SBPC nos anos de 1974, 1975, e 1976, em artigo escrito para *Movimento* por ocasião do congresso daquela entidade em Brasília, em 1976.³¹⁵ O texto começa com a seguinte pergunta: “Qual o laço mais forte que une a sociedade e a ciência, o amplo corpo social da nação e os que, sendo cidadãos, agregam a essa a especial qualidade de cientistas?”. Na resposta do sociólogo, tratava-se da ligação primordial entre a ciência e a busca da liberdade humana, que necessitava de espaços onde se afirmar em oposição à prática científica como “mandato para pensar”, conferida e legitimada por aqueles que não são cientistas, e à visão da ciência e da posição do cientista como “poder extramortal”, formando uma “casta de novos sacerdotes”. Entre ambas, a diferença estaria apenas nas “boas

³¹³ FERNANDES, Florestan. “Revolução não se faz na universidade”, *Em Tempo*, 17/12/1978.

³¹⁴ Idem, “Sociólogos: os novos mandarins?”, op.cit, p. 148.

³¹⁵ OLIVEIRA, Francisco de. “Entre a semente e o fruto”, *Movimento*, s.n., 12/07/1976. No número seguinte, Oliveira publicou a continuação desse artigo, intitulada “Frutos e problemas”.

intenções” com que se pratica a primeira forma, mas ambas estariam entre as matrizes da “arrogância tecnocrática” e dos “experimentadores de Treblinka e Auschwitz”. Em seguida a essa advertência, o autor também critica a “contrarrevolução cultural” que punha em cheque a utilidade social da ciência e denunciava o conformismo e a alienação dos intelectuais. Indagando-se sobre as origens desse fenômeno, diz Oliveira:

Bem reparadas as coisas, de onde provém a contrarrevolução cultural, que põe em dúvida a própria utilidade da ciência? Em primeiro lugar, ela nasce da contradição entre ciência como prática da liberdade e o papel produtivo da ciência, mais precisamente da tecnologia, pois esta tem sido, reiteradamente, um fator de congelamento científico, como forma da reprodução dos sistemas sociais de controle.

Com essa “contrarrevolução cultural”, certamente o autor se refere a fenômenos como a contracultura, os “filósofos de 1968” e o maoísmo, cuja relação com a ciência e os intelectuais se estabelecia, então, a partir de um anti-intelectualismo presente, sobretudo, entre a juventude. Em resposta, caberia aos cientistas recuperar a “dimensão humanitária e humanista da ciência” contra o fetiche da tecnologia e o controle social. Esse regate implicaria voltar-se para a dimensão do espaço social da ciência, ou seja, para o conjunto daqueles cujas atividades produtivas criam os recursos postos à disposição dos cientistas. Oliveira termina com o trecho de uma poesia que também dá o título do artigo, evocando a condição de mediadores a ser cultivada pelos intelectuais e a possibilidade de uma ação socialmente transformadora dos cientistas na sociedade: “Em meio à mentira/ sonho e luto/ pois sei que sou o espaço/ entre a semente e o fruto”. A metáfora evoca o papel que parte dos intelectuais reunidos na SBPC atribuía-se então, de tradutores e impulsionadores de transformações sociais pelas quais, em grande parte, via-se como um dos grupos responsáveis. Essa postura tinha dois significados conjunturais importantes: a crítica conjuntural do progresso e do desenvolvimento e a atribuição de um papel coletivo aos cientistas que ia contra o direcionamento dado pelo regime às atividades científicas. Dez anos depois, Francisco de Oliveira apresentaria uma visão retrospectiva e mais crítica desse processo, lembrando que a centralidade política dos intelectuais correspondeu ao seu papel de “ventríloquos” de interesses

alheios no momento de ascensão de frações da “classe média”³¹⁶ em função das novas funções geradas com a expansão da economia de mercado. Segundo Oliveira, esse processo levou à elevação da *intelligentsia*, tomada como “núcleo duro” dessa classe média a atuar como mediador dos interesses das camadas populares e de setores burgueses descontentes, “tradutores simultâneos” que não se enraízam em nenhum dos dois lados, mas representam a “administração da medida” na construção e na representação da democracia. Portanto, se no texto de 1976 Oliveira enfatizava a importância da mobilização dos cientistas para o questionamento prático do papel reservado à ciência e à política pela ditadura, no artigo citado de 1986 aponta-se uma defasagem quanto à representatividade desses intelectuais, sujeitos políticos em ascensão nos anos 1970 e cuja projeção política na Nova República os tornaria “quase-sujeitos da política sem política”. Para Oliveira, à medida que novos sujeitos políticos de origem trabalhadora se perfilassem com mais nitidez, a radicalidade desse setor social heterônimo poderia, enfim, se manifestar, cumprindo um papel importante na política. Assim como em Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira manifestava alguma esperança na possibilidade de que a ascendência da classe trabalhadora como sujeito político autônomo empurrasse um setor da intelectualidade a uma atuação consciente no sentido da efetividade de sua atuação no alargamento do conteúdo da democracia, influenciando decisivamente no teor da transição. Essa questão se manifestaria, partidariamente, nas primeiras opções em torno do PT e do PMDB, dois partidos de oposição que trariam entre seus quadros uma significativa presença de intelectuais universitários. Porém, a discussão em torno dos partidos não está, então, no centro de suas reflexões em torno dos papéis dos intelectuais. Até o final da década de 1970, o debate sobre esses papéis refere-se a um momento de coesão relativa que sustenta sua aproximação, como grupo, dos diferentes fóruns da oposição.

Nesse momento, Florestan Fernandes segue uma trajetória à parte, com menos visibilidade pública e menos evidência que seus colegas mais novos, mas sua presença mais discreta tem uma grande relevância, que vai além da origem institucional comum. Florestan foi o orientador de uma boa parte desses autores e, como já foi sublinhado antes, liderou o desenvolvimento de um estilo de reflexão e uma preocupação temática

³¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática”. In: REIS, Fábio Wanderley e O’DONNELL, Guilherme (orgs). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 282-296.

comuns, que contêm uma significativa reflexão sobre os papéis dos intelectuais na sociedade brasileira. Além disso, o autor de *A revolução burguesa no Brasil* é aquele que, dentro daquela filiação, realiza naquela década a mais decidida associação da sociologia à defesa aberta do socialismo e da revolução social, constituindo um contraponto minoritário do qual se aproxima, em pontos importantes, Francisco de Oliveira.

Nos *Ensaio de Opinião*, Florestan e Oliveira publicaram duas contribuições complementares em torno das ciências e dos intelectuais. Refiro-me aos ensaios “A herança clássica e seu destino”, escrito em 1979 por Florestan,³¹⁷ e “Estado e ciência econômica: contribuição para a teoria do Estado”, que Oliveira apresentara à XXIX reunião da SBPC, ocorrida em 1977, em São Paulo.³¹⁸ Trata-se de textos que se referem de forma ampla ao papel histórico dos cientistas sociais no percurso de desenvolvimento do sistema capitalista. O objetivo do texto de Oliveira é perceber como as teorias da ciência econômica transformaram-se em “poderosos instrumentos ideológicos para a dominação ou a transformação”, lembrando também que a transmutação das ciências sociais em ideologias, em diferentes momentos da história, expressa, ao contrário das ciências naturais, uma relação mais direta e comprometida com a realidade que pretendem interpretar. Oliveira também faz, ao início desse texto, uma observação importante sobre a questão da economia como ciência exata e apolítica, vinculando a essa temática a dimensão conjuntural de sua reflexão:

No Brasil, nos últimos tempos, essa pretensa apolitização da economia, que, na verdade, é uma despolitização, mostrou-se em sua verdadeira cara: a arrogância tecnocrática, respaldada pela força. Mas é preciso que se diga, que se grite que essa noção é falsa e mentirosa: ela constitui não apenas uma máscara ideológica – e neste sentido recupera-se a noção da metamorfose da ciência em ideologia –, mas uma mentira histórica e uma falsidade que, se outros deméritos não tivesse, faz injustiças aos grandes economistas.³¹⁹

³¹⁷ FERNANDES, Florestan. “A herança clássica e seu destino”, *Cadernos de Opinião*, n. 13, ago.-set. 1979, pp. 20-36.

³¹⁸ OLIVEIRA, Francisco de. “Estado e ciência econômica: a contribuição da economia para uma teoria do Estado”, *Ensaio de Opinião*, n. 2-3, 1977, pp. 9-14.

³¹⁹ Idem, p. 10.

Essa constatação diz respeito ao problema fundamental da relação da ciência econômica com a teoria do Estado, ou seja, da sua constituição como economia política. Lembra então o autor que as teorias do livre-cambismo de Ricardo e Smith revelam um projeto intelectual que refletiram e justificaram o momento de ascensão da burguesia e do poder do capital industrial inglês, produzindo uma teoria adequada à expansão neocolonial. Já na teoria marxista, Oliveira sublinha que o Estado cumpre um papel histórico central para a necessidade de preservação da burguesia. Na visão à qual Oliveira se filia, o Estado caracteriza-se historicamente por uma função socialmente conservadora, no sentido em que serve à necessidade de impedir o desenvolvimento de potencialidades que o próprio capitalismo abriria com a expansão das forças produtivas: a geração de riqueza e níveis de igualdade capazes de superar a exploração da força de trabalho. Já as teorias neoclássicas e marginalistas, ao negarem o Estado como parte integrante da economia, representam, na argumentação de Oliveira, o momento da “completa hegemonia burguesa” no início do século XX. O desenvolvimento do sistema imperialista e o desfecho da Primeira Guerra Mundial levam à reintrodução do Estado na economia burguesa por meio do keynesianismo. Este último, ao colocar a demanda como sustentação da atividade econômica, justifica as políticas anticíclicas e retoma o papel do Estado na sustentação do capitalismo, tanto em sua função de conter o avanço disruptivo das reivindicações trabalhistas no centro do sistema quanto nas estruturas nacionais e periféricas da integração à divisão internacional do trabalho. Na fase do capitalismo monopolista, a estatização é um elemento constitutivo da economia, o que teria levado a teorias como a de “tecnoburocracia” e do modo de produção tecnoburocrático, que perpassaria o capitalismo e o socialismo e seria caracterizada pelo controle do trabalho produtivo por um setor improdutivo – os gerentes ou “tecnocratas”. Para Oliveira, essa teoria confunde o divórcio contemporâneo entre gestão e propriedade com um suposto modo de produção, elevando os técnicos e gerentes a uma função social autônoma e desconsiderando a continuidade do sistema de exploração da força de trabalho como o elemento fundamental para que ocorra a constituição desse corpo estatal destinado a administrar a riqueza global. Por isso, embora chegue a utilizá-lo, sublinha a insuficiência do termo “tecnocrata” para designar os intelectuais que atuam no âmbito das agências estatais. Lembra ainda o autor que, no período que corresponde ao predomínio do capitalismo monopolista, a ideia de “estatização” e a

definição de “capitalismo de estado”³²⁰ são falhas, porque as fronteiras entre o público e o privado tendem a ser eclipsadas na aglomeração dos grandes interesses multinacionais com os Estados nacionais. A despolitização da ciência econômica pelos economistas neoclássicos corresponde à defesa da livre concorrência, do mercado e da competição como propulsores do desenvolvimento. A passagem da teoria à ideologia também é válida para a teoria marxista do Estado, definida como um momento em que o Estado passa a se definir historicamente, e não de forma normativa, implicando o horizonte de sua abolição com a ascensão da classe trabalhadora organizada politicamente. O argumento de Francisco de Oliveira tem como pressuposto que é na própria teoria que se podem observar os papéis socialmente conservadores ou revolucionários destinados à ciência, no caso, à economia. A transformação da ciência em ideologia é vista como condição necessária para sua realização como *ciência social*, também quando essa relação é negada.

No texto que Florestan Fernandes publicou em *Ensaio de Opinião*, apresenta-se argumentos semelhantes no que se refere ao apanhado sintético das principais linhagens teóricas em sua relação com os grandes projetos políticos e sociais da história contemporânea. Trata-se de “A herança clássica e seu destino”,³²¹ em dossiê sobre Antonio Candido publicado na revista de Gasparian. Segundo nota do autor, esse texto retomava anotações de aula de um curso proferido na PUC-SP em 1979, era tomado ali como “símbolo” de um combate sociológico travado em comum com o homenageado, cuja trajetória intelectual Florestan descrevia no plural:

O símbolo evoca o perfil da carreira de uma geração. Voltamos aos temas do início, com outras perspectivas, certo desencanto e uma carga crítica diversa. Da história do pensamento, da metodologia, da epistemologia passamos para o confronto dialético visceral, que põe em questão a natureza mesma da ciência e o sentido que ela possui por não ser a causa, mas uma função, da derrota ou da vitória da

³²⁰ Na década de 1970, a discussão sobre o “capitalismo de Estado” e do “modelo tecnoburocrático” no Brasil tem como principais representantes Carlos Estevam Martins e Luiz Carlos Bresser Pereira. Conferir, desses autores: MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. BRESSER-PERIERA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972. Ambos os autores participaram dos “mesões” do Cebrap e tiveram seus textos debatidos naquela instituição.

³²¹ FERNANDES, Florestan. “A herança clássica e seu destino”, op.cit.

O intuito de Florestan Fernandes nesse texto é perceber o desenvolvimento e a crise do papel da sociologia em relação ao desenvolvimento da sociedade burguesa, assim como Francisco de Oliveira fizera em relação à ciência econômica e suas teorias do Estado. Observando que o pensamento sociológico se estruturou a partir da ascensão da burguesia como classe revolucionária e, logo depois, classe dominante, Florestan aponta as oscilações antagônicas no campo da sociologia em torno da defesa da ordem social burguesa e de sua crítica. No final do século XIX, a entrada em cena da classe operária como sujeito da política acompanha o surgimento de uma vertente sociológica que avançou para a negação da ordem: o surgimento do marxismo como teoria sociológica teria operado então um corte epistemológico irreversível. O surgimento do materialismo histórico é definido por Florestan como um movimento da história social contemporânea que alcança um ponto sem retorno, no que se refere à sociologia, na medida em que essa pode passar a cumprir um papel social que não estava em sua origem, circunscrita à “fixação utópica” na ordem liberal-democrática, à sua reforma ou à defesa de um equilíbrio social nos marcos da contrarrevolução e do controle das tentativas de subversão social. Com o esvaziamento do liberalismo como “fonte de dinamização da consciência burguesa”, ou seja, com o seu enquadramento progressivo no polo do conservantismo social, esvazia-se também a sociologia tradicional de seu papel anteriormente transformador. Aos olhos de Florestan, esse recuo histórico não invalida o valor heurístico dos métodos e estudos comparativos praticados pelos modelos da sociologia compreensiva e descritiva. Porém, esse “vazio histórico” termina por afastá-la do potencial socialmente crítico existente dentro do horizonte democrático-liberal e da autonomia científica que lhe conferia a integridade e o papel progressista, reformista e autônomo, *dentro da ordem*. Encerrando-se, dessa maneira, na polaridade da dominação e da conservação, a dimensão socialmente inovadora da “herança clássica” foi, segundo o autor, recuperada pelo materialismo histórico e pela “sociologia crítica e militante” que busca ampliar seu público e seu alcance político ao mesmo tempo em que expande sua visão da teoria, cujo vínculo com a ideia de revolução passa a ser uma condição de sua relevância científica e de sua coerência interna:

³²² Idem, p. 35.

A polaridade revolução corresponde ao outro lado do rio. Ela se abre diretamente sobre e para a história, já que é ao nível da história que ela se inscreve. No entanto, é uma história que revela o dinamismo das estruturas em ebulição, o que faz com que seja através dela que se atinja o fundo da realidade.³²³

Portanto, para Florestan, a crise epistemológica da “herança clássica” corresponde à crise de um determinado projeto de civilização. Se a conquista de um espaço de autonomia para a ciência colocara as ciências sociais como saber instrumental potencialmente importante para a democratização da ordem existente, aquilo que Florestan denomina de “colapso da perspectiva liberal”, situado em meados do século XX, implica o desaparecimento das “condições externas” para a efetuação desse papel anteriormente conferido à ciência. Os últimos representantes dessa linhagem teriam sido, na visão do autor, Weber e Mannheim, que “encerram, cada um a seu modo, mas ambos de forma melancólica, as potencialidades criadoras de uma sociologia da ordem vinculada com a história e a inquietação intelectual”.³²⁴ Dessa forma, na medida em que a perspectiva democrática da burguesia deixa de ser um movimento vivo da história, também essa “sociologia da ordem” encerrava o ciclo de sua associação com a mudança social e dava lugar a um horizonte científico reativo. Essa é, na visão de Florestan, uma das ramificações contemporâneas da “herança clássica”:

À “responsabilidade intelectual” severa dos grandes sociólogos clássicos sucede-se um equivalente ambíguo, na forma de uma atitude profissional asséptica, ditada pela “neutralidade ética”. Não estamos, porém, diante do “fim das ideologias”. O que se enterra são as promessas de uma *intelligentsia* sociológica calibrada por uma fixação utópica, que desapareceu na época atual.³²⁵

A saída particular defendida por Florestan Fernandes para essa neutralização do elemento socialmente subversivo da ciência com o processo de sua “contaminação burguesa” é um posicionamento cuja eficácia dependeria de algo que não poderia ser realizado pela ação dos cientistas. Somente o enraizamento nos movimentos sociais organizados possibilitaria aos sociólogos a realização de um papel cuja definição, nesse

³²³ Idem, p. 27.

³²⁴ Idem, p. 34.

³²⁵ Idem, ibidem, p. 35.

texto, faz-se em termos gramscianos: o de “intelectuais orgânicos da revolução”. Essa postura corresponde a um antagonismo ao papel dos sociólogos como “intelectuais orgânicos da ordem”, conforme o autor define a função da ciência social após o momento de conquista da hegemonia burguesa e de superação do pensamento tradicional pelos setores dominantes. Retorna, com esse uso pontual da classificação de Gramsci, a visão do papel duplo dos sociólogos, na associação da pesquisa sistemática à intervenção ativa no meio e com os processos de auto-organização das classes sociais.

Florestan Fernandes, que não participou do Cebrap, publicara em *Opinião* o artigo intitulado “Tirando o socialismo da quarentena”.³²⁶ Esse texto de 1975 anunciava uma ordem de preocupações que acentuariam, na trajetória do autor, esse posicionamento cada vez mais aguerrido pela revolução socialista e pelo materialismo histórico. Nesse texto, a defesa do socialismo acompanha mais uma reflexão sobre o tema do engajamento dos cientistas e sobre a questão controversa da autonomia das ciências sociais. Ao lado da defesa da importância da objetividade científica para o pensamento social, Florestan também lembra que a omissão dos cientistas sociais em relação aos conflitos de classe ameaça a própria autonomia do campo disciplinar, pois conduz “à neutralização da ciência e à associação aos processos espúrios pelos quais se corrompe a investigação sociológica”. A resposta a essa esterilização do potencial socialmente transformador da ciência na civilização burguesa leva Florestan à afirmação da revolução social como o modo de infundir nas ciências sociais uma dimensão prospectiva e autônoma. Nas sociedades de capitalismo periférico, diz ainda Florestan, o dilema histórico colocado para o trabalho sociológico, desde o início de sua institucionalização, estava na escolha entre a reprodução consciente e subordinada da ordem fundada na divisão do trabalho ou a mobilização dos procedimentos e resultados do trabalho científico e universitário em prol da alteração dessa ordem social. Nos quadros da ditadura, acentuava-se essa dimensão social do conhecimento com “a irrupção dos conflitos sociais no horizonte intelectual do sociólogo e na *performance* da explicação sociológica”.³²⁷

A situação do cientista social era vista por esse autor como condição especialmente emblemática no contexto do capitalismo dependente e periférico: a experiência desse duplo papel de crítico da “camisa de força” de um meio intelectual

³²⁶ FERNANDES, Florestan. “Tirando o socialismo da quarentena”, *Opinião*, 20/06/1975.

³²⁷ Idem

elitizado e de defensor da vocação revolucionária da ciência implicava o risco constante de um “radicalismo compensatório”. Por isso mesmo, romper com a tradição liberal dependia do avanço de uma sociologia somente crítica para uma sociologia “crítica e militante”.³²⁸ Francisco de Oliveira também terminaria seu texto (comentado logo acima) com a observação do mesmo risco apontado por Florestan, mas a defesa direta do socialismo é perpassada por uma crítica importante:

Pois, para não fugir certamente de uma pergunta que paira no ar, “Por que não logo o socialismo?”, deve-se dizer com franqueza que socialismo não reclamado nem proposto pela classe trabalhadora não passa de proposta intelectualoide ou do desvario de uma tecnocracia acoçada em seus pesadelos pela *mauvaise conscience* de antiga cooperação com o Estado autoritário.³²⁹

Florestan se direcionou no sentido da afirmação do socialismo como exigência científica, dentro de uma reflexão sobre a história da sociologia e a função social da ciência. Já para Francisco de Oliveira, a impossibilidade da democracia burguesa no Brasil, embora aponte na direção da construção de um horizonte socialista, leva-o naquele momento a defender a bandeira do “Estado social de direito”,³³⁰ o que corresponde a uma visão mais voltada para as possibilidades reais da conjuntura imediata e menos esperançosa quanto à possibilidade do exercício de um papel político revolucionário na intervenção dos intelectuais críticos. Trata-se de uma diferença de ênfase na aposta da constituição da classe trabalhadora como agente político e na importância da ação dos intelectuais para essa construção. Dentro do grupo do Cebrap, Oliveira representa nesse momento a posição mais radical no que se refere à associação das tarefas dos intelectuais críticos às iniciativas políticas da classe trabalhadora como condição para a democracia. Florestan, que vive então uma posição menos evidente e passa por uma ocasião de aprofundamento em sua aproximação à obra de Lênin³³¹,

³²⁸ Idem, p. 36.

³²⁹ OLIVEIRA, Francisco de. “Estado e ciência econômica: a contribuição da economia para uma teoria do Estado”, op.cit., p. 13.

³³⁰ Idem, ibidem.

³³¹ Junto ao historiador Jaime Pinski, com quem já compusera o conselho editorial de *Debate e Crítica*, Florestan organizava nessa época, para a editora Hucitec, a coleção Pensamento Socialista. Nessa coleção, foi publicado, em 1978, o livro *O Estado e a revolução*. Na apresentação feita por Florestan, a

entendia que essa afirmação da classe trabalhadora como sujeito político autônomo dependia, já naquele momento, da construção de uma proposta revolucionária. Sua concepção sobre a sociologia e os intelectuais funda-se nas polarizações entre dominação e revolução, e a conversão da teoria em força política e cultural depende da crítica permanente do destino social das ideias na sociedade capitalista.

4.2: O intelectual contra o Estado autoritário.

“O contexto e os intelectuais”³³² foi o título de uma palestra de 1974 que José Arthur Giannotti conferiu em Porto Alegre, em atividade organizada pelo diretório regional do MDB. Publicada em *Argumento*, essa conferência traz algumas posições significativas e sensivelmente diversas, em relação ao que foi apresentado acima, quanto aos papéis dos intelectuais naquele momento. Sua reflexão sobre o assunto parte, também, da questão do Estado e da dependência, mas, diferentemente de Oliveira e Fernandes, essa questão é colocada por meio do contraste entre o Estado norte-americano e aqueles de “tradição ibérica”.³³³ Resumindo, enquanto nos primeiros o Estado nacional se afirmaria pela aceitação das particularidades, conflitos e direitos dos “grupos da sociedade civil”, na tradição ibérica o Estado é pensado como a própria “vontade geral”, sem mediações com essa sociedade civil, representando um todo monolítico igualado ao povo-nação. Nessa descrição o filósofo se refere ao nacional-estatismo do regime militar, sem nomeá-lo, mas parafraseando um de seus jargões mais divulgados:

obra de Lênin era concebida como “arma de luta”, como elemento para a crítica da “fê supersticiosa no Estado” e visão das “limitações do sufrágio universal, as debilidades intrínsecas da democracia constitucional e representativa, o caráter opressivo e repressivo da República democrática”. FERNANDES, Florestan. “Apresentação”. In: LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.

³³² GIANNOTTI, José Arthur. “O contexto e os intelectuais”, *Argumento*, n. 2, fev. 1974, pp. 49-59.

³³³ A trajetória da contraposição entre “iberismo” e “americanismo” no Brasil e os argumentos para afirmar a dificuldade de se estabelecer o Estado de direito e a igualdade jurídica na tradição ibérica que seria a brasileira podem ser conferidos em VIANNA, Luiz Werneck. “Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira”. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. São Paulo: Revan, 1977, pp. 43-59.

Um povo deve cerrar fileiras em torno da mesma ideia-força do desenvolvimento, uma corrente para a frente que não há de deixar lugar para a dúvida e para a reflexão. Entre o Estado e a sociedade civil não existe mediação, e o Estado se identifica com sua burocracia onisciente, como se a grandeza dependesse muito mais de uma obstinação irracional, do impulso mecânico de sempre avançar, do que da reflexão cautelosa a respeito do sentido do projeto nacional, de sua razão de ser, de sua capacidade formadora de um novo tipo de cidadão livre e consciente, vivendo numa sociedade onde as oportunidades fossem realmente iguais para todos. Dessa perspectiva, qualquer dúvida, qualquer dissidência aparece como inimiga.³³⁴

Nessa visão, o Estado e a burocracia apresentam-se como sujeitos de uma política de desenvolvimento sem a participação de sujeitos sociais. A identificação desse modo de funcionamento do Estado brasileiro precede a caracterização dos intelectuais e seus papéis no contexto. Giannotti estabelece previamente uma diferença importante, para o seu argumento, entre o intelectual e o tecnocrata, uma vez que as atividades do primeiro, ainda que inseridas no modo de produção de mercadorias e no circuito de realização do capital, preservam ou buscam preservar um traço de originalidade, invenção e artesanato, de crítica do senso comum e de negação da verdade reproduzida cotidianamente como ideologia. Por outro lado, também aponta o autor, a imagem do criador isolado, “como se escrevesse para um público eterno e sem rosto”, aliena a atividade criadora do processo comunicativo em que se desenvolve, confinando o intelectual em significações autorreferentes. Na conjuntura de que se tratava, a realização desse papel social intrínseco àquela vocação universalizante do intelectual seria identificada à tomada de um partido:

Como evitar esses perigos e manter o trabalho intelectual em sua verdadeira dimensão? Fazendo as significações perderem a estabilidade corrente, revelando seus pressupostos, aprofundando-as e recompondo-as com novas feições, a fim de que atinjam um público que delas se aproprie para alterar suas condições atuais de existência. Por isso somos levados a concluir que o trabalho intelectual, na situação

³³⁴ GIANNOTTI, José Arthur, op.cit., p. 52. Na mesma linha, Giannotti escreveu ainda para *Opinião* os textos “Os burocratas da cultura”, *Opinião*, 14/03/1975 e “O pensamento científico integrado?”, *Opinião*, 09/07/1976.

presente, só pode ser crítico e de oposição.³³⁵

Tal afirmação da identidade oposicionista dos “verdadeiros intelectuais” expressava uma disputa política acerca do sentido do trabalho científico naquela conjuntura. A partir de uma definição das atividades intelectuais, encaminha-se uma posição geral cuja identificação com a “sociedade civil” estabelece um antagonismo à ordem estatal, à tecnocracia e à censura. Em outro texto do mesmo autor, publicado em *Ensaio de Opinião* um ano depois, tal associação das atividades intelectuais com a noção de “sociedade civil” aparece de forma ainda mais cristalizada. Apresentado na mesma mesa em que Francisco de Oliveira realizara sua conferência, o artigo “Mais claro que mil sóis”³³⁶ segue essa tendência forte do momento, veiculada frequentemente naqueles espaços editoriais. Giannotti aponta nesse artigo o fenômeno da integração planetária do progresso das ciências e do desenvolvimento tecnológico com o processo de acumulação capitalista, levando a uma socialização e a uma politização sem precedentes do conjunto das atividades dos cientistas. A consciência da ampliação de suas funções sociais e da diversificação de suas atividades, bem como a sua participação nas funções do sistema econômico, levam ao fortalecimento das causas específicas dessa categoria. Embora reconhecendo sua “vocação universalizante”, trata-se do delineamento de uma identidade específica situada no polo da “sociedade civil”. A crítica da contracultura e de seus impulsos irracionais também aparece aqui, como em Francisco de Oliveira, a partir de sua compreensão como uma postura reativa à conversão da ciência em técnica de dominação e poder de classe, mas o investimento do autor é no fortalecimento de uma espécie de associação coletiva dos cientistas. Essa associação fundava-se em estratégia mais ampla que dependia da “informação” e da “publicidade”: “Estáramos assim fortalecendo os laços da sociedade civil, admitindo interesses particulares num momento de nossa História em que tudo parece metamorfoseado em interesses coletivos”.³³⁷

Completa-se, desse modo, o raciocínio que sustenta a identificação dos cientistas, portadores de um ânimo universalista, à lógica da associação entre os interesses particulares e ao pluralismo da sociedade civil. O paradoxo formal desse

³³⁵ Idem, p. 57.

³³⁶ GIANNOTTI, José Arthur. “Mais claro que mil sóis”, *Opinião*, s.n., 29/07/1974, p. 14.

³³⁷ Idem, *ibidem*.

vínculo reflete, em primeiro lugar, a definição dos intelectuais como grupo específico de pressão e interesse. Encaminha-se, também, uma definição de sociedade civil como esfera radicalmente separada do Estado, o que pode ser relacionado ao sentido conjuntural daquelas intervenções, mas se refere, no caso, a uma certa concepção sobre a natureza da “tradição ibérica” reinante no Brasil, que informa sua orientação sobre a ação dos intelectuais. Estes seriam os especialistas e homens de letras, de cuja coesão prática nas fileiras da oposição dependeria o destino da ciência e do saber universitário no Brasil. O alcance da ação política oposicionista dos intelectuais ocupa, dessa forma, um raio circunscrito às esferas estabelecidas para a sua atividade. O sentido da ação social dos intelectuais sustentava-se não só numa noção abrangente de sociedade civil, mas na construção de uma esfera autônoma de atuação, que preservasse as fronteiras entre ciência e política e, ao mesmo tempo, garantisse a socialização dos cientistas.

Fernando Henrique Cardoso também se voltou, então, para o problema da função social da ciência e dos intelectuais e para as interseções e diferenças entre ciência e política. Ao comentar a querela em torno do financiamento estatal das reuniões da SBPC,³³⁸ o autor de *Autoritarismo e democratização* estabelece uma distinção enfática entre o tipo de trabalho daquela entidade e as organizações responsáveis pelo debate propriamente político. A posição de Cardoso, assim como em outros temas, é marcada pela contemporização e pela cautela no que se refere à atribuição política dos cientistas. Intitulado “Por uma reunião firme, mas serena”, o depoimento de Cardoso apela para a “maturidade” e repreende a “verbalização muito violenta”. Chama-se também a atenção para as “especificidades relativas das instituições”, lembrando que a discussão dos cientistas sobre as condições de exercício de seu trabalho e de suas pesquisas levava, necessariamente, aos temas da liberdade e da democratização, mas que o debate sobre as formas de alcançar a “democratização específica” deveria ser deixado para outros fóruns. A preocupação de Cardoso com a politização excessiva dos encontros daquela entidade científica refere-se à falta de liberdade de expressão e de espaços de discussão política livre. Embora seu argumento seja apresentado nessa chave compreensiva, a repreensão ao excesso de politização dos encontros também é baseada na defesa de uma autonomia da sociedade civil para criar fóruns de reunião e debate. Porém, esse dado conjuntural é acompanhado de uma observação significativa a respeito da relação, no Brasil, dessa sociedade civil com o Estado. Quando aborda o

³³⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. “Por uma reunião firme, mas serena”, *Movimento*, s.n., 26/07/1977.

protesto dos cientistas contra a retirada das verbas governamentais para o encontro, Cardoso enxerga um traço cultural especificamente brasileiro: “No Brasil não existe a visão do liberalismo anglo-saxão de que a sociedade civil está longe do Estado. Aqui as pessoas estão no Estado e querem ter independência. Agora se descobriram os limites disso”.³³⁹

Observam-se, nessa argumentação, elementos que se aproximam da visão expressa por Giannotti e José Álvaro Moisés em torno do problema da autonomia científica. No caso de Cardoso e Giannotti, essa autonomia refere-se à preservação de um espaço de discussão científica livre como expressão de uma sociedade civil fortalecida pela existência de “grupos de interesse” articulados, enquanto Moisés, em seu texto em torno da SBPC, confere um acento político mais forte à ideia de autonomia como fórmula de renovação geral das estratégias da oposição e da própria ação política. No mesmo dossiê de *Movimento*, Octavio Ianni se referia aos “intelectuais orgânicos do aparelho estatal”,³⁴⁰ como aqueles cujo trabalho de conservação do poder situava-os ao lado da reprodução ideológica, e não da criação científica. A terminologia gramsciana utilizada para designar esse tipo de intelectual “protegido”, em oposição ao “proibido”, refere-se à atuação, no estado restrito, de técnicos e burocratas cuja noção do saber envolvia, naquele momento, um compromisso com a “onipresença do Estado”. Esse curto texto de Octavio Ianni (cuja participação em tais jornais e revistas é muito discreta), exemplifica uma abordagem bastante comum em torno da crítica do Estado e da tecnocracia, para a qual, uma vez mais, é mobilizada a categoria de intelectual orgânico de forma assistemática para reforçar a contraposição entre tecnocracia e política. A referência à categoria de intelectual orgânico para descrever essa oposição também aparece de forma pontual e genérica em Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. Em geral, a abordagem do vínculo entre cientistas, intelectuais, política e sociedade não se faz a partir de uma teorização explícita. Na maioria das vezes, esse problema é tratado pelo discurso político da crítica à burocracia e à tecnocracia, associada ao posicionamento anti-Estado que, àquela altura, tinha o significado momentâneo de uma disputa em torno das definições da atividade intelectual.

A transformação daqueles intelectuais em “partido intelectual” referia-se não só

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ IANNI, Octavio. “O protegido, o tolerado e o proibido: três tipos de intelectuais brasileiros”, *Movimento*, s.n., 12/07/1976.

à crítica da ditadura, mas também ao acúmulo de um prestígio interno aos fóruns da oposição. Ninguém encarna essa ambiguidade melhor que Fernando Henrique Cardoso e seu “realismo utópico”. Por isso, sua oposição à visão tecnocrata do saber e dos cientistas é frequentemente acompanhada de críticas constantes às “elites iluminadas”, ao “populismo” das esquerdas, ao anacronismo das “vanguardas” e ao distanciamento dos radicais em relação aos anseios cotidianos dos trabalhadores. Nesse autor, a crítica contra a tecnocracia inclui sistematicamente a crítica retrospectiva do desenvolvimentismo e do marxismo-leninismo, vistos como traços de um mesmo elitismo cuja desmistificação seria uma das funções dos “intelectuais críticos”. Mas note-se que essa crítica se legitimava a partir de uma posição dominante no campo acadêmico, ou seja, de um lugar de enunciação que não era o das organizações políticas, embora se situasse inteiramente no plano da disputa política. A ambiguidade dessa posição também se manifesta nos apelos ao “realismo” e ao grau de conscientização real das classes populares, contra o elogio do “caos contestatório” que, em sua visão, alguns de seus colegas encampavam. Note-se que sua posição também não deixa de implicar o papel de vanguarda esclarecida que criticava, embora com os sinais trocados e de forma ambivalente. Essa ambivalência pode ser observada em entrevista concedida a *Em Tempo*, de 1981,³⁴¹ na qual é indagado sobre o papel dos estudantes e dos intelectuais no processo de democratização. Cito:

P.: Os intelectuais e os estudantes têm um papel específico nesse processo?

FHC: Isso implica a discussão do papel político do intelectual, coisa que é muito mal-entendida no Brasil – basta ver o exemplo do Cebrap. O intelectual pode optar por uma vida partidária, mas essa possibilidade é pouco estimulante no Brasil de hoje. Não obstante, existe uma função em que a política é até certo ponto pedagogia. Ou que a pedagogia é política. É isso que os intelectuais precisam fazer – e têm tentado fazer: acostumar os poderosos e também os destituídos de poder a certo tipo de discurso.

P: Mas os intelectuais têm falado. Não podem ficar falando, por décadas, sem alterar nada?

FHC: Há o risco de continuarmos falando apenas para os que já sabem.

³⁴¹ CARDOSO, Fernando Henrique. “O povo não quer mais cacique”, *Em Tempo*, s.n., mar.-abr., 1981.

Acho que tem faltado na nossa pedagogia uma dimensão popular.

Logo em seguida, na mesma matéria, ao referir-se ao próprio incômodo com o “radicalismo retórico”, apela novamente para os limites da correlação de forças:

P: O intelectual não entende o povo e fala por ele?

FHC: Eu tenho muita irritação com um radicalismo retórico que anda por aí. Substitui-se a realidade por um modelo de solução, ignorando a correlação de forças. Quem pensa assim se comporta como membro da elite.

O discurso, portanto, critica o elitismo presente em setores da esquerda, mas essa crítica se apresentaria a partir de uma definição acerca do espaço da política e da função dos intelectuais que rejeita o “populismo religioso que revaloriza a noção de comunidade” e os movimentos de contestação que “aceitam a contrapartida da proposta dos dominadores e, de costas para o Estado, montam seu mundo à parte que fará eco, nas conchas acústicas que o regime oferece, das lamentações tópicas que afligem as massas despossuídas”.³⁴² Situados inteiramente no campo da disputa política, esses registros da virada para a década de 1980 já reintroduzem a questão do Estado em sentido positivo e compõem um registro de sua teoria da “democratização”, em que o político e o intelectual convergem no estabelecimento de uma linguagem dupla: o líder político critica o elitismo dos intelectuais e o líder da elite intelectual dita a linha justa da ação política através da negação do populismo, do basismo, do movimentalismo e da ideia de revolução. A abordagem de Fernando Henrique Cardoso sobre a questão democrática, nesse momento, representa a adequação mais clara do trânsito entre o seu marxismo acadêmico e uma visão política liberal, em nome de uma avaliação racional da correlação de forças e da crítica ao voluntarismo e ao idealismo enxergado na esquerda revolucionária. Voltaremos a falar dos contornos desse seu projeto político no próximo capítulo, mas, aqui, é importante registrar que ele envolve uma postura bastante pragmática em relação à função social dos intelectuais e da ciência social. Simetricamente distante da “sociologia crítica e militante” de Florestan Fernandes e

³⁴² CARDOSO, Fernando Henrique. “Regime político e mudança social”, *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 3, 1981.

Francisco de Oliveira ou da visão autonomista de Weffort e Moisés, Cardoso conquista nesse momento uma projeção pública mais significativa. Nessa ascendência, observa-se o caráter simultâneo de sua elaboração teórica e de seu discurso como liderança intelectual na frente política da oposição democrática.

4.3 Participação e autonomia.

A intensidade da reflexão sobre as funções dos intelectuais nos jornais e revistas da década de 1970 sugere que se trata de uma questão importante para o debate dos cientistas sociais no interior do debate político mais amplo das oposições. Esse debate não se referia somente aos cientistas e à universidade, conforme os textos comentados acima podem sugerir, mas também a uma aceção mais ampla de intelectual. É exemplar, nesse sentido, o debate publicado em 1978 na revista *Versus*, sob o título “Os intelectuais e a política”,³⁴³ em que Francisco Weffort e Almino Afonso travam um diálogo sobre o tema em questão. Esse debate foi promovido por ocasião do retorno do ex-líder da UNE e do PTB do exílio e é uma ocasião significativa do diálogo dos cientistas sociais com as avaliações estratégicas das oposições. Datado do final dos anos 1970, trata-se de um momento em que as avaliações do passado recente envolviam apontamentos sobre os limites da oposição consentida até então, em paralelo a críticas pontuais de seu caráter elitista. Nessa avaliação, o tema dos intelectuais é tratado retrospectivamente por um viés histórico, dentro do conjunto de reflexões sobre o passado recente que os jornais políticos da imprensa alternativa vinham publicando, na última fase de sua existência. O debate entre Weffort e Afonso no jornal *Versus* insere-se nesse momento de revisões. Destaca-se nessa entrevista a preocupação em torno do papel substitutivo que a camada dos intelectuais vinha cumprindo no contexto da ditadura, frente à ausência de canais políticos para a expressão dos interesses da classe trabalhadora. Após ressaltar a importância da ação dos artistas e do movimento estudantil no início da ditadura e até 1968, Almino se refere à ascensão dos cientistas sociais como figuras públicas na década de 1970, atribuindo a projeção destes últimos à circunstância do autoritarismo. O ex-deputado do PTB distingue oportunamente o intelectual do político, buscando ponderar a “função política” dos intelectuais, já que eles intervêm no debate político a partir de um lugar socialmente visto como

³⁴³ AFONSO, Almino e WEFFORT, Francisco. “O intelectual e a política”, *Versus*, n. 14, set. 1977.

descompromissado com a ação. Por isso, sua crítica incide justamente sobre o caráter circunstancial dessa “função política” dos intelectuais:

Nos dois últimos anos, em especial, cresce uma outra forma de manifestação intelectual. Parece fato que, na crista da onda, estão os cientistas sociais. Através de conferências, seminários, de publicação de ensaios ou de resultados de pesquisas, o cientista social passou a analisar, criticamente, o processo social e político. Em outras oportunidades, numa sociedade aberta onde a ação política fosse assegurada a todos, essa crítica talvez não ultrapassasse o âmbito da ciência ou, talvez, quando muito, influísse indiretamente no processo político. Hoje, porém, ela ganha uma expressão política autônoma. Basta lembrar alguns nomes, até bem pouco tempo limitados, em sua significação, à vida universitária, que hoje são figuras nacionais, requisitados pelos jornalistas, citados a cada instante, como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer, Chico de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, José Arthur Giannotti e tantos outros que transcenderam os limites do campo acadêmico.³⁴⁴

Certamente, não é casual que fosse um homem de partido quem chamasse mais a atenção para o “vazio político” que tal fenômeno expressava. O sentido político da ação da intelectualidade citada ainda não se traduzira, com a exceção de Fernando Henrique Cardoso, no ingresso direto na ação político-partidária. De seu ponto de vista, a falta de vínculos partidários mais profundos dos intelectuais que se propunham a atuar politicamente revelava a debilidade do espaço político institucional, mas também significava um traço de elitismo na vida cultural brasileira. Tratando-se, ele mesmo, de um político bacharel, a constatação soa como advertência de alguém cujo espaço de atuação não comportava a desvinculação entre a palavra e a ação política que cerca a imagem dos acadêmicos e cientistas. Segundo Afonso, o lugar do diálogo dos intelectuais com a política deveria ser o partido, em contraste com duas outras situações: o atrelamento ao Estado, que marcaria o lugar dos tecnocratas, e a ausência de compromisso com a ação, que caracterizaria os cientistas. A tecnocracia aparece como traço do modelo político autoritário e o tecnocrata, como uma “deformação do intelectual”, que se isola e é isolado das disputas políticas para cumprir diretrizes formuladas sem interferência das forças sociais antagônicas.

³⁴⁴ Idem.

O tema da tecnocracia é um dos assuntos que perpassa a discussão em torno dos intelectuais, nesse momento, associando-se às tentativas de definição do modelo político, à ideia de “capitalismo de Estado” e à reflexão sobre o crescimento das “classes médias”. Trata-se, em relação ao debate sobre os intelectuais, de um termo que serviu para o fortalecimento da oposição entre Estado/autoritarismo e sociedade civil/democracia, em que as definições em torno dos papéis sociais da ciência, dos técnicos e dos cientistas também refletiam o problema da expansão das funções do Estado, do planejamento e da burocracia. Não é o caso, neste momento, de aprofundar esse debate, que será importante para a definição do modelo político técnico-burocrático e para as teorias do autoritarismo, mas importa sublinhar que ele se traduz, politicamente, na formulação de uma polaridade que perpassa a identidade oposicionista daqueles intelectuais. A recepção das ideias de John Galbraith em torno da “nova classe”, a leitura de Gramsci como teórico das superestruturas e as diversas críticas ao estatismo também alimentam a emergência dessa associação discursiva positivada entre os intelectuais e a categoria de sociedade civil.³⁴⁵

Por ocasião da reunião da SBPC em 1977, José Álvaro Moisés se manifestou a respeito da polêmica em torno do financiamento público do congresso daquela entidade, cujas verbas foram drasticamente cortadas pelo governo militar após a reunião do ano anterior em Brasília.³⁴⁶ Para Moisés, a ocasião era uma oportunidade para a SBPC se transformar numa “associação civil completamente independente”, o que constituiria uma afirmação política cujo significado ultrapassava o âmbito dos debates internos ao campo científico. Na visão de Moisés, a SBPC deveria aproveitar o episódio para dar um exemplo:

Neste momento, este exemplo de uma sociedade de cientistas se autofinanciar, enfrentar as dificuldades de recursos e organização pode ter o efeito simbólico de demonstrar para outras associações, para outros grupos, que a sociedade civil deve se constituir de maneira autônoma em relação ao Estado e que os diversos grupos que constituem a sociedade civil garantirão sua liberdade³⁴⁷.

³⁴⁵ Cf. BOSI, Alfredo. “O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci”, *Debate e Crítica*, n. 6, jul. 1975, pp. 105-115.

³⁴⁶ MOISÉS, José Álvaro. “A opção da autonomia”, *Movimento*, s.n., 27/06/1977.

³⁴⁷ Idem.

A questão da liberdade e da autonomia da associação dos cientistas se amplia para uma sugestão política geral, em que a sociedade civil, de fato, funciona como um termo bastante repetido por Moisés, Giannotti e Cardoso. Embora haja diferenças importantes entre Moisés e os outros dois nesse uso comum, os intelectuais se apresentam, nessa visão, como grupos profissionais e de interesse, contra o Estado, mas também como uma elite científica específica da sociedade civil.

Os riscos do elitismo que essa configuração anunciava foram apontados naquele momento por Weffort, quando esse autor sugere que a efervescência política do meio científico e universitário camuflava a sua distância frente à maioria da população. No diálogo com Almino Afonso, Weffort lembrara que, no Brasil, havia um elitismo cultural acentuado, e que os “intelectuais vivem muito longe do povo”. O cientista político lembrava que no Brasil havia diversos exemplos de que os intelectuais se envolveram com a política diretamente, lembrando da experiência do Partido Socialista Brasileiro, que era “extremamente isolado do povo”, e do risco em criar “partidos de intelectuais”. Na afirmação de Weffort, o risco do intelectualismo tinha raízes em comum com o risco do “caudilhismo” e do “elitismo autoritário”, e só poderiam ser evitados com a “disposição de aprender com quem vem de baixo”. A posição demarcada por Weffort corresponde ao deslocamento de perspectiva que sua posição representava naquele momento em que o Cedec promovia uma diferenciação quanto ao projeto do Cebrap, embora os membros das duas instituições transitassem entre si. Sua advertência diz respeito ao combate mais incisivo ao “elitismo intelectual” apontado na prática e na teoria das ciências sociais, conforme as afirmações de princípio do Cedec publicadas em *Opinião*, por ocasião do lançamento do Centro, em dezembro de 1976. Sob o título “Cedec: inquietantes indagações”,³⁴⁸ o texto apresenta quatro pontos que correspondem às motivações para o surgimento da nova instituição. Resumindo, os dois primeiros pontos apresentados na declaração são os seguintes:

1- A constatação do fortalecimento do poder do Estado nos países da América Latina (citam-se Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e México) e da necessidade do estudo do “modo da relação entre o Estado e a sociedade civil”. Essa importância da expansão do Estado se fortalece, ainda, com a presença mais intensa dos fluxos de capitais internacionais observados a partir da década de 1950. O processo de associação das multinacionais com as burocracias nacionais insufla o afastamento do Estado em

³⁴⁸ Sem autoria, “Cedec: inquietantes indagações”, *Opinião*, s.n., 17/12/1976.

relação aos controles democráticos dos processos de decisão estratégica sobre o desenvolvimento da economia e o regime político. Nesse quadro, a prática científica adquire um sentido cada vez mais estratégico e o fechamento das políticas científicas em relação aos grupos sociais é um índice de seu confinamento às técnicas de poder e aos interesses políticos.

2- Associada à tendência acima, observa-se, em seguida, o domínio das “burocracias econômicas e políticas sobre a sociedade civil”, favorecendo um “tipo de sociedade trabalhada para aceitar o autoritarismo”. Quanto a este último ponto, importa sublinhar que esse fator também se refere à “insuficiência das burguesias nacionais como classes dirigentes”, fator chave que sustenta a teoria do populismo de Weffort e sua explicação para o regime instaurado em 1964.

Esses dois pontos referem-se diretamente ao problema do papel dos intelectuais e trazem uma vez mais o contraponto com a tecnocracia e a burocracia, mas adiciona-se agora uma terceira figura: a do “intelectual burocrata”, definido por ter “se habituado a pensar da perspectiva de um Estado que se supõe o protagonista do processo do desenvolvimento”. A ideia de uma “cultura essencialmente autoritária” subjacente ao pensamento social, influente no plano científico e também nos movimentos políticos, sustenta a intenção de realizar uma “crítica do presente”, sustentada numa “visão igualmente profunda de nossas condições de produção intelectual”. O acento na ideia de cultura e o combate a uma marca autoritária da cultura brasileira refletem-se na ideia de uma sociedade civil débil, assim como na distância das elites intelectuais e políticas em relação à experiência das classes dominadas. Contribuir para encurtar essa distância e para ativar os germes de participação e articulação política do presente seria o objetivo declarado do Cedec, conforme a apresentação do órgão do centro, a *Revista de Cultura Contemporânea*, lançada em 1978: “Trata-se de recuperar traços do desenvolvimento histórico da sociedade que a ótica autoritária sempre ajudou a desarticular, mas cuja potencialidade inovadora e crítica o quadro cultural brasileiro já anuncia”.³⁴⁹

As posições de Weffort e as declarações de princípio do Cedec representavam uma posição específica dentro do processo de afirmação política das ciências sociais na segunda metade da década de 1970. Como demonstrou Marco Antonio Perruso,³⁵⁰ o Cedec representava um projeto intelectual que supunha uma articulação da pesquisa

³⁴⁹ Sem autoria. “Apresentação”, *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 1, jul. 1978.

³⁵⁰ PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do novo*, op.cit.

com a ação política associada a seu principal objeto de estudo, os movimentos populares. Ao analisar os relatórios de pesquisa daquela instituição, o autor de *Em busca do novo* identifica um viés político-científico no próprio encaminhamento das pesquisas, um tipo de produção que, diferente do Cebrap, propunha-se a uma relação imanente com as organizações da classe trabalhadora:

Os elementos acima expostos constroem um quadro do projeto e mesmo da *performance* intelectual do Cedec: a realimentação mútua entre ciência e política – garantindo-se o rigor da primeira para qualificar a intervenção na segunda, ao mesmo tempo que esta reoxigena de “realidade” o meio acadêmico; perfil militante de esquerda por parte dos pesquisadores; crítica ao passado populista e perspectiva de futuro centrada nas lutas populares como estratégicas para a democratização da sociedade brasileira.³⁵¹

A posição representada pelo Cedec contém, assim, um princípio de organização do trabalho das ciências sociais que tem nas organizações populares o seu polo dinâmico. Essa posição, no ambiente do grupo heterogêneo cuja trajetória é ligada ao Cebrap e à USP, expressa um momento caracterizado pela ascensão dos movimentos de base e resulta da aproximação entre a frente democrática, o novo movimento sindical e os chamados “novos movimentos urbanos”. Quanto à identidade intelectual que anima essa busca do popular pelos estudiosos do Cedec, trata-se de um avanço e de uma ampliação no espaço e nas funções da pesquisa acadêmica. Por isso, no grupo mais amplo dos intelectuais sediados em São Paulo, cuja trajetória se liga à sociologia da USP e ao Cebrap, as concepções do Cedec em torno das funções dos cientistas sociais são um dos vértices de um processo de diferenciação política no interior daquele campo. A posição de Florestan Fernandes e o sentido original das intervenções de Francisco de Oliveira já representavam, no que se refere ao sentido dado por esses intelectuais à prática sociológica, exemplos contundentes das diferenciações naquele “partido intelectual” da década de 1970. Nesse sentido, a posição representada pelo Cedec, no momento de seu surgimento, representa, ao lado daqueles dois autores, uma tendência de justaposição das funções críticas e militantes com identificações classistas, o que já não ocorre nos textos citados de Giannotti e nas intervenções do mais conhecido

³⁵¹ Idem, p. 87.

representante do Cebrap, àquela altura.

A posição do Cedec é sensivelmente mais próxima daquelas encampadas por Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira nos textos citados. Como vimos mais acima, enquanto o último se referia positivamente à transformação da ciência social em ideologia, Florestan defendia então que os sociólogos deveriam colocar a serviço da luta de classes o conhecimento sociológico, na medida em que aquilo que ele chamava de “herança clássica” fora capturado no processo de transformação da ciência em instrumento de dominação e conservação burgueses. Embora não seja explícito, identifica-se um sentido divergente e inconciliável, entre a concepção de Giannotti e Cardoso, bastante próxima de uma visão liberal, e o tratamento dos dois outros autores comentados. Inclusive, nos textos de Oliveira e Fernandes observa-se a presença dos termos “intelectual orgânico” e “hegemonia”, oriundos de Gramsci, como instrumentos para situar historicamente as ligações das grandes correntes teóricas da economia e da sociologia com os projetos político-sociais da burguesia no século XX e com os movimentos da classe operária. Embora não adotem de maneira sistemática o referencial teórico do pensador italiano, aproximam-se, nesse ponto, de sua visão sobre os intelectuais orgânicos.

4.5: Entre a política e a sociedade civil.

As diferenças entre os projetos intelectuais examinados acima demonstram que a suposta coesão desse “partido intelectual” não se refere a uma visão comum sobre o papel dos cientistas sociais, mas somente à atuação nos mesmos espaços institucionais da oposição. As visões sensivelmente divergentes sobre o sentido da intervenção intelectual para esses autores, mesmo que informados pelo horizonte imediato da ação pública contra a ditadura, demonstram que o caráter indireto e mediado da relação entre a construção do conhecimento e a ação dos grupos sociais passa por gradações. Conforme demonstra Burawoy,³⁵² no espectro das sociologias que podem ser tomadas como sociologias públicas (“tradicionalistas” ou “orgânicas”), podem-se observar desde visões institucionalistas da prática intelectual até projetos para os quais o conhecimento das classes subalternas constitui-se numa “centralidade axiológica”. Nessa definição, a

³⁵² BURAWOY, Michael “Por uma sociologia pública”. In: BRAGA, Rui e BURAWOY, Michel. *Por uma sociologia pública*, op.cit, pp. 15-67.

ênfase recai não somente sobre o debate em torno dos temas de reflexão dos sociólogos, como também sobre o público a que se destina a sua reflexão, como receptor e interlocutor. Assim, o saber instrumental praticado pela sociologia profissional para políticas públicas é objeto de crítica para as sociologias públicas, orgânicas e tradicionais, cujo estilo de conhecimento voltado para a preocupação com as próprias finalidades é intrinsecamente reflexivo. Tais classificações são apresentadas como “tipos ideais”, já que a prática revela combinações em contextos específicos que terminam por transitar nos três sentidos. Essa distinção primordial entre sociologias profissionais e sociologias públicas tradicionais e orgânicas é perpassada por outras subdivisões e cruzamentos. Assim, se o conhecimento instrumental praticado pela sociologia acadêmica profissional se volta, sobretudo, para as políticas públicas, o viés reflexivo da “sociologia crítica” a insere, tendencialmente, no espaço da sociologia pública orgânica. A reflexão de Burawoy envolve, portanto, quatro tipos intercambiáveis: sociologia crítica, sociologia profissional, sociologia pública tradicional e sociologia pública orgânica.

Os pensadores que vimos acompanhando encarnaram de formas diversas tentativas de ampliar e rediscutir o papel da sociologia junto aos movimentos sociais. Se, entre os intelectuais abordados, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira destacam-se como aqueles que realizaram, em seus ensaios de interpretação sobre o Brasil, a tradução mais vigorosa da função crítica do conhecimento sociológico na década de 1970, Weffort e Moisés foram aqueles que descortinaram nas lutas sindicais e nos movimentos populares os referenciais fundamentais para o exercício da função social da sociologia. Aproximam-se, com sua adesão a esses movimentos, do programa traçado por Burawoy e Braga em torno da “sociologia pública orgânica”. Fernando Henrique Cardoso cumpre uma trajetória que passa, assim como os outros sociólogos da USP e do Cebrap, de uma sociologia pública tradicional sem um público claramente definido para uma aproximação cada vez mais intensa com as instâncias sindicais e partidárias. Entretanto, a trajetória de suas concepções políticas no sentido da perspectiva liberal, no final dos anos 1970, coloca esse último autor num lugar específico em relação à adesão manifesta dos outros autores mencionados aos movimentos sociais de base classista e popular.

Constituindo-se como intelectuais no sentido amplo da palavra (que extrapola as figuras do professor acadêmico, do pesquisador profissional e do técnico), os sociólogos

cujas concepções sobre a função das ciências sociais vimos acompanhando neste capítulo empreenderam, coletivamente, uma extensa área de diálogo entre sua atividade profissional e as instâncias de discussão política. Entretanto, nosso objetivo não é o de defini-los diretamente, na década de 1970, como “intelectuais orgânicos”, já que, ali, seus vínculos organizativos diretos com o projeto e a visão de mundo das classes sociais fundamentais foram tênues e indiretos, realizando-se a partir de um meio social onde a reflexão sociológica se encerra num circuito elitista. Nesse sentido, sua conversão em lideranças partidárias na virada para a década de 1980 pode ser vista como uma forma de conferir organicidade a seus esforços de conhecimento e prospecção. Mas o período de que tratamos aqui ainda é um momento de trânsito, no que se refere à trajetória coletiva de politização que tem na obra daqueles cientistas sociais uma de suas partes integrantes.

O sentido modernizador da sociologia presente na tradição comum dos sociólogos da USP e do Cebrap encontra, na segunda metade da década de 1970, um momento importante de diferenciação, para o qual foram decisivas as reflexões e as tomadas de posição em torno da função e do sentido social da ciência, da sociologia e dos “intelectuais”. Essa discussão autorreflexiva compõe um segundo plano importante para o seu pensamento político e reflete um projeto intelectual, de modo que as diferentes soluções que cada um conferiu aos impasses da questão democrática também se sustentam em suas concepções sobre a inserção social do conhecimento. Se, num primeiro momento, a ação política desses intelectuais ainda se restringia à intervenção escrita em jornais e revistas e à pesquisa aplicada, na segunda metade da década de 1970 ocorre uma expansão de suas redes de interlocução social. A visibilidade proporcionada pelas publicações periódicas de suas análises de conjuntura ocorre em paralelo a uma avaliação coletiva sobre o sentido social de sua ação, que estrutura os diferentes encaminhamentos práticos conferidos, naquele momento, à preocupação comum com o uso social da ciência. Por isso, se a questão da autonomia do campo científico foi um aspecto importante da reação política dos intelectuais à ditadura, essa bandeira não foi estranha à defesa da associação dos cientistas sociais às instâncias externas à academia e à universidade. A sondagem das condições de realização desse trânsito entre a ciência e a política implicou a busca concreta dos espaços onde essa ligação poderia se efetivar. Dessa forma, ultrapassaram as declarações de princípio, num processo de adesão prática que sucedeu uma discussão sobre o sentido social da

sociologia nas sociedades de capitalismo dependente.

Embora apareça de forma muito discreta e pontual na produção dos sociólogos em questão, o pensamento de Gramsci em torno dos intelectuais e da hegemonia é reconhecido como uma influência fundamental, nos anos 1970, para a “revalorização da autonomia da política”³⁵³ e para a crítica das funções sociais dos produtores e difusores de cultura.³⁵⁴ Certamente, sua recepção nas condições da ditadura foi um dos elementos que se misturaram à promoção difusa do conceito de sociedade civil e da importância dos intelectuais e das lutas setoriais para a organização dos grupos sociais subalternos na redemocratização.³⁵⁵ Embora não possa ser considerado, propriamente, um “teórico da cultura”, as leituras do autor italiano em torno dos intelectuais foram uma das vias para a crítica do determinismo, com a abertura de uma via “superestrutural” para a ação política que é contemporânea ao vínculo estabelecido entre intelectuais, democracia e sociedade civil.

Na medida em que o pensamento de Gramsci sobre os intelectuais busca uma superação da oposição entre os modelos do técnico e do humanista, passa para o primeiro plano o problema da consciência política como fundamento da práxis, ou seja, da ação transformadora no mundo como condição para o seu conhecimento. A consciência sobre o próprio “vir a ser” do intelectual em seus pertencimentos de classe provoca, nesse sentido, a percepção do isolamento ao qual os intelectuais tradicionais são direcionados, frente aos conflitos políticos fundamentais entre as classes e frações. Por isso, no pensamento de Gramsci, um dos espaços fundamentais para o exercício da função crítica e autocrítica do grupo dos intelectuais é o partido, que faz a ligação entre

³⁵³ FORJAZ, Maria Cecília. “De como a ‘autonomia do político’ aprisionou os cientistas sociais brasileiros”, *Cadernos de Opinião*, n. 14, out-nov. 1979.

³⁵⁴ Já há um significativo mapeamento das recepções de Gramsci no Brasil. Para uma visão geral de diferentes abordagens sobre o “fenômeno Gramsci” no país, conferir: SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002. COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurelio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. BIANCHI, Alvaro. “Gramsci e as ciências sociais”. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, nov. 2007.

³⁵⁵ Naquele contexto, a ênfase no caráter político das atividades intelectuais e da produção simbólica também podia se referir à recepção das ideias de Foucault, cuja leitura trazia elementos que reforçavam, numa combinação específica, a importância política das identidades específicas e das lutas culturais. Para uma visão geral da perspectiva foucaultiana sobre os intelectuais na década de 1970, conferir os textos “Verdade e poder” e “Os intelectuais e o poder”. In: FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

a organização das vontades coletivamente formuladas com o caráter crítico e reflexivo da filosofia da práxis. Essa é para Gramsci a alternativa contemporânea ao idealismo e à burocracia, duas figuras variantes do intelectual tradicional cuja ação prática os remete à conservação dos interesses dos grupos dominantes.

Em artigo sobre Gramsci publicado nos *Cadernos de Opinião*,³⁵⁶ Eric Hobsbawm chamou a atenção para os riscos da reificação dos argumentos do pensador italiano em torno da categoria dos intelectuais e de seus papéis políticos. O historiador inglês lembra que a filosofia política de Gramsci, sobretudo sua leitura de Maquiavel, era marcada pela tentativa de atribuir uma função histórica mais efetiva às ideias para que as expressões políticas se cristalizassem em correspondência com as divisões sociais. Esse alinhamento significa uma expectativa de que as classes sociais fundamentais produziram seus próprios “intelectuais orgânicos”, mas não implica a identificação imediata entre intelectuais, classe e partido. Essa ligação ocorre como um ato de tomada de consciência, o que leva, mais uma vez, à crítica dos automatismos históricos. Hobsbawm chama a atenção para esse hiato com o objetivo de preservar a distinção entre política e filosofia, mas também para sublinhar a complementaridade entre as intervenções pontuais nos movimentos da conjuntura e o trabalho da construção de uma visão de mundo integral. O historiador inglês lembrava, finalmente, que a distinção entre ciência e política não era redutível à posição de classe dos intelectuais, mas que a ampliação de suas funções sociais na sociedade contemporânea tenderia a tornar cada vez mais tênues as distâncias entre os fóruns de discussão científica e as demandas em conflito dos grupos sociais. Esse processo embaralhava as distinções muito precisas da tipologia daquele autor em torno dos intelectuais. Essa importante advertência do historiador britânico, porém, também desdobrava-se na insistência no uso da categoria de “sociedade civil” como “o espaço da ação dos intelectuais” e do exercício da política. Essa ênfase revela-se, por exemplo, na seguinte afirmação: “As classes que falham em ultrapassar a organização corporativa-econômica fracassam em estabelecer a hegemonia, isto é, em criar uma sociedade civil”.³⁵⁷

A tarefa de transformação do mundo atribuída ao conhecimento nas reflexões de Gramsci encontra sua efetividade com a práxis política, que institui a passagem da necessidade à liberdade e o salto qualitativo do momento econômico-corporativo ao

³⁵⁶ HOBBSAWM, Eric. “O grande Gramsci: das lutas à prisão”, *Cadernos de Opinião*, n. 1, 1975.

³⁵⁷ Idem.

ético-político. A figura de Maquiavel e a imagem do Príncipe encarnam, então, uma circunstância exemplar da mobilização do pensamento para a organização de uma vontade coletiva, apropriadas por Gramsci como metáfora construtiva do “moderno príncipe”. Quando, em 1978, indagado sobre o “lado prático” da organização de um campo político oposicionista, o candidato Fernando Henrique Cardoso dera uma resposta irônica, mas significativa: “Não quero parecer um Maquiavel de subúrbio, mas a melhor forma, para mim, é correr o risco. É começar a fazer democracia”.³⁵⁸ Nesse mesmo depoimento, utilizara alguns termos próprios ao referencial gramsciano, como ao comentar que a sociedade brasileira seria “gelatinosa” e que não seria possível uma subordinação do Estado a “qualquer interesse da sociedade civil que se apresente como aspirante a hegemônico”. Como se vê, o uso “maquiavélico” das categorias de Gramsci aparece como elemento justificador de um pacto social realista contra o autoritarismo, dentro de um apelo unificador em torno do reestabelecimento do Estado de direito como precondição para efetivar-se a ação organizada dos grupos sociais em torno de seus interesses. Nessa versão, a identidade do homem de ciência comprometido com os debates políticos reveste-se de uma aura de cálculo e de realismo, ao mesmo tempo em que se legitima como discurso político a partir de uma posição no campo disciplinar. O uso do referencial de Gramsci nesse discurso não é casual, pois se tratava, aí também, da formulação intelectual de estratégias para a difusão de uma “fantasia concreta”,³⁵⁹ sintetizada na ideia da “democratização”.

De forma sistemática ou mais dispersa, a intervenção dos autores comentados envolveu percepções e até programas em torno do papel dos intelectuais. As concepções subjacentes ou explícitas sobre esse tema estabelecem diferentes relações entre o saber, a política e a ideologia, nas quais identifica-se a crítica ao “substituísmo” das classes sociais pelos intelectuais, mas também afirma-se a importância de seu engajamento como grupo de interesse. A identidade dos cientistas sociais como sujeitos da política não esconde ambiguidades e contradições entre suas posições, o que nos permite traçar um grande esquema que revela três tendências gerais. De uma parte, a concepção segundo a qual os intelectuais representam a sociedade civil e a democracia contra o

³⁵⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. “O dilema dos autênticos”, *Versus*, n. 14, set. 1978.

³⁵⁹ A expressão de Gramsci se refere ao esforço de Maquiavel em criar uma síntese política que atue sobre um “povo disperso e pulverizado para despertar uma vontade coletiva”. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 3, op.cit., p. 14.

Estado e o autoritarismo (Giannotti e Fernando Henrique Cardoso). Em segundo lugar, encontra-se o vínculo entre autonomia, classe operária e sociologia crítica. Em terceiro, a conclusão de que o papel democratizante da sociologia só teria efetividade com sua associação ao materialismo histórico e ao horizonte da revolução social como fundamento da crítica à democracia liberal.

Assim, a relação estabelecida pelos autores comentados entre as questões políticas e sociais do momento com a atribuição de um sentido socialmente constitutivo às ciências sociais não foi uniforme. À exceção de Fernando Henrique Cardoso, esse debate concentra-se num momento anterior às definições partidárias mais firmes desses autores, em sua maioria direcionadas para o Partido dos Trabalhadores. Constituída no interior do movimento de ascendência da frente de oposição, a afirmação dos intelectuais como sujeitos políticos na década de 1970 ocorre sob uma relativa coesão, a partir de uma identidade profissional comum e aspirações genericamente democráticas. Entretanto, a leitura dos textos comentados acima não deixa dúvidas de que se trata de projetos intelectuais bastante diversificados.

Como veremos em mais detalhes no próximo capítulo, a unidade relativa desses intelectuais no interior da frente oposicionista à ditadura também não corresponde a uma visão consensual a respeito da chamada “questão democrática”.

Capítulo 5

A Questão Democrática.

5.1: Democracia em perspectiva.

O debate brasileiro sobre a chamada “questão da democracia” na década de 1970 refere-se a uma extensa constelação de fatos políticos ligados à conjuntura política imediata, mas também foi informado por tendências e debates observados no tempo mais longo do desenvolvimento capitalista-industrial após os anos 1930. Nos autores que vimos acompanhando, tanto o contexto do Golpe de 1964 quanto as formas de expressão política das classes sociais nesse período são determinantes para suas interpretações em torno das possibilidades e limites da democracia no Brasil.

A década de 1930 sinaliza um marco temporal importante de inflexão para as análises sobre o ingresso do Brasil nos marcos de uma economia urbano-industrial e um “novo modo de acumulação”,³⁶⁰ em que se acentua o papel do Estado na estruturação interna da ordem competitiva e na composição singular entre interesses oligárquicos e industriais.³⁶¹ O suposto caráter conservador e negociado de nossa modernização social, a forma política do “Estado de compromisso”, o populismo e sua crise, o papel construtivo exercido a partir de então pelas polarizações entre classe operária e burguesia industrial, a dependência e o caráter seletivo do Estado de direito assumem um sentido atualizado no debate conjuntural sobre a democracia a partir da referência ao modo como, nas quatro décadas precedentes, a sociedade brasileira se desenvolvera como sociedade de classes. Portanto, o marco fundamental e comum em que se desenvolvem os debates sobre a questão da democracia é a caracterização da história do Brasil recente como história de sua consolidação problemática como sociedade capitalista, dependente e urbano-industrial.

No interior das opções em torno da questão democrática explicitadas então pelo conjunto de sociólogos que vimos acompanhando neste trabalho, aparece uma disjuntiva geral que ainda provoca discussões inflamadas no campo político liberal e também em grande parte da esquerda socialista: a defesa da consolidação das regras do

³⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*, op.cit., p. 35.

³⁶¹ FAUSTO, Boris. “Ensaio sobre a República – 1930-1945”, *Cadernos Cebrap*, n. 10, 1972.

Estado de direito como forma de acesso das classes trabalhadoras à inclusão no seu sistema de decisões; ou a denúncia do caráter formalista, frágil e artificial do esquema representativo para a resolução da assim chamada questão social. Essa questão polêmica ecoa um debate mais amplo sobre o conceito de democracia e atravessa o divórcio entre democracia política e democracia social, assim como as diversas posições em torno da igualdade social, do caráter da social-democracia, das formas de participação e de representatividade.³⁶²

A discussão sobre o núcleo resistente do liberalismo brasileiro à superação do favor, das relações pessoais, das formas de dominação oligárquicas e escravistas e do patrimonialismo, com implicações diretas na reflexão sobre as vicissitudes do desenvolvimento de uma sociedade democrática, também faz parte das preocupações da época em torno dos percalços brasileiros para a organização de uma ordem social fundada na universalização dos direitos e da cidadania.³⁶³ Observa-se assim no debate sobre a questão democrática uma similitude com os sentidos atribuídos à ação dos intelectuais, conferidos no capítulo precedente. Trata-se da tensão entre o universalismo das referências político-culturais do Ocidente europeu e de seus ajustamentos locais, tema amplamente trabalhado pelas ciências humanas no Brasil durante todo o século XX. Basta lembrar, nesse sentido, da centralidade da questão nacional nas principais discussões modernas sobre o distanciamento entre cultura letrada e cultura do povo, nas polêmicas em torno dos “redescobrimientos do Brasil” e na persistência da ideologia do nacional-popular como forma de identificação com as classes subalternas. Na discussão sobre as perspectivas da democracia no Brasil, essa dimensão das especificidades do país também ganha uma importância que se refere às articulações entre cultura e política

³⁶² No livro *A democracia liberal*, publicado em 1978 no Brasil, C. B. McPherson apresenta um projeto de “democracia participativa” baseado na ampliação dos espaços políticos na sociedade civil como forma de construir as “condições sociais da democracia”, em crítica à visão da democracia formulada por Schumpeter no início do século XX, para quem o “equilíbrio” e a “estabilidade” do sistema dependeria da escolha da democracia como método de governo delegativo. As propostas desses dois autores do campo político liberal sobre a questão democrática e sobre a democracia no socialismo ecoa nas controvérsias sobre a discussão das formas de participação direta e sobre o problema da representação, na década de 1970. MCPHERSON, C. B. *A democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

³⁶³ Uma breve e didática síntese desse debate pode ser encontrada em ROIO, Marcos Tadeu Del. “Ideologias da revolução burguesa no Brasil”, *Presença – Revista de Política e Cultura*, n. 16, abr. 1991.

na formação da nacionalidade. Das referências ao que seria uma cultura política autoritária presente no imaginário populista às críticas ao ideário nacionalista da ideologia do Iseb, as simbioses entre cultura, política e democracia referem-se constantemente à revisão dos papéis sociais dos intelectuais junto ao Estado e às classes sociais. Reforça-se, nessas críticas realizadas durante a década de 1970, o antagonismo entre cultura, política e democracia *versus* ideologia, tecnocracia e nacionalismo.³⁶⁴

Com tantas outras diferenciações internas e adaptações nacionais, a distinção e as aproximações entre a dimensão formal da democracia e os direitos sociais envolveram a denúncia das versões instrumentais para a burocratização de movimentos de revolução social e da instituição de regimes fechados à participação direta, crescentemente distanciados dos seus fundamentos revolucionários ou reformistas iniciais. O sufrágio universal como reivindicação da classe trabalhadora em grande parte dos países do Ocidente, as frentes populares antifascistas, a social-democracia na Europa, a criação e a degeneração burocrática dos Estados nacionais comunistas e as revoluções anticoloniais na África, na Ásia e nas Américas são outros marcos históricos internacionais que informam a busca de novos significados para a democracia na década de 1970. Assim, a questão democrática foi frequentemente adjetivada e utilizada por praticamente todas as correntes políticas do mundo ocidental na segunda metade do século XX. Seja como forma de governo participativa, seja como sinônimo de busca da igualdade social, suas definições se referem também à possibilidade de consolidá-la sob o regime capitalista³⁶⁵. Nesse viés, o pensamento sobre a democracia implica posicionamentos, às vezes implícitos, em torno das estratégias da revolução social. Revolução e reforma, finalmente, como pressupostos ou como polos antagônicos à democracia também demarcaram as polêmicas do pensamento político no século XX.

O recurso ideológico salvacionista tanto à democracia quanto à revolução pelos defensores do regime de 1964 é um dos usos de uma ordem de categorias que engloba

³⁶⁴ Como exemplo dessas investidas críticas feitas nessa época contra o nacionalismo em geral e contra o projeto intelectual do Iseb, em particular, ver: MOTTA, Carlos Guilherme da. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1982. TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978. CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1977.

³⁶⁵ Sobre as contradições entre capitalismo e democracia na história moderna e contemporânea, conferir WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

conteúdos até mesmo antagônicos, na trajetória de mundialização e apropriações locais dos referenciais políticos do debate europeu e norte-americano. Na institucionalização da ditadura empresarial-militar, os apelos oficiais à modernização e ao progresso como pressupostos para a democracia diziam respeito à visão segundo a qual a sociedade brasileira não estaria preparada para a convivência democrática. A “revolução”, nesse caso, servirá como justificativa ideológica à suspensão cirúrgica da democracia, como forma de assegurá-la num processo previsto e planejado pelos governantes. A ideia de uma sociedade dependente do Estado e a ideologia preventiva do Estado de segurança nacional reatualizava a condução política elitista da modernização da sociedade. Conforme essa versão ditatorial do liberalismo busca legitimar-se, aprofundam-se o arbítrio e a distância dos objetivos proclamados, observando-se o surgimento de uma oposição plural de caráter frentista que contava até mesmo com apoiadores de primeira hora ao regime. Como já foi sublinhado, esse momento também corresponde à articulação de Fernando Gasparian e dos cientistas sociais do Cebrap com a frente democrática, reunida, em sua maior parte, em torno do Movimento Democrático Brasileiro. Mas o âmbito social restrito da participação possível já colocava os limites para a construção, naquele momento, de um pensamento coletivo sobre a democracia socialmente enraizado no cotidiano da maioria dos brasileiros. A constatação dos limites do MDB como instrumento para a oposição democrática constitui então uma preocupação latente. A ausência da participação dos setores populares de forma autônoma é apresentada em muitos desses textos como limite para a democracia e para a ação dos intelectuais opositores.

No debate sociológico da década de 1970, as definições da democracia e das soluções para a sua consolidação no Brasil envolviam a caracterização do regime vigente, resultante de um processo histórico cuja visão em perspectiva informava as definições da situação presente e da construção das alternativas à ditadura. Assim, as interpretações da história da revolução burguesa no Brasil e as sondagens do processo peculiar de sua modernização social traziam recursos para o debate político, explicitando com nitidez a relação entre “análise do passado e projeto social”.³⁶⁶ Certamente, essa é a dimensão mais concreta das vias de passagem entre as agendas de pesquisa e as proposições políticas observada na produção dos cientistas sociais. Ela se expressa nas palavras de um de seus principais representantes, para quem “a revisão

³⁶⁶ FONTANA, Josep. *Análise do passado e projeto social*, op.cit.

crítica do passado não se refere apenas ao passado, o problema que inevitavelmente se coloca em face das questões do presente de uma esquerda perplexa e desvinculada da classe operária é o da avaliação crítica da herança recebida”.³⁶⁷

Apesar da relativa ausência de discussões polêmicas de vulto e abertas em torno do conceito de democracia, pode-se observar, principalmente no fim da década, a passagem para uma circunstância de diversificação, refletida em alguns episódios, como a reportagem em defesa de Cuba realizada para *Movimento* por Florestan Fernandes, nas críticas de Marcos Gomes, Decio Saes e Armando Boito às teses de Fernando Henrique Cardoso, em artigos como os de Duarte Pereira em polêmica contra Francisco de Oliveira em torno do caráter “social-democrata” do PT e em outras posições mais ou menos distanciadas do espaço de consenso implícito conferido pela posição na conjuntura.³⁶⁸ Porém, se não encontramos embates numericamente significativos de posições diferentes sobre a questão democrática, isso não impede, por exemplo, que ocorram diferenciações e nuances importantes entre as abordagens de Francisco de Oliveira, Álvaro Moisés, Weffort, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, por dentro de uma posição conjuntural comum e de alguns pontos de consenso sobre a forma do desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante o século XX.

Conforme sugerem os fatores destacados até agora, as abordagens desses autores escritas naquele momento em torno da questão da democracia podem se situar em relação a esses tópicos interligados: 1) os rumos locais do legado do pensamento político liberal e das revoluções burguesas no século XX; 2) a presença dos movimentos revolucionários de caráter socialista e anti-imperialista nos países do chamado “mundo subdesenvolvido”; 3) o contexto da Guerra Fria e da oposição entre socialismo e capitalismo durante o processo de internacionalização dos sistemas produtivos após a Segunda Guerra Mundial; 4) a história recente do Brasil como espaço de tensão dessas duas dimensões anteriores, solicitando soluções próprias e acrescentando novos problemas aos conceitos originários, negando e/ou reproduzindo a lógica política da luta

³⁶⁷ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário – Parte III”, *Revista de Cultura & Política*. São Paulo: Cedec, ano 1, n. 1, ago. 1979, p. 18.

³⁶⁸ FERNANDES, Florestan. “O socialismo lento mas inevitável em Cuba”, *Movimento*, s.n., 18/01/1981, PEREIRA, Duarte. “Social-democracia de esquerda?”, *Movimento*, n. 238, 27/01/1980. SAES, Decio e BOITO, Armando. “Três teses equivocadas a respeito de quem domina o Estado no Brasil”, *Movimento*, s.n., 02/04/1979.

de classes nos centros do sistema; 5) a ruptura institucional de 1964 como esgotamento do pacto de classes implícito na democracia populista; 6) o impacto das iniciativas políticas das classes subalternas no pensamento social; 7) na segunda metade da década de 1970, com o horizonte do fim da ditadura, a produção de uma “transitologia”³⁶⁹ para a democracia, com a explosão de miríades de intervenções escritas em torno dessa passagem.

As temporalidades distintas dos aspectos sublinhados até agora sobre a questão democrática no Brasil encontram-se presentes nos textos que parte do grupo oriundo da USP publicou nos anos 1970. Pode-se afirmar que esse tema atravessa a maior parte das discussões em torno das estratégias da oposição, da reorganização partidária e dos chamados “movimentos sociais urbanos”. A posição predominante é a que afirma a recuperação dos princípios da participação política e da liberdade de associação, em oposição aos procedimentos políticos autoritários, mas essa posição tem nuances. Assim como já foi visto em relação ao debate do capítulo anterior sobre os papéis dos cientistas sociais, a identificação genérica comum em torno de princípios básicos também traz diferenças significativas, acentuadas no desenrolar do processo de distensão controlada e nas diferenciações da visão política daqueles autores, principalmente no fim da década.

No Capítulo 4, introduzimos por meio da pauta de *Opinião e Movimento* o debate em torno da questão democrática no momento do anúncio do projeto de distensão do governo Geisel, logo antes das repercussões da vitória eleitoral do MDB e da crise do milagre econômico, momento em que também se observa o crescimento de diversos protestos urbanos espontâneos e o início do ciclo associativista conhecido depois como o momento da emergência dos “novos movimentos sociais”. Essa série histórica formidável de invenção política popular impulsiona a reflexão sobre

³⁶⁹ A expressão “transitologia” é utilizada por Raquel Varela para referir-se à multiplicação das prospecções em torno das vias – reformistas, elitistas, pactuadas, revolucionárias, etc. – para a democracia em Portugal, após a Revolução dos Cravos. VARELA, Raquel. “Conflito ou coesão social? Apontamentos sobre história e memória da Revolução dos Cravos”. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. No uso desse termo, a autora baseia-se nas reflexões de Gabriel Vitullo em torno da visão elitista dos processos de democratização na América Latina. Cf. VITULLO, Gabriel. “Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 17, 2001, pp. 53-60.

democracia na segunda metade da década de 1970, marcada também pela intensa movimentação político-cultural das camadas médias ligadas à esfera da produção cultural, pela recuperação da importância do movimento estudantil no debate público, e por uma série de associações de caráter profissional que passavam a adquirir um sentido político oposicionista.

O período em questão é perpassado também por novas orientações democratizantes de setores do empresariado privado, cujo descontentamento com a orientação pública seletiva do governo expressava-se, por exemplo, nas críticas à “estatização” da economia.³⁷⁰ Também é importante lembrar que o pano de fundo internacional em que se desenvolve essa perspectiva é o de uma mudança na orientação da política exterior norte-americana, quando, desde a formação da Comissão Trilateral, em 1973, abre-se uma fase de legitimação e assessoria de transições controladas em países sob regime de ditadura. Na Europa, a crise das ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia daria lugar a uma vaga democrático-liberal, em que as transformações de regime deram-se sob a marca da negociação entre forças que ocupavam um amplo espectro político-ideológico. Possuindo como uma de suas tendências potenciais o horizonte da construção do pacto social pelo Estado de direito, tais processos integram um conjunto heterogêneo e aberto a outras possibilidades, mas que tiveram em comum o caráter negociado e controlado pelas classes dominantes, o que também não exclui a efetividade das fortes pressões populares, sem as quais o resultado certamente seria outro.

Em 1977, o presidente recém-eleito dos EUA, Jimmy Carter, chega a se comprometer publicamente a condicionar a cooperação técnico-militar aos países da América Latina à observância das garantias dos direitos humanos.³⁷¹ A presidência de Carter foi identificada ao discurso do pacifismo, do desarmamento e da distensão das rivalidades com o bloco socialista, construindo uma imagem democrática de aproximação amistosa com a perspectiva dos chamados países em desenvolvimento.

³⁷⁰ Sobre as frações empresariais brasileiras engajadas na segunda metade da década na campanha contra a estatização e na oposição à ditadura, ver: CODATO, Adriano. “A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição”, *Revista de Sociologia e Política*, UFPR-Curitiba, v. 4-5, 1995, pp. 55-87.

³⁷¹ A edição do n. 143 de *Movimento* (março de 1978) noticia a visita de Carter ao Brasil, sob o título irônico de “Chegou o imperialismo bonzinho”.

Nesse contexto, a rescisão de um acordo de cooperação militar dos Estados Unidos pelo governo Geisel e a perspectiva do governo Carter para a América Latina foi posta em questão no jornal *Versus*, que entrevistou, em abril de 1977, Octavio Ianni e Francisco de Oliveira a respeito do tema.³⁷² Nessas entrevistas, os dois intelectuais se declaram céticos quanto à possibilidade de que as orientações do novo presidente norte-americano e o atrito diplomático com o governo brasileiro significassem algum tipo de fermento para a democratização e pela restrição do poder das multinacionais. A política externa brasileira daquele momento, baseada na ideia geopolítica de potência emergente com traços de independência, bem como a perspectiva humanista de Carter, são vistas como uma “farsa dos dois lados” por Oliveira, que não vê a possibilidade de uma “política externa independente sem uma política interna democrática”. Ianni lembra que a política do “imperialismo esclarecido” não era contraditória com o recurso às soluções típicas de uma política típica de “Guerra Fria”, internamente, na hipótese improvável de um desenvolvimento autônomo nacional.

A eleição de Carter e os laivos de independência e liberalização presentes em algumas medidas do governo Geisel coincidem com a formação de um “novo centro político”,³⁷³ demarcando uma nova conjuntura política. Nessa mesma fase (1974-1982), representantes brasileiros de frações empresariais e militares já se manifestavam abertamente pela oposição à ditadura; quando se apresenta a candidatura à presidência do militar Euler Bentes Monteiro pelo MDB, ocorrem manifestações públicas de militares descontentes, como Hugo Abreu; crescem as campanhas pelos direitos humanos encampadas pela CNBB, pela OAB e pela ABI, além da já mencionada politização da SBPC; e tem início um ciclo de greves operárias e campanhas em defesa da Anistia e da Constituinte. São eventos que extrapolam o nicho da esquerda e passam a galvanizar a própria categoria de “sociedade civil”. Os votos massivos no MDB, por sua vez, expressavam cada mais a ampliação da frente democrática. Em 1979, a concessão da anistia política parcial pelo governo, em resposta conservadora e seletiva a reivindicações oposicionistas de muitos anos, permite o retorno dos líderes políticos exilados, em paralelo à continuidade da Lei de Segurança Nacional e, portanto, à continuidade da prerrogativa de prisões políticas. No mesmo ano, a extinção do MDB e

³⁷² “Diplomacia e imperialismo: um debate de *Versus*”, *Versus*, n. 9, abr. 1977.

³⁷³ LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro no pós-1964”, op.cit., p. 27.

da Arena, com a nova lei orgânica dos partidos, representa uma nova fase da estratégia de liberalização controlada do regime, quando se organizam as novas agremiações que disputariam as eleições gerais de 1982.

Alguns eventos foram representativos do ciclo de crescimento da frente democrática multiclassista durante esse período de “distensão controlada” dos governos Geisel e Figueiredo, como o conjunto de debates promovidos no Teatro Casa Grande (1977-1978) e o “Encontro Nacional Pela Democracia” (1978), onde se reuniram intelectuais de diferentes origens e linhagens, sindicalistas, empresários e políticos, para debater a assim chamada “conjuntura nacional”. Nesses debates, observa-se, junto do esforço em definir os contornos da frente de oposição, uma intensa discussão sobre o sentido e o alcance desse bloco heterogêneo. As participações de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Chico de Oliveira nesses debates foram publicadas nos volumes intitulados “Painéis da Crise Brasileira”³⁷⁴ e “Conjuntura Nacional”.³⁷⁵ Elas apontam algumas questões divergentes sobre o sentido daquela frente democrática, baseadas aqui também em interpretações sobre o processo histórico recente, fundadas em pressupostos políticos explícitos.

Em mesa intitulada “As opções políticas dos empresários”, Bresser-Pereira, Fernando Henrique e Severo Gomes apresentaram, a partir de diferentes pontos de vista, argumentos em torno da necessidade de construir um espaço de união entre diferentes grupos sociais sob a bandeira da democracia. Severo Gomes fora ministro de Castelo Branco e de Geisel e destacava-se por um discurso nacionalista no plano econômico e pela defesa da abertura política pactuada. O ex-ministro, que se filiaria ao MDB em 1979, destaca em sua fala essas três constatações: 1) o “conflito de classes” como “parte essencial da ordem social e o reconhecimento de sua dimensão política”; 2) a “viabilidade de um amplo pacto social e, a partir dele, o horizonte para a formulação de um projeto nacional duradouro”; 3) o reconhecimento da internacionalização da economia brasileira e do aprofundamento da dependência externa, processo “incompatível com a construção de uma sociedade democrática”.³⁷⁶ Gomes clamava então por um pacto social como resultado da formação de uma “vontade nacional”,

³⁷⁴ Vários autores. *Anais do Encontro Nacional Pela Democracia – Centro Brasil Democrático (quatro tomos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

³⁷⁵ Vários autores. *Conjuntura nacional*. Petrópolis: Vozes, 1979.

³⁷⁶ *Idem*, p. 101.

apresentando como alternativa do empresário brasileiro estabelecer esse pacto com as “camadas populares” e com os “operários”.³⁷⁷

Em seguida, uma polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Bresser-Pereira recoloca o problema da democratização. A fala de Bresser Pereira direciona-se em sentido oposto à intervenção de Severo Gomes e identifica em linhas gerais um diagnóstico específico baseado na ideia de que a burguesia brasileira havia rompido o “pacto político_tecnoburocrático-capitalista que havia firmado”. Sua perspectiva inclui a avaliação de que a classe trabalhadora não aceitaria um novo pacto, mas que a democracia seria o projeto vencedor porque correspondia, naquele momento, à hegemonia burguesa, associada à permanência, como “sócia-menor”, da tecnoburocracia:

Será que a burguesia não está arriscando demais criando a democracia? Querendo o poder ou a maior parte do poder, ela não poderia acabar perdendo tudo? Acho que não, principalmente porque a tecnoburocracia não seria totalmente excluída do Poder. A tecnoburocracia é suficientemente forte, tanto no setor civil como no militar, para poder não ser excluída de todo, apenas seria reduzida ao seu novo lugar no novo Poder: como sócia-menor, mas sócia. Os trabalhadores também seriam chamados a participar, através de um novo pacto populista. Não acredito que eles aceitem esse pacto, que já foi muito denunciado, especialmente pela esquerda. Porém a burguesia está disposta a aceitar uma política que forme partidos e que se defina ideologicamente. Isso não a faz sentir-se ameaçada porque ela detém a hegemonia ideológica dentro do país: detém o controle do aparelho ideológico básico da Universidade, da imprensa, dos meios de comunicação de massa.³⁷⁸

Nessa perspectiva, a democracia é uma “invenção burguesa” e o processo de democratização não expressava senão o crescimento da burguesia como classe dominante, com a continuidade da aliança com a tecnoburocracia. A intervenção seguinte, de Cardoso, questiona esses argumentos de Bresser e defende a ideia de que a democratização seria obra da “Frente Ampla” entre “interesses divergentes”. Por outro lado, o então candidato ao Senado por uma sublegenda do MDB paulista expressava

³⁷⁷ Ibidem, p. 102.

³⁷⁸ Idem, p. 108.

uma reserva quanto à criação de novos partidos naquele momento. Segundo ele, o MDB já era o “partido popular” cuja unidade na conjuntura era fundamental para a democratização, que seria a possibilidade para que os conflitos sociais se institucionalizassem depois em novas representações partidárias. Uma vez mais Fernando Henrique Cardoso partilha sua versão própria do gradualismo, que o afasta decididamente de seus outros dois pares acadêmicos do Cebrap presentes nesse ciclo de debates. O sociólogo resgata então os argumentos já apresentados no texto de 1975 em torno de sua visão da passagem de uma relação instável e instrumental com a democracia, por parte dos grupos dominantes no Brasil, para a o surgimento de uma visão da perspectiva democrática como forma de assegurar a estabilidade e o consenso.

No mesmo evento, ocorreu uma outra mesa, composta por Francisco Weffort, Wanderley Guilherme dos Santos e o jurista Eduardo Seabra Fagundes. Essa mesa tem como tema “A transição para a democracia: obstáculos e exigências”. A intervenção de Fagundes atém-se à necessidade de revogação prévia dos decretos baseados na Lei de Segurança Nacional para que pudesse se falar em uma Constituinte legítima naquele momento. Para o jurista, a vigência de decretos como o 477 e a Lei Falcão, além do bipartidarismo e da continuidade do AI-5, eram fatos que desvirtuariam a possibilidade de uma Assembleia Constituinte. Wanderley Guilherme dos Santos contra-argumenta então que as bandeiras da “reconstitucionalização” e da “redemocratização”, naquele momento, eram bandeiras populares, e expressavam um anseio concreto por mais participação e por “um pouco mais de espaço para a manifestação das diversas forças que compõem a sociedade brasileira”. Weffort introduz sua fala com a advertência sobre o “fracasso relativo” da política de distensão, mas também destaca a importância do “empenho da opinião pública” e a “articulação do processo civil”. Porém, ao comentar o papel da frente das oposições, critica a sua feição “juridicista” e “formalista” como um traço forte da tradição liberal brasileira, e sublinha mais uma vez, como já fizera em seus artigos em *Opinião e Movimento*, a dificuldade da oposição liberal em articular a reivindicação do Estado de direito com as questões sociais. Weffort expressa, no contexto dos debates citados acima, uma das posições mais críticas à frente oposicionista, ao seu caráter conciliatório e potencialmente elitista. O cientista político é enfático ao marcar posição contra a imagem de um consenso entre as classes sociais, a partir de uma visão do liberalismo brasileiro que destaca sua resistência histórica em associar cidadania e participação popular. Essa crítica se dirige aos liberais e à esquerda

comunista, que também teria abdicado da construção da autonomia política dos setores populares, ao priorizarem hegemonicamente uma visão instrumental da democracia.

A outra mesa desse mesmo evento apresentou-se sob o título “A indústria de bens de capital, a burguesia nacional e a democracia”, e contou com a participação de Francisco de Oliveira, o senador Saturnino Braga e os empresários Kurt Mirov e Henrique David Sanson. Os dois últimos, assim como Severo Gomes, representam ali uma parcela minoritária do setor empresarial cujo discurso de tintas nacionalistas e desenvolvimentistas direciona-se para a defesa de bandeiras como maior investimento na tecnologia nacional e reserva de mercados para empresas brasileiras, contra a “fúria importadora e desnacionalizante que se abateu sobre o país”.³⁷⁹ O discurso dos dois empresários e também o de Saturnino Braga falam em criação de “políticas de emprego”³⁸⁰ e “redistribuição de renda”, com um redirecionamento paralelo da oferta de bens e serviços para as classes de renda mais baixa. Esses argumentos em prol de uma nova aliança em torno da democratização política e do crescimento do mercado interno sustentam-se num projeto de desenvolvimento nacional e na defesa da participação da classe trabalhadora na esfera institucional. Kurt Mirov chega a criticar a “nossa burguesia marxista, que se esqueceu de que as lutas de classe, hoje, não têm mais as suas validades como tiveram antigamente quando Marx era vivo”. Apela então para a união entre as classes em torno de um projeto nacional-democrático, utilizando-se do exemplo da social-democracia europeia:

A reconstrução da Europa foi feita no período do pós-Guerra pela união de todas as classes do país. Não devemos nos esquecer de que muitos interesses unem empresários e operários; muito mais interesses os unem que os separam. Operários famintos, analfabetos, mal pagos e doentes não têm nenhuma produtividade.³⁸¹

A intervenção de Francisco de Oliveira polemiza com as falas anteriores, afirmando que o debate colocado ali suprimia um dado histórico fundamental: “A burguesia nacional, sem querer ofender a alguns dos presentes, rompeu um pacto social em 64; jogou os seus operários do outro lado; caiu na armadilha do capital; caiu na sua

³⁷⁹ *Conjuntura nacional*, op.cit., p. 81.

³⁸⁰ *Idem*, p. 82.

³⁸¹ *Idem*, *ibidem*.

própria armadilha”. Oliveira demarca seus argumentos críticos ao pacto proposto com três constatações: a fase monopolista do capitalismo já não comportava aquela possibilidade negada em 1964; o crescimento econômico até 1972 ocorreu com o lastro da repressão e do arrocho salarial; a valorização da indústria de base nacional não leva à democratização social, “como nos anos 50 nós pensávamos”.³⁸² Desse panorama Oliveira conclui que só havia “um único e grande interessado na democracia”, a classe trabalhadora, cuja presença social como ator político seria a própria possibilidade de sua realização. Indagava-se, então, sobre o alcance do chamado à união nacional feito pelos empresários:

Os setores mais produtivos – são chamados produtivos quando, na verdade, deveríamos inverter, produtivos são os outros – devem analisar se o que querem é compatível, na realidade, com a democracia que querem os trabalhadores, as classes populares em geral e mesmo nós, classe média e pequena burguesia para quem certos espaços políticos já foram reconquistados.³⁸³

O aviso se dirige contra a argumentação pelo pacto a partir de uma posição que também permeia as outras intervenções desse autor naquele momento. Trata-se de uma posição identificada de forma permanente ao foco na luta de classes, como instrumento para a análise da conjuntura e a intervenção política. O ajuste entre sua apreensão do Brasil como país plenamente capitalista e sua visão da burguesia brasileira como agente direto da opção pela ditadura e pela segregação social orienta a análise do presente imediato. Esse estilo de suas intervenções corresponde a uma posição peculiar a partir do campo sociológico naquele momento: dentro do grupo em evidência do Cebrap, é esse autor quem estabelece a relação mais direta entre a análise marxista da situação política do país e as opções do setor dirigente da classe dominante. Na sua visão, os limites da discussão sobre a questão democrática eram exatamente os limites colocados pela condição de classe daqueles que capitaneavam a oposição consentida até então, o que correspondia ao pano de fundo fundamental da luta de classes como relação social básica a ser considerada na análise política. A aparente rigidez analítica dessa postura é matizada pela consideração dos fatos empíricos que confirmavam escolhas políticas

³⁸² Idem, p. 88.

³⁸³ Idem, *ibidem*.

determinantes na conformação do capitalismo brasileiro tal como havia se desenvolvido nos últimos anos, em sua tradução dos termos da análise histórica e econômica para a intervenção política.

Além de Cardoso, Weffort e Oliveira, cuja intervenção nos debates lembrados acima exemplifica as linhas gerais de suas visões sobre o processo de democratização, Florestan Fernandes e José Álvaro Moisés, este último de forma bastante identificada às posições de Weffort, também expressam uma determinada posição intelectual que se traduz de forma sistemática num pensamento político sobre a questão democrática esboçado em suas intervenções conjunturais. Para situar com clareza os fundamentos do debate, convém recapitular os principais diagnósticos feitos por esses cinco autores sobre o processo político que perpassa o Golpe e o período ditatorial, intrínsecos ao debate sobre democracia. Esses diagnósticos, já apresentados introdutoriamente no Capítulo 3, referem-se a um esforço simultâneo de pesquisa sociológica e elaboração de alternativas políticas, no qual não há como separar essas duas dimensões. Assim, o diálogo com alguns de seus ensaios de maior fôlego – que ultrapassam a intervenção mais sintética dos jornais e revistas – torna-se indispensável.

5.1 Autonomia e democracia

Em artigo clássico escrito em 1963 e publicado em 1965, Francisco Weffort³⁸⁴ realizou uma análise inovadora do período populista, afirmando que a democracia de 1946 defrontara-se com um desafio: incorporar controladamente a classe trabalhadora no processo político, respondendo às pressões desta última sobre o Estado burguês. Para esse autor, não fora a democratização que provocara a emergência da classe operária na política, pois “a importância das formas democráticas está em que legalizam, embora de maneira restrita, a possibilidade de que as insatisfações populares alcancem, com certa autonomia, o poder e interfiram em uma condição tão politicamente passiva como a que se observa no período da ditadura”.³⁸⁵ Já estava colocada nesse texto a questão do

³⁸⁴ WEFFORT, Francisco, “Política de massas”. In: *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. Conforme nota explicativa do autor, na primeira parte dessa coletânea estão incluídos alguns textos de Weffort publicados nos anos 1960. O texto citado acima foi escrito em 1963 e reformulado em 1965, para a coletânea organizada por Octávio Ianni. IANNI, Octavio et al. *Política e revolução social no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

³⁸⁵ Idem, p. 18.

vínculo histórico da autonomia operária como condição para a democracia, ligada à dialética populista de controle, repressão e participação. Mas, da mesma forma, aquela “democracia de massa” de 1946 possuía especificidades em relação a outros modelos de democracia do Ocidente. A particularidade devia-se, para Weffort, à forma da presença do estado na vida dos cidadãos: “Com efeito, todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, antes anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos”.³⁸⁶

A marca singular da democratização brasileira e da ausência da autonomia política das classes subalternas, afirmava Weffort nesse texto pioneiro, se definia por relações fundadas no apoio das “massas” ao Estado populista. Essa relação encontra sua forma institucional na Constituição de 1946 e na legislação sindical, vistas como resposta legal às insatisfações populares. Assim, aquele período de nossa história política é definido como uma “democracia de massas” na medida em que “o povo pode influir – e efetivamente o faz, ainda que apenas indiretamente, na composição de forças ao nível das elites e em sua renovação”.³⁸⁷ Por isso, na visão do autor, a democracia de 1945 não é uma democracia meramente formal, como a de 1930, pois as “classes populares”, ou a “massa” participava da política, davam-lhe legitimidade. Assim, considera-se esse período uma democracia de massa porque “os interesses populares passam a contar e o regime, de uma forma ou de outra, deve atendê-los”.³⁸⁸

Esse quadro apresentado por Weffort insere-se numa constatação mais geral, conhecida, comum nesse ponto às perspectivas gerais de Ianni,³⁸⁹ segundo a qual o período populista representa um “Estado de compromisso”, no qual nenhuma das frações das classes dominantes em disputa detém a hegemonia no bloco de poder. O termo “democracia de massa” é uma forma de contemplar o caráter compósito daquele modelo e, em contrapartida, a debilidade das organizações políticas da sociedade civil, bem como a ausência de uma autêntica consciência de classe. O populismo é um momento particular do desenvolvimento capitalista, quando as classes populares urbanas exercem um papel político subordinado, mas impõem a sua presença na construção da ordem política da moderna sociedade urbana e industrial.

³⁸⁶ Ibidem, p. 53.

³⁸⁷ Idem, p. 18.

³⁸⁸ Idem, p. 22.

³⁸⁹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Outro dos ensaios mais conhecidos de Weffort, “O populismo na política brasileira”, foi publicado originalmente em 1967, na edição sobre o Brasil organizada por Celso Furtado para a revista *Les Temps Modernes* e publicada em versão ampliada no Brasil pela Paz e Terra na Coleção Estudos Brasileiros. Nesse ensaio, Weffort desenvolve a sua interpretação sobre o populismo como expressão de uma crise de hegemonia e de estruturação da classe operária como ator político central. No eclipse final do populismo, durante a crise política do governo João Goulart, explicita-se o caráter subordinado da participação popular até ali: “Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista, que as privava de autonomia”.³⁹⁰

O esquema construído por Weffort em sua interpretação sobre a crise e a instabilidade do arranjo populista tem como fator socioeconômico central, assim como em Fernando Henrique Cardoso, a dimensão da “dependência estrutural”, processo cuja consolidação é identificada ao final do período populista. Ela corresponde a um momento em que a economia interna passa a funcionar de forma definitivamente associada ao capital estrangeiro, quando se aprofunda a disjunção entre os espaços de processamento das demandas políticas no nível nacional e a planificação da economia em acordo com os grandes grupos do capital associado. A autonomização relativa do Estado que Weffort observa nesse período diz respeito, assim, a duas ordens de fatores: em primeiro lugar, ela refere-se ao processo de formação de um bloco de poder hegemonicamente burguês atrelado ao Estado restrito, mas com baixo grau de associatividade da sociedade civil. Nesses marcos, o desenvolvimento de uma extensa burocracia de Estado é fator complementar para a tendência de fortalecimento da separação entre máquina estatal e sociedade, ainda que seja esta uma forma de dominação burguesa. Insinua-se nessa interpretação uma certa expectativa de que a tendência histórica de modernização das relações capitalistas poria fim a essa tendência, já que o deslocamento entre Estado e sociedade é visto como um arranjo histórico excepcional, de um momento de relativa fraqueza da sociedade civil. O pensamento de Weffort revela quanto a essa expectativa um programa de ativação da sociedade civil com o protagonismo da classe operária. Nesse momento, a perspectiva da democratização do Estado se apresenta como possibilidade a partir de baixo, como

³⁹⁰ WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 74.

resultado virtual de uma pressão que expressaria um efeito do desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, a crise do pacto e do modelo de cooptação que sustentara esse desenvolvimento.³⁹¹

Já em 1970, Weffort demarcara uma distância em relação à categoria de dependência, fundamental em seus primeiros textos sobre o populismo, e realiza uma crítica à obra de Fernando Henrique Cardoso em torno desse problema, afirmando que a sua teoria privilegiava o domínio entre Estados-nações e colocava em plano secundário a luta de classes.³⁹² Esse texto, publicado nos *Estudos Cebrap* no início de 1971, sugere que a ideia do desenvolvimento dependente traz em si uma característica em comum com a proposta da união em torno da burguesia local para a realização do desenvolvimento “associado”. Caracterizada por Weffort como mais uma “ideologia nacional”, a dependência estrutural no livro de Cardoso e Falleto é reconhecida como uma tentativa de englobar a relação externa/interna para superar as teorias anteriores do subdesenvolvimento, mas, ao manter o pressuposto nacional como unidade de análise e os “modelos clássicos” como parâmetro de oposição e diferenciação, efetuariam um afastamento irreconciliável em relação à situação concreta das relações de produção. Lembra ainda Weffort que esse é o fio condutor da caracterização do imperialismo a partir do último quarto do século XIX, na teoria de Lênin, citado como contraponto teórico ao recorte da Teoria da Dependência, que pretendia contemplar o modo de ser do capitalismo na periferia a partir de uma periodização baseada na formação dos Estados nacionais na América Latina, e atém-se à relação entre Estados (centro/nações dependentes) e entre classes dominantes (externas e internas), aceitando a ideia de nação como princípio teórico e deixando para segundo plano as relações de produção como relações capitalistas, ou seja, secundarizando o problema básico das relações de exploração entre burguesia e classe trabalhadora. Na visão apresentada nessa parte do texto por Weffort a partir de Lênin, a fase do capitalismo monopolista, com a fusão dos capitais bancário e industrial, corresponde também ao fortalecimento da acumulação e da exploração internas nas áreas periféricas. Por isso, observa a necessidade do “estudo das estruturas reais do processo de acumulação do capitalismo *tout court* na América

³⁹¹ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964”, *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 1, Cedec, 1978.

³⁹² WEFFORT, Francisco. “Nota sobre a Teoria da Dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?”, *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 1, 1971, pp. 1-24.

Latina (enfim, se é certo que as ilusões nacionais sobre o capitalismo morreram, mais certo ainda é que o capitalismo como tal permanece vivo e ativo em muitas partes)”.³⁹³ Essa crítica de Weffort é uma das clivagens mais gerais que foram aprofundadas na década de 1970 entre a posição teórica de Fernando Henrique Cardoso e os outros autores da USP e do Cebrap comentados neste capítulo. Essa clivagem se refere, em síntese, à centralidade do conflito entre as classes sociais fundamentais, ao foco nas estratégias da exploração capitalista e ao horizonte político socialista.

A perspectiva crítica de Weffort exposta acima também já revela uma ênfase diferente das suas primeiras análises, quando a questão da dependência e do Estado nacional ainda constituíam enquadramentos centrais, subjacentes à caracterização da forma política do populismo. Nos diversos artigos de Weffort a partir de 1972, quando publicou nos *Cadernos Cebrap* sua análise sobre os movimentos grevistas de Osasco e Contagem em 1968,³⁹⁴ enfatiza-se a maneira pela qual os trabalhadores lidaram com as instituições representativas e ensaiaram a criação de formas originais de poder operário.

Para Weffort, uma das contradições principais manifestas na história das manifestações políticas da classe operária no século XX é aquela que opõe o sindicalismo corporativista à democracia, implicando um limite restritivo que reforçou o caráter controlado da incorporação das massas populares à esfera política. Ao mesmo tempo, o resgate das formas de organização operária sustentava a crítica às pesquisas que viam na origem de classe rural a chave explicativa para a inexistência de uma consciência de classe autônoma. Propõe-se então o entendimento do comportamento da classe por meio de suas escolhas políticas na conjuntura, negando-se assim uma definição prévia a partir da qual extrair o sentido de sua conduta. Para Weffort, portanto, o ponto de vista histórico passa a primeiro plano, no sentido de que as práticas dos agentes sociais demonstram uma interiorização particular das estruturas, e que a interação entre estas últimas e as escolhas efetivamente realizadas pelas classes sociais é que explicam o caráter heterônomo do movimento operário naquele período.

O texto de 1972 que Weffort publicou nos *Cadernos Cebrap* é uma análise de dois movimentos grevistas duramente reprimidos pelo governo militar em 1968. O autor sublinha a ruptura que esses dois movimentos significaram em relação às formas

³⁹³ Idem, p. 23.

³⁹⁴ WEFFORT, Francisco. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968”, *Cadernos Cebrap*, n. 5, São Paulo: Cebrap, 1972.

tradicionais do sindicalismo brasileiro e afirma que essas greves indicavam uma tendência à independência frente ao Estado, ao contrário das teses correntes sobre o movimento operário no Brasil. Teoricamente, Weffort estabelece uma determinação em dois planos: um “estrutural” ou “externo” e outro de ordem “interna” ou “conjuntural”, que diz respeito às “orientações de ordem política e ideológica que afetam de forma diferenciada o desenvolvimento de todas as forças sociais e políticas”. Segundo esse procedimento, “o movimento operário não pode ser conhecido simplesmente como dependente da história da sociedade, mas também como o sujeito de sua própria história e, como tal, capaz de influir sobre a sociedade”.³⁹⁵

No plano teórico e no plano político, para Weffort, é central o problema da autonomia. A autonomia operária não só é a condição para a criação de novas perspectivas políticas para a sociedade circundante, como também é um princípio teórico para a reinterpretação do passado, na medida em que possibilita a superação dos limites do economicismo e do etapismo. Virgínia Fontes põe em relevo o viés histórico dessa perspectiva, na reflexão de Weffort, para o debate da questão democrática no momento em que esses textos foram publicados. Conforme afirma a autora:

Une proposition politique “soudée” à la réalité et qui se veut aussi réaliste: il ne s’agit plus de prendre le pouvoir – et l’État – mais de assurer une participation des classes sociales dominées dans l’espace politique par le biais de ses formes propres d’organisation. L’autonomie syndicale est le fondement social qui garantit la démocratie politique. Elle s’attache à l’histoire du mouvement ouvrier brésilien, comme l’expression d’une revendication constamment reprise et non satisfaite, en raison de l’accaparement étatique de toutes les manifestations démocratiques jusqu’alors entreprises. Les revendications d’autonomie et de démocratie s’enracinent ainsi dans l’histoire même du mouvement ouvrier brésilien. Il ne s’agit pas d’une proposition d’autonomie – ou d’une hegemonie – purement intellectuelle ou culturelle, mais de l’expression concrète et historique d’une revendication formulée et portée par le mouvement ouvrier.³⁹⁶

Assim, política e história convergem no tema da autonomia, espécie de princípio unificador da visão sociológica e da intervenção política em torno da questão da

³⁹⁵ WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial...*, op.cit, p. 10.

³⁹⁶ FONTES, Virgínia. *Démocratie et révolution...*, op.cit., p. 96.

democracia. Reinvidicação secular do movimento operário, a valorização da autonomia operária como categoria de análise do passado corresponde à constatação de que a crise da democracia populista fora uma crise estrutural, uma vez que a combinação ambivalente entre a manipulação e a participação controlada, requisitos do populismo, não poderia se sustentar sem que esses seus pressupostos fossem periodicamente abalados pelas reações da classe trabalhadora ao seu viés seletivamente repressivo. Além disso, como expressão de uma “crise de hegemonia” burguesa, décadas de populismo teriam gerado entre 1930 e 1964 um “elitismo” enraizado mesmo entre muitas das lideranças sindicais, mas haveria indícios de que a modernização social em curso no país trazia, em si mesma, os germes de uma autonomização política crescente dos setores mais qualificados da classe operária. Na mesma linha, na interpretação de José Álvaro Moisés, os movimentos de bairro e episódios como a chamada “Greve dos 300 Mil”,³⁹⁷ de 1953, demonstravam germes de uma consciência de classe autônoma, mesmo que naquele período (entre 1950 e 1964) a classe operária fosse levada pela direção do PCB a alianças que reforçavam sua subordinação. Entretanto, a iniciativa da Greve dos 300 Mil e a experiência das Comissões de Fábrica indicavam uma espontaneidade que seria característica da ação política das classes subalternas sem uma direção política, direção essa que o PC não teria sido capaz de cumprir, ao priorizar a política de penetração nos sindicatos oficiais. Se esse processo colocava ao analista a necessidade de refletir sobre a relação entre espontaneidade e direção política, revelava também a ausência de um partido com um projeto classista de hegemonia. Nas palavras de Moisés:

A orientação política adotada pelo partido que se propunha a representá-las no plano da política não tinha possibilidades de oferecer uma perspectiva profícua que fosse capaz de romper com a espontaneidade, pois a estratégia que ele adotara, de

³⁹⁷ Ver MOISÉS, José Álvaro. “A Greve dos 300 Mil e as Comissões de Empresa”. In: *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo –1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978, pp. 123-152. O livro é apresentado como reunião de partes de sua dissertação de mestrado sobre o tema. Sobre o texto mencionado, Moisés afirma em nota que foi escrito “a pedido do jornal *Movimento*, para um caderno sobre o sindicalismo brasileiro, que deveria ter sido publicado em 1976”. No prefácio de Florestan Fernandes, apresenta-se o livro como “peça de ativismo intelectual permanente” e desdobramento das investigações iniciadas por Weffort, em cuja obra Florestan aponta uma abordagem pioneira na interação concreta entre “estrutura e história”.

colaboração de classes, conflitava com as exigências de uma política que respondesse aos interesses econômico-corporativos das massas trabalhadoras.³⁹⁸

O problema da construção do partido capaz de servir como instrumento de direção política da classe insinua-se como uma questão central, fundamentada na teoria da hegemonia de Gramsci. Esta última também é mobilizada para caracterizar uma crise crônica de hegemonia vista pelo autor, ainda na trilha de Weffort, no longo período de 1930 a 1964, mas que também se manifestaria nas manifestações de descontentamento popular de 1974 em diante. Os votos no MDB naquele ano são interpretados como expressões de “protesto popular contra o regime”, pois o regime de 1964 não conseguira “oferecer nenhuma solução estável, capaz de dar legitimidade ao bloco no poder, representado pela burocracia técnico-militar, que sucedeu aos antigos líderes nacional-populistas”,³⁹⁹ ou a resolver “um velho problema das classes dominantes: a sua incapacidade de instaurar mecanismos de mando político alicerçados em alguma forma de consentimento por parte do conjunto das classes sociais, de forma particular, as classes populares”.⁴⁰⁰ O MDB também padecia, para Moisés, de uma falta de organicidade comprometedora de uma verdadeira posição política oposicionista, cuja eficácia não podia se afirmar sob “a hegemonia política dos liberais” ou por meio de “um grande partido de quadros”.⁴⁰¹ Assim, a partir de um enquadramento da história recente e da conjuntura imediata impregnado de categorias gramscianas, o MDB já era descartado como alternativa por não cumprir o papel de um verdadeiro partido. Nessa visão, o MDB não deixava de confirmar uma marca de continuidade na política brasileira, que era a relativa ausência de canais de expressão política e parlamentar com a participação maciça dos trabalhadores.

Resulta como traço dominante da história política no período pós-30 um acentuado elitismo, fustigado pelas manifestações de protesto espontâneo e pelos ensaios de organização política da classe operária. O golpe de 1964 representara um marco histórico negativo que confirmava esse elitismo, mas era propiciatório para a

³⁹⁸ Idem, p. 129.

³⁹⁹ MOISÉS, José Álvaro. “Problemas atuais do movimento operário”, *Revista de Cultura Contemporânea*, ano I, n. 1, jul. 1978, São Paulo, Cedec, p. 52.

⁴⁰⁰ Idem, *ibidem*.

⁴⁰¹ Idem.

transformação daquele padrão heterônomo. Arma-se dessa forma o nexos do projeto político com a inovação sociológica, integrados num projeto intelectual em sentido amplo. A longa crise de hegemonia⁴⁰² identificada no passado recente explica a suspensão da democracia com o golpe de 1964, que, por sua vez, possibilita uma nova visão retrospectiva. O tema da democracia passa então a transitar entre a visão retrospectiva da “democracia de massa” e as alternativas frente à ditadura, nas quais a autonomia operária é condição imprescindível à conquista da democracia propriamente dita. Essa relação necessária perpassa as intervenções de Weffort e Moisés nos órgãos editoriais oposicionistas que aglutinavam a discussão conjuntural e estratégica. No terceiro capítulo deste estudo, foi observado como Weffort insistiu em seus artigos, logo nos primeiros números de *Opinião*, na parte ausente das tentativas de institucionalização do movimento oposicionista. Também já foi notado que, na segunda metade da década, registra-se nesse autor uma inflexão autonomista mais incisiva, com a atribuição, junto com Álvaro Moisés, de um papel orgânico à ciência social que se refere ao momento do Cedec. Fazem parte dessa tendência os textos de 1979 e 1980 de Moisés, intitulados “A estratégia do novo sindicalismo”, “Problemas atuais do movimento operário” e “Crise política e democracia: a transição difícil”, onde esse autor desenvolve uma tentativa de história imediata da inquietação operária como forma de reivindicação que ultrapassava os alvos específicos da luta sindical. Nas suas palavras, a ação pelas “demandas específicas”⁴⁰³ do movimento operário, nas condições autoritárias, dependiam de sua conversão em sujeitos políticos coletivos, que, necessariamente, envolveria a “estratégia de luta pelos direitos de cidadania”.⁴⁰⁴ Essa estratégia apontava então para o PT como expressão político-institucional dessa simbiose a ser construída, que deveria, no entanto, preservar o papel independente do novo sindicalismo como movimento social e, ao mesmo tempo, representar sua identidade de sujeito coletivo apto a intervir e disputar projetos sociais junto ao Estado.

Nesse sentido, referindo-se em 1977 ao movimento pela Constituinte, Moisés já

⁴⁰² Para a crítica do impasse subjacente à ideia de uma crise de hegemonia burguesa justamente no momento de expansão da dominação capitalista no Brasil, ver FONTES, Virginia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. In: *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

⁴⁰³ MOISÉS, José Álvaro. “A estratégia do novo sindicalismo”, *Revista de Cultura e Política*, n. 5/6, Cedec/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981, p. 76.

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*.

insistira no risco do artificialismo envolvido nas tentativas de realizar uma assembleia sem representatividade partidária em relação à diversidade dos grupos da sociedade civil, no momento em que a classe trabalhadora começava a afirmar-se politicamente com um peso inédito no período autoritário. O autor lembra então que a reivindicação pela Constituinte só faria sentido se fosse atrelada ao fim do bipartidarismo e à anistia política, pois:

A livre organização de partidos políticos é o que dará possibilidades para que amplos setores da população, que hoje não têm instrumentos de participação, se sintam autorizados a delegar a certas pessoas, certos cidadãos, o direito de representar seus interesses.⁴⁰⁵

Quando esse texto foi publicado, no ano de 1977, já estava em questão a tentativa de refletir sobre alternativas partidárias a partir da crítica ao MDB. A perspectiva de um “partido de massas”, que fosse capaz de “colocar a questão da democracia pelo ângulo da questão social”, assume um ano depois, em artigo na revista *Contraponto*, uma descrição programática, com tonalidades claramente advindas dos conceitos de Gramsci. Os quatro pontos sumariados pelo autor na tentativa de delinear esse novo sentido partidário da democracia para as “grandes maiorias populares que formam a verdadeira Nação” são os seguintes:

- 1) Um partido de massas, que se construa pela democracia interna, que seja o mais descentralizado possível, para incorporar, efetivamente, as massas na política;
- 2) Um partido popular, e não simplesmente proletário (no sentido restrito), representante somente dos chamados trabalhadores produtivos;
- 3) Um partido com um programa de conteúdo socialista, que seja capaz de conceber a construção do socialismo como uma pedagogia, como uma “guerra de posições”, e não simplesmente como um assalto ao poder;
- 4) Um partido, portanto, que seja capaz de construir o socialismo como uma concepção hegemônica alternativa da sociedade a partir das experiências cotidianas das massas e, dessa forma, seja capaz de oferecer à espontaneidade das massas uma direção eficaz para transformá-la em uma vontade coletiva transformadora da

⁴⁰⁵ “Por um novo pacto que inclua os trabalhadores”, *Movimento* (Especial Constituinte), ago. 1977.

história.⁴⁰⁶

Essa imagem do partido a ser criado pelo polo popular das oposições integra, além da concepção da guerra de posições, uma incipiente ambiguidade quanto ao seu caráter de “massa” ou de “classe”, que percorre a identificação dos “movimentos sociais urbanos” e dos “novos movimentos sociais”. Os argumentos de Weffort e Moisés, no momento da construção do Cedec como nova referência intelectual, refletem a posição já definida como “estrutural-autonomista”,⁴⁰⁷ na qual se percebe uma inflexão mais crítica em relação ao estruturalismo teórico e ao legado político marxista-leninista, simultânea à atribuição de um sentido mais orgânico à sociologia para os movimentos sociais e populares urbanos.⁴⁰⁸

Esse deslocamento teórico, via Gramsci, foi exagerado mais recentemente por Álvaro Moisés como um caminho por onde abandona o marxismo, em afirmação retrospectiva que, no entanto, ainda não é exatamente a perspectiva de seus textos do final da década de 1970.⁴⁰⁹ Naquele momento, a centralidade do problema da autonomia operária junta-se com a influência de Manuel Castells e Jean Lojkine,⁴¹⁰ que ainda se situavam no campo dos referenciais marxistas e colocavam no centro da questão democrática a chamada “questão urbana” e as condições de reprodução da classe trabalhadora sob o capitalismo monopolista. Assim, a discussão que enfatiza as condições de vida nos centros urbanos, a segregação espacial nas cidades e os bens de consumo coletivos se reforça na caracterização das novas formas associativas, como as

⁴⁰⁶ MOISÉS, José Álvaro. “A questão dos novos partidos”, *Contraponto*, Niterói, ano III, n. 3, set. 1978, pp. 12-16. Esse artigo foi publicado na coletânea do mesmo autor intitulada *Cenas de política explícita: descaminhos de uma longa transição política*. São Paulo: Marco Zero, 1986.

⁴⁰⁷ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

⁴⁰⁸ Cf. PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do novo...*, op.cit.

⁴⁰⁹ A referida declaração foi feita em 2006, em entrevista a Marco Antonio Perruso reproduzida no livro deste último. Segundo Moisés: “Gramsci foi uma influência extremamente forte e importante nesse momento em que eu começava já a desenvolver uma visão crítica do marxismo. A leitura gramsciana foi que me levou a questionar mais profundamente o próprio marxismo”. In: PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do novo...*, op. cit., p. 153.

⁴¹⁰ LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; do mesmo autor, “Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas”. In: POULANTZAS, Nicos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

associações de bairro e outras. Aqueles elementos tornam-se fatores de crítica política ao Estado, alvo crescente de questionamentos e protestos.

Outros intelectuais integrados ao Cedec ou próximos a esse centro, como Eder Sader e Marilena Chaui, ou, ainda, os integrantes do grupo da revista *Desvios*, como Marco Aurélio Garcia e Kazumi Mukanata, também desenvolvem no final da década de 1970 essa tendência observada no Cedec em torno da valorização da experiência autônoma da classe operária, com uma crítica às definições apriorísticas das classes sociais e uma atenção redobrada ao sentido político imprevisto das expressões culturais e cotidianas. Essa posição foi descrita por Perruso como a nova “inflexão fenomenológica”, que significava, na virada para a década de 1980, um avanço em relação à posição institucionalista que seria ainda a do Cebrap e também a do vanguardismo da esquerda partidária tradicional. A valorização da experiência junto aos atores sociais estudados como forma de conferir um sentido de crítica ao elitismo é o desdobramento de seu ponto de vista sobre a realidade social. Esse ponto de vista foi explicitado por Weffort numa das primeiras publicações ligadas ao Cedec, que traz o já citado texto de Moisés publicado em *Opinião* sobre os quebra-quebras da central do Brasil em 1974. Os ensaios desse livro são apresentados por Weffort como “uma indicação dos rumos que pretende seguir a nova instituição de pesquisa”, dedicada a uma revisão da história: “Somos um país onde o elitismo alcançou o supremo êxito de inibir a criação de uma história social e de escrever uma história política que teve sempre a “virtude” de “esquecer” os movimentos populares”.⁴¹¹

A questão que se colocava então para os intelectuais participantes daquele “movimento crítico” era de pôr-se contra a percepção da espontaneidade popular como irracionalidade ou “falta de organização”, percepção elitista oriunda de um “radical afastamento das massas”, que seria sua marca. Esse elitismo, Weffort enxergava “em diferentes épocas e sob diferentes capas ideológicas” tanto nas práticas intelectuais que relegavam ao esquecimento e à “invisibilidade” os movimentos populares quanto nas condutas governamentais empenhadas em calar suas demandas. Portanto, enfatiza-se o empenho em criar uma história social capaz de conferir um sentido político às manifestações concretas das classes subalternas. É esse o esforço que conferiria aos ensaios do livro o significado de “uma vitória contra o elitismo (e o autoritarismo)”.

O pensamento de Fernando Henrique Cardoso sobre a questão democrática

⁴¹¹ WEFFORT, Francisco. “Apresentação”. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*, op.cit., p. 11.

realiza um trajeto muito diverso, embora apoiado em diagnóstico muito parecido sobre o processo que levou à imposição do regime de 1964.

5.2 Estado burocrático-autoritário, sociedade civil e democratização

Após as constatações sobre o caráter heterogêneo e desorganizado da burguesia brasileira e a ausência de ações coletivas dessa classe no sentido de sua afirmação política autônoma, Cardoso concluiu pela tendência de sua aproximação, como fração dominada, com o capital internacional. Porém, essa configuração não impedia o desenvolvimento, mas constituía a forma particular de desenvolvimento “dependente-associado”, uma “nova dependência”, limite estrutural que deveria informar uma intervenção política racional. A realidade da industrialização pela via da dependência corresponde nessa análise à fase da unificação dos sistemas produtivos e à integração hierarquizada dos mercados nacionais, quando a tendência de fortalecimento da aliança entre as burguesias internas com a burguesia internacional leva ao questionamento prático e teórico da aliança nacional-desenvolvimentista. Nesse esquema, o problema do fortalecimento das agências do Estado e a questão de sua autonomização relativa confundem-se com a fórmula de um modo de dominação “burocrático-autoritário”. Tal modo corresponde à expressão política de um modelo de desenvolvimento sustentado pela empresa nacional-estatal, pela burguesia associada e pelo capital estrangeiro, pelo qual os setores militares e a tecnocracia acumulam funções coercitivas e administrativas indispensáveis para garantir a ampliação da escala de acumulação sem que esta fosse colocada em risco pelas pressões dos setores subalternos e das frações radicalizadas da classe média e da burguesia. Cresce e se organiza corporativamente uma nova fração de classe: a “tecnoburocracia estatal”. Alia-se a essa função uma tradição nacional estatista própria da história política brasileira, marcada pela política de cúpulas, pelo patrimonialismo e pela aversão à participação popular. No período em questão, trata-se de um “nacional-estatismo” sem apelo mobilizador, distante, portanto, do fascismo.

O modelo político burocrático-autoritário também implica a consolidação dos chamados “anéis de poder”,⁴¹² que dão ao Estado restrito o caráter de aparato político,

⁴¹² No uso do conceito de “anéis de poder”, Fernando Henrique Cardoso refere-se a estruturas que cortam a burocracia pública e as empresas privadas, conferindo poder ao que chama de “burguesia de Estado”. Trata-se da incorporação da categoria de “anéis burocráticos” desenvolvida por Guilherme O’Donnel para caracterizar o autoritarismo burocrático latino-americano. Os “anéis de poder” Ver: O’DONNEL,

em que o controle das empresas estatais ocorre de forma privada. Os tecnocratas são tomados assim como suportes sociais de interesses capitalistas, como um “setor de classe no conjunto dos interesses ‘burgueses’ – ou seja, capitalistas – que passou a disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes”.⁴¹³ A definição do autoritarismo como traço dominante dessa forma de capitalismo dependente tem naquele setor um agente central, mais do que nos interesses multinacionais, que supostamente teriam mais inclinação para “formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas”.⁴¹⁴ Politicamente, o “autoritarismo” sustenta-se na ascensão de um “estamento burocrático” (formado por civis e militares) que controla o setor produtivo estatal. Essa seria a fração dirigente que se define, nessa interpretação, como aquela que atende aos interesses burgueses internacionalizados, mas que os deixa à margem do sistema político formal. O regime de 1964 foi a forma política do desenvolvimento capitalista dependente na periferia:

É a este processo e ao deslocamento no bloco de poder dos interesses dos antigos grupos nacionais-burgueses-populares, que foram substituídos pela burguesia internacionalizada e pelo tecnocratismo civil-militar, que eu designo como a revolução burguesa dos países dependentes.⁴¹⁵

O autoritarismo corresponde a um processo histórico de modernização social burguesa, que tem como particularidade o desenvolvimento de um grupo de interesse autônomo também denominado pelo autor de “burguesia de Estado”, termo que supõe uma distinção prévia entre os interesses privados e a ordem estatal, alheia portanto à tradição materialista, cujos termos o autor também utiliza. Por isso, ao admitir a

Guilherme. *El Estado burocrático-autoritário*. Buenos Aires: Belgrano, 1982. Em 1977, no encontro da SBPC em Brasília, O’Donnel e Fernando Henrique Cardoso apresentaram suas ideias sobre essa questão em mesa coordenada por Paulo Sérgio Pinheiro sob o título “O Estado na América Latina”. Esses debates foram publicados na série de livros em co-edição do Cedec e da Paz e Terra. Ver: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Cedec, 1977.

⁴¹³ CARDOSO, Fernando Henrique. “O autoritarismo e a democratização necessária”. In: *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 18.

⁴¹⁴ Idem, p. 40.

⁴¹⁵ Idem. “Classes Sociais e História: considerações metodológicas”. In: *Autoritarismo e Democratização*, op. cit., p. 130.

subordinação da burocracia aos interesses privados, o autor diz ter preferido a expressão burguesia de Estado, ou burguesia estatal, em vez de tecnocracia, que também utiliza em outros textos. Isolando analiticamente esse grupo como fração de classe detentora de objetivos relativamente autônomos e portadora de uma ideologia nacional-estatista, o sociólogo procura circunscrever o desenho específico desse “modelo político” brasileiro. Para descartar a ideia de uma falta de legitimidade do regime, em nome de uma análise “concreta” da situação, Fernando Henrique também apela para os conceitos de Gramsci, o autor cuja plural reabilitação na segunda metade daquela década servira a concepções variadas da política, da democracia, dos intelectuais e da revolução.

Não obstante, quando se aceita que a hegemonia do bloco de poder se exerce de forma imediata sobre as classes dominantes (o que implica a distinção entre classe dominante e fração dirigente) e que a ordem simbólica é criada pelo próprio exercício da hegemonia, fica claro que me parecem formais e inconsequentes as digressões sobre a falta de legitimidade do regime brasileiro.⁴¹⁶

As noções de “burguesia de Estado” e “autoritarismo”, aliadas a esse uso particular da categoria de hegemonia, situam-se na dimensão do Estado restrito e de sua autonomização relativa. Por isso, Cardoso destaca a fração dirigente (tecnoburocracia estatal) e a classe dominante (burguesia associada) como elementos em disputa, sem que essa diferença implique interesses gerais comuns. O modelo político constituiria, nessa leitura, uma formação original cujo processo de consolidação tem seu auge no governo Médici. Se, no início do governo Castello Branco, ainda havia tendências “democrático-liberalizantes-jurisdicistas”, a partir do Ato Institucional n. 2 (1965) prevalece a tendência de fortalecimento do Executivo e de “um Estado expansionista, disciplinador e repressor”,⁴¹⁷ de uma “tendência necessariamente burocratizante” e, finalmente, da “emergência do tecnocrata como personagem político”.⁴¹⁸ A perda da função dos partidos atribuída pelo autor a esse modo de organização do Estado se refere à ausência de representatividade das classes sociais, fragmentariamente dispersas em “anéis de poder” ou “anéis burocráticos”, os quais não constituem formas de

⁴¹⁶ Idem, “A Questão do Estado no Brasil”, p. 195.

⁴¹⁷ Idem, p. 199.

⁴¹⁸ Idem, pp. 199-203.

representação de interesses de classe ou lobbies, mas associações conjunturais de interesses variados em torno de um cargo ou do acesso aos espaços de decisão no Estado restrito: “Por intermédio desses anéis, as classes (mesmo as dominantes) não se organizam enquanto forma social, embora interesses econômicos e políticos específicos e individualizados possam estar presentes no sistema decisório”.⁴¹⁹

Os anéis de poder inscrevem-se na imagem de um sistema estatal híbrido onde coexistem interesses patrimoniais com a forma liberal, sob a tutela da cooptação e do controle da sociedade pelo Estado. O viés weberiano na construção dessa imagem aparece e se aproxima das reflexões de Raimundo Faoro em torno do patrimonialismo e de Simon Schwartzman sobre o “autoritarismo brasileiro”. Especialmente neste último, São Paulo é a imagem da modernização política do país, onde “se joga a possibilidade de constituição de um sistema político mais aberto e estável, que possa dar ao processo de abertura uma base mais permanente”.⁴²⁰ Também em Fernando Henrique, o Centro-Sul e, especialmente, São Paulo, são os eixos da inovação e da abertura para uma ordem política democrática. O esquema da dualidade brasileira reaparece como oposição metafórica entre o “sistema hegeliano” de um Estado que encarna o próprio Príncipe e a potencialidade dos interesses organizados na metrópole industrial para a abertura dessa ordem.

É tênue o limite entre o arbítrio e essa soberania voluntariosa e orgulhosa, atributo máximo de um Estado, e tanto mais tênue quando o Príncipe se despersonaliza no sistema, e as esferas específicas de competência que regulam o relacionamento da “sociedade civil” com a sociedade política ficam sujeitos à lei da expansão crescente do Estado soberano. Por outra parte, São Paulo expressaria a capital da sociedade civil de aspiração lockeana, cuja vigência encontra fundamento nos esforços da persistência (ou da criação) de uma cidadania.⁴²¹

A aposta em São Paulo como núcleo dinâmico da democratização do país sustenta-se na ideia de que as realidades urbanas criadas pela “sociedade industrial de massa” geravam demandas que não cabiam no sistema político resultante daquele

⁴¹⁹ Idem, p. 209.

⁴²⁰ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 9.

⁴²¹ CARDOSO, op.cit., p. 210.

“pacto de dominação”. Esse conjunto – a “massa urbana” – não fora incorporada pelo modelo em análise, cuja ideologia de Estado prescindia de sua mobilização. Diferente do “Estado de massas” caracterizado por Francisco Weffort, o nacionalismo não seria um componente mobilizador nesse novo arranjo. A “solidariedade” dos setores médios urbanos e de parte dos assalariados a esse Estado ocorreria mediante o atendimento de vantagens materiais específicas e ao “consumismo econômico”, mas não por uma adesão ativa. No que se refere à imagem de São Paulo como espaço de construção de um horizonte democrático a partir da sociedade civil, tal expectativa pode ser associada ao vislumbre de efeitos positivos na industrialização capitalista, em suma, na ideia de desenvolvimento como fator de democratização, mas onde o Estado não é o protagonista desse processo de organização das classes sociais. Nessa visão, trata-se de uma correspondência entre o processo de desenvolvimento econômico e formação da consciência dos interesses em direção à abertura do Estado e à sua participação nos canais decisórios.

Assim como em Weffort, o plano externo corresponde ao dado “estrutural”, mas a autonomia do político em Fernando Henrique Cardoso refere-se muito mais a uma marca do processo histórico brasileiro a partir do qual propor mudanças no sentido de sua subordinação à ação dos grupos de interesse organizados no processo de formação dessa sociedade civil. Já para o estudioso do movimento sindical, a questão da autonomia política converte-se num programa centrado, ainda, no sujeito social que encarnava a contradição econômica fundamental, a classe operária. Não é que Cardoso descarte a circunstância interna da luta de classes e de sua singularidade no Brasil, naquela circunstância histórica, pois o processo de autonomização relativa do Estado aparece como resultado de disputas intraburguesas, quando as frações burguesas dos países dependentes utilizam-se do aparato estatal nacional como instrumento de intermediação e barganha frente ao capital estrangeiro, mas o ângulo da análise já corresponde, na prática, ao recorte liberal do espaço da política, acompanhado de diversas invectivas à esquerda, com a qual o autor ainda era publicamente identificado.

O ensaio de Cardoso de meados da década sobre a questão do Estado, que examinamos acima, é amplamente referenciado na terminologia de Gramsci e encerra-se com um uso entre aspas da categoria de intelectual orgânico, que ilustra a ambiguidade de seu autoposicionamento:

Noutros termos, existe um desafio aberto aos “intelectuais orgânicos” da Oposição que sejam capazes de propor o debate e as práticas políticas não ao nível abstrato da ideologia, mas ao nível de uma ação que conduza efetivamente à hegemonia, na sua tripla determinação, ao nível das forças sociais, da relação política e da ação coercitiva, se necessário, que, em circunstâncias dadas, como se disse, pode ser decisiva.⁴²²

A intervenção de Cardoso se apresenta como um alerta político às elites dirigentes e à oposição. Em relação às primeiras, o sociólogo lembra que havia um anacronismo em manter uma posição política que sustentasse a continuidade do autoritarismo baseada em argumentos típicos da Guerra Fria e do anticomunismo. Em 1973, quando escreve “A questão da democracia”, a maioria dos movimentos de guerrilha já havia sido derrotada e a Guerra Fria já passava pela fase da “distensão”, quando, após o limite da crise dos mísseis, as duas potências em disputa passam a realizar acordos e aproximações pontuais. Baseado nesses fatos ligados a uma situação geopolítica, Cardoso aponta uma defasagem na posição que defendia a continuidade do regime baseada na estratégia que justificara o golpe e a repressão, mas, junto desse argumento empírico, também apresenta uma crítica retrospectiva das duas forças em confronto na crise de 1963-1964. Essa crítica corresponde à criação de um ponto de vista encarnado pelo ideólogo/sociólogo/político, o líder da nova oposição que relegava ao passado, a um só tempo, três personagens apresentados como símbolos do arcaísmo na política: o populismo, a esquerda revolucionária e o autoritarismo tecnoburocrático.

O argumento em prol da abertura democrática e, nesta, da primazia da ação política como motor de mudança, refere-se também ao ciclo de expansão econômica recente, baseado no crescimento das empresas estrangeiras e estatais. A modernização social acontecera, e o autoritarismo aparece aí como um resquício do momento político anterior: “Existe, pois, uma situação de anacronismo. Será que esse anacronismo, redefinido, é indispensável às classes dominantes? Ou num dado ponto pode haver coincidência tática de interesses em sua eliminação?”⁴²³

A democracia aparece, nesse caso, como regime historicamente resultante do desenvolvimento econômico, pois o autoritarismo encurtara os canais de comunicação

⁴²² CARDOSO, op.cit., p. 221.

⁴²³ Idem, p. 218.

“entre o Estado e os setores sociais que sustentam o bloco no poder”.⁴²⁴ O apelo à democracia é feito como indicação de uma tendência histórica, como caminho realista a ser trilhado tendencialmente por uma sociedade civil modernizada. A democracia nessa versão é uma forma alternativa do desenvolvimento com segurança e distancia-se do “caos contestatório”, embora deva compreender a institucionalização dos conflitos. Trata-se da afirmação de um espaço de representação dos interesses e expressão dos conflitos. Não é uma nova forma política ou um esforço de questionamento em torno da própria democracia, mas uma proposta para a dinamização das tendências estruturais emergentes com o processo de desenvolvimento industrial dependente. O tom pedagógico reforça o sentido modernizador da política que se pretende atribuir a essa “reativação da sociedade civil”.

O texto que vimos comentando acima, “A questão da democracia”, demarca com clareza o pensamento de Fernando Henrique Cardoso em torno da democratização. Publicado na íntegra em *Debate e Crítica* e *Cadernos de Opinião*, também teve alguns de seus trechos veiculados em *Movimento* e no semanário de Gasparian. Como vimos, trata-se de um ensaio sociológico e de um chamado à ação política para os grupos identificados pelo autor com a sociedade civil, cuja abrangência corresponde à “frente ampla” contra o autoritarismo. O resultado eleitoral significativo do MDB em 1974 coincide com o início da publicação de dezenas de artigos do futuro candidato a senador, em que este avançava para o estabelecimento de uma linha de ação para a Frente, cuja encarnação partidária envolvia um espectro que ia da esquerda à direita. “Um ponto sem retorno”⁴²⁵ é uma das avaliações que apontaram, após o êxito eleitoral de 1974, as ambiguidades do MDB como partido da ordem e como movimento político. Nesse texto, Cardoso exalta o resultado das eleições como índice de uma “opinião pública em gestação”, mas aponta a “representatividade obscura” das legendas criadas pelo regime, ao mesmo tempo em que considera as possibilidades de que o MDB pudesse se decantar num verdadeiro partido. Para que isso ocorresse, Cardoso diz ser necessário voltar-se para “os setores sociais que foram afugentados pelas debilidades do partido oficial e pela conjuntura negativa que coube ao governo enfrentar no plano econômico”. Porém, e aqui reside um ponto central para a compreensão do caráter de seu realismo, Cardoso alerta para a necessidade de evitar uma polarização entre

⁴²⁴ Ibidem, p. 230.

⁴²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. “Um ponto sem retorno”, *Opinião*, s.n., 06/12/1974.

autênticos e moderados, o que traria dois riscos:

Por fim, no voto emedebista incluíam-se setores de uma oposição mais ideológica que teve o bom senso de se separar das correntes mais profundas de inconformismo que grassam na sociedade e conseguiu limitar sua fraseologia às possibilidades de compreensão de uma base social mais ampla. O MDB, portanto, continua a ser mais um “movimento”, uma frente política, que um partido. É de esperar que seus líderes mais experimentados e seus redutos ideologicamente mais conscientes percebam essa situação e tentem dar corpo ao partido. As dificuldades são, por certo, grandes, pois uma exacerbação entre autênticos e moderados nas condições atuais leva água a outros moinhos: ao dos parceiros invisíveis do jogo político que se eriçariam com um grande partido (que hoje o MDB é numericamente) autêntico – ou seja, de cunho ideológico; ou então a um fracionamento interno que jogaria a seção conservadora do movimento, que, por razões políticas, não é governista, nas mãos deste.⁴²⁶

A posição do autor é coerente com os apelos “realistas” que já observamos em suas proposições políticas mais gerais para as oposições e em relação ao envolvimento dos intelectuais com o debate político. Além de demonstrar uma preocupação constante em advertir sobre os riscos do isolamento presentes numa opção pelo discurso dos mais radicais da ala autêntica, também insiste na ideia de que o ciclo de desenvolvimento recente da economia urbano-industrial o país aconselhava a democratização, em advertência dirigida aos governantes e à oposição consentida. Sob esse prisma, a condução da abertura democrática só poderia ocorrer sob a direção de um pacto dirigido pelo centro político-partidário representado pelo MDB.

5.3 Dominação burguesa, ditadura e democracia.

Para Francisco Weffort, a perspectiva crítica ao MDB era conduzida por argumentos incisivos no que se refere ao caráter ambíguo do partido. Para esse autor:

Com exceção dos intelectuais (e dos próprios políticos da oposição), o que se vê por aí é que as próprias elites brasileiras parecem bastante conformadas com a atual

⁴²⁶ Idem

ordem de coisas. Por que supor, por exemplo, que as elites econômicas deveriam estar muito interessadas na alteração de um quadro político que de certa forma é uma garantia de tranquilidade para seus lucros? E ainda que se possa admitir a existência de descontentamentos nesse setor, por que supor que o MDB seria seu meio de expressão? A ideia de falar a “todas as camadas da população” também tem seus riscos. E o mais grave deles é que se termine por não falar a ninguém.⁴²⁷

Se, em Cardoso, o papel do partido para a democratização envolve de forma central as bandeiras da garantia da participação popular e da construção de uma “legalidade pactuada”,⁴²⁸ para Weffort, essa questão assume outra ênfase, já em 1973, que se acentua ao longo daquela década: a questão da democracia já deveria ser colocada a partir da insistência na indissociabilidade entre o “pão e a liberdade”, ou entre os direitos políticos e a igualdade social⁴²⁹. Trata-se de uma diferença de ênfase, pois Cardoso não descarta em seus argumentos o problema da desigualdade. Mas essa diferença avança para a estratégia e para a própria concepção de democracia. Em textos como “Em busca da democracia operária” e “O debate tem que ir ao povo”⁴³⁰, Weffort realizaria um avanço significativo quanto ao conteúdo da democratização almejada. O autor de *O populismo na política brasileira* já fizera em *Opinião* advertências sobre os limites da perspectiva liberal para a democratização⁴³¹. Essa crítica ficaria mais incisiva na publicação do Cedec e durante as primeiras discussões sobre o PT. No número 2 dessa revista, Weffort traduzia essa crítica em uma reflexão sobre o sentido da crise, à qual, na sua visão, o MDB não podia dar uma resposta:

Pelo lado das oposições, eu acho que também se configura uma situação de impasse que se revela em duas dimensões, a meu ver, fundamentais. Em primeiro lugar, está a alta direção do MDB, que confere à temática das oposições em geral uma orientação estritamente político-institucional num nível que não tem sido capaz de entroncar com os movimentos da sociedade civil. Em segundo lugar, os

⁴²⁷ WEFFORT, Francisco. “O debate tem que ir ao povo”, *Movimento*, s.n., 11/08/1977.

⁴²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. “O presidente e os partidos”, *Opinião*, s.n., 09/09/1974.

⁴²⁹ WEFFORT, Francisco. “Os trabalhadores calados”, *Opinião*, 22/01/1973.

⁴³⁰ WEFFORT, Francisco. “Em busca da democracia operária”, *Movimento*, 10/07/1978.

⁴³¹ WEFFORT, Francisco. “A democracia e a questão social”, *Opinião*, 26/08/1974.

movimentos que ocorrem dentro da sociedade civil só têm alcançado ressonância enquanto sejam capazes de traduzir a sua mensagem nos mesmos termos político-institucionais. Nesse sentido, a temática das oposições não assume uma conotação social e só precariamente assume uma conotação econômica. [...] Tudo isso significa que as oposições, não obstante tenham crescido muito, não passam de um horizonte estritamente liberal clássico nas suas propostas. Significa que elas também são frutos da velha crise institucional. Significa que há uma crise das instituições do Estado, na qual as próprias oposições emergem, e à qual não sabem dar resposta, e se comportam como se ainda fosse possível uma alternativa de tipo liberal clássico.⁴³²

Em 1977, a mesma preocupação fora levantada por Francisco de Oliveira a partir de uma posição ainda mais incisiva, em texto destinado a pensar a proposta de construção de uma “publicação democrática”, possivelmente para a discussão dos membros do jornal *Em Tempo*. Esse texto partia da constatação de uma crise conjuntural do governo e da “hegemonia liberal” na frente das oposições, concluindo pela necessidade de construir um polo popular articulado ao protesto operário em ascensão. Este, embora sem forças acumuladas suficientes para conferir uma saída democrática à crise ou sustentar com eficácia a proposta socialista, deveria se constituir numa força diferenciada no interior da frente oposicionista:

Uma saída democrática consiste, sobretudo, em impor e construir uma hegemonia ideológica por sobre a hegemonia da estrutura da produção material. Apenas o mecanicismo vulgar pode pensar que superestrutura e infraestrutura nunca se separam, ou que será a infraestrutura – neste caso a estrutura material da produção – quem imporá suas regras. Mas esse materialismo vulgar não percebe que parte da própria infraestrutura são os próprios operários, como força produtiva: toda a questão da hegemonia ideológica consiste em operar a transformação do operariado de simples força produtiva em agentes políticos⁴³³.

As colocações de Francisco de Oliveira sobre a questão democrática também

⁴³² WEFFORT, Francisco. Sem título. *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, n. 2, jan. 1979, São Paulo: Cedec/Paz e Terra, p. 44.

⁴³³ OLIVEIRA, Francisco de. “Sobre a conjuntura e as tarefas de uma publicação democrática”, 1977. Arquivo Bernardo Kucinski (texto datiloscrito).

representam, assim como as de Weffort, uma visão extremamente cética em relação ao MDB, cujo crescimento considera “inorgânico”⁴³⁴ e, portanto, incapaz de encaminhar uma saída democrática para a ditadura. Frente à crise do regime e às suas tentativas de rearticulação com os Pacotes de Abril (1977) e o Pacote de Junho (1978), Oliveira diz ser necessário reconhecer e institucionalizar no interior das oposições a “hegemonia emergente das forças populares”.⁴³⁵ Por isso, o significado histórico do surgimento do PT é ressaltado pelo autor como um evento em si mesmo revolucionário.⁴³⁶ Desde 1974, Francisco de Oliveira apontava a “solidão” crescente da ditadura à medida que a fonte de sua legitimidade – o crescimento econômico e o consumo das classes médias e da alta burguesia – dava mostras de enfraquecimento.⁴³⁷ No final da década, a consideração do predomínio do discurso liberal nas oposições e a virtualidade do fim da ditadura sob a tutela das elites políticas levava esse autor a afirmar que, da ditadura implantada em 1964, restaria somente a “velha ditadura de classes”.⁴³⁸

O ponto de vista de Oliveira reflete a imagem construída em 1972 em seu ensaio tornado clássico. Nos marcos do novo modo de acumulação que emergira em 1930, o Estado Nacional aparece ali como um dos protagonistas da estruturação da ordem urbano-industrial, quando a inserção da economia à ordem capitalista internacional passa a ser uma “possibilidade definida dentro dela mesma”⁴³⁹. Essa ordem burguesa foi viabilizada historicamente por meio de um compromisso com a reprodução permanente de novas formas de expropriação e, portanto, de “elaboração de periferias”⁴⁴⁰. O enfoque das condições internas do modo de produção capitalista no Brasil sustenta a imagem de uma acumulação permanente, redefinido o uso do conceito marxista, que se reproduz tanto no campo como na cidade, com o rebaixamento progressivo das condições e do custo de reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, a presença do Estado e as sobredeterminações políticas destinadas a esse modo de acumulação referem-se tanto à permanência de relações arcaicas no setor agrícola quanto à política

⁴³⁴ OLIVEIRA, Francisco de. “O regime se rearticula”, *Movimento*, n. 161, 31/07/1978.

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ OLIVEIRA, Francisco de. “O PT já está revolucinando”, *Movimento*, n. 238, 27/01/1980.

⁴³⁷ OLIVEIRA, Francisco de. “Brasília é Macondo?”, *Opinião*, s.n., 26/07/1973.

⁴³⁸ OLIVEIRA, Francisco de. “O que sobra é a velha ditadura de classes”, *Movimento*, s.n., 31/03/1980.

⁴³⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. op.cit, p. 62.

⁴⁴⁰ Idem, ibidem, p. 43.

trabalhista, à CLT e ao salário mínimo, nivelando as categorias de trabalhadores e favorecendo assim a acumulação, enquanto no setor agrícola-exportador permanecem as condições que permitem a continuidade do latifúndio, do baixo custo de produção e da oferta de mão-de-obra, garantida pela concentração da propriedade. Essas condições, segundo Oliveira, conformam a opção das classes dominantes por um modelo de desenvolvimento que explica o golpe militar de 1964, quando as pressões por acesso aos ganhos de produtividade tornaram politicamente insustentável o modelo político sustentado no pacto populista, considerado pelo autor a forma política da revolução burguesa. O momento em que Oliveira enxerga a possibilidade de uma opção política por um desenvolvimento capitalista nacional menos excludente corresponde à hora da escolha das classes dominantes internas pelo aprofundamento da dependência e da desigualdade por via coercitiva. A superação da condição do subdesenvolvimento aparece aí como possibilidade histórica possível mas frustrada, reaproximando, nesse ponto específico e de forma negativa, sua reflexão das expectativas desenvolvimentistas. Em texto mais recente, o autor lembra que, embora tenha procurado superar o dualismo cepalino, seu estudo envolvia a tentativa retrospectiva de encontrar uma circunstância em que fosse possível a superação do subdesenvolvimento:

A singularidade do subdesenvolvimento poderia ser resolvida não evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições, à condição de que a vontade das classes soubesse aproveitar a “riqueza da iniquidade” de ser periferia. A inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, reiterado a cada ciclo de modernização, propiciaria os meios técnicos modernos, capazes de queimar etapas, como os períodos Vargas e Kubitschek mostraram. O crescimento da organização dos trabalhadores poderia levar à liquidação da alta exploração propiciada pelo custo rebaixado da força de trabalho. A reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do “exército de reserva” das cidades quanto o poder patrimonialista. Mas faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu.⁴⁴¹

Na configuração apresentada pelo autor, o regime de 1964 encerrara essa possibilidade aberta durante o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil pós-1930, e os últimos parágrafos de seu ensaio mais conhecido de 1972 desdobram essa

⁴⁴¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*, op.cit., p. 131.

conclusão ao definir a situação brasileira como uma encruzilhada entre “apartheid e revolução social”. A democracia não é um tema explícito, mas o seu oposto – a ditadura –, aparece como produto da lógica excludente do capitalismo brasileiro sob a fase monopolista. Na previsão de Oliveira, a reivindicação por melhorias nas condições de vida do trabalhador avançaria, então, para formas de protesto contra o próprio regime, cujo modelo de desenvolvimento voltado para a concentração monopolística não poderia resolver. Trata-se de um questionamento acerca da impossibilidade de uma solução política democrática, assim como de um consenso popular, para a forma da expansão econômica que assumiu o capitalismo brasileiro.

A persistência do compromisso entre formas de exploração arcaicas, a capitalização crescente do campo e a industrialização com a hegemonia do capital financeiro traziam novos pontos de estancamento para o modelo interno de acumulação, na medida em que os lucros da indústria aferidos com o consumo não se transferiam para os bens de produção.⁴⁴² Esse esquema, por um lado, aprofunda a dependência das fontes de financiamento externas e, por outro, inclui de forma cada vez mais precária um contingente de mão-de-obra cujas taxas de exploração precisam ser incrementadas para a continuidade do crescimento⁴⁴³. Do ângulo que mais interessa aqui – o da discussão sobre o processo da ditadura como expressão do desenvolvimento capitalista no Brasil e da discussão sobre a questão democrática –, Oliveira afirma que o desenvolvimento econômico após 1964 não representou uma revolução burguesa, mas uma “contrarrevolução”,⁴⁴⁴ no que residiria seu principal e único traço de semelhança com o fascismo, ao aliar a expansão da economia com a repressão. Assim como em Florestan Fernandes, o problema passa pela dissociação histórica entre desenvolvimento capitalista e democracia, embora Oliveira não avance como aquele autor na caracterização do regime. Entretanto, nos textos deste último, encontramos diversas investidas em torno de uma forma de dominação que relacionam economia e política a partir de um ponto de vista que também considera a participação das classes dominantes na construção da democracia no Brasil uma impossibilidade estrutural.

Weffort e Cardoso também enfatizam, mesmo com as grandes diferenças entre

⁴⁴² Cf. OLIVEIRA, Francisco de. “O que é a agricultura brasileira?”, *Opinião*, 10/12/1973.

⁴⁴³ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. “Para onde vai a economia brasileira? (Fugindo à candidez, com integridade)”, *Movimento*, 12/07/1976.

⁴⁴⁴ *Crítica à razão dualista*, p. 106.

suas análises, a ideia da democratização social como oportunidade a ser dirigida pela vontade das classes sociais – genéricas, no caso do segundo, e subalternas, no caso de Weffort e Moisés –, com a modernização da sociedade. A centralidade da ideia da autonomia da sociedade civil contra o autoritarismo de Estado demarca as perspectivas dos dois últimos sobre a democratização. Por outro lado, Oliveira e, como veremos à frente, Florestan Fernandes, não se utilizam dessa terminologia, referindo-se com mais empenho à revolução social e à necessidade de construção do pólo socialista. Essas posições são informadas pela apreensão que ambos fazem do processo de transformação da sociedade brasileira numa moderna sociedade de classes, após a década de 1930, pela via contrarrevolucionária, quando o ritmo “lento e reiterativo” de nosso “capitalismo difícil” impõe soluções politicamente regressivas.

Em intervenção de 1976,⁴⁴⁵ no volume já citado das coedições Cedec/Paz e Terra sobre “contradições urbanas”, Oliveira lembraria que a ampliação dos serviços coletivos destinados à reprodução da força de trabalho esbarrava em limites que apontavam a contradição do Estado “capturado pela burguesia monopolística-associada”.⁴⁴⁶ O Estado impelido a garantir as fontes do poderio do poder econômico burguês acaba por criar entre as classes dominadas, usuárias dos serviços públicos, uma expectativa não correspondida quanto ao seu caráter provedor, minando-se a coesão social em torno da ideologia dominante de um Estado acima das classes. Nessa ótica, o desenvolvimento do capitalismo de base urbana no Brasil possuía pontos de estrangulamento com evidentes implicações políticas no que se refere à eclosão de movimentos de protesto, como parte dos conflitos sociais resultantes das contradições entre uma política estatal restritiva e seletiva de investimentos públicos e a necessidade de assegurar as condições de reprodução da força de trabalho sem nem mesmo atender as necessidades básicas da população de trabalhadores urbanos. O compromisso de classe que esse Estado representava era explicitado pelo aspecto contraditório de sua função provedora:

Não pode o Estado solucionar o chamado problema de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que maneja, pode; mas se esse excedente provém em parte da produção automobilística, então não pode. Pode o Estado solucionar o chamado

⁴⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco de. “Acumulação monopolista, contradições urbanas e a nova qualidade do conflito de classes”. In: MOISÉS, José Álvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*, op.cit.

⁴⁴⁶ Idem, p. 67.

problema da poluição? Tendo tanto chão neste país, parece que se poderia descentralizar a indústria, principal poluidora; mas o chão da pátria não é chão, é capital.⁴⁴⁷

A eclosão de movimentos de protesto e contestação seria, então, parte dos conflitos sociais resultantes das contradições entre uma política restritiva de direitos sociais e a função ideológica de um Estado provedor, entre a necessidade desse Estado em assegurar as condições de reprodução da força de trabalho e sua incapacidade – devido ao compromisso de que fala Oliveira – para fazê-lo de modo a atender sequer as necessidades mínimas de sobrevivência para aquela classe. Seu entendimento dos marcos estruturais que definem a crise do capitalismo brasileiro leva ao questionamento quanto à capacidade das classes dominantes em manter o consenso social que asseguraria a continuidade do modelo político vigente. São contradições insolúveis nos termos do sistema, que precisaria ser mistificado com uma ideologia de Estado conciliatória para que seu verniz democrático funcionasse de forma apaziguadora. A impressão deixada pelas intervenções de Oliveira é a de que existiu no modo de funcionamento e acumulação do capitalismo brasileiro um déficit de inclusão que precisa de soluções políticas de caráter discricionário para a garantia da realização do lucro. A ênfase nesse aspecto permite-nos demarcar uma posição específica desse autor, mais uma vez, próxima às conclusões de Fernandes, no que se refere ao alvo prioritário de suas incursões no século XX: o caráter burguês do Estado nacional no pós-30, afastando-se aqui da ideia de crise de hegemonia ou de uma fragilidade da dominação burguesa.

Os posicionamentos conjunturais desse autor em torno da necessidade de impor a presença da classe trabalhadora como sujeito político autônomo são muito próximos aos de Weffort, inclusive nos apontamentos da novidade representada pelo PT e em seu engajamento, mais incisivo para o último, nesse partido. Oliveira refere-se com mais centralidade aos interesses de classe burgueses envolvidos na organização da economia e do Estado, à funcionalidade da ditadura para a expansão da empresa monopolista associada e às determinações macroeconômicas da política. Nesse aspecto específico da atenção dispensada à configuração do Estado em relação às forças econômicas, o recorte também se assemelha ao de Fernando Henrique Cardoso. Porém, a perspectiva

⁴⁴⁷ Idem, p. 75.

da economia política presente de forma mais articulada em seus textos soma-se a ensaios de síntese histórica feitos nessa época, reunidos em parte no volume *A economia da dependência imperfeita*, onde o ângulo das relações entre o Estado e a sociedade civil é analisado por meio das estratégias política de acumulação sob o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Nessas sínteses históricas, o caráter burguês do modelo político é um tema permanente e obsessivo, e a saída democrática para a sua crise é o socialismo. A busca do ponto de vista da simultaneidade entre economia e política se direciona para a tentativa de contribuir para a formulação do projeto político das classes subordinadas. Suas aproximações à conjuntura realizam dessa forma um movimento de afastamento e de expansão do campo de visão, que se refere à permanência do foco na crítica ao capitalismo a partir da investigação das forças políticas e sociais que possibilitaram seu desenvolvimento na periferia. Essa mesma perspectiva dialética entre o dado conjuntural e a síntese de largo alcance sobre a configuração do capitalismo no Brasil durante o século XX avança para um discurso político mais radical com as intervenções de Florestan Fernandes.

5.4 Democracia e revolução

A importância da conjuntura de crise política do governo a partir de 1974 e da reflexão crítica sobre os limites para a perspectiva da democratização do capitalismo brasileiro também marcaram a produção de Florestan Fernandes nas décadas de 1970 e 1980, quando o autor dedicou boa parte de seus textos ao esforço de perscrutar as condições, os limites e a possibilidade para efetivar-se, em suas palavras, uma “revolução democrática”⁴⁴⁸. Sua reflexão é bastante influenciada pelo diagnóstico pessimista a respeito do projeto de distensão do governo Geisel, anunciado em 1974, articulado a um olhar ambicioso sobre os limites postos à democratização da sociedade pelo desenvolvimento *sui generis* do capitalismo dependente no Brasil. Esse segundo aspecto de mais longa duração está presente, de forma aguda, nos livros *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), *A revolução burguesa no Brasil* (1975) e em

⁴⁴⁸ “Devemos abrir a nossa consciência política para as exigências da revolução democrática e lutar por ela – e não apenas “contra” o *autoritarismo!*”. FERNANDES, Florestan. “O governo Geisel e a contrarrevolução”, *Versus*, n.29, fev./1979. Em 1977, o autor já ministrara um curso na PUC de São Paulo sobre a “teoria do autoritarismo”, por ele refutada, onde procura desconstruir a polaridade rígida entre liberalismo e “autoritarismo”. As anotações de aula desse curso foram sistematizadas em FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.

coletâneas de artigos como *Classes sociais e capitalismo dependente na América Latina* (1976). Ao lado desses ensaios, as análises de conjuntura, os artigos políticos em jornais e revistas e as reflexões sobre os intelectuais, sobre a sociologia e sobre a universidade configuram o perfil de uma produção intelectual em que se fundiram irremediavelmente as vocações do ensaísta, do militante revolucionário, do cientista e do pensador político.

Para analisar o pensamento de Florestan sobre a questão democrática nos quadros da modernização capitalista no Brasil, é preciso referir-se tanto à sua obra sobre a revolução burguesa e sobre o capitalismo dependente, quanto à sua interpretação do contexto singular da segunda metade da década de 1970. Juntos, são leituras cuja escolha acompanha a tentativa de contemplar, justamente, o diálogo entre a interpretação da história e o pensamento sobre a conjuntura. O entrelaçamento entre a síntese ensaística de largo alcance e a análise política da conjuntura voltada para o futuro coloca uma questão para os leitores de Florestan Fernandes nesse período: a partir desse ponto de sua trajetória intelectual, não há mais uma separação possível entre o esforço sociológico de revelar uma “imagem-síntese do Brasil” e os textos de intervenção diretamente política. Como vimos no capítulo anterior, a dimensão central da legitimidade do conhecimento foi, para Florestan, a eficácia de sua participação nos processos de mudança social, no planejamento e na racionalização da vida em sociedade. Mas, na segunda metade da década de 1970, essa tendência permanente em sua visão da sociologia como instrumento da reforma social assume com mais vigor, nos próprios textos, a vertente polêmica, política, comunista e dissidente. O “ecletismo” tantas vezes identificado em toda a obra de Florestan Fernandes não esconde o fato de que, de meados dos anos 1970 em diante, acentua-se não somente uma aproximação mais densa com Marx e Lênin, mas também o incremento ideológico do estilo das intervenções curtas chamadas por ele de “compactos críticos”.

Em 1973, Florestan Fernandes publica na revista *Debate e Crítica* o texto “Revolução burguesa e capitalismo dependente”⁴⁴⁹, que seria a introdução à segunda parte de *A revolução burguesa no Brasil*, lançado dois anos depois. Esse texto retoma a caracterização do “moderado espírito modernizador” da burguesia brasileira na fase do capitalismo competitivo, para compreender o caráter autocrático de seu domínio político

⁴⁴⁹ FERNANDES, Florestan. “Revolução burguesa e capitalismo dependente”, *Debate e crítica*, n.1, ul-dez. 1973. p.48-67.

na nova fase inaugurada sob o capitalismo monopolista, quando o fechamento autoritário da democracia política em conexão com os interesses imperialistas efetiva a “consolidação conservadora” da revolução burguesa no Brasil. Paradoxalmente, se essa truculência manifesta a natureza relativamente débil de seu domínio, revela, ao mesmo tempo, sua ação motivada para a imposição dos seus interesses pela permanência do compromisso com as formas de dominação tradicionais características do poder oligárquico. Assim, para Fernandes, a estratégia da dominação burguesa no Brasil restringiu as mudanças políticas oriundas da afirmação do capitalismo industrial como sistema econômico, ao abdicar de um projeto nacional cuja direção dependeria de seu comprometimento, inexistente, em “empolgar os destinos da nação como um todo”.⁴⁵⁰ O fato de ser essa opção uma opção racional também não autoriza, no argumento do autor, a identificar uma ausência de consciência burguesa sobre os próprios interesses, ou qualquer dúvida sobre sua posição dirigente⁴⁵¹. Pelo contrário, ela reflete a identificação de um empenho recíproco entre as classes dirigentes locais e os centros imperialistas na manutenção da ordem social em que se funda seu poder material e econômico, mesmo que para isso tenha se empenhado na implantação de uma “ditadura de classe preventiva”, conforme expressão utilizada no sétimo capítulo da mesma obra.⁴⁵² Os elementos de decisão política e de ação voluntária se reforçam como fatores explicativos, ao contrário do que poderia supor a constatação da dependência e do subdesenvolvimento como dados inexoráveis do capitalismo na periferia. Por isso, a imagem da burguesia como expressão política “débil” e do capitalismo brasileiro como um capitalismo “difícil” é relativizada com ênfase pelo próprio autor. A passagem a seguir, no último capítulo (“O modelo autocrático-burguês de transformação

⁴⁵⁰ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*, op.cit., p. 421.

⁴⁵¹ “Os que pensam que uma burguesia ‘inviável’ se torna por isso mesmo, irracional e irresponsável cometem um sério erro de interpretação. As análises de Lenin, de uma situação comparável na Rússia (a revolução de 1905 e seus desdobramentos posteriores) sugerem que a “fraqueza” da burguesia precisa ser tomada como um dos elementos de um todo complexo e muito instável. Na verdade, não existe uma ‘burguesia débil’, mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável. No caso brasileiro, as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como um expediente de manipulação conservadora do ‘radicalismo’ ou do ‘nacionalismo’ das classes médias e dos setores industrialistas.” FERNANDES, Florestan. “Revolução burguesa e capitalismo dependente”. Op.cit. p. 58.

⁴⁵² Idem, p. 346.

capitalista”), refere-se a essa transformação como uma relação política:

Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” nas periferias dependentes e subdesenvolvidas – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. Essa necessidade torna-se ainda mais aguda sob o imperialismo total, inerente ao capitalismo monopolista, já que, depois da Segunda Guerra Mundial, ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia. As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas “fronteiras internas” e em verdadeiras “vanguardas políticas” do mundo capitalista (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista). Pensar que isso acarreta uma depressão dos requisitos políticos do capitalismo dependente é uma ilusão. Semelhante situação exacerba, ainda mais, a importância do elemento político para o desenvolvimento do capitalismo dependente e subdesenvolvido⁴⁵³.

É essa marca política que afasta o marco sociológico funcionalista que parece muitas vezes rondar a constante indagação em torno dos “modelos” e “polarizações” utilizados para a interpretação do capitalismo no Brasil. A revolução burguesa é uma realidade histórica nacional que não segue o modelo europeu, mas faz parte da história do desenvolvimento global do capitalismo e, ao mesmo tempo, integra de forma particular o Brasil como Estado nacional às referências “utópicas” e “ideológicas” da civilização burguesa. Logo a seguir à definição citada acima, ocorre uma das poucas menções a Gramsci no livro, na qual se explicita o sentido dinâmico e processual da revolução burguesa e se faz uma advertência sobre a comparação com os paradigmas europeus, num diálogo indireto com as interpretações da revolução passiva:

É por essa razão que, se se considerar a Revolução Burguesa na periferia como uma “revolução frustrada”, como fazem muitos autores (provavelmente seguindo

⁴⁵³ Idem, p. 342.

as implicações da interpretação de Gramsci sobre a Revolução Burguesa na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos, com a objetividade e a circunspeção gramscianas).⁴⁵⁴

Em contraponto com a afirmação desse aspecto (a efetividade da dominação organizada de uma classe), a reflexão de Florestan Fernandes sobre as possibilidades e limites da democracia no Brasil feitas nos últimos anos da década de 1970 teria como elemento importante a retomada do fôlego dos movimentos sociais urbanos e do movimento sindical, em particular. A série de textos que escreveu então insere-se nessa fase de sua trajetória, marcada pela militância socialista e pelas discussões em torno do sentido conservador que poderia ter a tentativa de engendrar, por meio de mudanças, como a criação de novos partidos e a Constituinte, uma “pseudotransição para um Estado de direito” ou um “Estado de direito fictício”.⁴⁵⁵ A visão fundamentalmente cética de Florestan em torno das possibilidades da democracia no Brasil pode ser sintetizada em sua opção por insistir no caráter necessariamente restrito do regime democrático aceito pelas elites políticas dentro da ordem. Em resumo, “a era em que se podia conciliar democracia com desenvolvimento maduro do capitalismo pertence à história”.⁴⁵⁶ O levantamento de uma forte suspeita, então, contra as possibilidades de um pacto democrático, posiciona Florestan Fernandes numa opção polêmica:

Convém examinar com cuidado essa semântica política. Já fomos iludidos por ela. Trata-se de uma semântica que adulterou o conceito de revolução e de revolução nacional; agora, ela se apossa do conceito de democracia e de revolução democrática, como se o pluralismo ideal fosse aquele que atendesse apenas aos interesses dominantes dos estratos hegemônicos, internos e externos, das classes possuidoras. No entanto, a democracia não é uma questão de abertura e a ideia de transformação democrática é, por si mesma, centralmente ambígua.⁴⁵⁷

Já sublinhamos que a atenção redobrada ao significado histórico do golpe e da ditadura para a consolidação da sociabilidade burguesa está presente nas reflexões

⁴⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁵ FERNANDES, Florestan. “Nem boicote, nem entusiasmo”, *Movimento*, 11/08/1977.

⁴⁵⁶ FERNANDES, Florestan. “Eles preferem democradura”, *Movimento*, 07/01/1979.

⁴⁵⁷ Idem.

sistemizadas na segunda parte de *A revolução burguesa no Brasil*, escritas em 1972, 1973 e 1974, que avançam para a caracterização do regime imposto em 1964 e para alguns exercícios prognósticos sobre o futuro imediato. Nesse período consta em sua trajetória intelectual um influxo importante para a sua reflexão em torno da via brasileira para o capitalismo: trata-se da obra de Lênin, que lhe forneceu elementos para enriquecer sua compreensão da história brasileira a partir da dinâmica do capitalismo monopolista e do imperialismo, e, em segundo lugar, da utilização de algumas categorias de Gramsci. Essas referências aparecem, com nitidez, na terceira parte do livro, escrita entre 1972 e 1974, e em outros artigos escritos a partir dessa época. Para Carlos Nelson Coutinho⁴⁵⁸, embora na terceira parte Florestan Fernandes não se utilize das categorias de *revolução passiva* ou de *via prussiana*, suas interpretações sobre o desenvolvimento capitalista pela via não clássica e a caracterização do regime implantado em 1964 como uma autocracia burguesa se aproximam da ideia de “ditadura sem hegemonia”, formulada por Gramsci, e da introdução das relações capitalistas “pelo alto”, sem irrupções revolucionárias potencializadas pelo desenvolvimento de novas relações sociais no seio da ordem anterior, oriunda de Lênin. Também fica claro o influxo da categoria de desenvolvimento desigual e combinado, com que Trotski procura contemplar a relação assimétrica da introdução do capitalismo nos países atrasados com o ritmo do desenvolvimento capitalista nos países imperialistas centrais.

As referências a esses autores da tradição marxista para pensar o Brasil aparecem em diversos momentos da obra de Florestan como suportes para afirmar a peculiaridade de nosso ingresso na ordem capitalista e o “moderado espírito modernizador” da burguesia brasileira. A referência teórica gramsciana também aparece, pontualmente, na caracterização do último quartel do século XX como uma fase de “crise orgânica” da dominação burguesa,⁴⁵⁹ e na referência aos usos do conceito de sociedade civil por uma parcela dos intelectuais da oposição:

Sociedade civil quer dizer sociedade burguesa, ou, também, sociedade de classes sociais. Esse conceito foi tomado como uma espécie de cavalo de batalha (ou até mesmo um cavalo de Troia) por muitos grupos e pessoas, principalmente os que Gramsci descreveria como “intelectuais orgânicos da ordem”, como uma fórmula

⁴⁵⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. “Marxismo e imagem do Brasil em Florestan Fernandes”. Op.cit.

⁴⁵⁹ FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*, op.cit., p. 25.

cômoda de passar por baixo do nariz da ditadura (ou por cima do nariz do povo), um simulacro de oposição (ou de omissão aparentemente positiva...). Ora, não se pode separar ditadura e sociedade civil. A sociedade civil em crise, burguesa ou de classes, abre-se para os dois extremos. As classes altas e privilegiadas retiraram a ditadura do seio da sociedade civil; e, além disso, se a ditadura se mantém, isso ocorre porque esse setor da sociedade civil é bastante forte para impedir tanto a transformação da sociedade civil como o desaparecimento da ditadura.⁴⁶⁰

Para Florestan Fernandes, 1964 fora o momento da concretização da revolução burguesa, no qual “a burguesia atinge a maturidade e sua plenitude de poder”, em resposta a pressões oriundas, principalmente, de três direções. As pressões internas seriam de dois tipos: de um lado, a reivindicação democrático-nacionalista de setores radicais da pequena e média burguesia; de outro lado, as pressões pela igualdade social e política, oriundas das massas populares. As pressões externas referem-se, logicamente, ao imperialismo. A solução da autocracia burguesa implantada em 1964 foi uma resposta conservadora a essas pressões e veio a ser o rosto político do nosso capitalismo, um capitalismo dependente e “selvagem”. A singularidade dessa nossa “contrarrevolução global prolongada”⁴⁶¹ foi um tipo de descompasso aparente entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político. No texto de Florestan, essa dissociação é aparente porque a fusão do moderno e do atrasado, nossa “dualidade”, foi na verdade funcional para a definição da via brasileira como um tipo de modernização conservadora, conforme a expressão utilizada em alusão à obra de Barrington Moore Jr.,⁴⁶² em que a via democrática envolve, nos países centrais do sistema, o conflito entre a burguesia e as oligarquias rurais. Nessa interpretação, na qual a questão agrária assume uma importância fundamental, a via conservadora caracteriza-se pelo peso do Estado e pela sua autonomização relativa no processo de arranjo entre as frações de classe da burguesia, cuja formação cultural oligárquica e tradições repressivas são atualizadas, modernizadas e disponibilizadas no desenvolvimento histórico da moderna sociedade industrial, urbana e de massas.

Em sua tentativa de cercar a experiência da generalização da sociabilidade

⁴⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 3.

⁴⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁶² MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

burguesa no Brasil, outro conceito importante para o autor é o de “capitalismo dependente”, com o qual procurou contemplar a forma específica com que foi estruturada a ordem social competitiva na periferia do sistema. Essa é uma categoria chave para a compreensão de sua análise do Brasil, que o coloca entre os autores dedicados ao estudo dessa forma de sociabilidade que emerge na América Latina e produz configurações políticas características. O capitalismo dependente corresponde ao momento em que a heteronomia, a condição subordinada do conjunto das sociedades latino-americanas, dá espaço, ao mesmo tempo, para mudanças na estrutura política que se referem à interiorização das decisões, quando a dominação interna e o imperialismo “alcançam o apogeu de sua associação e ‘interdependência’, logrando colocar a acumulação dual de capital e a apropriação repartida do excedente econômico nacional sob o patrocínio e o amparo direto do Estado”.⁴⁶³ Essa configuração do capitalismo monopolista no pós-Guerra, chamada por Florestan de fase do “imperialismo total”,⁴⁶⁴ corresponde à incorporação das relações sociais capitalistas por cada vez mais amplos setores da sociedade brasileira e se ampliou de forma inequívoca na década de 1970, aprofundando o elo profundo entre os setores moderno e atrasado da nossa formação social. Se essa dualidade marcou nosso desenvolvimento, foi a combinação política da autocracia burguesa, um paradoxo em si mesmo, que representou sua expressão nacional e possibilitou, pela via da contrarrevolução prolongada, o desenvolvimento econômico e a modernização sob aqueles marcos. O capitalismo dependente é uma realidade histórica que se refere ao plano estrutural-interno, mas é fruto de uma história e de uma ação de classe organizada e determinada, motivada para a realização de seus interesses materiais e para a “dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia”.⁴⁶⁵

O movimento tortuoso narrado por Florestan sugere, assim, o desfecho conservador e a recorrência das soluções autoritárias como dispositivos paralisadores das possibilidades de subversão do regime abertas com a diferenciação social ocorrida sob o desenvolvimento da ordem competitiva. A visão pessimista aí realçada não esconde, porém, a aposta no incremento da consciência operária e na organização de um

⁴⁶³ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

⁴⁶⁴ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005, p. 320.

⁴⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 340.

movimento socialista que captasse e desenvolvesse a direção antissistêmica do protesto popular. A possibilidade de uma “revolução dentro da ordem” também colocava o mesmo dilema que o fazia perguntar, em ritmo de desconfiança, sobre a viabilidade de a democracia parlamentar e a Constituinte tornarem-se ferramentas de renovação social, como obra da frente pluriclassista capitaneada pelo MDB, que tomava as rédeas da oposição liberal no processo de abertura política.⁴⁶⁶ Para Florestan, as organizações da classe trabalhadora não podiam deixar de se mover politicamente no sentido de arrancar transformações “dentro da ordem”, assumindo uma tarefa histórica que não é sua, mas que a classe dominante brasileira não quis e não pôde realizar. Entretanto, aos olhos do sociólogo, os limites da “democracia de cooptação” eram sutis e a quimera de uma democracia de conciliação entre os interesses de classe era um artifício de prestidigitação das forças sociais dedicadas à contrarrevolução preventiva⁴⁶⁷. Por isso a radicalização de Florestan na defesa da ação direta e da associação da luta operária à revolução socialista como horizonte político. Uma vez que os limites da liberalização outorgada recolocavam, na visão de Florestan, os limites para a democracia no capitalismo dependente, o autor não se entusiasmou com o fim do bipartidarismo e com a campanha pela Assembleia Constituinte⁴⁶⁸.

As evidências históricas da ausência de qualquer compromisso democrático da burguesia associada aos centros imperialistas indica o limite ao qual a reflexão de Florestan, frequentemente, termina por nos levar, como fatalidade histórica do ritmo da modernidade capitalista no Brasil. Ela também indica, nas concepções militantes do autor de fins da década de 1970, a sugestão do enfrentamento aberto e da “desobediência civil”⁴⁶⁹ como instrumentos da oposição popular para a construção de uma democracia da maioria. Frente às formas de domínio democráticas que precisam reproduzir diariamente os dispositivos de coerção, Florestan demarcou a postura radical: afirmou a necessidade de que o movimento dos trabalhadores acumulasse uma “massa

⁴⁶⁶ FERNANDES, Florestan. “A segurança do lucro”, *Movimento*, 21/11/1977.

⁴⁶⁷ FERNANDES, Florestan. “O governo Geisel e a contrarrevolução”, *Versus*, fev. 1979.

⁴⁶⁸ FERNANDES, Florestan. “Nem boicote, nem entusiasmo”, *Movimento (edição especial-Constituinte)*, fev.1977.

⁴⁶⁹ “Nós temos que usar todos os meios que nos permitam sair do imobilismo e propagar o uso aberto e corajoso da desobediência civil”. FERNANDES, Florestan. “Entrevista”, *Em Tempo*, n.06, 31/03/1978.

de violência orgânica”⁴⁷⁰ como instrumento de “autodefesa e contra-ataque”. Essa violência tornar-se-ia uma força histórica positiva e criadora na medida em que correspondesse a um projeto político pela realização de uma democracia de participação ampliada, sinônimo da “revolução dentro da ordem” que alimentaria objetivos mais profundos, conforme vislumbrou nos momentos de explosão de revolta popular e, principalmente, nas tentativas de organização coletiva autônoma dos trabalhadores urbanos. Essa possibilidade tem sua contrapartida com a emergência de um fenômeno complementar à transição pelo alto: a *democracia de cooptação*, termo cunhado para designar um dos frutos da lógica regressiva da revolução burguesa nos marcos da redemocratização. Reserva-se um lugar importante para a cristalização da luta de classes no âmbito da política de interesses, o que o leva a insistir na organização autônoma da classe trabalhadora também dentro da ordem, no processo de alargamento dos limites da democracia, que não se contradiz com as perspectivas e o horizonte da revolução contra a ordem. Assim, em aula inaugural na USP em 1979, destinada a revisitar sua obra publicada quatro anos antes, Florestan Fernandes faz um ajuste de suas conclusões políticas em torno da fixação entre revolução e contrarrevolução na conclusão daquela obra, lembrando que os movimentos observados na conjuntura exigiam esse reparo. Segundo o autor, o crescimento dos movimentos políticos populares como, por exemplo, o protesto operário e as mobilizações urbanas, apresentavam-se já como uma “realidade constante”, adensando-se “uma atividade das classes subalternas a partir de dentro e através da ordem burguesa”⁴⁷¹. Essa evidência demarcava uma transformação histórica, com o desgaste da contrarrevolução e o vislumbre do ingresso das classes subalternas na institucionalidade democrática:

Delineia-se o início de uma nova época histórica, de refluxo da reação e da contrarrevolução, e de fluxo da revolução nacional e da revolução democrática. Tenho a impressão de que se pode confiar na continuidade desse processo, que mal está se manifestando, porque o rombo em questão não procede das classes burguesas. Pela primeira vez, na

⁴⁷⁰ FERNANDES, Florestan. “Nos marcos da violência”. In: *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

⁴⁷¹ FERNANDES, Florestan. “Repensando ‘A revolução burguesa no Brasil’”. In: *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980. p.61-69.

história do Brasil, ele vem definitivamente de baixo para cima, colocando no centro da história o proletariado e o Povo. A ordem burguesa não se abre a partir de cima. Ela se abre pela pressão radical dos trabalhadores, de seus sindicatos, e das frustrações e insatisfações das massas populares (timidamente apoiadas por alguns setores radicais das classes médias e altas). Se chegamos a ter uma democracia burguesa, isso não será um produto político da iniciativa das classes burguesas na transformação da sociedade civil e da sociedade política. São as classes subalternas, de modo geral, e o proletariado de ponta de forma especial, que se lançam à ferente de uma luta prolongada pela cidadania, das garantias sociais e das liberdades políticas⁴⁷².

O texto citado acima não se enquadra na visão criticada por Carlos Nelson Coutinho⁴⁷³ quanto à postura extremamente reticente de Florestan em relação à redemocratização apresentada na produção teórica e jornalística posterior a *A Revolução burguesa no Brasil*. Para o autor de *Democracia como valor universal*, Florestan subestimou o processo da chamada transição, que foi “atravessado e contraditado por um processo de abertura, isto é, por um movimento social objetivo que resultou da ativação da sociedade civil, em particular dos segmentos ligados às classes trabalhadoras”. Ainda segundo Coutinho, a subestimação desse fato por Florestan Fernandes o levou a enxergar somente as mudanças “pelo alto”, sem perceber, por exemplo, que a transição contou com a presença de diversas pressões populares, algumas delas incorporadas ao texto da Constituição de 1988. A ênfase de Florestan na violência e na dificuldade intrínseca da burguesia brasileira em dominar sob formas mais hegemônicas e consensuais teriam levado o sociólogo paulista, na interpretação de Coutinho, a valorizar um “estreito dilema” entre autocracia burguesa, ainda que sob formatos “democráticos”, e revolução socialista, concebida como ruptura explosiva.

O dilema demasiado rígido visto por Carlos Nelson Coutinho na obra de Florestan é informado, por sua vez, por uma leitura do pensamento político de Gramsci que dá ênfase às estratégias processuais de conquista da hegemonia (“guerra de posições”) no lugar das irrupções violentas de tomada do poder (“guerra de manobra”),

⁴⁷² Idem, p. 65.

⁴⁷³ COUTINHO, Carlos Nelson. “Marxismo e imagem do Brasil em Florestan Fernandes”. Op.cit.

e por uma aproximação da institucionalidade liberal como ponto de partida para a construção de uma estratégia reformista. Apesar da insistência de Florestan Fernandes no polo da dominação e da violência como dimensões estruturantes da democracia burguesa, é importante frisar que, para esse autor, a luta contra a ordem também ocorre na luta por direitos dentro da ordem, inclusive pela recuperação do “direito à revolução”⁴⁷⁴. Para Carlos Nelson Coutinho, naquele momento específico, o elemento dominante na perspectiva da revolução era a democratização, um “valor universal”.⁴⁷⁵ Na mesma direção, o principal interlocutor de Coutinho no debate brasileiro, Leandro Konder, reunira, em 1980, no livro *Os comunistas e a democracia*, um panorama da questão democrática entre os comunistas brasileiros no século XX. Nos últimos capítulos desse livro, Konder apresenta um diagnóstico sobre o “fortalecimento recente da sociedade civil” e o sentido democrático das lutas do “novo proletariado”, concluindo pela importância da construção de uma frente que ligasse as “tradicionais reivindicações proletárias relativas ao conteúdo social-econômico avançado da democracia” às “exigências formais” de conteúdo democrático dos “setores médios, especialmente dos produtores de bens culturais”, cuja participação nos movimentos de pressão pela democracia seriam aliados imprescindíveis das lutas materiais da classe trabalhadora.⁴⁷⁶

Como não poderia deixar de ser, tais diferenças de ênfase no interior do pensamento socialista brasileiro daquele momento sobre a questão democrática ecoam e complexificam um permanente debate estratégico da esquerda sobre reforma e revolução, no qual a discussão sobre a democracia frequentemente se instaura. Não é caso de recuperar aqui os argumentos de autores como Lukács e outros⁴⁷⁷ no esforço de

⁴⁷⁴ FERNANDES, Florestan. “Nos marcos da violência”. In: *A Ditadura em questão*. Op.cit, p. 155.

⁴⁷⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”. In: *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

⁴⁷⁶ KONDER, Leandro. *Os comunistas e a democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 134.

⁴⁷⁷ Em texto de 1968, Lukács estabeleceu uma crítica simultânea ao stalinismo e à democracia liberal-burguesa, retomando a partir dos textos de Lênin os fundamentos do que chamou de democracia socialista. Para o filósofo húngaro, a democracia socialista não seria propriamente um fenômeno superestrutural, mas um “fator material que movimenta o próprio mundo social”, ou seja, um processo mais amplo, cotidiano e qualitativamente diverso da cidadania liberal. Ver LUKÁCS, György. “O processo de democratização”. In: *Socialismo e democratização: escritos políticos (1956-1971)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008, p. 117. Em suas polêmicas simultâneas contra Kautsky, Bernstein e o

superar a dicotomia entre esses termos, ou ainda nos debates feitos durante as décadas de 1960 e 1970, no interior de organizações como a Polop e outras, em torno da superação dos limites do programa democrático nacional-popular. Mas importa lembrar que a ascensão da democracia e da democratização como termos dominantes do debate também se situa nos quadros da autocrítica comunista e socialista no século XX. Se a revalorização da inserção institucional nos quadros da via parlamentar implicou, no caso concreto da maioria dos partidos comunistas europeus, o horizonte da perspectiva da estratégia de colaboração de classes,⁴⁷⁸ Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder não se enquadram na perspectiva social-democrata e colaboracionista, que já é então a de Fernando Henrique Cardoso, mas suas reflexões dessa época em torno da democratização concentra, com algum impacto posterior nas formulações das tendências majoritárias do PT, os principais argumentos utilizados nessas tendências para o abandono do esforço de atualização do conceito de revolução.⁴⁷⁹ Mais importante, porém, que essa constatação *a posteriori*, é notar que tais perspectivas diversas quanto à relação política com o marxismo e ao posicionamento ideológico-

anarquismo, Lênin busca uma definição do processo de instauração do comunismo a partir da crítica à burocracia, ao gradualismo, ao próprio Estado parlamentar e ao instantaneísmo dos anarquistas. A partir das reflexões sobre a derrota da Comuna de Paris feitas por Marx e Engels, Lênin defende a organização da classe trabalhadora em classe dominante com o empoderamento transitório do aparato político estatal e a criação simultânea de formas de democracia direta, com o objetivo coordenado de realizar o “definhamento” do Estado. LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978. Esse debate também está presente no texto pioneiro de Rosa Luxemburgo e nos escritos de Gramsci, leituras centrais de Carlos Nelson Coutinho em seu uso dos conceitos de sociedade civil, hegemonia e reformismo revolucionário, contrapostos frequentemente a Lênin. O problema da democracia e do Estado sob o socialismo tem, ainda, na década de 1970, uma importante e inovadora abordagem com Nicos Poulantzas, cuja obra *O Estado, o poder, o socialismo* também procura caracterizar, nas suas palavras, “a presença constitutiva do político nas relações de produção” e a perspectiva socialista de desaparecimento do Estado na articulação entre a transformação do Estado liberal e a criação de formas de democracia direta. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

⁴⁷⁸ Para a crítica da estratégia reformista e do papel da política de “frentes populares” no comunismo internacional a partir do final dos anos 1930, ver MANDEL, Ernest. “As três dimensões do eurocomunismo”. In: *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.

⁴⁷⁹ Para a história da conversão do Partido dos Trabalhadores a agente do transformismo e das reformas capitalistas no Brasil, ver COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã/Feira de Santana: Editora da Ufes, 2012.

partidário convergiam na relevância da sociedade civil e da democracia como unidades centrais de formulação teórico-política. Já em Florestan Fernandes, o horizonte de sua reflexão crítica em torno da democracia é envolvido pela centralidade da revolução social considerada como alternativa histórica, que permanece em sua obra como traço marcante e diferenciador.

A “questão de museu”⁴⁸⁰ relativa ao par reforma/revolução resolvia-se, na tendência intelectual hegemônica dos principais fóruns oposicionistas, na valorização da democracia e na promoção da sociedade civil, pela qual também se pretende superar a caracterização do Estado de direito como instrumento ardiloso de legitimação do poder de classe burguês. É um momento de virada no pensamento político que dialoga com aquela tendência geral de “social-democratização” dos partidos comunistas na Europa do pós-Guerra e implica ajustes nacionais que se observam em circunstâncias socioeconômicas específicas. No Brasil, essa questão se confronta com a conjuntura do debate sobre as estratégias de superação da ditadura. A discussão exemplarmente insinuada nos textos que vimos comentando acima traz uma marca específica que se refere ao caráter da transição para a democracia no Brasil, “consentida”, pactuada ou pacífica por um lado, ou inviável, nos quadros da tendência histórica do capitalismo brasileiro, na medida em que dissocia desenvolvimento econômico de direitos sociais. No esforço de qualificar o debate sobre a democracia no Brasil, esses autores da segunda metade da década de 1970 representam também uma circunstância em que a questão da participação popular poderia impor a superação da dicotomia entre revolução e reforma ou, de acordo com a terminologia de Florestan Fernandes, entre as lutas “dentro” da ordem ou “contra” a ordem. A ditadura como expressão do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro seria uma forma política essencialmente instável. O aumento da pressão dos subalternos aparece como processo vinculado à diferenciação social ocorrida inclusive sob o regime ditatorial, e a democracia aparece como conquista de uma “revolução nacional”, criadora de um “Estado fundado na dominação efetiva de uma maioria”.⁴⁸¹

⁴⁸⁰ GARCIA, Marco Aurélio. “Reforma ou revolução/reforma e revolução”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 10, n. 20, mar.-ago. 1990, p. 38.

⁴⁸¹ FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, p.214.

5.5 Consenso democrático e posições dissonantes

Como já foi destacado nas observações de Fernando Henrique Cardoso, para esse autor era importante a constatação de que a ditadura já não era do interesse das classes dominantes internacionais e perdia sua legitimidade junto a importantes frações da burguesia brasileira e também da classe média, de cujo apoio dependeria sua continuidade. Por cima dessa observação, sua teoria do autoritarismo baseava-se, como vimos, no recorte essencialmente liberal e institucionalista da ação política, resultando em apelos realistas por uma transição pactuada, ainda que defendendo o aumento da participação popular. Sua proposta, que não deixava de apelar para a inclusão de mais direitos sociais como forma de alcançar a “democracia substantiva”, enquadra-se no diagnóstico mais amplo do “novo caráter da dependência”, na aceitação amena dos limites postos pela inserção da sociedade brasileira no concerto do sistema capitalista mundializado e na invenção de uma sociedade civil moderna, encarnada na imagem modelar dos atores políticos do Sudeste urbano. Esses são tomados como padrões dos agentes sociais destinados a democratizar a sociedade, contra as frações burguesas já minoritárias que se alinhavam aos militares e se entrincheiravam nos anéis de poder do Estado burocrático-autoritário. Tal painel sustentava-se na visão de uma continuidade histórica no plano político, caracterizada pela presença sufocante do Estado sobre a sociedade civil no processo de modernização que, até ali, levava a cabo as possibilidades de desenvolvimento econômico dependente-associado. A análise de Fernando Henrique Cardoso comporta uma duplicidade fundamental: se a modernização autoritária da sociedade brasileira levava de roldão as expectativas de tomada do poder da esquerda revolucionária, ela também prolongava o controle da sociedade pelo Estado burocrático-autoritário. O desdobramento desse diagnóstico é a “democratização” como novidade específica dentro do quadro mais geral de construção de uma nova institucionalidade, em que os conflitos sociais se alinhavam a partir da clareza dos grupos e classes sociais sobre seus próprios interesses. A crítica do voluntarismo e a defesa do realismo baseiam-se, então, num chamado à responsabilidade contra o pano de fundo da ditadura. Essa análise se revela, também, no projeto político-partidário encampado por dentro de sua reivindicação democrática.

Politicamente, Florestan Fernandes representa nesse debate uma antítese das posições de Cardoso. Fernandes foi o mais sistemático dos autores comentados na tentativa de plasmar uma crítica da transição democrática, nos seus próprios termos,

“calibrada” na identificação epistemológica com a classe operária, na importância dos intelectuais críticos para a desmistificação dos limites da democratização e no acionamento do polo revolucionário da democracia. Sua posição à parte refere-se, principalmente, à radicalidade das declarações em relação ao tema, que coincide com sua trajetória, relativamente solitária e marginalizada a partir de 1970, no campo cultural em questão. Sua perspectiva socialista revolucionária é delineada por uma preocupação em fixar o sentido atual da crítica marxista do capitalismo e a análise leninista do Estado e do imperialismo, que informam suas intervenções em torno da conjuntura no sentido de um alerta sobre o continuísmo da dominação autocrática sob o formalismo das instituições liberais. A recuperação dos clássicos do pensamento comunista contempla a dimensão da teoria voltada para a visão de longo alcance do processo da luta de classes num sentido integral e ambicioso. É inegável que esse enquadramento também assume, em muitos de seus artigos, o tom propagandístico e a denúncia ideológica. Florestan Fernandes, nesse momento, assume um lugar claro, que é o da construção da revolução socialista no Brasil, com todas as implicações que esse posicionamento implica para a fatura de seus textos e para seu projeto intelectual. Sua abordagem da questão democrática, que é central em seus artigos da segunda metade da década de 1970, insiste na terminologia crítica em torno dessa noção: “democracia de cooptação”, “democracia restrita”, “democracia tutelada”, são os termos utilizados para designar o que considerava “o imenso atraso histórico do Brasil nessa área”.⁴⁸² Essa crítica, entretanto, não o impedia de considerar a necessidade da busca de uma “legalidade que atenda às classes subalternas (nas condições históricas imperantes, certamente, dentro da ordem)”, em simultaneidade com a “desobediência civil generalizada e o alargamento da ordem burguesa”.⁴⁸³ Trata-se de uma questão de ênfase, de linguagem e, principalmente, de conteúdo. A posição de classe autorrefletida informa um determinado estilo intelectual que, por sua vez, delimita uma posição desmistificadora no campo sociológico em torno do debate teórico sobre a democracia. O trecho citado logo acima consta de uma conferência de 1981, onde o marco fundamental dessa posição se colocaria de forma exemplar, com o vislumbre da “derrota da ditadura” (expressão, aliás, que desautoriza a visão “pelo alto” de seu pensamento

⁴⁸² FERNANDES, Florestan. “Crise ou continuidade da ditadura?”. In: *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 39.

⁴⁸³ Idem, *ibidem*.

sobre a transição). Na conclusão dessa conferência, ao sintetizar sua abordagem da questão democrática a partir da emergência da classe trabalhadora como sujeito político, Florestan afirma:

O que seria importante é que as classes trabalhadoras ganhariam um patamar político próprio, a partir do qual terminariam as mistificações sobre a “questão da democracia” e a revolução democrática se implantaria solidamente, como uma revolução social permanente, ativa na transformação simultânea e interdependente da sociedade civil e do Estado. O socialismo deixaria de ser proscrito, juntamente com as classes trabalhadoras, da cena histórica e os conteúdos de classe da democracia teriam de responder às exigências civis das classes trabalhadoras e às suas reivindicações políticas socialistas.⁴⁸⁴

No plano do projeto político aí esboçado, a centralidade da questão democrática é estratégica, e a abordagem sociológica da interação entre Estado e sociedade civil corresponde não somente a uma visão teórica materialista do processo global, mas também a um ângulo de visão diferenciado em relação à visão da sociedade civil nos artigos de Cardoso e também de Weffort. Essa diferença se refere à sua própria apreensão do marxismo e também pode ser relacionada ao seu lugar à parte dentro do campo científico originário em comum, com o qual dialogava, nessa altura, de uma posição ao mesmo tempo destacada e isolada, em que as suas escolhas políticas (independentemente, nesse aspecto, das identificações partidárias) definem um projeto intelectual dissidente.

Francisco Weffort, seguido de perto por Moisés em suas conclusões fundamentais, logrou realizar uma análise do presente fundada na crise de hegemonia burguesa no decurso do desenvolvimento capitalista no Brasil no pós-30. Essa dimensão não está ausente de nenhum dos autores estudados neste capítulo, mas a questão da crise de hegemonia aparece nas intervenções conjunturais dos fundadores do Cedec como argumento de maior destaque, direcionado ao entendimento do recorte interno da luta de classes em sua manifestação política. Nesse ponto, as investidas de Francisco de Oliveira se aproximam bastante das de Weffort e Moisés. Os dois últimos definem a partir desse mesmo diagnóstico histórico semelhante uma agenda institucional e uma

⁴⁸⁴ Idem, *ibidem*.

abordagem política que foi decisiva para a conformação da imagem do “novo” e da ruptura com o passado, em sua tentativa de instituir um modo de relacionamento mais direto entre o sujeito da investigação e o novo sujeito político que se queria afirmar. Os dois primeiros números da *Revista de Cultura Contemporânea*, nesse sentido, são exemplares de um projeto editorial que retratava tal sentido orgânico conferido à sociologia do trabalho no debate sobre a questão democrática. Com fotos e ilustrações de Rubem Grillo, Jaime Leão e Elifas Andreatto tomadas do jornal *Movimento*, entrevistas de lideranças operárias lado a lado com ensaios de síntese histórica, os dois únicos números dessa revista são um retrato dessa tentativa, que dura pouco e já assume formato mais acadêmico a partir de sua transformação na *Revista de Cultura e Política*, em 1980, transmutada em meados da década na *Lua Nova*. A aposta no movimento operário como sujeito político da transformação democrática da sociedade, nessa vertente integrante da primeira fase do Cedec, confere não somente um conteúdo de classe à sua abordagem sobre o tema da democracia, mas também procura estabelecer um lugar concreto de enunciação, que é o da construção de uma experiência em comum com a classe. Essa linhagem insere-se criticamente na sociologia profissional do trabalho e do sindicalismo de autores pioneiros, como Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues, avançando, a partir da década de 1970, para uma sociologia “orgânica” do trabalho, na expressão – utilizada entre aspas – de Rui Braga e Marco Aurélio Santana.⁴⁸⁵ No caso de Weffort, há uma obra posterior dedicada ao tema da democracia⁴⁸⁶ que avança para uma posição onde a centralidade da luta de classes se esvai e o horizonte socialista é considerado como mais um dos fatores de superação da “democracia delegativa”, que se refere a uma atrofiação da representação e da participação características de sociedades socialmente desiguais. Essa mudança na segunda metade da década de 1980 não é objeto deste estudo. Porém, pode-se notar que a fase caracterizada como “orgânica” por Braga e Santana corresponde a uma circunstância de curta duração. Entre a segunda metade da década de 1970 e meados da década de 1980, a diferenciação no projeto do Cedec capitaneada inicialmente por Weffort e Moisés

⁴⁸⁵ BRAGA, Ruy e SANTANA, Marco Aurélio. “A fabricação da identidade: sociologia pública do trabalho e sindicalismo no Brasil”. In: BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael (orgs.). *Por uma sociologia pública*, op.cit., pp. 219-237.

⁴⁸⁶ WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984. WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

produzirá efeitos consideráveis na concepção sobre o papel dos intelectuais e sobre a democracia.

Assim como nas interpretações formuladas no Cebrap por Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, a questão da participação popular e da construção democrática desenvolve-se segundo uma visão das mudanças estruturais da sociedade brasileira, em contradição com o fechamento autoritário do regime, que aprofundara o sentido dependente, politicamente instável e desigual de desenvolvimento capitalista. A defesa da autonomia por Weffort e Moisés implicava o compromisso com o estabelecimento das condições institucionais para a expressão inédita dos interesses expressos nas formas auto-organizatórias deslegitimadas na história. Desenvolvendo uma tentativa intelectual nova em relação à identidade dos membros mais velhos do Cebrap, o viés participativo e popular dessa linha de produção e atuação alimenta-se da pujança dos próprios movimentos populares no momento de sua ascendência no campo intelectual. A influência dessa matriz para uma vasta produção sociológica sobre os novos movimentos sociais e movimentos sociais urbanos dos anos 1980 foi grande, embora a proposta intelectual do início tenha se dispersado quando os autores em questão passam a atuar como lideranças partidárias.

Francisco de Oliveira também ingressou organicamente no PT, embora não tenha exercido nenhum cargo em instâncias partidárias ou governamentais. Embora com um discurso político próximo aos de Weffort e Moisés, a singularidade de seu perfil intelectual dentro do grupo analisado corresponde à aplicação rigorosa e ensaística dos conceitos fundamentais de Marx à análise centrada nos fatos econômicos e nos mecanismos internos voluntários da dominação burguesa. Diferentemente dos outros, Oliveira não realiza em seus textos uma reflexão sistemática propositiva sobre a democracia, a democratização ou o movimento operário, embora aponte constantemente a importância renovadora do PT e da ascensão do “novo sindicalismo”. Sua inflexão teórica direciona-se ao polo das formas de dominação e articulação política interna da sociabilidade capitalista, com um estilo crítico negativo que mantém a associação do engajamento político ao lado das forças democrático-populares e do intelectual como revelador das estruturas de dominação que perpassam e submetem a ação conjuntural. Como foi verificado, algumas de suas conclusões assemelham-se ao diagnóstico de Florestan Fernandes em torno da necessidade de exclusão e exacerbada coerção verificada historicamente no capitalismo brasileiro. A forma de aproximação

multidimensional dos nexos entre economia e política realizada por esses dois últimos autores também coincide no horizonte da revolução social (colocado de modo mais explícito nas intervenções de Florestan Fernandes) e de uma solução antissistêmica para a impossibilidade de uma transição democrática sob o signo da inclusão social. O ponto de vista de Oliveira é forjado por sua trajetória mais eclética do que a de Florestan, no que se refere aos espaços institucionais percorridos, que remontam ao seu trabalho na Sudene e à proximidade com o debate econômico da velha guarda da Cepal, ampliada e criticada pela perspectiva socialista, bem como com o diálogo, na década de 1970, com os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, junto com a interlocução realizada nessa época com economistas como Maria da Conceição Tavares, Maria de Moraes, Guido Mantega e Luiz Gonzaga Belluzzo, nos espaços do Cebrap e nos fóruns universitários. A presença do enfoque estrutural e macroeconômico da forma de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil refere-se, no seu caso, à pesquisa dos móveis propulsores internos da acumulação. Ressalta-se a dimensão política do processo econômico-social da revolução burguesa, a forma como a inserção nas determinações planetárias da expansão capitalista ocorreu segundo a ação determinada de grupos e forças sociais no espaço nacional. Dentro desse grupo de intelectuais, ao lado de Florestan Fernandes (embora institucionalmente muito mais próximo de Cardoso, Moisés e Weffort), Oliveira representa nesse momento uma trajetória intelectual mais afiada pela identificação com o pensamento de Marx, o que já demarca uma crítica prévia e global determinante para suas posições conjunturais, enfatizando a continuidade da “ditadura de classe”.

Não há nada que nos autorize a realizar uma associação direta apriorística entre os ensaios científicos e a linha política explicitada nos artigos de conjuntura, mas também é inegável que, já nos trabalhos com uma preocupação teórica mais explícita, observa-se o caráter político das posições em torno da ação consciente das classes sociais. Para continuar com a expressão formulada por Carlos Nelson Coutinho, as imagens do Brasil formuladas por aquele grupo heterogêneo referem-se, desde o recorte temático realizado, ao esforço de imiscuir a sociologia na vida prática, embora, frequentemente, essa objetivação seja afirmada a partir da defesa da autonomia e de uma teia de publicações e fóruns majoritariamente frequentados pelo pequeno círculo da elite universitária. Mas o trabalho editorial de Fernando Gasparian e Raimundo Pereira, o conjunto das publicações alternativas e o sentido do projeto intelectual desses

membros da sociologia da USP convergem, mesmo assim, na tentativa de atribuir ao trabalho cultural um papel político, em diferentes perspectivas sobre a democratização, e no alargamento da interlocução acadêmica com os grupos sociais. Nesse sentido, sua importância para a definição da frente democrática na segunda metade da década de 1970 indica a real existência de uma ação organizativa do partido oposicionista no sentido amplo, em que o diálogo temático e político da sociologia acadêmica com os movimentos sociais teve um impacto duplo: de dentro para fora, ao trabalhar para a fixação do conteúdo do discurso democrático na frente de oposição; e de fora para dentro, ao abrir-se à colaboração direta com a ação dos grupos sociais, transformando assim o sentido de seu projeto intelectual. Por isso, a questão das posições de classe reveladas no pensamento de cada um sobre a democracia não poderia se referir somente a uma identificação externa, limitada pelo circuito em expansão, mas relativamente elitizado, em que circularam suas interpretações. No período estudado, essa posição se manifesta, principalmente, por meio de suas intervenções escritas: foi preciso uma extensa tentativa de tradução dos termos sociológicos para o debate conjuntural para que esses intelectuais se convertessem em referências teóricas e políticas no debate público sobre a democracia.

Considerações Finais

No estudo das relações entre conhecimento e poder, a existência de diversos espaços de comunicação entre a categoria relativamente autônoma do campo acadêmico e as disputas políticas entre frações e classes sociais confirma o fato de que as ciências sociais não circulam num espaço alheio aos projetos de Estado ou à vida material, embora não constituam seu mero resultado ou reflexo. Por essa razão, uma análise do chamado “pensamento social brasileiro” que não leve em consideração os espaços sociais onde circulam os conceitos e as ideologias políticas com que seus autores lidaram não tem como alcançar o destino de suas ideias e as conexões sociais presentes no produto do seu trabalho. Da mesma forma, não há como contornar a necessidade de ir diretamente aos textos, que afinal de conta representam uma dimensão central da práxis daqueles que são reconhecidos como intelectuais e uma das principais ferramentas de comunicação de suas visões de mundo.

Neste estudo, buscou-se circunscrever a formação de um circuito de autores, textos, leitores e veículos editoriais onde conceitos trabalhados no âmbito científico funcionaram como categorias políticas. Para isso, direcionamos inicialmente nossa atenção para a experiência da chamada “imprensa alternativa”, onde destaca-se como um dos pioneiros o jornal *Opinião*. Foi demonstrado que, a partir de 1972, aquele semanário inaugurou um estilo seguido depois por outros órgãos, entre os quais, durante a segunda metade daquela década, sobressai o jornal *Movimento* como principal espaço editorial de articulação da frente oposicionista. Para que a presença dos cientistas sociais e de suas intervenções de conjuntura nesses espaços fosse possível, foram ressaltados como fatores importantes as tentativas de resistência intelectual à repressão na universidade e a renovação, desde fins da década de 1950, do debate sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, intensificadas no momento em que desarmaram-se, em meados dos anos 1970, as condições de legitimação do “milagre econômico”. O importante significado político da experiência inaugurada com *Opinião* pôde ser constatado por meio de testemunhos que atestaram o seu papel de aglutinador de um setor de acadêmicos reunido, sob a mesma proposta frentista, com militantes de organizações de esquerda e jornalistas dedicados a construção de um periodismo contraposto aos padrões hegemônicos na imprensa e voltado para o combate político-

editorial contra a ditadura. No caso de *Opinião*, sob o mecenato de um membro nacionalista e politicamente derrotado da burguesia industrial (apoiador de Jango que era também economista, foi professor universitário e, nos anos 1970, tornou-se um dos principais editores de ciências sociais do país), esse espaço representou e estimulou a convergência de segmentos oposicionistas da pequena e média burguesia no momento em que o MDB também se transformaria na alternativa hegemônica ao regime. Constrangido pela censura governamental e abalado pelas divergências internas, o jornal de Fernando Gasparian foi marcado pela sobrevivência precária e pela resistência cultural ao longo dos cinco anos de sua existência, quando, mesmo assim, cumpriu um papel fundamental para a consolidação de uma corrente democrática entre setores intelectualizados e politicamente ativos da oposição. *Movimento*, por sua vez, buscou desenvolver a proposta de *Opinião* para um sentido político mais popular e um discurso mais identificado à esquerda, embora também partilhasse da estratégia frentista e encampasse o apoio de setores politicamente ativos ao partido institucional da oposição consentida. Esse último jornal, que nasceu de *Opinião* e contou com seus principais quadros editoriais, refletiu o desenvolvimento de uma oposição mais aberta, diversificada e socialmente articulada, quando, a partir do governo Geisel, pode-se falar de uma frente popular-democrática tomada como uma corrente da sociedade ou um partido, no sentido integral.

Tal continuidade sublinhada neste trabalho entre as experiências de *Opinião* e *Movimento* refere-se à posição destacada que esses dois jornais representaram para a condensação de um projeto político conjuntural, onde convergiram grupos de diferentes orientações programáticas e ideológicas numa proposta de frente democrática. Esses dois jornais foram o centro de uma tendência que observamos também num círculo mais restrito de publicações ligadas às ciências sociais, onde publicaram os mesmos acadêmicos que colaboraram nos dois semanários. Incluídos neste trabalho como fontes complementares, *Debate e Crítica*, *Cadernos de Opinião*, *Argumento* e *Revista de Cultura Contemporânea* compõem um outro círculo de periódicos, que também refletiram o esforço de politização da sociologia pública profissional no processo simultâneo de alargamento dos interlocutores do campo científico e do crescimento do público oposicionista.

Além de dezenas de artigos produzidos para *Opinião* e *Movimento*, analisamos

outros textos contemporâneos a eles, produzidos pelo grupo oriundo da USP e publicados naquelas outras revistas, ou ainda em livros editados ao longo da década de 1970. Esses textos foram lidos em diálogo com a produção mais conjuntural dos semanários alternativos. Tentamos sugerir nessa leitura que não há somente uma homologia temática de fundo entre as pesquisas acadêmicas (que não eram necessariamente dirigidas por um sentido político) e as intervenções de conjuntura, mas que ambas as formas de produção escrita desses autores almejavam o horizonte da crítica social e buscavam prognosticar as transformações políticas correspondentes à constituição do Brasil como sociedade de classes. Assim, a ação conjuntural contra o regime político envolveu visões de maior alcance, referenciadas em interpretações anteriores da singularidade do desenvolvimento capitalista no país, elaboradas em diferentes espaços coletivos e institucionais onde se formaram e trabalharam esses autores. Na USP, no CESIT, no Seminário d’*O Capital* e no CEBRAP, os intelectuais universitários que acompanhamos voltaram-se para a compreensão da especificidade da sociedade brasileira como parte integrante do sistema capitalista, onde a luta de classes assume expressões políticas próprias, embora não deixe de resultar da expansão global do modo de organização social historicamente gestado na Europa. Se há algo que possa ser identificado como possível traço em comum dos principais sociólogos que representam o cânone da assim chamada “escola paulista de sociologia”, trata-se dessa preocupação com dois fatores interligados: a particularidade do Brasil como formação social capitalista e a importância da perspectiva das ciências sociais para sua constituição como sociedade moderna e democrática. Entretanto, embora encontre-se essa identidade comum em suas agendas de pesquisa, sublinhamos que a passagem para um posicionamento diretamente político envolve diferenças de vulto, cristalizadas com mais força a partir dos textos da segunda metade da década de 1970. Tais diferenças foram trabalhadas nos dois últimos capítulos a partir das distintas concepções sobre o papel social da sociologia e dos posicionamentos sobre a questão democrática, duas preocupações que formam a base de projetos intelectuais distintos e refletem as singularidades e as identificações políticas observadas entre os autores abordados. Afirmou-se então uma correspondência não-linear entre as distinções teóricas e políticas, com ênfase nos textos de Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Fernando Henrique Cardoso.

As investidas desses intelectuais acadêmicos em torno da conjuntura política

envolveram, como foi dito, uma reflexão sobre a história brasileira como parte da história do capitalismo em processo de mundialização. A particularidade do processo de organização política das classes sociais fundamentais na formação social brasileira é vista não só como traço de inadequação à ordem política correspondente na Europa (a democracia liberal e o Estado de Direito), mas como expressão de um tipo de atraso civilizacional, que indica as desigualdades combinadas do sistema internacionalizado. Essa reversibilidade entre a visão das determinações externas e os móveis políticos locais confere uma ambição a um só tempo universalista e autônoma àquelas tentativas de tradução intelectual da especificidade brasileira. Se as intervenções políticas não refletem com precisão milimétrica as reflexões teóricas de cada um, também é verdade que essas últimas não constituem um setor estanque de suas trajetórias intelectuais pensadas integralmente. Dessa forma, por exemplo, a diferenciação mais evidente entre Cardoso e os demais refere-se a um sentido particular que esse último autor imprimiu à sua ação como organizador de um projeto alternativo para as classes dominantes. Esse projeto era justificado teoricamente com uma visão particular da impossibilidade de um capitalismo nacional autônomo e da descrença no socialismo e na revolução como alternativas para a democratização. Amparado por setores da sociedade que integraram o MDB e a frente pela democracia, o protagonismo político desse autor a partir de 1978 concretiza essa posição de classe numa atuação prática e partidária. A evolução simétrica e em direções opostas de Florestan Fernandes refere-se, por um lado, à ampla reflexividade praticada por esse autor em torno dos papéis revolucionários dos cientistas no capitalismo periférico e dependente. Essa presença constante da dimensão autocrítica, assim como a persistência epistemológica do problema da revolução, associam-se, no caso, não só à adoção explícita do marxismo, mas a um projeto intelectual distinto onde a posição no campo científico é integralmente modificada pela adesão refletida e explícita a uma posição de classe.

É nas formas de relação entre ciência e política pensadas e praticadas por esses autores que se fundamentam algumas das diferenças mais importantes de seus projetos intelectuais. Foi observado que Francisco de Oliveira aproxima-se em muitos pontos de Florestan Fernandes no que se refere à visão de largo alcance sobre o caráter regressivo presente no desenvolvimento capitalista no país e também no uso mais sistemático do materialismo histórico e do marxismo como ferramenta teórica e como ponto de vista associado ao projeto socialista. Muitas das conclusões semelhantes dos autores de

Crítica à Razão Dualista e A Revolução Burguesa no Brasil apontam, igualmente para a impossibilidade da democracia social sob a direção da burguesia no Brasil, mas a perspectiva construtiva e militante pela revolução social aparece nos textos de Florestan Fernandes como aspecto cada vez mais central, enquanto nos textos de Oliveira esse mesmo horizonte – que também surge com destaque –, é balizado por uma gradação de realismo e ceticismo mais acentuada, levando este último autor a posições mais pragmáticas pela construção do Estado Social de Direito como estratégia para a construção de uma hegemonia da classe trabalhadora. De qualquer forma, Oliveira e Fernandes representam uma posição teórica muito próxima, e o momento da trajetória intelectual desses dois autores na década de 1970 é o da construção de um posicionamento original em relação aos seus pares mais próximos da USP e do CEBRAP. Nos dois autores ligados ao Cedec, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, sobressaem como marcas diferenciadoras em relação aos demais o tema da autonomia e do poder local e a valorização da experiência e da cultura, fundamentos teórico-práticos tanto de sua noção de democracia como de sua busca de renovação das estratégias políticas da esquerda. Afastam-se da problemática revolucionária e da tradição marxista-leninista, embora assumam a necessidade de uma aproximação orgânica com a classe operária a partir da promoção da sociedade civil como lugar da associação e da construção da democracia, com uma apropriação particular e sistemática do aparato conceitual de Gramsci. A “sociedade civil” também é uma bandeira política central de Fernando Henrique Cardoso, com um viés diferente. Para ele, a questão democrática passa pela construção de um consenso interclassista, onde as advertências críticas à esquerda e à direita também servem à construção ideológica de um novo discurso e à síntese intelectual de um determinado centro político. Sua posição dominante no campo científico e no “partido intelectual” opositor efetivamente corresponde, no processo histórico aqui considerado, a uma trajetória ascendente. Nesse caso, observa-se uma afinação clara, no que se refere à década de 1970, entre o discurso político e as conclusões de caráter sociológico. Identificamos que, em seu posicionamento em torno da questão democrática, a crítica ao Estado burocrático–autoritário fundamenta-se em noções próximas dos grandes temas do liberalismo, que ressoam justamente a dicotomia entre Estado e sociedade civil que transparece em seus textos. Criticada por Florestan Fernandes, essa concepção voltada para a ênfase na reforma do sistema de representação de interesses é também acompanhada por um tom civilizatório que visa

circunscrever o campo da política às modernas regras do Estado de Direito.

Nessas distintas formas de relacionar projetos intelectuais a projetos políticos a partir de raízes acadêmicas próximas e divergentes, os autores considerados podem ser incluídos em três grandes linhagens que ainda atravessam o debate estratégico e político de partidos e movimentos sociais: a autonomista, a marxista e a liberal. Certamente, nas filigranas das obras e das trajetórias, essas tendências sofrem adequações, sínteses, entrecruzamentos e acréscimos que se referem à conjuntura em que os textos foram escritos e à solução particular que os autores conferiram à questão social na sociedade de classes e no capitalismo periférico. A tentativa consensual de superação do projeto nacional-desenvolvimentista, nesse sentido, passa por um processo de fracionamento e descontinuidade, à medida em que a própria constatação do novo momento histórico inaugurado na década de 1970 coloca, como é próprio dos momentos de acirramento dos conflitos sociais, novas perguntas, dúvidas e projeções. Por isso, se há um “partido intelectual” a ser identificado na década de 1970, essa identificação se refere mais a uma coesão externa em torno de posições gerais na conjuntura e de instituições identificadas à oposição política do que ao conteúdo do projeto social encampado nos textos de seus protagonistas. Não à toa, entre os intelectuais abordados nesta pesquisa, essa diferença explicita-se com mais força à medida que o adversário geral comum - a ditadura de 1964 -, começa a passar por uma crise política.

Por meio das visões da sociedade brasileira veiculadas por esses autores, buscava-se alguma eficácia histórica por meio da encarnação de suas ideias em projetos coletivos. Esse intercâmbio ganhou consistência a partir de acontecimentos que ultrapassaram o campo científico e o influenciaram, com a afirmação desses acadêmicos como intelectuais orgânicos e agentes partidários ao longo da segunda metade da década de 1970. A dimensão autoreflexiva sobre o próprio isolamento cultural e o aprofundamento na particularidade da condição do intelectual na sociedade brasileira – aspectos especialmente detalhados em toda a trajetória de Florestan Fernandes -, revela-se à medida em que os autores posicionavam-se de forma mais explícita como figuras públicas. Já nos anos 1980, a experiência direta da política e a ação partidária desdobrariam, então, novas formas de correspondência e novas interpretações sobre o sentido teórico-prático das ciências sociais. Porém, essa é uma circunstância em que o surgimento dos novos partidos, o fim da censura e a progressiva institucionalização de

regras formalmente democráticas compõem um cenário muito diverso. A partir de então, os periódicos alternativos deixariam de representar um partido politicamente significativo da oposição dos grupos da sociedade civil organizada, cuja representação homogênea foi importante para a fixação de um determinado consenso democrático de grande influência em anos posteriores.

Os conflitos entre as diferentes respostas práticas às indagações sobre a destinação do conhecimento - para quê e para quem? – sugerem que as contradições sociais estão no cerne da própria definição da ciência. Por isso mesmo, particularmente nas ciências sociais, a busca da verdade, da objetividade e da totalidade direciona-se contra o sentido instrumental conferido ao saber técnico pelas instâncias do mercado ou das agências estatais, dando lugar a uma relação imanente do conhecimento científico com os conflitos sociais. Nesse sentido, espero ter demonstrado que determinadas tentativas de renovação das interpretações sociológicas do Brasil e a participação de seus autores nas instâncias do debate político de seu tempo integram um mesmo processo, onde as reflexões em torno da questão fundamental das formas de manifestação da luta de classes no Brasil informa, simultaneamente, a diferença entre seus projetos teóricos e suas intervenções em torno da questão da democracia, embora essa correspondência não seja unidimensional. Quanto a esse último aspecto, a imagem de um campo acadêmico autônomo também não corresponde à realidade permanente de seus esforços de articulação com as reivindicações dos movimentos sociais, e a percepção da dificuldade dessa interação num sentido socialmente mais relevante nasce justamente da visão das desigualdades intransponíveis na sociedade de classes e, em particular, da marca fortemente elitizada do saber científico. O debate sobre a questão democrática implicou, então, tentativas de conferir alguma relevância social à sociologia, onde os posicionamentos em torno da solução do problema da desigualdade social e da divisão social do trabalho demarcam diferentes projetos sociais.

Referências

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sergio Henrique. “As ciências sociais e o Estado – comentário sobre Política Científica e Tecnológica e a institucionalização da ciência social no Brasil”. Rio de Janeiro, n. 13, BIB, Anpocs, 1982.
- ADUSP. *O livro negro da USP: controle ideológico na universidade*. São Paulo: Adusp, 1978.
- AGUIAR, Flávio. *A palavra no Purgatório: literatura e cultura nos anos 70*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- _____. “Imprensa alternativa: *Opinião, Movimento e Em Tempo*”. In: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 233-249.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- _____. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1969-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- ANTÔNIO, João. “Aviso aos nanicos”, *Pasquim*, n. 318, ago. 1975.
- ANTÔNIO, João et al. *Imprensa alternativa e literatura: os anos de resistência*. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da RioArte, 1987.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ARANTES, Paulo. “Ajuste intelectual”. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso*. São Paulo: Vozes/Perseu Abramo, 1998.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo:

- Paz e Terra, 1992.
- _____. “Origens do marxismo filosófico no Brasil”. In: MORAES, João Quartim. *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ARAÚJO, Ana Paula Moreira de. Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória. Dissertação de Mestrado em Sociologia-UNESP, Araraquara, 2012.
- ATCON, Rudolph. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1966.
- AUGUSTO, Sérgio e JAGUAR (orgs.). *Pasquim. Antologia*. 2 v.. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.
- AZEVÊDO, Carlos. *Movimento: uma reportagem*. São Paulo: Editora Manifesto, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARREIROS, Daniel de Pinho. *Estabilidade e desenvolvimento: a elite intelectual pequeno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo (1960-1969)*. Tese de doutorado em História. UFF, 2006.
- BARROS FILHO, Omar F. de. *Versus: páginas da utopia: uma seleção de reportagens, ensaios e artigos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.
- BATISTA, Kátia Aparecida. *O Cebrap como centro de referência para as ciências sociais nos anos 1970*. Tese (doutorado em Sociologia), Unesp – Araraquara-SP, 2011.
- BIANCHI, Alvaro. “Gramsci e as ciências sociais”. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, nov. 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- _____. (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. “O campo intelectual: um mundo à parte”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 169-181.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael (orgs.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo:

- Alameda, 2009.
- BRANDT, Vinicius Caldeira e SINGER, Paul (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1981.
- BRESSER-PERIERA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- BRITO, Antonio Carlos (Cacaso). *Não quero prosa*. Organização de Vilma Arêas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- BRITO, Ronaldo. *A experiência crítica*. Organização de Sueli Lima. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2005.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira e SIMONSEN, Mario Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- CANDIDO, Antonio. “A Sociologia no Brasil” (verbete), Enciclopédia Delta-Larrouse. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1959, reproduzido em Tempo Social- revista de sociologia da Usp, v. 18, n.1, p. 287.
- _____. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Itatiaia, 1976.
- _____. “A Revolução de 30 e a cultura”. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. “O mundo coberto de moços”. In: SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos (org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. xxxix.
- CAPPARELLI, Sergio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1993.
- CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, pp. 55-72.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora ETC, 1970.
- _____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- _____. “As contradições do desenvolvimento associado”. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 8, abr.-jun. 1974, pp. 41-75.

- _____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *Democracia para mudar: 30 horas de entrevistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e eleições no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Cedec, 1977.
- CARDOSO, Irene. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, São Paulo, out. 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CASTORIADIS, Cornelius. “Marxismo: um balanço provisório”. In: *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Os destinos do totalitarismo*. Porto Alegre: LP & M, 1985.
- CASTRO, Debora Cardia. *Sociologia aplicada: a experiência dos intelectuais do Dieese e do Cesit*. Dissertação (mestrado em Sociologia), Unesp, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. “USP 94: a terceira fundação”. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, set.-dez. 1994.
- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1977.
- CHINEN, Rivaldo. *Imprensa alternativa, jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- CODATO, Adriano. “A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição”, *Revista de Sociologia e Política*, UFPR-Curitiba, v. 4-5, 1995, pp. 55-87.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos*

- dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã/Feira de Santana: Editora da Ufes, 2012.
- COHN, Gabriel (org.) *Weber – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.
- COSTA, Emilia Viotti da. “A dialética invertida”. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27. São Paulo: Anpuh; Marco Zero, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Marxismo e imagem do Brasil em Florestan Fernandes”. In: *Sociedade e cultura no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUVRE, Maria de Lourdes M. *A fala dos homens. Análise do pensamento tecnocrático (1964-81)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Livraria e Editora, 1988.
- CZAJKA, Rodrigo. *Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil*. Tese (doutorado em Sociologia), Campinas-Unicamp, 2009.
- DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____.
- DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- _____. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, ICHF, Niterói, 2008.
- _____. “Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro”. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 13, 2005, pp. 58-78.
- D’INCAO, Maria Angela (org.) *O Saber Militante: Ensaio Sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/UNESP, 1987.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- DUARTE, C. R. “Imprensa e democratização no Brasil”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 2, Rio de Janeiro, 1983, pp.181-195.

- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- FARO, José Salvador. *Realidade, 1966-1969: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Tese de doutorado. USP, 1996, 2 v.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Edusp, 1965, 2 v.
- _____. “Os dilemas da reforma universitária consentida”. *Debate e Crítica*, n. 2, São Paulo, jan.-jun. 1974.
- _____. “Sociólogos: os novos mandarins?”. *Debate e Crítica*, n. 4, São Paulo, nov. 1974.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Graal, 1975.
- _____. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *A condição do sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Globo, 2010.
- FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins(orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria e CHEIBUB, José Antonio Borges. “A abertura política de 1973 a 1981: quem disse o que e quando: inventário de um debate”. *O Que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez: Anpocs, 1987, pp. 243-285.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- FONTES, Virgínia. “Intelectuais e mídia: quem dita a pauta?” In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008, pp. 145-163.
- FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. *Démocratie et révolution: sciences sociales et pensée politique au Brésil contemporain (1973-1991)*. Tese de doutorado em

- Filosofia Universidade de Paris X – Nanterre, 1994.
- FOSTER, John e WOOD, Ellen (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”. *Caderno de Debates*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FREDERICO, Celso. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FROSINI, Fabio. “A ‘história integral’ desde a perspectiva dos subalternos: contribuição para uma teoria da história marxista”, *Crítica Marxista*, n. 37. São Paulo: Editora da Unesp, 2013, p. 27.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, Celso (org.). *Brasil: tempos modernos*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização brasileira e brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese de doutorado em História. UFF, 2009.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “As falas, os silêncios”. In: *Desconversa (ensaios críticos)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- GAMA, Ludmila. *O Historiador e o Agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (1965-1969)*. Dissertação de Mestrado (História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- GARCIA, Marco Aurélio. “Reforma ou revolução/reforma e revolução”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 10, n. 20, mar.-ago. 1990.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. “Florestan Fernandes e a autonomia da ciência”. *Revista USP*, São Paulo, n. 42, junho-agosto 1999, pp. 180-188.
- GASPARIAN, Fernando. “Nacionalismo, empresariado e o golpe de Estado de 1964. Entrevista de Fernando Gasparian concedida a Maria Aparecida de Paula Rago”. *Projeto História*, PUC-São Paulo, n. 29, tomo I, dez./2001, pp. 223-236. Disponível em: em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9953>.

Acesso em 19/07/2012.

- _____. “Entrevista”. *Memória do Movimento Estudantil*. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/depoimentos/2004>. Acesso em: 02/06/2011.
- GIANNOTTI, José Arthur. “Notas para uma análise metodológica de *O capital*”. *Revista Brasiliense*, n. 29, mai.-jun. 1960, pp. 60-72.
- _____. “Acabou o capitalismo. É a barbárie?”. *Presença: Revista de Política e Cultura*, n. 3, São Paulo, Caetés, maio 1984, pp. 37-52.
- _____. “Recepções de Marx”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 50, mar. 1998, pp.115-124.
- GIANOTTI, Vito. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento”, *Argumento*, n. 1, 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos (1921-1926)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 2v.
- _____. *Cadernos do cárcere, v. 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do cárcere, v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do cárcere, v. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993
- IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1971.
- IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.
- JACSON, Luiz Carlos. “Gerações pioneiras na sociologia paulista”. *Tempo Social*,

Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1.

- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- KINZO, Maria D’Alva. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1969-1979*. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.
- KONDER, Leandro. *Os comunistas e a democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KOWARICK, Lucio et al. *São Paulo: crescimento e pobreza*. São Paulo: Cebrap/Vozes, 1975.
- KUCINSKI, Bernardo. “A aventura alternativa”. In: *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp.177-198.
- _____. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Caderno AEL*, Campinas, n. 14-15, 2001, pp. 35-53.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1948.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011
- LEHER Roberto. “Florestan Fernandes e a defesa da educação pública”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.23, n.121, p.1157-1173, out-dez.2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 15/09/2014.
- _____. “Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente”. In: IASI, Mauro Luis e COUTINHO, Eduardo Granja. *Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro no pós-1964”. Disponível em <http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/40/31>. Acessado em 10 de outubro de 2014.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e

- revolução social em Florestan Fernandes”. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, s. d. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos. Acesso em: 20/10/2012.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOPEZ, Maria Izabel de Souza. *A resistência no regime militar: o docente/cientista frente à política de Ciência e Tecnologia*. Tese (doutorado em Educação).
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1999. Campinas, Unicamp, 1997.
- LUKÁCS, György. “O processo de democratização”. In: *Socialismo e democratização: escritos políticos (1956-1971)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião versus censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. São Paulo: Global Editora, 1966.
- MANNHEIM, Karl. “O problema da *intelligentsia*”. In: *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.
- MARINI, Ruy Mauro. “La acumulación capitalista mundial y el imperialismo”, *Cuadernos políticos*, n.12, Ediciones Era, Mexico, abril-junio de 1977. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx> . Acessado em 11/10/2012.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MARX, Karl. “Teses sobre Feuerbach”. In: Marx: obras escolhidas – Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1984.
- MARX, Karl. “O Método da Economia Política”. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MCPHERSON, C. B. *A democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MELO, Demian Bezerra de (org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

- MELLO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura ao regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Intelectuais e Estado na Historiografia Brasileira”. In: COELHO, Eurelino & PENELU, Larissa. *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2012.
- MENDONÇA, Sonia Regina de e FONTES, Virgínia. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, pp. 55-72.
- MICELI, Sergio. “Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: _____. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989, v. 1.
- _____. “A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil”. In: _____ (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Sumaré, 1993, p. 61.
- MOISÉS, José Álvaro. *Classes populares e protesto urbano*. Tese de doutorado em Sociologia. FFLCH/USP, 1978.
- _____. *Greve operária e crise política*. São Paulo: Polis, 1978.
- _____. *Cenas de política explícita*. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- MOISÉS, José Álvaro et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1977.
- MONTIEL, Rosane. *Movimento: a janela de uma geração: a organização do fundo de arquivo do jornal Movimento*. Dissertação (mestrado em História) FLLCH/USP, 1996.
- MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MORAES, Dênis de (org.). *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MORAES, Dênis de. “Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica”. In: COUTINHO, Eduardo Granja. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- _____. “Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci”. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4,n.1, p.54-77, jan-jun.2010.

- MOREIRA, Sonia Virginia. *O poder da imprensa alternativa pós-64: histórico e desdobramentos*. Rio de Janeiro: Antologia Prêmio Torquato Neto, RioArte, 1985.
- MOURA, Flávio e MONTEIRO, Paula (orgs.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1986.
- NASCIMENTO, Maria Paula. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- NETO, Torquato. *Torquatália*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- O'DONNELL, Guillermo. *El Estado burocrático-autoritário*. Buenos Aires: Belgrano, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003[1972].
- OLIVEIRA, Marcos Marques de. *O articulista Florestan: ciência política como base de uma pedagogia socialista*. Tese (Doutorado em Educação). UFF, 2006.
- ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática: 1983, p. 122-155.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Luis. “Florestan Fernandes e a sociologia no Brasil”. In: *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- PEREIRA, Raimundo. Entrevista à equipe do Núcleo Piratininga de Comunicação. Disponível em: http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2297&topico=Entrevistas. Acesso: em 10/2012.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980*. São Paulo: Anablume, 2009.
- PERUSO, Marco Antonio. “Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o Cebrap”, *Cadernos CRH*, Salvador, 26, 67, p. 179-192, jan-abr.2013.
- POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

- PRADO, Fernando Correa. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”. *Comunicação e Política: revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos*, v.29, n.2, RJ, 2011.
- PULICCI, Carolina. *Entre Sociólogos: versões conflitivas da condição de sociólogos na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros”. In: HAMBURGUER, Amelia (org.) *A ciência nas relações Brasil-França*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996, p. 229/230.
- RAGO FILHO, Antonio. “O Seminário Marx e sua influência nas ciências humanas no Brasil. A crítica da analítica paulista: o marxismo adstringido de José Arthur Giannotti”. *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels (CEMarx)*. Campinas: Unicamp, 2005. CD-ROM.
- REIS, Fábio Wanderley, O’DONELL, Guilherme (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RODRIGUES, Leoncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- ROIO, Marcos Tadeu Del. “Ideologias da revolução burguesa no Brasil”, *Presença – Revista de Política e Cultura*, n. 16, abr. 1991.
- ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. “Os intelectuais e suas associações”. In: SOARES, Marisa Susana Arrosa Soares (org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1985, pp. 176-185.
- SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos (org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal “partido”: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981)*. Dissertação (mestrado em História). UFCS, 2006.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro:

- Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1986.
- _____. “Um seminário de Marx”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. “Cultura e política, 1964-1969”. In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal*. Cascavel: Unioeste, 2009.
- SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. *Editoras de oposição na abertura (1974-1985): negócio e política*. Dissertação (mestrado em História Econômica). São Paulo, USP, 2005.
- SILVA, Luis Fernandes. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações e Mentes, 2003.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento e crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- _____. *A crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse e ROSSIAUD, Jean. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- WEFFORT, Francisco et al. *Conjuntura nacional*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- WEFFORT, Francisco. *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco*, 1968. São Paulo: Cebrap, 1972.
- _____. “Nota sobre a ‘Teoria da Dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?’”. *Estudos Cebrap*, n. 1, 1974.
- _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- _____. “Democracia e movimento operário: algumas questões para o período 1945-1964”. *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, n.1, jul. 1978, p.7-14 (primeira parte); *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, n.2, jan.1979, p. 3-12 (segunda parte); *Revista de Cultura e Política*, ano 1, n.1, ago.1979, p.11-18(terceira parte).
- _____. *Por quê democracia?* São Paulo: Brasiliense: 1984.
- WILIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- _____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.
- TÓTORA, Silvana. “A questão democrática em Florestan Fernandes”, *Lua Nova*, Rio de Janeiro, n. 48, 1999.
- TROTSKI, Leon. *A História da revolução russa*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, Luis Werneck. “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa”. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VIANNA, Luis Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende; MELO, Manuel Palácios Cunha. “Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em ciências sociais”. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, 1994, pp. 345-535.

FONTES:

Jornais da “Imprensa Alternativa”:

Opinião

Movimento

Versus

Ex-

Pasquim

Em Tempo

Politika

Outros periódicos:

Cadernos Cebrap

Estudos Cebrap

Ensaio de Opinião

Cadernos Opinião

Revista Argumento

Revista de Cultura Contemporânea

Revista de Cultura & Política

Debate e Crítica

Outras fontes:

MICCOLLIS, Leila. *Catálogo da imprensa alternativa*. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RioArte, 1986.

GASPARIAN, Fernando et al. *Anais do Encontro Nacional pela Democracia (1978) – Painéis da crise brasileira (tomos II, III e IV)*. Rio de Janeiro: Cebrad; Paz e Terra, 1979.

Fundo do jornal *Movimento*, no arquivo Público do Estado de São Paulo.

Coleção de imprensa alternativa da RioArte, no Arquivo Público do Município do Rio de Janeiro.

Acervo de periódicos da Biblioteca Bastos Tigre, na Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro.

Acervo particular de Bernardo Kucinski.

Depoimentos de Francisco de Oliveira, Bernardo Kucinski, Raimundo Pereira e José Arthur Giannotti a mim concedidos em São Paulo, em novembro de 2012.

Catálogo de teses e dissertações da USP.

Livros publicados pelos cientistas sociais da USP e do Cebrap que colaboraram para *Opinião e Movimento* na década de 1970.⁴⁸⁷

⁴⁸⁷ Consultar BIBLIOGRAFIA.